UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

TERRITÓRIO, CIDADE E REDE: O PAPEL DE RONDONÓPOLIS
NA EXPANSÃO DA SOJA NO CERRADO MATO-GROSSENSE

ELIAS DA SILVA

São Paulo

2010

ELIAS DA SILVA

**TERRITÓRIO, CIDADE E REDE: O PAPEL DE RONDONÓPOLIS NA EXPANSÃO
DA SOJA NO CERRADO MATO-GROSSENSE**

**Tese apresentada à Faculdade de Filosofia Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Doutor em
ciências (Geografia Humana), sob a orientação do
Prof. Dr. Júlio César Suzuki.**

São Paulo

2010

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste Trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Documentação Geográfica
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo

SILVA, Elias da. Território, cidade e rede: O papel de Rondonópolis na expansão da soja no cerrado mato-grossense. Elias da Silva.
Orientador: Dr. Júlio César Suzuki – São Paulo, 2009.

Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo 2009.

1 – Território - 2 cidade - 3 rede – 4 soja – 5 Rondonópolis

Dedico esta pesquisa aos meus pais cuja ausência não impede de a eles atribuir minha vida e formação como filho e pessoa que em meio às dificuldades procurou a luz no fim do túnel, superando assim de forma contínua e progressiva suas limitações. Dedico também à Cris, Layssa e Júnior, esposa e filhos, pela presença constante acompanhando essa caminhada até aqui, compartilhando tanto dos ruins como dos bons momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é mais que um ato de humildade, é reconhecer nas pessoas com as quais convivemos, seus valores e seus respeitos para conosco em nossos empreendimentos.

Agradeço às pessoas com as quais tive contato durante todo o período do doutorado e até mesmo muito antes, quando dava os primeiros passos na vida acadêmica. Falo especialmente do professor Júlio Cesar Suzuki, meu orientador e amigo pela eficiência, paciência e compreensão que diante de minhas limitações em muitos momentos, não mediu esforços nem tempo, no sentido da condução de meu raciocínio mais apurado e preciso, no processo de produção da tese; também, porque soube me entender em momento especial de tratamento da minha saúde, por ocasião da cirurgia. Assim, sua presença nesse processo foi marcada tanto pela firmeza de decisão na orientação para a produção da tese, quanto pela compreensão de minhas limitações, se colocando horas e dias em leituras minuciosas de detalhes técnicos que por mim eram ignorados.

De forma indireta, aos professores dos quais fui aluno nas disciplinas que me embasaram ao exercício da produção da tese, particularmente o professor Júlio César Suzuki.

Aos funcionários, principalmente da Secretaria de Pós-Graduação, os quais estiveram sempre dispostos aos esclarecimentos de problemas burocráticos, principalmente nas situações de urgência.

Aos colegas de Pós-Graduação, especialmente do Colóquio, no qual foi possível muitas trocas de experiências e conhecimentos tanto quanto às discussões teórico/metodológicas como em termos da socialização dos vários projetos de pesquisa.

Agradeço aos professores: Rosa Ester Rossini e Fabio Betioli Contel pelas correções e sugestões feitas ao meu trabalho, por ocasião da minha qualificação, as quais espero ter aplicado de forma satisfatória na melhoria da qualidade tanto da tese quanto do texto.

De uma forma geral agradeço a minha instituição de origem: Universidade Federal do Tocantins, particularmente a congregação de Geografia do Campus de Araguaína, cujos colegas de trabalho souberam compreender a minha necessidade, aprovando meu pedido de prorrogação por mais 6 meses após os dois anos de afastamento no Prodoutoral.

Por tudo isso e finalmente, agradeço a Deus, cuja subjetividade da fé que em mim mantém, faz-me acreditar na força chamada vida que a tudo move, até mesmo quando pensamos ser o fim, renascendo de si mesmo e nos fazendo perceber que a tempestade foi preciso para nos provar em nosso caráter e ideal.

As crises são fases de intensa racionalização na transformação e expansão geográfica. A dialética interna da sociedade civil é perpetuamente mitigada e reproduzida mediante o recurso constante ao ajuste espacial.

Presumivelmente, há limites para tal processo. Por quanto tempo a expansão contínua pode ser sustentada antes que crises geograficamente localizadas ou que "crises de mudança" (que revertem ou mudam radicalmente a direção dos fluxos de capital) se unam em crises globais? Que dilemas internos são inerentes em tal processo? (David Harvey).

TERRITÓRIO, CIDADE E REDE: O PAPEL DE RONDONÓPOLIS NA EXPANSÃO DA SOJA NO CERRADO MATO-GROSSENSE

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o papel da cidade de Rondonópolis no processo em rede de expansão territorial da soja no cerrado mato-grossense, particularmente no sudeste do estado, desde suas pré-condições à atualidade, buscando como pressupostos dos processos constituidores a herança histórico/territorial, econômica e localizacional que vem se estruturando ao longo de mais de 3 décadas, iniciado no período de 1970, mais especificamente, a partir de meados deste, qual ocorreram as mudanças político/territorial/local/global mediadas pelas mudanças socioeconômicas brasileiras. Assim, a tese está fundada no período em que se deu a divisão do estado, cuja situação colocou Rondonópolis e região em posição privilegiada, passando de área secundária a prioritária para a soja, situação cujas bases podem ser atribuídas à herança histórica de apropriação territorial e produção agropecuária iniciada no período 1950/1960. Nesse sentido, justifica-se nosso caminho teórico-metodológico que nos permitiu ver e compreender melhor a realidade atual, qual seja, o da busca da herança histórico/geográfica na produção da localização, visando os processos localmente (re)construídos em suas especificidades. Deve-se considerar o papel do Estado como imprescindível no processo de desenvolvimento da soja: sua introdução, consolidação e diversificação, seja produzindo o território e/ou como parceiro no processo de construção das infraestruturas e constituição desse ambiente produtivo. O impulso modernizador e urbanizador inaugurado com chegada da soja, a partir de suas pré-condições, ao atribuir posição de destaque a Rondonópolis no contexto da modernização agrária do cerrado mato-grossense, a partir da sua região, fez surgir cidades “a partir da soja”, especialmente Primavera do Leste e Campo Verde, como dois fortes e característicos exemplos que representam seu surto modernizador cidade/campo, resultando no processo de valorização territorial, cuja paisagem, sobretudo a urbana, demonstra de forma característica as contradições socioespaciais da lógica da acumulação capitalista com base na propriedade da terra, concomitantemente à exclusão de grande parte da população do direito desta. O processo, assim, é marcado pela (re) estruturação desta cidade no âmbito de atendimento da demanda de produção e expansão da soja numa atribuição de progressiva importância local, regional e até extra-regional, destacando como situações inerentes ao seu papel: o mercado de trabalho, a pesquisa e tecnologia, a indústria, comércio e serviços especializados, o marketing como discurso, as atribuições em perspectivas e a gestão política da localização, esta última, perpassando as demais, uma vez que significa a força da elite local, de forma que Rondonópolis está sendo promovida “cabeça de rede urbana” desse modelo econômico implantado no cerrado mato-grossense conhecido como complexo da soja. A gestão política da localização, na atualidade e, em perspectiva, é exercida no sentido do adensamento da logística dos transportes rodoviar/ferroviário com todo o incremento de investimentos que já são vislumbrados.

Palavras-Chaves

Território, cidade, rede, soja, Rondonópolis.

TERRITORY, CITY AND NET EXPANSION: THE ROLE OF RONDONOPOLIS IN SOIL DEVELOPMENT IN MATO GROSSO'S *CERRADO*

ABSTRACT

The intent of the present research is to analyze Rondonopolis city's role in the soil territorial net expansion in Mato Grosso's brazilian *cerrado*, particularly in the southeast of the state, since its pre-conditions to nowadays, establishing as assumptions for the constitutional processes the historical-territorial, economical and locational heritage, that has been structured over the last three decades, since 1970 more specifically, with the political/territorial/local/global changes, mediated by brazilian socioeconomical changes. Thence, the thesis is founded in the period when the state's division happened, situation that raised Rondonopolis and region to a privileged position, going from a secondary area to soil priority, whose bases are possibly originated in the historical heritage of territorial appropriation and agropecuarial production initiated in the 1950/1960 period. In this way, our theoretical-methodological means are justified, what allowed us to better see and comprehend the present reality, which is the search for the historical-geographical heritage in localization production, looking for the locally reconstructed processes, in its specificities. It is necessary to consider as essential the State's role in soil development's process: its introduction, consolidation and diversification, rather producing the territory and/or as partner in infrastructures construction and constitution of this productive environment process. The modernizing and urbanizing impulse initiated with the soil arrival, since its pre-conditions, when attributed marked position to Rondonopolis in Mato Grosso's brazilian *cerrado*'s agrarian modernization context from its region, originated "soil based" cities, remarkably Primavera do Leste e Campo Verde, two strong and characteristic examples, that represent the modernizing city/field burst, resulting in the territorial valorization process, whose landscape, specially urban, demonstrates, in a characteristic way, the capitalist accumulation logic's sociospatial contradictions, based in ground property, simultaneously to the exclusion of the major part of population from its rights. The process, thence, is marked by the (re)structuring of this city in the production demand supplement and soil expansion scope, in an attribution of progressive local, regional and even extra regional importance, having, to its role, the following inherent elements: the work market, research and technology, the industry, business and specialized services, the marketing as speech, the attributions in perspectives and localization's political management. This last one surpasses the others, once it represents the local elite strength, in a way that Rondonopolis is being promoted to "head of the urban net" of this economical model implanted in Mato Grosso's brazilian *cerrado*, known as the soil complex. The localization's political management, these days and in perspective, is applied in the sense of road and railroad transportation logistic thickening, with the increment of all the investments already foreseen.

Keywords

Territory, city, net, soil, Rondonopolis.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - O sudeste de Mato Grosso no contexto do estado e do Brasil.....	2
--	---

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Áreas prioritárias do POLOCENTRO no período de 1975 a 1979.....	45
Figura 2 - Áreas prioritárias e secundárias do PROMAT no período 1979 - 1982.....	56
Figura 3 - Evolução da soja no sudeste de Mato Grosso por município em área/ha - 1985.....	78
Figura 4 - Evolução da soja no sudeste de Mato Grosso por município em área/ha - 1991.....	80
Figura 5 - Evolução da soja no sudeste de Mato Grosso por município em área/ha - 1995.....	81
Figura 6 - Imagens do Parque de Exposição “Wilmar Peres de Farias”.....	137
Figura 7 - Croqui demonstrativo do entroncamento das BRs 163 e 364 e 164 - <i>trevão</i>	147

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Imagem de satélite da cidade de Campo Verde.....	103
---	-----

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Marco inicial de lançamento da cidade de Primavera do Leste.....	94
Foto 2 - Primavera do Leste em seu rápido crescimento urbano, na década de 1980.....	95
Foto 3 - Primavera do Leste consolidada na atualidade em fase de agroindustrialização.....	96
Foto 4 - Demonstração da paisagem cidade/campo em Campo Verde na colheita de algodão	102
Foto 5 - Instalações do complexo agroindustrial da Sadia em Campo Verde.....	106
Foto 6 - Parque industrial da ADM, óleo vegetal e biodiesel.....	109
Foto 7 - Instalações da fábrica de biodiesel da ADM em seu parque industrial.....	111
Foto 8 - Parque industrial da Bung no entroncamento das BRs: 163 e 364.....	112
Foto 9 - Sede do Grupo André Maggi em Rondonópolis.....	126

Foto 10 - Instalações da indústria da Santana Têxtil do Brasil, em Rondonópolis.....	129
Foto 11 - Instalações da Nortox em Rondonópolis, às margens da BR163, saída para Campo Grande/MS.....	130
Foto 12 - Portão principal do parque de exposições <i>Wilmar Peres de Faria</i>	137
Foto 13 - Imagem da visão noturna do parque de exposições Wilmar Peres de Faria, por ocasião da 36ª Exposul/2008.....	138
Foto 14 - Demonstração do confronto entre policiais e caminhoneiros no dia 8 de fevereiro de 2008, no entroncamento das BRs:163 e 364.....	149
Foto 15 - Instalações da Dixie Toga em Rondonópolis.....	153
Foto 16 - Processo de verticalização da área central de Rondonópolis.....	156
Foto 17 - Processo de expansão verticalizada no bairro Vila Aurora, próximo ao centro.....	157
Foto 18 - Área em rápido processo de verticalização no entorno do Rondon Plaza Shopping e imediações do condomínio horizontal Village do Cerrado.....	158
Foto 19 - Condômino Village do Cerrado, considerado de alto padrão - portão de entrada..	159
Foto 20 - Área de reserva da Prefeitura, próxima ao córrego <i>Escondidinho</i> , ocupada em janeiro de 2009.....	160
Foto 21 - Área sob a rede de alta tensão da Eletronorte, ocupada em janeiro de 2009 por Sem Teto.....	161
Foto 22 - Área de expansão de moradias populares próxima às ocupações no Parque São Jorge.....	164
Foto 23 - Instalações da Fundação MT em Rondonópolis.....	182
Foto 24 - Trecho urbano da BR 364, de localização das principais empresas do comércio e serviços especializados ao campo.....	185
Foto 25 - Distrito Industrial <i>Augusto Bertoli Razia</i> , à margem da BR 163.....	195
Foto 26 - Cervejaria Petrópolis, às margens da BR 163, saída Campo Grande/MS.....	198

LISTA DE GRÁFICOS:

Gráfico 1 - Urbanização na região de Rondonópolis.....	31
Gráfico 2 - Urbanização de Rondonópolis.....	31

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1 - Estrutura Fundiária de Mato Grosso e sudeste do estado em 1970.....	22
Tabela 2 - Estrutura Fundiária de Mato Grosso e sudeste do estado em 1980.....	22
Tabela 3 - Distribuição da população de Mato Grosso, sudeste do estado e Rondonópolis em 1970.....	29
Tabela 4 - Distribuição da população de Mato Grosso, sudeste do estado e Rondonópolis em 1980.....	30
Tabela 5 - Produção de soja no Brasil em intervalos quinquenais entre 1965 - 1995.....	71
Tabela 6 - Evolução da produção de soja em kg/há no Brasil e por estado.....	73
Tabela 7 - Evolução da produção de arroz, milho e soja em Mato Grosso no período 1973/1978 em toneladas/área.....	76
Tabela 8 - Produção de soja em Mato Grosso e sudeste do estado em 1980.....	77
Tabela 9 - Produção de soja em Mato Grosso e sudeste do estado em 1985.....	77
Tabela 10 - Produção de soja em Mato Grosso e sudeste do estado em 1991.....	79
Tabela 11 - Produção de soja em Mato Grosso e sudeste do estado em 1995.....	80
Tabela 12 - Produção de sementes de soja no Brasil por estados produtores (2006-2008)....	118

LISTA DE QUADROS:

Quadro 1 - Empresas produtoras de sementes, associadas a Aprosmat e suas Localidades sedes.....	116
Quadro 2 - Instituições e empresas parceiras da Fundação MT em sua rede.....	124
Quadro 3 - Empresas expositoras na 37ª Exposul edição 2009.....	133
Quadro 4 - Empresas aprovadas no distrito industrial <i>Augusto Bortoli Razia</i> em 2008.....	196

LISTAGEM DE ABREVEATURAS

CAIs	Complexos Agroindustriais
P NDs	Planos Nacionais de Desenvolvimento
POLOCENTRO	Programa de Produção para o Cerrado
PROMAT	Programa de Produção para Mato Grosso
ADM	Archer Daniels Midland Company
AGRA	Agroindustrial de Alimentos
APROSMAT	Associação de Produtores de Sementes de Mato Grosso
COOPACEL	Cooperativa de Produção Agrícola do Cerrado
APRUSMAT	Associação de Produtores de Sementes do Sul de Mato Grosso
FUNDAÇÃO MT	Fundação de Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CODEMAT	Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso
CPA	Centro Político Administrativo
INTERMAT	Instituto de Terras de Mato Grosso
ONU	Organização das Nações Unidas
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
PVEA	Plano de Valorização Estratégica da Amazônia
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PIN	Plano de Integração Nacional
POLAMAZÔNIA	Programa de Produção para a Amazônia
POLONOROESTE	Programa de produção para o Noroeste Brasileiro
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste
CODEAGRI	Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Mato Grosso
CEPA	Comissão Especial de Planejamento Agrícola
SAPLAM	Secretaria de Planejamento de Mato Grosso
MINTER	Ministério do Interior
PDDI	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PRODOESTE	Programa de Desenvolvimento para o Oeste Brasileiro
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMATER	Empresa Mato-grossense de Assistência Técnica e Extensão Rural
CPAC	Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado
SAGRI	Secretaria de Agricultura de Mato Grosso
DERMAT	Departamento de Estradas e Rodagem de Mato Grosso
GPS	Sistem Position Global
IAC	Instituto Agronômico de Campinas
IAPAR	Instituto Agronômico do Paraná
PROALMAT	Programa de Produção do Algodão de Mato Grosso
INDÊIA	Instituto de Defesa e Inspeção Animal
INCRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
FEMA	Fundação de Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
COAPRIMA	Cooperativa Agropecuária de Primavera do Leste
COALESTE	Cooperativa dos Produtores de Algodão de Primavera do Leste
APROSOJA	Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso
FAMATO	Federação da Agricultura de Mato Grosso
ABRASEM	Associação Brasileira de Produtores de Sementes
ICMs	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias
FACUAL	Fundo de Apoio à Cultura do Algodão
AMPA	Associação dos Produtores de Algodão
IPi	Imposto Sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITBI	Imposto sobre Transação de Bens e Imóveis
DDD	Discagem Direta à Distância
AMM	Associação Mato-grossense dos Municípios
CFP	Conselho Federal de Produção
CIBRAZÉM	Companhia Brasileiras de Armazenamento
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CNA	Companhia Nacional de Alimentos
IAA	Instituto Agrícola do Álcool
IBC	Instituto Brasileiro do Café
ATC	Associação dos Transportadores de Carga de Mato Grosso
FUNAI	Fundação Nacional do Índio

MT	Mato Grosso
GO	Goiás
MA	Maranhão
PI	Piauí
SINOP	Sociedade Incorporadora do Norte Paranaense
PA	Pará
PR	Paraná
RR	Roraima
AP	Amapá
AM	Amplitude Modulada
FM	Frequência Modulada
TV	Televisão
SOMAI	Sociedade de Máquinas Agrícolas e Industriais
CBT	Companhia Brasileira de Tratores
ELETRONORTE	Empresa de Eletrificação do Norte do Brasil
P P P	Parceria Público Privada
A L L	America Latina Logística
BASA	Banco da Amazônia

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	iii
AGRADECIMENTOS.....	iv
EPÍGRAFE.....	v
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
LISTA DE MAPAS	viii
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE IMAGENS.....	viii
LISTA DE FOTOS.....	viii
LISTA DE GRÁFICOS.....	ix
LISTA DE TABELAS.....	x
LISTA DE QUADROS.....	x
LISTAGEM DE ABREVEATURAS.....	xi

INTRODUÇÃO.....	1
------------------------	----------

1 – RONDONÓPOLIS NO ÂMBITO DAS PRÉ-CONDIÇÕES DA SOJA EM MATO GROSSO.....	13
---	-----------

1.1 - O contexto geral da apropriação e produção territorial no Brasil.....	13
1.2 - Rondonópolis no contexto da formação da cidade no Brasil.....	24
1.3 - Rondonópolis no âmbito da modernização agrária do Brasil: As pré-condições da soja.....	34

2 – DA INTRODUÇÃO DA SOJA A ATUALIDADE EM SUA DIMENSÃO CIDADE/CAMPO.....	63
---	-----------

2.1 - A introdução da soja em Mato Grosso no contexto brasileiro de sua expansão.....	69
2.2 - Introdução e expansão da soja no sudeste de Mato Grosso.....	76
2.3 - O caráter sociopolítico da expansão da soja.....	82
2.4 - O alargamento do contexto cidade/campo na expansão da soja.....	90

2.5 - A dimensão urbana em Rondonópolis no âmbito da produção do complexo.....	108
2.6 - A ordem local vista no âmbito das crises do capitalismo.....	139
3 – O PAPEL DE RONDONÓPOLIS NA EXPANSÃO DA SOJA NO CERRADO MATO-GROSSENSE.....	167
3.1 - Rondonópolis numa aproximação teórica.....	168
3.1.1 - O mercado de trabalho.....	178
3.1.2 - A pesquisa e divulgação de novas tecnologias.....	181
3.1.3 - Os segmentos da indústria, comércio e serviços.....	183
3.1.4 - A cidade como marketing da expansão da soja.....	188
3.1.5 - A gestão política da localização.....	191
3.1.6 - Perspectivas no âmbito das atribuições Rondonópolis.....	194
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	202
5 – REFERÊNCIAS.....	207

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa analisa aborda o papel da cidade de Rondonópolis no processo de expansão da soja no cerrado mato-grossense, particularmente no sudeste do estado, onde se verifica seu estágio mais consolidado buscando a diversificação produtiva na estruturação de seu complexo. O processo deve ser focado, fundamentalmente, a partir do período em que são criadas as pré-condições para a soja, sucessivamente, sua introdução, consolidação e diversificação, associando, ao longo deste, atribuições fundamentais a esta cidade.

O estudo do processo de modernização agrária do cerrado mato-grossense, com base na importância de Rondonópolis, exige compreendermos os desdobramentos político-territoriais e econômicos registrados, sobretudo, a partir da década de 1970, no âmbito de Mato Grosso, do Brasil e mundo. Temos como pressupostos as pré-condições da soja estabelecidas no âmbito das políticas econômicas criadas pelo governo federal, no período cujo auge tem sua delimitação nas décadas de 1960-1980, uma vez que estas compõem o período mais amplo que ficou conhecido como “modernização conservadora” marcada pelo intervencionismo estatal brasileiro (COSTA, 1991), (DINIZ FILHO, 1993), (MORAES, 2008), (BECKER e EGLER, 1994). Associado a esses pressupostos gerais em âmbito do território nacional e da economia global (HARVEY, 1991), há outros básicos na escala do território mato-grossense. Falamos do processo de divisão política, num momento em que havia o imperativo da necessidade de aumentar a produção econômica para atingir as metas da balança comercial externa brasileira.

A divisão a princípio se configurava como uma enorme perda ao estado, que cedia parte de seu território na criação de um novo estado, Mato Grosso do Sul. Porém, uma vez que inevitável, devido à força de reivindicação, exercida pela burguesia da parte sul do estado (OLIVEIRA, 1994), sendo considerado o combustível e o pontapé inicial para o empreendimento de projetos e ações mais específicas, por parte do Estado. A criação de Mato Grosso do Sul significou quase que o marco zero dos investimentos em Mato Grosso, iniciando um processo mais intenso de (re) estruturação do território, do aparelho estatal e dos setores sociais básicos como saúde, educação, saneamento, infra-estruturas de apoio à produção no campo e na cidade, em setores como pesquisa, energia etc. (SILVA, 1996).

Como outro pressuposto básico, considera-se que a cidade de Rondonópolis, nesse processo de (re) estruturação territorial de Mato Grosso, foi posicionada em lugar de destaque,

passando a ser a porta de entrada para Mato Grosso, e localizada no entroncamento de duas importantes BRs: a 163 e a 364, (NASCIMENTO, 1997); (TESORO, 1993) inauguradas no fervor do impulso modernizador daquele período no âmbito das políticas territoriais e econômicas que impactavam o território mato-grossense. O mapa a seguir demonstra a localização, conferida a Rondonópolis, a partir da divisão do estado, associada ao processo de integração viária, resultado da política viária brasileira.

Mapa 1 – O sudeste de Mato Grosso no contexto do estado e do Brasil.

Fonte: INTERMAT 2001. Produção e organização de Elias da Silva

A afirmação de que as pré-condições da soja estão vinculadas ao momento da divisão política de Mato Grosso, a qual atribuiu a Rondonópolis papel decisivo no desenvolvimento da soja em Mato Grosso, é associada a uma herança específica da própria história da ocupação territorial local, que faz sentido no conjunto da (re) estruturação territorial no período da sua divisão.

Numa busca mais remota pode-se afirmar que Rondonópolis, no contexto de Mato Grosso, quando vista em sua ocupação anterior ao período da soja, é colocada como a base mais consolidada da economia agropecuária, sendo visivelmente atingida pelo fluxo

migratório das décadas de 1950-1960 promovido pela colonização oficial do período da Marcha para o Oeste (SIQUEIRA, LOURENÇA E CARVALHO, 1990). Essa herança econômica *pré-soja*, marcada pela apropriação da terra e o início da modernização agrária (ABREU, 1997), fomentou a consolidação do povoado em cidade (SUZUKI, 1996), colocando-o, no momento da divisão do estado, como base urbana privilegiada no novo contexto político/territorial, que a promoveu político-administrativamente à condição de cidade polo.

A herança histórica da ocupação (PEIXINHO, 1998); (NEGRI, 2003) registra casos de outras regiões nas quais, a partir de cidades mais consolidadas, outras vão sendo criadas para fomentar o processo de expansão e modernização na frente de expansão (MONBEIG, 1984). Assim também Rondonópolis recebe uma boa aproximação quando se verifica sua condição de base para a criação de outras cidades, especificamente Primavera do Leste e Campo Verde, como sustentação inicial no que concerne ao invólucro de produtos e insumos necessários e característicos da expansão da soja. Esta cidade foi a que apresentou maior dinamismo reforçado por sua localização, mas também graças à força de reivindicação da elite local, em conjunto com outras então existentes, como, por exemplo, Poxoreo, Dom Aquino e Guiratinga.

Primavera do Leste e Campo Verde, que surgem do impulso modernizador da soja, tiveram na base urbana de Rondonópolis as condições mínimas necessárias ao seu começo. O registro dos pioneiros da soja e seus fundadores - Edgar Consentino e Otávio Eckert – mostra o idealismo dos que acreditam fazer o progresso. Essa concepção se aproxima do que Monbeig chama de fatores psicológicos e o papel dos indivíduos, ao abordar a frente pioneira do oeste paulista que, embora num tempo/espço diferente, sugere-nos uma correta aplicação ao período da década de 1970-1980 e até mesmo à atualidade. (MARTINS 1996); (BERNARDES, 2006).

Na história do Brasil, a cidade tem se constituído no *locus* importante do processo de avanço e consolidação da fronteira econômica do território (AZEVEDO, 1992). Consequentemente, sua constituição está associada ao processo de modernização no conjunto da sociedade, em seu processo de produção (BLACK, 1971). Essas prerrogativas incluem pensar a modernização campo/cidade, cuja atualidade impõe a busca de novas perspectivas. (SUZUKI, 2007 e 2009).

Neste ponto, ratificando a importância da herança agropecuária, quando comparamos Rondonópolis à capital Cuiabá, esta última, embora fundada no século XVIII, nunca apresentou vocação agrícola, nem mesmo diante do surto modernizador da década de 1970.

Mesmo sendo submetida a um rápido processo de crescimento urbano, Cuiabá não foi atingida diretamente pelo surto modernizador da agropecuária, embora, como capital, tenha incorporado novo incremento no papel político institucional sobre a modernização agrária (re) estruturada pós 1970.

Lembramos, ainda, outras cidades polos de regiões de vocação agropecuária do estado, como é o caso de Cáceres e Barra do Garças. Esta última, sobretudo, cujo entorno havia sido preconizado pelo Programa de Produção para o Cerrado (POLOCENTRO) como uma das áreas prioritárias para a soja em Mato Grosso, não registrou desdobramentos expressivos nem mesmo após a divisão do estado, no âmbito da diversificação da produção da soja.

A prerrogativa é a de que a localização conferida a Rondonópolis, a partir da divisão de Mato Grosso, responde pela maior significância atribuída a esta cidade ao longo do processo da modernização agrária, sobretudo, a partir da década de 1970. Podemos associar a isso outros aspectos como a herança agropecuária e urbana, que reforçam o argumento sobre uma cidade, a qual, inicialmente, incorporou elementos infraestruturais e institucionais de apoio à modernização no campo. Logo, justifica-se na atualidade a formação do complexo agroindustrial como um processo cujo registro deve contemplar desde as pré-condições na (re) estruturação do território e da cidade.

Buscando o contexto mais amplo, deve-se considerar que a soja, nesse período, compunha o processo de consolidação do complexo agroindustrial brasileiro, cujo ápice era o coroamento da integração entre indústria e agricultura. Isso provocou o adensamento do processo de urbanização, reforçando os padrões mais antigos e iniciando um novo padrão de urbanização, especialmente nas áreas de fronteira agrícola, como era o caso da região Centro-Oeste. Explica-se, assim, a natureza da urbanização com o advento da soja que, ao atingir o sudeste mato-grossense, fez parte desse processo geral da urbanização intimamente integrada à industrialização da agricultura (SANTOS, 1993) e de sua integração vertical, aproximando-se da ideia de complexo agroindustrial brasileiro. (MULLER, 1980).

Podemos verificar que a trajetória da soja no cerrado mato-grossense, desde suas pré-condições, tem sido marcada pela interface campo/cidade não como uma sobreposição da cidade sobre o campo, nem do campo desconectado da cidade, mas de uma relação de reciprocidade. Nesse sentido, a cidade tem sido (re)estruturada, como resultado do processo de modernização agrária, encampada pela soja, associado à urbanização crescente devido a seu desenvolvimento.

Como pioneira na abordagem do complexo agroindustrial de Mato Grosso, particularmente no sudeste do estado, Júlia Adão Bernardes (1996) o delimita como um ambiente produtivo que reúne: a agroindústria encabeçada pela Sadia e Ceval, ambas vendidas, respectivamente, à Archer Daniels Midland Company (ADM) e Bung Born após meados da década de 1990, a produção de sementes melhoradas, como o produto base; a avicultura polarizada pelo projeto de produtores associados, oferecendo a matéria-prima para sua unidade pela Sadia em Campo Verde; a suinocultura, com sua pedra fundamental lançada com a criação da Agroindustrial de Alimentos (AGRA), formada por um grupo de produtores num projeto agroindustrial verticalizado; a organização política e pesquisa tecnológica por meio das instituições como a Associação de Produtores de Sementes de Mato Grosso (APROSMAT) e Fundação de Pesquisa de Mato Grosso (FUNDAÇÃO MT), somado ao mercado de trabalho nas várias ocupações profissionais; e as de infra-estruturas, a exemplo das vias de transportes para escoamento da produção.

Somando à abordagem de Julia Adão Bernardes, temos Marlene Maria Moreira Guimarães (1997), em estudo específico sobre a indústria de esmagamento de soja em Rondonópolis, analisando a Sadia e a Ceval, e Antônio Alves da Silva (1998), que analisa o caráter específico do espaço com base no complexo agroindustrial da soja. Acreditamos que esses estudos, pioneiros no âmbito estrito deste complexo, além de serem uma boa fonte de informações e reunião de dados empíricos e, portanto, registros do processo de modernização agrária a partir da soja, permitem, também, novas análises.

O nosso intuito em associar a cidade, sobretudo Rondonópolis, ao conjunto dessas abordagens, é verificar a concentração ou reunião das diversas escalas de produção encampadas pelos agentes hegemônicos, bem como dos diversos segmentos institucionais e sócio-organizacionais que conformam, em última instância, um ambiente produtivo aos interesses desses agentes e segmentos (SILVA, 1999). No entanto, pela sua natureza capitalista de produção, há que se considerar, este é um “ambiente tenso”, devido à fragilidade de sua sintonia com o plano global (HARVEY, 2006), sofrendo os impactos das crises sempre que estas ocorrem, e no plano local, em que a paisagem urbana é um bom indicador de verificação das contradições (AGUIAR, 1980, (VIEIRA NETO, 2003); (DAMIANI, 2004), a exemplo das diferentes formas de apropriação da propriedade da terra.

Este ambiente, sensível às crises do capitalismo, não pode prescindir da presença do Estado como agente claramente sintonizado com os interesses majoritários da produção econômica. O Estado tanto vem em socorro, como também é apropriado nas instâncias

municipal, estadual e federal, conformando produção econômica, territorial e urbana numa forma de orquestração de interesses. (GRAZIANO, 1998).

Nossa proposta, que tem como recorte empírico o papel da cidade de Rondonópolis no processo de modernização agrária no cerrado mato-grossense, particularmente o sudeste do estado, inaugurado com a criação das pré-condições da soja passando pela sua introdução, consolidação e diversificação, necessita de um indicativo de concepção metodológica para que sejamos coerentes nos nossos argumentos. Isso quer dizer assumir uma postura teórico-metodológica, cuja abordagem, propriamente dita, parte do pressuposto de que a realidade verificada não se explica em si mesma, necessitando da mediação como forma de verificar sua dialética local/global. Concebemos, então, território, cidade e rede como mediações, como universais concretos, com base nos quais podemos fazer o trânsito da concreção à abstração e vice-versa.

Paul M. Sweezy (1962), ao abordar o método dialético, afirma que a abstração, só por si, não é suficiente para proporcionar o conhecimento, dependendo, antes, da forma de sua aplicação. Por isso é preciso decidir sobre o que se deve, ou não, abstrair. Isso leva a duas questões, segundo o autor. Primeiro, que problema está sendo investigado e, segundo, quais os elementos essenciais desse problema?

Quanto ao estudo do problema, em sua natureza abstrata, ao identificar os elementos, em ciências sociais, segundo este método, há a necessidade de se proceder ao que chama de: *“(...) ‘aproximações sucessivas’ as quais permitem passar do mais abstrato ao mais concreto em fases sucessivas, afastando suposições simplificadoras nos sucessivos estágios da investigação” (...)* (SWEEZY 1962:38).

No método histórico dialético, *“(...) a realidade não deve ser analisada como um conjunto específico de relações e, ainda menos, um conglomerado de coisas. É, antes, o processo de transformação inerente a um determinado conjunto de relações.”* (SWEEZY, 1962:47).

Neste sentido, o caminho teórico-metodológico que nos permitiu ver e compreender melhor a realidade em Rondonópolis leva-nos a afirmar sobre a organização local urbana específica que não se encerra em si mesma, sendo mediada pela dimensão histórica da produção territorial do Estado brasileiro. Ou seja, esta dimensão também não se explica simplesmente em seu presente, mas guarda uma historicidade própria datada no tempo e recortada no espaço (MORAES, 2000). A ideia de abstração/concreção, como nos coloca Antonio Carlos Robert Moraes, permite a operacionalização do concreto pelas mediações, por exemplo: o capitalismo em seu processo global necessita da mediação territorial estatal, como

a porta de entrada às inovações da modernização em escalas de abrangência diferenciadas no tempo e no espaço. Na prática isso se traduz em: escala nacional brasileira, estadual mato-grossense e local Rondonópolis.

Para Moraes (2000), a questão da abstração e concreção permite-nos a construção correta de universais concretos. Nesse sentido, território, capitalismo, metrópoles, modernização, cidades, urbanização, são exemplos desses universais concretos que segundo este autor “(...) *É o trânsito da universalidade abstrata para a singularidade concreta (...) adicionando-lhe marcos espaciais e temporais, (...) O ato de concreção consiste, enfim, numa agregação de dimensões da realidade na particularização de um processo ou situação singular (...).*” (MORAES, 2000:24). Dessa forma, o autor considera que os eventos da produção, tanto no espaço como no tempo, devem ser entendidos no contexto da sociedade: “(...) *o recorte a ser buscado (...) está circunscrito ao universo da vida social. (...) em suas manifestações empíricas, conforme demandam a abstração e o recorte ontológico devem expressar a dimensão espacial da totalidade social (...).*” (MORAES, 2000:27).

Neste sentido, é oportuno referenciar Maria Laura Silveira (2006), para quem é preciso verificar a intrínseca relação do tempo/espaço na produção das dimensões territoriais no processo de produção socioespacial:

(...) É a história que produz extensões diferenciadas (...). Por isso, não podemos deixar de lado a ideia de período, que é um conjunto de possibilidades num sistema de tempo. (...) Em outros termos olhamos para a extensão historicamente produzida e tentamos descobrir essa lógica e essa história da produção a partir das variáveis determinantes. (SILVEIRA, 2006: 89)

Essa história, que produz extensões espaciais diferenciadas, guarda processos específicos, sintonizados aos imperativos de ordem mais geral, que requalificam as diferentes regiões de uma dada formação socioespacial. Esta, ao dotar diferencialmente as várias porções, faz com que haja diferentes atrativos para os interesses da globalização, como, por exemplo, para uma holding que se instala “(...) *onde o território tiver a renda per capita mais alta, onde houver uma densidade demográfica interessante, uma dotação viária e de telecomunicações importante, uma densidade normativa (...).*” (SILVEIRA 2006:89-90). Com esta indicação do método de abordagem, é necessário focar as questões que nortearam a verificação na prática.

Nossa pesquisa tem como objetivo maior analisar o papel da cidade de Rondonópolis no processo de expansão da soja, abrangendo desde as pré-condições à sua diversificação na atualidade no cerrado mato-grossense, particularmente no sudeste do estado. Teremos como

base os pressupostos gerais e específicos anteriormente mencionados, que nos autorizam à formulação da questão central, qual seja: Por que Rondonópolis é colocada como base territorial e urbana mais relevante da modernização agrária em Mato Grosso, particularmente no sudeste do estado a partir da década de 1970, confirmando-se atualmente como *cabeça de rede* na estruturação do complexo da soja? Esta questão central necessariamente se desdobra em outras menores, quais sejam: Em que medida Rondonópolis é impactada no conjunto das mudanças político-territoriais e econômicas que a colocaram como base alimentadora do processo de modernização agrária, compreendido a partir das pré-condições da soja em seu entorno regional? Como a cidade de Rondonópolis se estrutura e se consolida ao longo dessa modernização, na indicação de um processo de reestruturação contínua? E qual é o papel da cidade de Rondonópolis na expansão da soja, ao longo desse processo, no cerrado mato-grossense?

A questão central é nossa bússola de orientação da pesquisa em geral, e as questões menores sinalizam três momentos principais quais sejam: a abordagem das pré-condições da soja e o panorama sobre a cidade de Rondonópolis naquele momento sob a égide das mudanças brasileiras e mundiais do período da década de 1970; a abordagem do alargamento do contexto de expansão da soja consoante à adequação da cidade enquanto base de formação das infra-estruturas, instituições e o crescimento no atendimento das demandas de produção da soja, reunindo, assim, elementos de sintonização e ampliação do contexto campo/cidade. Trata-se do período, a partir do qual, a soja tem as condições mínimas necessárias para se tornar o modelo produtor hegemônico; e finalmente, a análise da cidade de Rondonópolis no elenco de situações que a qualificam e definem seu papel na expansão da soja no cerrado mato-grossense.

Com a proposição destas três questões operacionais, a partir da questão central, definimos nossa tríade - território, cidade e rede, a qual associamos o complexo agroindustrial, cuja existência, além de não poder prescindir da base territorial local, sintoniza seus processos de produção em estreita relação campo/cidade configurados em rede, a exemplo dos vários segmentos produtivos. Em outras palavras, tem-se o registro das infraestruturas territoriais criadas tanto no âmbito do Estado como também de iniciativas privadas, como, por exemplo, as estradas e as áreas agrícolas. Tem-se, também, concomitantemente a preparação do território para a introdução da soja, a (re) estruturação das cidades, como bases alimentadoras do processo, e a organização dos produtores com suas associações, sindicatos, cooperativas aglutinando áreas de produção, associação com prefeituras, instituições públicas e privadas de pesquisa e fomento à pesquisa. Os grandes

agentes hegemônicos com suas subsidiárias e a própria forma com que os agentes econômicos se disseminam pelas três cidades entre matrizes e filiais dão a ideia de rede urbana.

O enfoque do território se impõe como a dimensão direta de atuação do Estado, a mediação necessária aos investimentos econômicos (ARROYO, 2001); (CONTEL, 2006), a instância social imbuída de autoridade de normatização, sendo apropriado de forma privilegiada no âmbito da sociedade de classes, a exemplo da capitalista. O enfoque da cidade, do ponto de vista histórico, sobretudo no Brasil, se constitui como base de fixação populacional, gestão político-econômica e de frente de expansão urbana (MONBEIG, 1984). O enfoque das redes se justifica, sobretudo, pela organização atual que obedece a economia globalizada, no contexto da qual os requisitos da técnica, da ciência e da informação (SANTOS, 1996) são politicamente definidos e implantados, desnudando a dimensão política da técnica, com base na força decisória e empreendedora dos agentes hegemônicos (SILVA, 2003). Na proposição de nossa tríade, é possível averiguar as especificidades e singularidades do processo de modernização agrária iniciada no *pré-soja*, ou seja, o período antes da soja no cerrado mato-grossense e continuado na introdução, consolidação e diversificação da sua produção. É nesse sentido que privilegiamos a escala local mediada pela estadual, que, em última instância, é relacionada ao global.

O elenco das questões, bem como das categorias, anteriormente apresentado é fundamental para o plano geral de desenvolvimento da pesquisa, operacionalizado com base no cronograma em que primeiro se buscou arcabouço teórico, para podermos ampliar a compreensão de nossa realidade a campo e também escolher nosso caminho metodológico. Do âmbito de abordagem da abstração passamos ao de abordagem concreta, ao empírico visualizado, representado e concebido. Para dar conta da materialização, da melhor maneira possível, buscamos a prática da delimitação com o levantamento das fontes secundárias com as várias reportagens em jornais locais, a exemplo do *A Tribuna*, *O Diário*, *Gazeta de Cuiabá*, *O Dia*; as revistas: *Ótima S/A*, *Produtor Rural*, *Revista Rondon*; os sites, documentos oficiais do estado de Mato Grosso, sobretudo do período do final da década de 1970, a exemplo da Empresa Mato-grossense de Pesquisa e Extensão Rural (EMPAER); os censos demográfico e agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dessas fontes de informações secundárias, foi possível levantar dados que estão dispostos em caráter quantitativo, como as tabelas, quadros, gráficos, figuras, e qualitativo, nas pesquisas e reportagens. Pudemos, assim, compreender as políticas estatais na produção e viabilização do território, bem como os eventos que, ao longo da história ou da trajetória da produção, foram

empreendidos como registro das iniciativas dos produtores no interior do processo de estruturação do complexo.

As entrevistas junto aos produtores, no âmbito das informações primárias, em Rondonópolis, Primavera do Leste e Campo Verde, foram realizadas no período de 8 a vinte e 25 de julho de 2008. Rogério Salles e Adilton Domingos Sachetti em Rondonópolis incluem-se como pioneiros; em Primavera do Leste, temos Getúlio Barchete e Érico Piana, que testemunharam o início da soja por serem pioneiros; em Campo Verde temos Otávio Eckert como pioneiro e fundador da cidade. Levantamos informações junto ao Conselho de Desenvolvimento Industrial de Rondonópolis (CODIPI), no projeto de Lei nº 2.213, de 09 de setembro de 1994. Em Primavera do Leste entrevistamos Érico Piana, que além de produtor de soja, está à frente da administração municipal, e os presidentes das instituições: Cooperativa de Produtores de Algodão de Primavera do Leste (COOALESTE) e Cooperativa de Produtores de soja de Primavera do Leste (COOAPRIMA). Tivemos acesso, ainda, ao documentário histórico produzido pela Câmara Municipal de Primavera do Leste (2008), o qual nos foi de grande valia, oferecendo-nos narrativas e experiências dos produtores de soja, da criação da cidade e da produção territorial empreendida pelo estado na região, sobretudo na década de 1970. Em Campo Verde, estivemos em contato com a Secretaria Municipal de Agricultura e com Beijamim Zandonadi, engenheiro e um dos produtores de algodão no município, o qual nos ofereceu subsídios para nossa argumentação.

Em Cuiabá, além do levantamento das informações secundárias, fizemos contato com o diretor da Empresa Mato-grossense de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EMPAER), senhor Afonso Dalbert, e o ex- Diretor da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Mato Grosso (CODEAGRI), Sr. Osvaldo de Oliveira.

Outra forma de coleta de informações foi a de fotos, as quais nos propiciaram, além da visualização dos eventos locais, quer na cidade quer no campo, a análise sobretudo das contradições socioespaciais, no aspecto da apropriação e valorização territorial campo/cidade, confirmando a paisagem local à imagem e semelhança dos processos de apropriação e valorização territorial no campo, cuja materialidade urbana é dada pela existência de áreas privadas nos característicos *vazios urbanos*.

Mesmo sem a pretensão do desenvolvimento de um estudo de cunho regional, sem também a pretensão de um estudo de rede urbana, nossa abordagem pontua, ao longo do texto, aspectos e termos que estão associados às duas questões, uma vez que há uma concentração da produção e por Rondonópolis estar na condição político-administrativa de cidade polo do sudeste de Mato Grosso. No que tange à associação do termo complexo

agroindustrial à nossa tríade ou categorias centrais, verificam-se os vários segmentos, a exemplo da Fundação de Pesquisa de Mato Grosso (FUNDAÇÃO MT) e da Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso (APROSMAT).

A organização desses segmentos atrela interesses campo/cidade em que o campo é definido enquanto área de produção propriamente dita e a cidade enquanto gestão dos processos. Também atrela interesses pela valorização da propriedade da terra (MORENO, 1993), estudada como meio fundamental da produção, a ponto de seu *aprisionamento* (MARTINS, 1990), pela demanda da produção, gerar seu grau correspondente na cidade, qual seja, a valorização fundiária seletiva subsidiada pelo Estado na dotação de infra-estruturas que, em última instância, fomentam a segregação socioespacial. Assim, tem-se uma paisagem urbana cuja configuração físico-territorial é organizada em formas de *manchas*, ou fragmentada.

A preponderância de Rondonópolis está consolidada no tempo e na produção territorial mato-grossense, ostentando a posição de detentora dos registros geográficos e históricos anteriores à soja. Estes, ao contrário das outras cidades mais antigas do sudeste mato-grossense, não a anularam no momento inicial da soja, pelo contrário, a reforçaram e a colocaram como base de sintonia campo/cidade do novo momento da modernização agrária. Neste sentido, Primavera do Leste e Campo Verde guardam apenas registros “pós-soja”, ou da modernização agrária mais recente, enquanto Rondonópolis mantém uma herança de produção campo/cidade mais consolidada. Por isso sustenta, ao longo desse processo, a posição de destaque, com indicativo de continuidade como “cabeça de rede”, sobretudo na atualidade em que se posiciona muito bem no cenário da gestão política estadual.

Ainda, em termos operacionais da pesquisa, vale aqui fazer uma observação quanto à escolha da escala de abordagem, ou especificamente do nosso objeto de pesquisa, a qual obedeceu a critérios de operacionalização, tempo disponível e custos da pesquisa. Porém, devido a nossa trajetória, vivenciando todo esse processo da soja desde suas pré-condições, podemos afirmar com bom grau de certeza que a forma mais abrangente e característica da modernização agrária do cerrado mato-grossense, no período da década de 1970, necessariamente passa por Rondonópolis, sobretudo se considerarmos esse processo com base no pressuposto da intervenção do Estado na (re) estruturação do território, promovendo o crescimento econômico em Mato Grosso.

Como fecho de nossa introdução, lembramos que a estrutura do texto da tese obedece à ordem de disposição em três capítulos.

O intuito do primeiro é o tratamento do aporte teórico-metodológico, inserindo Rondonópolis à luz da leitura dos autores e das reflexões gerais no âmbito das mudanças político-territoriais e econômicas do Brasil e do mundo, elencando essas mudanças como pré-condições à modernização agrária do período da década de 1970.

O segundo capítulo tem como foco central o processo da produção da soja propriamente dito num panorama campo/cidade, com base na (re) criação das condições tanto diretamente ligadas à consolidação da produção no campo, como das de apoio e ao alargamento do contexto regional da produção. Contemplaremos, portanto, especificamente Primavera do Leste e Campo Verde, sem perder o foco principal em Rondonópolis. Enfim, trata-se da reconstituição do processo de estruturação da produção campo/cidade aqui expressa no complexo, numa relação dialética em que campo e cidade vão se complementando de forma necessária, porém, contraditória.

Finalmente, o terceiro e último capítulo é o enfoque do papel de Rondonópolis (SANTOS 2003); (ROSSO, 1999); (NARDES, 1997); (SUZUKI, 1996) ao longo do processo de modernização agrária no âmbito da soja, ou seja, desde as suas pré-condições ao seu estágio atual num leque de atribuições a esta cidade. Com isso, no contexto mais amplo, temos também a intenção de pelo menos sinalizar no sentido de uma proposta metodológica que contribua para o conhecimento de sua natureza no cenário da economia agroindustrial (ELIAS, 2004 e 2007); (TRINDADE JR., PEREIRA, 2007); (CORRÊA, 2007), tanto de Mato Grosso (PEIXINHO, 2006) como do Brasil.

1 – RONDONÓPOLIS NO ÂMBITO DAS PRÉ-CONDIÇÕES DA SOJA EM MATO GROSSO

Neste capítulo empreendemos uma abordagem teórica e metodológica. O capítulo se divide em três (3) itens, no sentido da revisitação bibliográfica no âmbito do conceito de território e sua apropriação, particularmente no Brasil, procurando pensar com foco em Rondonópolis. Na sequência, fazemos um esforço de inserção da realidade local e Mato Grosso no âmbito da produção da cidade na formação territorial brasileira, buscando, nesse caminho, a mediação territorial do Brasil como matriz da fonte de compreensão dos processos do capitalismo mundial e local. Finalmente, inserimos Rondonópolis e região no contexto da modernização agrária, sobretudo, com base na década de 1970, período assumido por nós como pré-condições do complexo. O sudeste mato-grossense, a partir das últimas três décadas do século XX, é inserido ao longo do estudo como a necessária abordagem particularizada e singularizada cujo fundamento é a preparação territorial para a introdução da soja e suas sucessivas fases de expansão. Ao enfocarmos as pré-condições do complexo, a cidade de Rondonópolis é aqui assumida como um “ente territorial” necessário ou base dessas pré-condições.

1.1 – O contexto geral da apropriação e produção territorial no Brasil

Na clássica literatura geográfica, sem sombra de dúvidas, é necessário referenciar Ratzel (1990), para quem o território se impõe como base de constituição, organização e desenvolvimento de qualquer povo na face do globo terrestre. Nisso tem-se uma visão antropológica desse conceito, contrapondo as teorias sociais que desmerecem a importância da existência humana em sua estreita vinculação ao solo ou à dimensão física da superfície da terra.

Podem-se elencar em Ratzel, anteriormente referenciado, três princípios fundamentais da razão de se estudar o território, quais sejam: as influências que as condições naturais exercem sobre as sociedades; o aspecto da distribuição dos grupamentos humanos pela superfície do globo terrestre; o estudo do território no que diz respeito à sua formação, sua organização, sua disputa e seu papel político.

O autor afirma que o território atual de determinado povo deve ser compreendido no âmbito de sua ancestralidade, o que em seu bojo contempla a disputa no processo de

apropriação desse território, ou seja, da atualidade aos povos antecessores ou primitivos. Isso contempla processos de destruição, apropriação, produção e reprodução territorial.

Dessa forma, os dois motivos fundamentais na apropriação e produção do território dizem respeito à habitação e alimentação, necessidades vitais à reprodução da vida social. A forma eficaz de garantir apropriação, produção territorial, é a organização social com base no Estado. Esta é a instituição garantidora da sustentação do território e de um povo sobre esse território.

A apropriação do território com vistas ao suprimento das necessidades de determinado povo está relacionado à capacidade de posse por mais ou menos tempo sobre o território. Isso leva-nos a pensar em termos da tecnologia utilizada para extrair os potenciais benefícios oferecidos, levando conseqüentemente à construção da identidade do povo com seu território.

O princípio das influências das condições naturais, embora tenha sido criticado sob a alegação do determinismo geográfico, associado a fatores políticos, econômicos e de povoamento, deu ao território brasileiro características que na atualidade, sobretudo, o colocam como país de grandes potencialidades econômicas, quer seja do ponto de vista do relevo, da flora, da fauna, do clima, como também da formação social, podendo ser explorado sob ritmos variados de produção.

A distribuição dos grupamentos tem dado ao Brasil uma característica de país composto por um povo e não por uma nação, (MORAES, 2008). O Estado tem participado fortemente ao longo da história no sentido de formação e consolidação territorial sob a égide da bandeira do capitalismo mundial. Nesse sentido, posiciona-se como um Estado austero em relação aos anseios mais elementares de seu povo, representando um apêndice do processo, num forte papel geopolítico a serviço dos interesses hegemônicos do capitalismo mundial, sendo até mesmo referência na América Latina.

A produção do território brasileiro passou por um processo de apropriação ferrenha, em que houve a inevitável destruição territorial e de territorialidades dos povos nativos, com a apropriação e assimilação de suas culturas pelos colonizadores europeus. Daí a existência da ancestralidade nas formas e produções atuais do povo brasileiro em seus vários traços culturais.

Por mais elementares que sejam os princípios da habitação e alimentação e do princípio da produção territorial nos pressupostos de Ratzel (1990), este como um dos clássicos da Geografia do século XIX, pode-se fazer boas aproximações a atualidade da produção territorial.

O Brasil país galgou o posto de produtor mundial de alimentos com base em seu caráter de país com a maior parte de suas terras agricultáveis, empunhando a bandeira de produtor mundial de alimentos. Portanto, entram em questão vários princípios. Primeiramente, o princípio da alimentação de que trata Ratzel. No plano da urbanização, destacam-se os programas de habitação popular com pretensões de resolver o problema da moradia, levando as cidades, sobretudo as maiores, ao amplo crescimento demográfico. Já no que se refere à capacidade de apropriação do território, temos o princípio da extração de benefícios à sociedade, segundo o qual o Estado criou grandes programas de modernização agrária na formatação de importantes órgãos de pesquisa científica e tecnológica, a exemplo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, fundamental ao cerrado do Centro-Oeste. Nisso, entendemos uma aproximação aos princípios dados por Ratzel, ficando evidente a natureza de um território estatal construído sob a égide da ordem externa capitalista registrada desde sua mais tenra idade cuja natureza da distribuição dos recursos e meios de produção, a terra como o mais característico, é ainda dada com base no princípio em que esta foi dividida.

Maurício de Almeida Abreu (1997), ao analisar a questão da ocupação territorial no Brasil, traz-nos o pressuposto da necessária busca ao passado para se compreender o presente e pensar o futuro do espaço geográfico, não apenas quanto às formas materiais, mas também quanto às imateriais, as jurídicas, por exemplo. Assim, pensar o passado é passo fundamental para preservarmos com melhores possibilidades o espaço do futuro que queremos ter.

No sentido da apropriação territorial, o autor afirma que toda a história da propriedade legal, conseqüentemente toda a conformação e organização territorial no Brasil, teve início com o sistema sesmarial. A questão da terra produtiva e terra improdutiva tem origem nisso, pois em determinada concessão às vezes não se cultivava toda a terra e somente nos limites dessa concessão é que se faziam outras doações, configurando uma reserva territorial entre as concessões.

A distribuição e posse da terra são contempladas como categoria chave no processo de ocupação do território e do povoamento como possibilidade de enfrentamento das adversidades oriundas dos demais habitantes nativos. Portanto, inicialmente, a posse da terra para trabalho e extração de renda era o componente básico da instauração do conflito, cujo sentido em si é intrínseco à noção de território, ou de posse.

A posse territorial só vai ser modificada da situação de concessão da terra para propriedade, a partir da metade do século XIX, como coloca José de Souza Martins (1990) na obra *O Cativo da Terra*, diante do novo contexto mundial de expansão do capitalismo

imperialista inglês. A produção, que até então tinha como base o regime de escravidão, inverte-se quanto à forma, ou seja, da ordem do trabalho escravo como condição à do trabalho livre como produção do cativo da terra, o que significou uma total mudança de paradigma no que se refere à obtenção desta como riqueza e acumulação de renda capitalizada.

Assim, podemos afirmar que a Lei de Terras, de 1850, coadunava-se com os ideais mercantilistas do projeto inglês de ampliação de seu mercado, já que o número de consumidores crescería com a entrada do contingente de escravos negros recém-libertos, bem como os imigrantes, sobretudo de italianos, que ao se monetarizarem também entrariam nesse mercado como consumidores efetivos. (SUZUKI, 2006: 215).

Esse novo momento da posse de riqueza no Brasil significou a transformação da terra à condição de propriedade privada mediante a compra por dinheiro, conforme a aprovação da Lei N° 601, de 18 de setembro de 1850, revalorizando-a como mercadoria e dessa forma garantindo sua apropriação como monopólio dos fazendeiros. Ao mesmo tempo, o trabalho compulsório ou vinculado à renda da terra como pagamento, travestido de ideologia do trabalho livre, seria a viabilização da aquisição da terra ao trabalhador imigrante. Como coloca José de Souza Martins:

A Lei de Terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformações nas condições do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam as condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho. Importava menos a garantia de um monopólio de classe sobre a terra, do que a garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho à grande lavoura. De fato, porém, independentemente das intenções envolvidas, a criação de um instrumento legal e jurídico para efetivar esse monopólio, pondo o peso do Estado do lado do grande fazendeiro, dificultava o acesso à terra dos trabalhadores sem recurso. (MARTINS, 1990: 58, 59).

Em suma, a função maior da Lei N° 601/1850 – Lei de Terras – foi tornar legal o mercado da terra como única forma de aquisição, considerando que esta já era comercializada extra-oficialmente. Como o aparelho estatal estava em constituição, o registro paroquial foi a única informação possível que garantiu a efetiva ocupação e sua oficialização como propriedade ao seu detentor. Nisso as palavras de Suzuki são oportunas:

Fica claro, em Martins, o complexo processo de obtenção da renda capitalista, em se tratando da produção sob a lógica da apropriação do território no Brasil, combinando relações capitalistas e não capitalistas de produção.

Percebe-se que a desordem da propriedade da terra tem sua origem nos desmandos, na má distribuição da terra desde o Brasil colônia. Este é um problema freqüente, que reflete com mais veemência sobre a cidade e da cidade como um retorno para o campo, uma vez que a maior parte dos constantes processos agrários é resultado, sobretudo da não aceitação, por parte destas populações camponesas vivendo na cidade, das condições a elas impostas em itens como moradia e emprego, entre outros.

Fica claro, ou pelo menos se pode afirmar, que ao longo dessa trajetória a terra como base da fixação, expansão e conflitos territoriais, não pode ser vista fora do contexto de expansão do capitalismo, cuja missão maior é tudo transformar em mercadoria. No caso da terra, uma mercadoria cuja detenção garante o monopólio da renda capitalizada.

Neste rápido panorama da formação territorial do Brasil, inserimos um pouco do amplo processo de apropriação e produção territorial de Mato Grosso, destacando o papel do Estado focado em suas ações sobre a posse da terra e da produção de infraestruturas de apoio à produção, como atributos de poder político e econômico.

Gislaene Moreno (1993), em seu estudo que abrange um século de história da apropriação territorial em Mato Grosso (1892 – 1992), relaciona-se com as considerações até aqui levantadas por nosso conjunto de autores. A partir deste período, dado o contexto territorial e nacional brasileiro, podemos chamar de período da modernização territorial na formação socioeconômica brasileira. Neste estudo, a autora levanta e analisa os vários mecanismos jurídico-político-institucionais, no interior dos interesses de poder das oligarquias, tendo a posse da terra como instrumento maior de articulação, negociação, promoção e acumulação de riqueza.

O que no contexto da apropriação da terra no Brasil era mudado pela Lei de Terras, teve seu tempo/espaco correspondente em Mato Grosso, com a primeira lei de terras gradual no período de 1892 – 1930, conforme as palavras da autora.

Em 1892, Manoel José Murtinho, primeiro presidente constitucional do estado de Mato Grosso eleito no período republicano, sancionou a primeira lei de terras estadual (n^o20/11/1892), que dispunha sobre o processo de regularização fundiária, e a lei n^o24 de 16 de novembro do mesmo ano, criando a primeira "repartição pública de terras", a Diretoria de Obras Públicas, Terras Minas e Colonização, com sede na capital.

A Lei n^o20 dispunha sobre os processos de revalidação das sesmarias, legitimação das posses e venda das terras devolutas, definindo-as, inclusive. Foi regulamentada

pelo decreto n^o. 38 de 15 de fevereiro de 1893, seguindo os princípios norteadores da Lei imperial de terras n^o. 601/50 e de seu regulamento n^o. 1318/54, no que se refere às questões de regularização da propriedade territorial e da política de mão-de-obra, que vieram atreladas a essas normas, conforme os objetivos a que se propunham, no período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre no país (MORENO, 1993: 65).

É importante a compreensão da sintonia da questão da terra em Mato Grosso com o novo contexto brasileiro, salvaguardando os privilégios da classe dominante, reservando a esta o monopólio do trabalho que a partir daquele momento transformava-se da condição de trabalho escravo à condição de trabalho livre nos mesmos moldes, por exemplo, de São Paulo, num lapso de tempo/espço não muito distante. Assim, chegamos à afirmação de que este território desde há muito esteve sintonizado com as mudanças econômicas do capitalismo, no interior da formação territorial e socioeconômica do Brasil.

Assim, Mato Grosso, seguindo a lógica da distribuição privilegiada da terra no Brasil, institui aos fazendeiros as garantias legais desse direito convertido agora na posse efetiva da terra, num momento em que a ideologia do trabalho livre, pregada por essa mesma classe detentora da riqueza, induzia o acesso à terra aos cidadãos comuns, o que poderia resultar na perda da posse da terra adquirida desde o regime de sesmarias.

Um aspecto importante que devemos observar desse novo momento empreendido é o discurso inovador que soava num tom de modernização territorial, começando pela própria desburocratização em relação à legalidade da terra. Era preciso desburocratizar, tornar os processos de aquisição desta mais rápidos, com vistas à participação da iniciativa privada no processo de colonização, sob pena de um atraso desproporcional, recheado de interesses eleitoreiros, como bem coloca Gislaene Moreno em sua tese. Mas novamente, no centro desse interesse estavam os direcionados às oligarquias; estava a distribuição privilegiada de terra, de forma oportunista, como pagamento em negociatas políticas.

Essa situação em relação à questão da terra em Mato Grosso vai receber novas mudanças a partir de 1930, num período em que o território mato-grossense fica sob intervenção do governo federal de Getúlio Vargas. É um novo e importante momento de reestruturação em termos da posse da terra e da formação territorial que impacta diretamente sobre a distribuição da terra que no âmbito nacional é conhecido como a “Marcha para o Oeste” com a colonização oficial, abrangendo a parte sul do Estado, especialmente a região da Grande Dourados. Nesse sentido, o território de Mato Grosso serve aos intuítos da bandeira da integração e consolidação nacional, tal como marca registrada do governo Vargas.

Nesse período da colonização de Mato Grosso, cria-se um desequilíbrio entre o sul do estado, com grau mais acentuado de integração ao sudeste e sul do Brasil, e o leste e norte do

estado, “vazios” e pouco atrativos aos ideais do período Vargas. Essa disparidade provoca uma reação por parte do governo estadual, o qual empreende as várias colônias agrícolas na parte centro-leste do estado, constituída após a divisão do estado como sudeste, e polarizada por Barra do Garças. Assim, a ocupação territorial da região do entorno de Rondonópolis a partir do empreendimento das colônias agrícolas, a exemplo de Macacos, Naboreiro, Paulista entre outras (SIQUEIRA, COSTA e CARVALHO, 1990), inaugura o período a partir do qual Rondonópolis começa a consolidar-se como aglomerado urbano no marco de mudança da economia mineradora à agropecuária.

Seguindo a análise de Gislaene Moreno, na etapa mais recente do processo, a partir da década de 1970, no bojo da distribuição privilegiada da terra e da acumulação e reprodução capitalista, a Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT) é criada em 1971, tendo o papel de prosseguir e melhor promover o processo de colonização no estado até então efetuado. Em 1972 faz sua primeira alienação de terras devolutas no município de Aripoanã, visando angariar fundos para investimentos em obras de infraestruturas, como construção do novo Centro Político Administrativo (CPA), da capital Cuiabá. Vale lembrar aqui que neste momento já era patente o discurso de separação de Mato Grosso, que só vai se concretizar na segunda metade da década. Assim os investimentos na modernização da esfera político-administrativa da capital Cuiabá eram alimentados por essa expectativa.

O importante a se verificar nessa alienação de terras públicas no município de Aripoanã é a mudança de caráter, passando de uma colonização empreendida pelo Estado para a empreendida pela iniciativa empresarial incentivada pelo Estado, num projeto que abrangia 2.000.000 (dois milhões) de hectares. Os grupos que vencessem a licitação desse projeto de vendas de terras públicas deveriam fazer altos investimentos, promovendo projetos de colonização, exploração agroindustrial, agropecuária, industrialização de celulose, mineração e cooperativas mistas de produção e consumo. E, de contrapartida, caberia ao Estado investir em obras de infraestruturas como usinas hidrelétricas, estradas. Os projetos teriam a aprovação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, órgãos regionais, incentivos fiscais e aprovação da própria CODEMAT.

Esse evento, embora não seja o único desse novo momento de promoção da distribuição privilegiada da terra no estado, serve como um marco característico que fala pelos demais e é representativo do conjunto.

A partir de 1978, o Instituto de Terra de Mato Grosso – INTERMAT, um dos órgãos ligados à distribuição da terra que mais esteve a serviço dos interesses políticos, que no caso não estão desconectados dos interesses econômicos, passa a responder pela política fundiária,

enquanto a CODEMAT continua como órgão oficial de colonização. Em 1979, 71,8% dos 881.000 km² já eram considerados superfície titulada, com 64,2% correspondendo a títulos definitivos.

Esse último período colocado por Gislaene Moreno, ao mesmo tempo em que marca novo período da apropriação da terra no estado, agora oficializado sobretudo pela posse da propriedade desta, fomenta também um novo surto de urbanização e modernização agrária, consolidando a atual região sudeste do estado, anteriormente até a divisão política conhecida como região centro-leste, conforme mencionamos anteriormente, o que coloca como a base a partir da qual o cerrado mato-grossense conheceu sua inserção definitiva na mecanização e produção agroindustrial de integração local/global. A terra nesta região, como em Mato Grosso e no Brasil em geral, não está desvinculada da intervenção estatal, desde os seus primórdios à da produção da cidade, esta como *locus* de reforço e promoção da urbanização e modernização do território. A título de exemplo, citam-se distritos como *Ouro Branco* e *Garça Branca*, pleiteando sua emancipação à categoria de cidades.

O contexto até aqui enfocado tem sua aproximação com a história da ocupação territorial em Rondonópolis, se pudermos compreendê-la em seu contexto mais amplo. Afinal, na atualidade, as condições em que o modelo agrário se encontra são exigentes quanto à concentração fundiária e à negação do direito de acesso a terra à grande maioria social. Afinal, esse é um pressuposto básico da viabilidade da soja na região, a grande escala física da produção. Assim, partimos da hipótese de que estudar a modernização agrária e urbanização em Mato Grosso sem inserir o contexto de Rondonópolis é cometer um grave equívoco. Sobre essa base histórica de ocupação do território em Rondonópolis, Luci Lea Martins Tesoro (1993), Júlio César Suzuki (1996) e Flávio Nascimento (1997) oferecem-nos uma leitura em relação à modernização territorial e urbanização, que muito contribuem no esclarecimento dos primórdios da ocupação territorial, urbanização e modernização agrária da região de Rondonópolis.

Os três autores registram os primeiros indícios de povoamento em Rondonópolis a partir da primeira metade do século XX, o que nos sugere sua inserção num contexto nacional do Brasil dos tempos modernos. Segundos estes autores, o aglomerado inicialmente denominado de Poguba ou Rio Vermelho, segundo a língua do povo Bororo, recebe alguma visibilidade a partir dos primeiros anos do século XX, exatamente o momento em que o território mato-grossense é cortado pela linha de telégrafos ligando São Pulo ao extremo oeste do Brasil.

Dessa forma, nas primeiras décadas do século XX, mais especificamente até os anos 30, obras de importância infraestrutural e territorial como a linha telegráfica, a estrada Cuiabá-Coxim, a ponte de Madeira sobre o Rio Vermelho, que corta atualmente a cidade, seriam os primeiros marcos do fim do isolamento dessa região com a capital do estado, consolidando também o povoado como futura cidade. (SUZUKI, 1996).

As décadas de 1940 e 1950 marcariam a ampliação da estrada de terra Cuiabá a Campo Grande. Sem sombra de dúvidas essas obras foram, no marco da apropriação territorial e crescimento econômico de Rondonópolis, as mais importantes, uma vez que viabilizaram os fluxos migratórios iniciais, as primeiras produções agropecuárias, os primeiros comerciantes. Enfim, a história registra que o governo estadual, quer agindo em planos diretos de ocupação do território, quer agindo na produção dessas infraestruturas, foi o componente fundamental no processo.

O caráter concentrador da propriedade fundiária em nível do estado e local, no contexto do modelo de apropriação territorial brasileiro, se confirma com o novo surto de modernização dos anos da década de 1970. Assim, com um certo grau de modernização territorial já presente em meados do século XX, não se pode atribuir a concentração de terras em Mato Grosso apenas ao momento em que a soja é introduzida, como é comum se pensar. O que se pode afirmar é que a concentração apenas se agravou com a soja, pois essa estrutura concentradora já vinha de um amplo legado histórico como nos relata Moreno (1993), onde a apropriação da terra assume o papel de instrumento de reforço de privilégios aos detentores do poder econômico e político, cuja herança tem origens remotas.

No período 1970/1980 o adensamento da concentração fundiária é colocada como um agravante a mais, vindo acompanhados dos rápidos e grandes incrementos em tecnologia como insumos da produção. Associado a isso, deve-se considerar as mudanças nas relações de trabalho, diminuindo sistemas de produção por arrendamento, meeiro, para relações de trabalho por assalariamento. O impacto maior disso foi a expansão físico-territorial urbana de Rondonópolis na produção de uma periferia mais ou menos aleatória. Os números do adensamento da estrutura fundiária são visualizados nas tabelas 1 e 2 no período de 1970 e 1980. Devemos considerar que a concentração da propriedade da terra deveu-se tanto aos imperativos do novo momento da modernização no campo, como urbanização que o Brasil estava vivendo como um todo.

Tabela 1 – Estrutura Fundiária de Mato Grosso e sudeste do estado em 1970

1970			
Unidades	Nº total propriedades	Área total (ha)	Área média/propriedades (ha)
MT	106.104	45.752,000	431.204
SE/MT	10.167	1.130,000	111.206

Fonte: IBGE Censo Agropecuário (1975). Elaboração de Elias da Silva

Conforme é apresentado nas tabelas, há uma progressiva concentração da terra por propriedade rural em Mato Grosso, com mais nitidez na região de Rondonópolis, ou sudeste do estado podendo ser visualizada no que se refere aos três elementos, quais sejam: número de estabelecimentos, área total e número médio de hectares por propriedade no final do período. O número de propriedades cresceu pouco em relação ao aumento da área que cresceu cerca de 400% e a média de hectares por propriedade em mais de 350%, conforme a tabela 2 em que de pouco mais de 111 hectares por propriedade, salta para mais de 400, portanto muito superior à média do estado. Assim, inaugura-se um modelo de produção econômica marcado pelo adensamento da concentração fundiária, como requisito básico de viabilidade de produção no ambiente do cerrado do Brasil central.

Tabela 2 – Estrutura Fundiária de Mato Grosso e sudeste do estado em 1980

1980			
Unidades	Nºtotal Propriedades	Área total (ha)	Área média/propriedades (ha)
MT	63.383	34.554,000	545.170
SE/MT	11.067	4.542,000	410.468

Fonte: IBGE Censo Agropecuário (1985). Elaboração de Elias da Silva

Os números das tabelas, quando analisados em nível do estado, a observação maior é em relação à diminuição do número de propriedades e da área total das propriedades devido, à divisão do estado perdendo território para Mato Grosso do Sul. No entanto, interessa-nos ver que a média de hectares por propriedade aumentou em quase 50%. Enfim, podemos afirmar, de um modo geral, que a terra em Mato Grosso, nesse contexto de adensamento da concentração a que foi submetida, é resultado do novo contexto em que o capitalismo se diversifica em suas várias formas de aplicação, entre elas a da aquisição de terras como forma de aumento dos ativos empresariais. A terra, como renda capitalizada e como monopólio da produção, precisou ser mantida em seu

processo de concentração, porém não como um dado novo na economia, mas na herança da forma desigual de sua distribuição no estado. Estes números confirmam, também, nesse período, a aceleração da corrida para a aquisição de terras no cerrado diante da facilidade e viabilidade de mecanização, verificadas a partir da década de 1970, confirmando as bases da sojicultura tecnificada.

A trajetória da apropriação territorial em Mato Grosso, como vimos, segue a lógica da história da apropriação territorial do Brasil, e não é novidade verificar o maior grau de adensamento da estrutura fundiária na década de 1970, pois este é coerente com o novo momento e modelo de economia que se implantou a partir de então. Nesse sentido, as palavras de Afonso Dalbert, Diretor do Instituto de Terras de Mato Grosso – INTERMAT são oportunas.

A relação latifundiária do Mato Grosso ela é um problema como o Brasil inteiro, passamos por três situações caras aqui no Mato Grosso: primeiro foi vindo de Villa Bela, ai vem na baixada cuiabana as Três Marias, que foi explorado, esse foi o primeiro da extração latifundiária do Mato Grosso; segundo foi uma outra situação que houve as grande colonizadoras que chegaram no estado, e isso foi diferenciado, onde houve o estado, aonde o governo militar queria fazer a exploração, e junto com essas grandes exploradoras houve projetos legislativos dando á eles toda uma liberdade de vender e dar essas terras, para que os colonizadores explorassem o norte e o noroeste; e o terceiro problema que houve foi na região do Araguaia, foi um sistema diferenciado, que titularam áreas, houve o problema de titulação do estado e depois houve o problema no estado mesmo na região de Juína e Castanheira, e também no noroeste que foi explorado pela CODEMAT, uma empresa estatal. O estado hoje em relação latifundiária ele tem de tudo. E o governo hoje esta tentando regularizar todas essas áreas, e ele tenta reorganizar-se.

Fonte: Entrevista concedida a Elias da Silva por Afonso Dalbert, Diretor do INTERMAT em Cuiabá em 9 de julho de 2008.

A fala de Afonso Dalbert deve ser interpretada sob a recente preocupação do Estado em regularizar as terras, ou melhor, a propriedade da terra, considerando que o surto modernizador que atingiu Mato Grosso a partir da década de 1970 teria na legalização da terra o ponto de partida para o crédito agrícola. Nesse sentido, uma modernização territorial com base na modernização das formas de produção capitalista no estado. O crédito agrícola teria a propriedade da terra como forma de garantia junto aos bancos.

O Estado, dessa forma, se coloca como mediação necessária enquanto instância reguladora do direito de propriedade da terra e do valor auferido do monopólio da posse desta. Essa é a lógica do favorecimento do Estado aos detentores da posse da terra, na sociedade capitalista.

Podemos afirmar, de uma forma geral, que a apropriação e a produção territorial, bem como a trajetória da urbanização no Brasil, são marcadas por processos que registram em seu

interior as mazelas da exploração capitalista sob formas capitalistas e não capitalistas de produção, sobretudo na fronteira capitalista, como aborda José de Souza Martins (1997). A renda da terra dá o tom básico da orquestração dos interesses que permeiam as lutas políticas, sociais e econômicas, cujo contexto atual é dado pelo adensamento das relações socioespaciais campo/cidade, devendo ser vistas no sentido de um processo de contínuo adensamento, do incremento tecnológico e do aprofundamento da modernização agrária e da urbanização. Isso nos sugere o enfoque da cidade no contexto da produção territorial, como célula básica do incremento da modernização do território e da produção.

1.2 – Rondonópolis no contexto da formação da cidade no Brasil

A apropriação territorial no Brasil não pode ser elencada sem tomarmos como referência a cidade que desde os primórdios foi necessária, como ponto de formação, dada a sua natureza em termos de concentração de instituições sociais, tanto no ponto de consolidação da porção até então apropriada, como ponto de partida para novas conquistas. Nesse sentido enfocamos a cidade e urbanização no Brasil, procurando ver, em última instância, a singularidade da nossa área de pesquisa, Rondonópolis.

Aroldo de Azevedo (1992) estuda a formação e distribuição das cidades no processo de produção territorial e urbanização do Brasil, desde o período colonial até o século XVIII. Verifica esse processo no que chama de embriões: as feitorias, ou seja, as chamadas ‘cabeças de pontes’, sinal de posse do território; e os galpões para depósitos das mercadorias de escambo como espelhos, vidrinhos, guizos de cascavéis, pentes, tesouras e/ou ferramentas em geral. As feitorias possuíam caráter militar, com a presença de uma ‘casa forte’ e um policiada caiçara sob o comando de um capitão vigia. Considera que realmente a urbanização só se inicia depois da instalação do regime das capitanias, nas quais os donatários tinham o direito de implantar vilas possuindo termos de jurisdição, liberdade e insígnias de vilas, segundo a forma e costume do reino de Portugal.

A intervenção da coroa sobre a produção de cidades no Brasil desde o período inicial da colônia na faixa litorânea significava a necessidade da efetivação da presença portuguesa, proximidade comunitária para a resistência aos ataques dos selvagens, limite à intransponibilidade do relevo pelas suas escarpas e também como forma de enfrentamento aos ataques de outros colonizadores europeus. Enfim, a cidade como símbolo da conquista territorial, mas também simbolizando o lugar a partir do qual se dava o avanço da fronteira, o lugar do início e do fim, ponto de chegada e de partida, lugar de segurança, da alteridade, do

descobrir o “outro”, da fusão e assimilação da cultura, base de reunião das condições e dos processos da produção - lugar da decisão e do exercício do poder.

É coerente afirmar, independente da expressão econômica, política e populacional alcançada pelo Brasil como colônia nesse período inicial, que a cidade é posta como espaço que satisfazia os ideais da modernidade capitalista, numa ainda colônia da metrópole portuguesa. Nesse sentido, sugere-se pensar território, cidade e povoamento como processos indissociáveis da urbanização e da modernização cidade/ campo.

A configuração urbana do final do período seiscentista dá sinais claros do crescimento do fenômeno da urbanização. No século XVIII acontece o que o autor chama de *a obra de urbanização que alcança o interior*, implicando na intenção de alargar as fronteiras do país até a atual configuração, tornando terras de possessão espanhola em terras de possessão portuguesa. Azevedo afirma que esse é o primeiro grande momento de expansão das cidades e da urbanização brasileira com base na navegação fluvial, tendo os rios como as grandes vias de interiorização.

Vilas e cidades são criadas no oeste do Brasil, a exemplo de Vila Bela da Santíssima Trindade, Cuiabá e Goiás Velho, tendo na mineração o elemento novo do processo de urbanização e de produção econômica. O fenômeno também incrementou as cidades com novas atividades de comércio, dando um novo caráter urbano, menos agrícola e mais comercial, o que também significou novos segmentos sociais urbanos como os comerciantes de pedras preciosas, ourives, ferreiros etc. Outro aspecto importante é a perda relativa de importância da zona litorânea urbana para o interior.

No século XIX, devido às pressões do imperialismo inglês para ampliar seu comércio e consumo no mundo, o ritmo de crescimento da funcionalidade das cidades ligadas às atividades da produção econômica sofreria pressões no sentido do arrefecimento das atividades de manufatura ligadas ao setor têxtil. Estas já apresentavam um bom dinamismo, que já merecia ser considerado como germe da industrialização, levando suas populações ao retorno de atividades rurais em detrimento das atividades urbanas, o que deve ser apontado, no processo histórico do Brasil, como entrave ao desenvolvimento urbano no século XIX, no processo de independência do mercado externo.

O que podemos concluir com o estudo de Aroldo de Azevedo demonstrando o processo de formação das cidades na formação territorial brasileira, é a atribuição dada à cidade como base do processo de conquista e consolidação territorial.

Milton Santos (1993) contempla o fenômeno da urbanização sem se prender à periodização efetuada por Aroldo de Azevedo. Segundo este autor, é no período 1530 – 1720

que se cria e se configura no Brasil uma primeira rede urbana, com a inclusão da Amazônia; logo, um sistema urbano no sentido da expansão geopolítica do território nacional. Ele contempla a urbanização desde o século XIX a partir de São Paulo, que se configura no formato de um sistema urbano com a consolidação da ferrovia e da melhoria dos portos, permitindo maior fluidez do território dali em diante. Isso faz com que a base da industrialização seja atribuída ao sudeste brasileiro, concentrando-se em São Paulo.

A urbanização e industrialização são incrementadas com um novo surto a partir dos anos 1930 impulsionadas novamente pelo Estado com as mudanças ocorridas de caráter político e administrativo, especialmente no que se refere às obras de infraestrutura. De sorte que daí em diante o processo de urbanização e industrialização vai se dar de forma mais distribuída no território brasileiro. As cidades médias, incluindo as capitais dos estados, serão a base da distribuição populacional e o crescimento do setor terciário e uma nova frente urbanizadora nas regiões Centro-Oeste e Norte, impulsionadas pelo adensamento da modernização agrária e do surgimento do complexo agroindustrial. A esse fenômeno é chamado de urbanização terciária, cujo ápice se dá a partir do pós-guerra.

Sobre a cidade e urbanização no Brasil, faz-se necessário incluir São Paulo ao contexto de análise da cidade e da forma de urbanização do restante do Brasil. Nesse sentido, Júlio Cesar Suzuki (2004) analisa a expansão moderna da cidade de São Paulo a partir de meados do século XIX até os dias atuais, registrando uma aceleração temporal de processos socioespaciais, com base na renda capitalizada da terra urbana. Nesse contexto, significou a expansão do próprio mercado imobiliário desta cidade rumo ao seu crescimento e formação da metrópole, cuja origem é registrada no interior das mudanças econômicas das formas de produção e relações de trabalho, oficializadas com a promulgação da Lei 601, Lei de Terras, mas também com a Lei Euzébio de Queiroz, proibindo o tráfico negreiro para o Brasil. Esses dois instrumentos jurídicos foram básicos na constituição da propriedade da terra urbana como expressão maior de riqueza.

A relação direta desse contexto de São Paulo como referência a qualquer cidade brasileira está na propriedade da terra que se adensa sempre que há o crescimento associado à modernização da economia. Por isso, entendemos ser necessário contextualizar para o nosso enfoque um pouco da longa história da urbanização da cidade de São Paulo, que, segundo Suzuki (2004), marca um novo período de sua significação enquanto base da reorganização territorial, no contexto das mudanças sociais em relação à concepção de acumulação de riquezas, no âmbito da qual a propriedade da terra urbana passa a compor o novo momento de constituição da cidade capitalista no Brasil. Nesse sentido, este autor parte da renda capitalista

da terra como proposta que vai embasar a concepção de *gênese da moderna cidade de São Paulo* a partir do momento em que as mudanças no Brasil em relação à terra são implantadas.

Ainda sob a lógica da valorização territorial urbana, Amélia Luisa Damiani (2004), na análise que faz da atual metrópole paulistana, opta pela perspectiva da urbanização crítica. Esta pode ser estendida para o conjunto do território brasileiro em geral, levantando referentes ao cotidiano das populações da periferia, nos aspectos do mercado de trabalho na indústria da construção civil, da carência de infraestruturas urbanas dos segmentos menos favorecidos, e também de infraestruturas que, uma vez criadas, no interior do jogo de interesses dos segmentos dominantes em sintonia com o Estado, alimentam a segregação socioespacial cuja materialização estampa os diferentes níveis de poder aquisitivo, sob a lógica dos quais se pode falar sobre a real existência ou não do urbano, ou a falta de um urbano digno. Nesse sentido afirma que: “*Não há urbano para todos (...)*” (DAMIANI, 2004:30), quando se refere a uma forma de falência do emprego, de uma economia que se sustenta de sua própria miséria e escassez, no próprio cotidiano das atividades comerciais e de serviços marginalizados.

A questão da renda da terra é o eixo norteador que fundamenta sua crítica, na qual obras, como por exemplo, o *Rodoanel*, canalizam, na periferia metropolitana, a renda capitalizada da terra sob artifícios imateriais como o do mercado financeiro, garantindo maior rentabilidade aos detentores de terras que se beneficiaram por uma questão de logística urbana de circulação e acesso ao urbano aprazível da metrópole.

O exemplo da modernização urbana de São Paulo por um lado, serve-nos de indicador para pensarmos sobre o processo de urbanização de Mato Grosso na década de 1970, período em que se deu a modernização territorial e econômica, com vista à introdução da soja. Vários municípios foram criados com suas cidades sedes como bases necessárias na consolidação da colonização (MORENO, 1993). Por outro lado, houve o adensamento urbano daquelas cidades já consolidadas em outros períodos, como é o exemplo maior da capital Cuiabá, que teve um crescimento horizontal e vertical vertiginoso em um curto período de pouco mais de 10 anos, a partir da década de 1970. Concomitantemente ao crescimento da capital, outras cidades polos regionais, como Cáceres, Barra do Garças e sobretudo Rondonópolis, registraram altos índices de urbanização e crescimento físico a partir desse período.

Com o novo contexto da modernização iniciada pelo Estado na década de 1970, a ampliação da divisão político-territorial, da distribuição de terras e da ocupação populacional teve como resultado o surgimento de novos municípios:

(...) a partir da década de 70, 80 novos municípios, todos emancipados, sendo quase a metade resultante da colonização privada. (...) o estado contava apenas com 34 municípios. Termina a década de 1980 com 95 e inicia a década de 1990 com um total de 117 municípios (...). (MORENO 1993: 310).

Na criação dos novos territórios já urbanizados pela força colonizadora da iniciativa privada sob os incentivos do Estado, a emergência da posse da terra fez surgir cidades como se imaginássemos a volta ao passado remoto do Brasil, com cidades que surgiram tanto em meio à selva ou da floresta, como no cerrado ainda por *desbravar* ou concomitante à sua mecanização como foi o caso de Primavera do Leste e Campo Verde.

(...) o acesso a terra, permitido a colonos ou trabalhadores do campo em geral, e a formação de verdadeiras cidades no meio da selva devem ser entendidos dentro da lógica contraditória do capital, como partes integrantes e necessárias a um único processo: o de construção capitalista do território. (MORENO 1993: 310).

Podemos afirmar que o novo momento da modernização territorial e urbana significou a criação da (re) valorização territorial urbana em termos de Brasil e Mato Grosso, a qual registra, em Rondonópolis, sua trajetória específica, porém, não dissociada desse contexto geral brasileiro.

Suzuki (1996), ao pesquisar sobre a urbanização de Rondonópolis, traz como centro a questão da transição entre o momento em que esta é apenas um povoado, ao momento, a partir do qual, se constitui cidade. Faz, assim, o resgate do processo que contempla sua passagem do rural ao urbano.

Nesse resgate, coloca questões importantes da urbanização de Rondonópolis, como a propriedade da terra, que no primeiro momento tem sua distribuição sob a decisão do Estado e, no segundo, a terra passa a ser comercializada, ou é transformada em mercadoria, tendo o Estado como promotor da colonização sob a iniciativa das empresas colonizadoras.

O período entre 1940 e 1960, de acordo com Suzuki (1996), é crucial na passagem da categoria de povoado à categoria de cidade em Rondonópolis, pois é a partir desse momento que o Estado, no âmbito municipal, passa a coordenar ações de fortalecimento da propriedade da terra, com relação ao (re) ordenamento territorial urbano e o melhoramento infraestrutural viário.

Aprofundando no sentido da urbanização em Rondonópolis, traça um perfil da expansão urbana da cidade em que o Estado intervém no processo, alimentando a ocupação do território já na década de 1970, em que a cidade já se consolidava como a base do novo

momento da economia ou como espaço territorial resultado da reprodução das relações sociais de produção do capitalismo.

As mudanças político-econômicas verificadas, sobretudo nos anos 1970, impactaram diretamente as cidades e o índice de urbanização. O estudo de Tereza Coni Aguiar (1980) sobre a urbanização em Rondonópolis vem a calhar nesse sentido, no qual se busca entender as características da expansão periférica emergente e desordenada da cidade de Rondonópolis.

Essas mudanças na estrutura fundiária exerceram grande grau de influência na distribuição demográfica em Mato Grosso, influenciando o deslocamento da população no sentido campo/cidade, particularmente para aquelas que ofereciam certo grau de estruturação com relação aos equipamentos urbanos. Vale lembrar, as políticas do governo federal e estadual foram fatores fundamentais no processo de urbanização em Mato Grosso, determinando não só o movimento migratório dentro do estado, mas o movimento migratório oriundo de outras regiões do Brasil. Esse processo foi também evidente no sudeste do estado, principalmente na cidade de Rondonópolis. (AGUIAR, 1980:76).

Os números da urbanização e crescimento populacional de Rondonópolis são apresentados nas tabelas 3 e 4 no período 1970/1980 cominando à modernização do campo, o crescimento urbano do mercado de trabalho e do oferecimento da oferta de produtos e insumos ao campo. Os números demonstram, ainda, a consolidação de uma cidade que se firmava enquanto cidade capitalista no novo momento inaugurado sob a égide da soja.

Tabela 3 – População de Mato Grosso, sudeste do estado e Rondonópolis em 1970

1970			
Unidades	Pop total	Pop. Rural	Pop. Urbana
Mato Grosso	1.623.618	923.957	649.547
Sudeste/MT	115.329	79.009	36.320
Rondonópolis	37.800	14.349	23.451

Fonte: Censo Demográfico IBGE (1980) Elaboração de Elias da Silva

De acordo os números da tabela 3 se pode constatar que o índice de população urbana em Mato Grosso em 1970 chegava perto de 40% não comprovando alto índice de urbanização no estado. O mesmo acontece particularmente com o sudeste do estado, porém, especificamente, Rondonópolis, já apresentava índice de urbanização mais elevado, a cidade ultrapassava em número de população o campo. A tabela 3 traz esse indicador em que os números acusam mais

de 50% da população residindo na área urbana. Isso também confirma já no início da década de 1970, que entre as pré-condições para a soja, estava o fluxo migratório, alimentado, sobretudo, pela valorização da terra no campo a qual gerava seu outro lado da moeda: a da necessidade de migrar para a cidade como busca de melhoria da qualidade de vida.

Conforme demonstra a tabela 4 em 1980, mesmo frente à divisão do estado, verifica-se o índice de urbanização com a população urbana chegou a 60% sobre a rural. Mas o dado interessante da tabela refere-se novamente ao sudeste do estado, especialmente Rondonópolis, cujo crescimento da população total ultrapassa a 100%, em relação ao período de 1970, saltando de 37.800 para 84.034 habitantes; a população urbana solta de 23.451 para 67.335, numa ampliação que chega a quase 200%; em relação à população urbana sobre a rural, em 1980, o índice é de mais de 85%. Nesse período, Rondonópolis foi a cidade que apresentou maior índice de urbanização do estado.

Tabela 4 – População de Mato Grosso, sudeste do estado e Rondonópolis em 1980

1980			
Unidades	Pop total	Pop. Rural	Pop. Urbana
Mato Grosso	1.169.812	96.743	673.069
Sudeste/MT	143.180	44.646	98.534
Rondonópolis	84.034	14.699	67.335

Fonte: Censo Demográfico IBGE (1990) Elaboração de Elias da Silva

De outra forma, é possível visualizar os números da tabela, conforme o gráfico de urbanização, sobretudo de Rondonópolis, sem dúvida, o destaque deve ser dado com relação ao índice de urbanização no município de Rondonópolis. Ratificando as palavras anteriormente citadas de Afonso Dalbert diretor do Intermat em Cuiabá (2009)), Rondonópolis foi considerada porta de entrada dos maiores fluxos migratórios tanto para a região como para o restante do estado. Indi um pouco mais além em relação às suas palavras, ela, além de ter sido porta de entrada, e ainda é, sua localização fez com que grande parte do fluxo migratório aí se fixasse, quer seja pelas oportunidades de investimentos no setor da soja, quer seja na perspectiva do emprego, de forma ostentou a maior taxa de urbanização no período dos anos de 1970.

Gráfico 1 – Urbanização na região de Rondonópolis
Elaboração de Elias da Silva

Gráfico 2 – Urbanização de Rondonópolis
Elaboração de Elias da Silva

Observando no que se refere à população periurbana, segundo o IBGE, trata-se de populações residentes em distritos como, por exemplo, no caso do município de Rondonópolis listam-se os distritos de Vila Paulista, Naboreiro, Campo Limpo, Nova Galiléia, Nova Araçatuba,

Boa Vista, São José do Povo, e Pedra Preta, estes no período ainda não haviam sido emancipados. Neste ponto vale lembrar o processo e a natureza da colonização local pelas colônias agrícolas, responsável pela proliferação dos vários distritos urbanos que em boa parte da década de 1970 atraiu fluxos migratórios para as terras do *Vale do Rio São Lourenço*, ou o que se costumava chamar *terras de cultura ou de matas* do sudeste mato-grossense.

Na verdade a segunda metade da década de 1970 foi responsável pela aceleração urbana no sentido da expansão da periferia (AGUIAR, 1980), momento em que houve o surgimento de muitos bairros de construção doméstica, ou aqueles em que a população de origem camponesa ao mesmo tempo em que adquiria seu lote urbano construía sua casa nos finais de semana utilizando de práticas como os mutirões, como são os casos dos bairros: Jardim Primavera, Iguaçu, Nossa Senhora do Amparo, entre outros

Nas décadas de 1970, 1980 e 1990, acontece o que pode ser entendido como o adensamento e consolidação de Rondonópolis como cidade capitalista modernizada como resultado e ao mesmo tempo condição impulsionadora da materialidade das mudanças campo/cidade, presente no novo momento da modernização da agricultura sobre o cerrado. Encontra-se entre as questões urbanas mais significativas a expansão do mercado da terra urbana, resultando numa considerável expansão física marcada por uma ampla periferia em que o Estado é seu maior promotor, empreendendo ações que resultaram, em última instância, consolidar os interesses dos proprietários fundiários urbanos, uma vez que criarem-se conjuntos habitacionais, afastados do centro como Copa Rondon, Colina Verde, Coophalis e Jardim Atlântico, Jardim Europa, Conjunto São José, entre outros, levando a infraestrutura mínima necessária como luz, água e asfalto. A construção desses conjuntos promoveu, devido ao distanciamento do centro da cidade, grandes *vazios urbanos* tão característicos da cidade capitalista. Como considera Suzuki (1996), a produção da moradia por meio da construção de bairros residenciais populares estava entre os mecanismos e ações que valorizavam a propriedade da terra como mercadoria em benefício dos latifundiários urbanos.

Estes bairros foram criados como resultados das políticas habitacionais do Estado brasileiro desse período. Suas construções geraram, pelo menos, o equivalente em surgimento da oferta de loteamentos destinados aos segmentos menos favorecidos, resultando nos vários bairros de auto-construção e até mesmo nos gerados por processos de ocupação irregular, a exemplo do Jardim das Flores, por sinal nome bastante incoerente com a real situação do bairro, uma vez ter sido o *lixão* da cidade, numa área de razoável declividade e próxima a mananciais, fato sugestivo quando se trata do problema da questão ambiental na cidade. No exemplo dado para o caso mais característico da exclusão e segregação socioespacial urbana,

sugerem-se outros como espaços da elite local, quais sejam, os bairros Vila Santa Cruz e Aurora, sendo as áreas de valorização urbana, portanto, de grandes investimentos por parte deste segmento social.

É importante observar que ao mesmo tempo em que Rondonópolis se consolidava como o *locus* urbano de reprodução ampliada do capital, quer seja no atendimento dos diferentes segmentos do comércio e serviços, quer seja como lócus mais apropriado à obtenção da renda da terra urbana em sintonia com o processo de concentração da renda da terra sintonizada à capitalização do campo, posicionou-se também como suporte logístico ao surgimento das cidades de Primavera do Leste e Campo Verde, tendo o Estado na base da modernização territorial e agrária.

Nesse sentido, trazemos um rápido panorama em que, de acordo com as informações até analisadas, a importância de Rondonópolis é evidente no processo de urbanização do sudeste de Mato Grosso a partir de 1970, considerando também, especificamente, o papel a ela atribuído com relação à expansão da soja. Nesse contexto, deve-se assumir que a ideia de modernização e particularmente modernização agrária é oportuna.

O conceito de modernização tem sido um processo inerente às sociedades modernas, sob o pressuposto da superioridade humana sobre a natureza, embora seu lado contraditório chegue, na atualidade, à afirmação de que a sociedade parece caminhar na contramão de seu próprio desenvolvimento tecnológico. Os primeiros avanços da modernização têm suas origens na necessidade da sociedade humana de lidar com a terra, no que poderíamos chamar de uma primeira reorganização da produção, do trabalho e das relações de produção.

Nesse sentido, pensamos que a questão da modernização pode ser concebida em tempos ainda bem remotos da humanidade, mas conforme coloca Black (1971) o qual, abordaremos na sequência, o século XX, sobretudo a partir do período da segunda guerra mundial, é quando se evidencia com maior profundidade os impactos da modernização no mundo. Mas, como todo fenômeno deve ser visto com base no processo geral, embora tenha suas especificidades, isso nos abre a brecha de abordagem da modernização agrária no Brasil de um ponto de vista mais associado com suas origens, nas quais há uma íntima associação cidade/campo, evidenciada, sobretudo, a partir do século XIX.

1.3 – Rondonópolis no âmbito da modernização agrária do Brasil: as pré-condições da soja

C. E. BLACK (1971), no estudo sobre a *Dinâmica da Modernização: Estudo de história comparativa* sustenta que a modernização não foi a princípio tão combinada à ideia de moderno; a modernização na Europa foi encarada como algo pejorativo utilizado pelos ingleses contra os revolucionários franceses. Definitivamente o século XVI, segundo o autor, mais especificamente a partir de 1492, marca o início da idade moderna.

O autor elenca cinco aspectos em que se deve considerar a modernização das atividades humanas, reconhecendo que o período atual significa uma forma de apogeu da revolução científica iniciada desde o século XII:

a) A modernização quanto ao aspecto intelectual representou, na sua fase moderna, apenas uma reavaliação muito mais ampla dos processos prevaletentes de criação da humanidade pelos diversos períodos anteriores;

b) A modernização quanto ao aspecto político surgiu no interior do desenvolvimento das atividades de transporte e comunicação, que assume, no setor público, a forma de centralização em órgãos públicos administrativos do Estado. Este, nas sociedades tradicionais, se limitava mais à defesa contra as agressões externas, à manutenção de obras públicas e ao setor de arrecadação de impostos;

c) A modernização no aspecto econômico, que se confirma sobre a questão da poupança e investimento na forma de lucros privados, impostos públicos, considerando-se as políticas para se atingir essa poupança. Black considera que, em geral, o aspecto econômico da modernização tem sido visto como o ponto central do processo social, quando, na verdade, depende sensivelmente dos aspectos intelectuais e políticos para potencializar os recursos;

d) A modernização no aspecto social, que contempla situações como a questão do êxodo para as cidades, envolvendo um conjunto de mudanças estruturais, o modo de vida cotidiano, hábitos da família, engendrando uma série de relações sociais. Nesse sentido, o significado político da mobilização é promover a união nacional, fomentando a integração econômica e social e o nacionalismo;

e) E, finalmente, a modernização no aspecto psicológico, em que o fundamental é o comportamento social frente a esta, considerando que tudo depende de como o indivíduo age em sua percepção. Nisso afirma que a natureza humana não está subordinada à modernização, sendo, antes, moldado ao universo da modernização a circunstâncias diversas.

Para Black (1971), a *agonia da modernização* são os resultados negativos ao longo da história de destruição humana de forma que deve ser apreciada como um processo criativo/destrutivo, o que significa novas oportunidades conjuntamente ao sofrimento, deslocamento, desestruturação e (re) estruturação da vida humana. Em geral, o desejo de ser moderno frequentemente leva à glorificação do transitório, rejeitando os valores fundamentais expressos nas formas institucionais tradicionais. A agonia da modernização é assim explicitada no processo de urbanização, quando o autor afirma que esta altera a estrutura familiar, a comunidade local, no abandono das comunidades das aldeias, em direção às cidades.

Júlio César Suzuki (2009), em *Modernização, Território e Relações Campo-Cidade: Uma outra leitura da modernização da agricultura*, numa perspectiva historiográfica, coloca como pressupostos básicos da modernização da agricultura a "*reelaboração da base técnica bem como das relações de submissão do trabalho ao longo da história do homem*", (SUZUKI, 2007:242). A asserção pressupõe a absolutização da propriedade privada e a produção da cidade capitalista, cujo processo, particularmente no Brasil, tem seu marco divisor, sobretudo, a partir da metade do século XIX, com as mudanças nas relações de produção e de trabalho.

Nesse sentido, resgata três acontecimentos importantes em meados desse século: a Lei 601 de 1850, que oficializou a propriedade da terra mediante a compra, criando o cativo e a institucionalização de sua propriedade; a Lei Euzébio de Queiroz, que acaba com o tráfico de escravos, transformando-os em homens livres e despossuídos; e a Lei do comércio, que ao criar mecanismos de internacionalização do comércio brasileiro, promove a expansão da economia cafeeira, especialmente para o oeste paulista, e também atividades fabris e financeiras.

Esses três fortes elementos são considerados promotores da modernização tanto no campo como na cidade. A institucionalização da propriedade da terra, concomitantemente à proibição do uso da mão de obra escrava, privilegiou os fazendeiros tanto com o acesso à aquisição da terra pelo dinheiro, como os fez detentores de uma nova mão de obra, consumando o primeiro momento de mudança nas relações de produção e de trabalho no Brasil. O segundo momento se consuma tendo sua melhor visualização a partir de meados do século XX com a consolidação da urbanização e da industrialização.

Portanto é, sobretudo, a partir de meados do século XIX que a cidade incrementa seu papel, passando a concentrar o comércio, a indústria e as finanças. Como resultado dessas mudanças um novo mercado, o imobiliário, surge impulsionado pela Lei de Terras,

promovendo a expansão mercantil imobiliária da cidade. A modernização da agricultura, a partir de meados do século XX, para Suzuki, é apenas “(...) *a fase mais contundente das transformações na base técnica da agricultura e de alteração das relações de trabalho com intensificação do trabalho assalariado*. (...)” (SUZUKI, 2009:252). Ou seja, é a última fase de referência da integração indústria e agricultura. Para o autor, é preciso resgatar o sentido mais profundo e mais amplo do termo modernização, afirmando ter sua referência remota no período de transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, como por exemplo, nas técnicas de pousio e nas de aração para aumentar a produtividade da terra.

Em outro texto de Suzuki (2007), *Campo e cidade no Brasil: Transformações socioespaciais e redefinidoras conceituação*”, esse fenômeno não pode ser visto como resultado dos processos mais recentes da economia global, mas sim pode ser datado com base no momento de expansão da modernidade e do moderno da expansão ultramarina, constituindo-se na materialização do processo colonizador. Essa afirmativa deve estar na base da discussão epistemológica da conceituação do termo cidade e campo, na contemporaneidade, em busca que dê conta de seus novos conteúdos e novas formas. Estes ficam ainda mais difíceis de serem explicados no contexto de constituição dos chamados complexos agroindustriais e, conseqüentemente, no entendimento entre o que se concebe como rural ou urbano, especialmente nas mudanças espaciais campo/cidade, a partir da década de 1990, com a expansão não só das atividades fabris, mas também dos serviços para o campo. Percebe-se a dificuldade de separação, dada a intensificação da agricultura capitalista de expansão e seus desdobramentos sobre as relações de produção e trabalho.

Se, pelo aspecto quantitativo, campo e cidade parecem ainda ser realidades separadas, pelo viés qualitativo pode-se verificar o estreito vínculo do que se concebe como rural e o que se concebe como urbano ambos os termos como duas realidades diversamente combinadas. Portanto, devem ser vistos necessariamente em conjunto, como melhor indicador das transformações socioespaciais, e como bases, a partir das quais se devem buscar os fundamentos da conceituação.

Outra prerrogativa é o leque de atividades instaladas atualmente fora da cidade, que extrapolam em muito a produção agropecuária propriamente dita, fazendo referência aos serviços ligados ao lazer. São combinações com os traços de ruralidade presentes no urbano, independente do tamanho das aglomerações. As pequenas produções agropecuárias entremeadas nas áreas dos vazios urbanos, ou áreas proibidas para habitação, e os segmentos de *bóias frias*, para os quais a cidade é apenas o *locus* de residência, pois não a desfrutam

devido à incapacidade do poder aquisitivo, são os traços de ruralidade no urbano no contexto de urbanização e modernização do campo.

São oportunas as palavras de Suzuki (2007 e 2009) sobre a modernização campo/cidade datada no Brasil desde seu início, mas, sobretudo, a partir de meados do século XIX e seu adensamento no século XX. A chegada de Dom João VI dá o passo inicial na criação do Horto Florestal, depois o transforma no Jardim Botânico, com objetivo de aclimatar espécies exóticas ao clima do Brasil. Na sequência, acontece a criação de várias outras instituições voltadas para a pesquisa no âmbito da modernização no campo: a criação do Instituto Histórico e Geográfico, Instituto Agrônomo de Campinas, Politécnica de São Paulo, Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz de Piracicaba (Esalq).

Com base na complexidade de concepção das relações de modernização cidade/campo colocadas por Suzuki (2007, 2009) as relações cidade campo são ainda mais, agravadas na atualidade, ainda mais nas áreas de ocorrência dos complexos agroindustriais, a abordagem de Geraldo Muller (1989) que estuda a questão da modernização agrária e do complexo agroindustrial brasileiro – CAI, deve ser acrescentada.

Muller, mesmo focando o estudo do CAI no período 1960/1980 busca as origens da modernização agrária no século XIX, no que afirma quanto à referência aos períodos de relação da agricultura com a indústria, chamando-os de “(...) *enorme painel bastante resumido, das relações entre indústria e agricultura no país, no período de 1870 – 1980*” (MULLER, 1989:19), ao que pensamos ser um período de abordagem necessária, ou pelo menos sugestiva para pensar a relevância do processo de modernização agrária no Brasil.

Isso parece se confirmar ainda mais, quando na análise desse *enorme painel* identifica o que chama de padrões agrários, quais sejam, o padrão agrário latifúndio- minifúndio, até 1930; o padrão agrário de conexões mais acentuadas entre agricultura e indústria, desse momento até 1960; e, por fim, o da predominância agrária moderna, industrializado, considerando que as características deste último são profundamente distintas dos padrões anteriores.

Este autor enfatiza a relação indústria-agricultura cujo período até 1930 é marcado por certa diversificação e verticalização industrial, ou seja, desde as indústrias agro-alimentares até as indústrias de produção de bens de produção para a agricultura como máquinas e insumos como fertilizantes e defensivos, levando-nos a pensar que a modernização agrária realmente registra um processo mais amplo e cumulativo, como estágios que se interagiram, com ganhos econômicos e tecnológicos crescentes. Sobre modernização afirma que:

(...) a modernização é o resultado da interação entre industrialização do campo, agroindustrialização das atividades agrárias e mudanças sociais e políticas entre os grupos sociais. Neste sentido, a constituição do CAI é produto da modernização; e, atualmente {década de 80}, a manutenção e expansão do CAI constituem-se no principal vetor da modernização. (MULLER, 1980: 65 -66).

O período 1960 – 1980 é o coroamento ou o ápice da modernização agrária, para evidenciarmos a ideia de processo, uma vez que nos parece ser isso que o autor deixa transparecer ao longo de sua exposição.

(...) No estudo do CAI no Brasil convém evitar este tipo de viés analítico e enfatizar a constituição histórica do mesmo, o que significa enfatizar o caráter histórico da definição. Em termos mais concretos, pode-se dizer que por volta de 1960 os setores industriais voltados para a agricultura no Brasil não estavam ainda constituídos enquanto indústria no país. Por conseguinte, a rigor, não se pode falar em complexo agroindustrial brasileiro por esta época (...) (MULLER, 1989:47).

Ratificamos, com base na citação anterior, a necessidade da ligação histórica, como base epistemológica do complexo agroindustrial pós 1960 que o autor contempla, ao falar dos períodos anteriores, quais sejam: o que começa após meados do século XIX, presentes na própria narrativa do autor, e o que se inicia após a década de 1930. Se nos anos 60 a indústria para a agricultura ainda não estava constituída, não quer dizer que esta tenha nascido num toque de magia, de um momento para outro. É preciso perceber o processo de formação de toda uma base anterior que permitiu o surgimento do CAI brasileiro a partir de 1960 em seus diferenciados níveis de abrangência.

Achamos que esta abordagem nos confirma a importância no sentido de buscar nas bases históricas relacionadas aos aspectos no âmbito das políticas estatais, os quais marcam a história da modernização territorial e agrária no Brasil.

Como toda afirmação teórica precisa ser verificada na prática, esse rápido enfoque, recebe uma aproximação à realidade de Rondonópolis, quando trazemos para a análise o momento das pré-condições, o qual recebe uma herança de produção agropecuária que fomentou o processo de constituição desta cidade, servindo como base urbana no momento em que o Estado (re) estruturou o território, sobretudo o urbano das principais cidades mato-grossenses. Nessa verificação das relações cidade/campo em Rondonópolis confirma-se também o rápido processo de crescimento horizontal, sobretudo imposto pelo processo de urbanização, sugando a população do campo do entorno para a cidade, população esta que engrossou a periferia urbana. (AGUIAR,1980).

É preciso considerar a intrínseca e atualmente mais adensada relação cidade/campo para fugir das ambiguidades que o termo sugere, pois estas, como dimensões do território, interagem e se complementam em termos das práticas sociais mediadas pela urbanização, de forma que o campo contém a cidade e a cidade contém o campo, sobretudo nas áreas onde a valorização da terra tem sido acirrada pela moderna produção. Nesse sentido, há uma lógica contraditória ao observar a existência de segmentos marginais no conjunto da grande e moderna produção agroindustrial do sudeste de Mato Grosso, polarizado por Rondonópolis, visualizados, sobretudo, na periferia urbana nas formas de luta pelo direito à propriedade da terra.

Esse argumento tem respaldo na modernização agrária com base na modernização territorial do século XX, na continuidade do processo de preparação do território para o adensamento capitalista que teve início a partir do Estado Novo, e se consolidou no período 1960-1980. Na afirmação de Antonio Carlos Robert Moraes (2008), o Estado brasileiro tem confirmado, na prática, o sentido do fortalecimento do Estado territorial para o capital, mais do que como Estado/nação. O povo participa apenas como um apêndice do processo e até mesmo como massa de manobra, tanto na questão da ocupação, como nas manobras políticas internas, especialmente em períodos eleitorais. O Estado é o guardião dos mecanismos sustentadores de privilégios para a elite, em detrimento da grande maioria da sociedade.

Diniz Filho (1994) corrobora nesse sentido, afirmando que a centralização imposta pelo governo no período do Estado Novo justificava, acima de tudo, a necessidade da unificação do território para a fluidez da economia capitalista, em vez de explicar os pressupostos de que os regionalismos criados no período da velha república compunham o sentimento de esforço na construção do nacionalismo propagado como bandeira política desse período. A centralização ou unificação do território, então, impôs mais a unificação que a unidade da nação brasileira. Assim forja-se, ao longo da história da produção territorial do Brasil voltada para a fluidez da produção capitalista, um território afinado aos interesses do capitalismo sob o pretexto do desenvolvimento econômico e social.

O Estado territorial brasileiro atuou de forma bem estratégica, sobretudo a partir do período do Estado Novo, viabilizando através de um conjunto de políticas territoriais e econômicas, o adensamento da produção capitalista no país.

Segundo as afirmações de COSTA (1991), pode-se considerar este período como o período das pré-condições da modernização centralizadora que se destacam nos anos 1950 e marcam a implantação dos grandes planos de intervenção macroeconômica e territorial do Brasil. A produção de infraestruturas de apoio à produção econômica e territorial é puxada

pela criação de grandes infraestruturas no âmbito da economia, no setor da energia e de órgãos importantes como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Petrobrás, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), apoiada por órgãos de produções de estatísticas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), anteriormente criado também pelo governo Vargas. Estas infraestruturas significaram “(...) *a base de um Estado que tomou para si a tarefa de promover o desenvolvimento do país, particularmente o industrial no quadro do capitalismo internacional de então*” (COSTA, 1991:47). Esse é o *clima* que principia a modernização centralizadora, imprimindo uma série de planos, a exemplo também do Plano Geral de Viação, Plano Especial de Obras Públicas, Aparelhamento da Defesa Nacional, Plano Especial de Obras e Equipamentos, inaugurando assim o que chama de “(...) *era do Planejamento econômico no país*”. (COSTA, 1991:47).

No período J.K. outros planos foram criados, como a Superintendência do Plano de Valorização Estratégica da Amazônia (PVEA), o Plano de Metas, a criação de Brasília (1957 – 1960), tendo como objetivo impulsionar a produção territorial para o interior do Brasil, abrangendo “(...) *setores de ponta da indústria (...), desde os básicos, passando pelos transportes, energia e infra-estruturas territoriais como um todo*”(COSTA, 1991:52). A criação de ‘*superórgãos*’ do aparelho estatal, como o Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, em 1964 – 1966, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) e o Ministério Extraordinário para a Coordenação de Organismos Regionais, em 1965, garantiram, assim, a centralização da própria coordenação dos diversos órgãos regionais.

O plano Decenal, 1967-1976, contempla, pela primeira vez, as políticas que visavam a ocupação econômica das regiões da Amazônia e Centro-Oeste com o Sudeste, Sul e Nordeste, buscando a construção de um “*mercado nacional consolidado*”. (COSTA, 1991: 63).

Nesse sentido, Becker e Egler (1994), consideram que o conjunto das medidas de cunho geopolítico traçadas pelo governo brasileiro nos anos 1970 consolidou um projeto que trazia, explícitas e implícitas, estratégias de integração econômica, territorial e, consequentemente, a criação das bases de expansão e aprofundamento do sistema capitalista no país. Como metas, visavam o equipamento do espaço territorial do país, como condição da acumulação e da legitimação do próprio Estado, concentrando esforços em ciência e tecnologia na integração do espaço territorial em sua projeção no cenário internacional.

A mudança de cenário econômico mundial foi o norte dos grandes planos nacionais na década de 1970. Nesse sentido, no primeiro e segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), (1972 – 1974 e o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), 1975 – 1979, contemplam o crescimento econômico e social com o Programa de Integração Nacional (PIN)

e as políticas territoriais, procurando expandir a fronteira econômica em direção ao Centro-Oeste e Norte. Pressionado pelo novo contexto global de meados dos anos 1970, no II PND, fez-se opção pelos grandes empreendimentos econômicos, monopolistas, fomentados por estímulos governamentais de todo o tipo, inclusive investimento em infraestruturas. Nesse contexto nacional, entram em cena programas setoriais especiais, como Programa de Produção para o Cerrado (POLOCENTRO), Programa de Produção para a Amazônia (POLAMAZÔNIA), e Programa de Produção para o Noroeste (POLONOROESTE), basicamente apoiados por órgãos do governo federal como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAN), Banco da Amazônia (BASA) e Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO).

O Estado brasileiro prepara seu território de forma ampla para a fluidez do capital, de maneira que no período em questão seu espaço é dotado também das redes especiais necessárias ao novo momento da modernização agrária que se inaugura no período 1960-1980, com referência à (re) estruturação territorial do sistema financeiro, que demandou novos sistemas de engenharia como transporte, energia elétrica, telecomunicações, afetando diretamente o crescimento da rede urbana. O próprio crescimento do consumo, além de investimentos de capital em quantidades cada vez maiores, exigiu do então sistema bancário do país a modernização em crescente eficiência aos imperativos do sistema capitalista. Ficou sob responsabilidade do Estado a implantação dessa modernização, primeiro do sistema financeiro estatal depois do privado. Outro agravante básico para isso é que os novos investimentos de capital passaram a preceituar o alargamento dos prazos nos setores estratégicos, a exemplo do de infraestrutura. (CONTEL, 2006).

Nesse sentido, o autor menciona o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), fomentando a produção nos circuitos industriais. Menciona também a importância deste banco oficial para o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), e em relação aos vários planos do período 1950-1980. O autor considera o Programa de Integração Nacional (PIN) como um programa que demandou enorme gama de recursos, contemplando vários setores como a indústria, a agricultura, as infraestruturas urbanas, a habitação etc (CONTEL, 2006). Isso vem ao encontro do que afirma Wanderley Messias da Costa (1991), quando identifica que as décadas de 1960 e 1970 marcam os processos de remodelagem do território, iniciados em período anterior, ganhando uma intensidade maior neste. O processo de urbanização se completa, aumentando as necessidades básicas das modalidades de consumo inerentes ao urbano como saúde, habitação, saneamento básico, transportes urbanos, alimentação, vestuário. Ou seja, o adensamento da modernização na

cidade promove também o adensamento da modernização agrária, cujo ápice é a integração de capitais: agricultura, indústria e sistema financeiro.

As macropolíticas econômicas do governo federal no período de 1970 tiveram impactos diretos sobre Mato Grosso e particularmente sobre o sudeste do estado. Destacam-se políticas de obras como a criação de rodovias federais como a Transamazônica, a Perimetral Norte e a Cuiabá-Santarém, partes do grande pacote de obras que visavam à integração do território brasileiro no âmbito do I Programa Nacional de Desenvolvimento - PND, entre 1971 e 1974, no bojo do Programa de Integração Nacional - PIN, projetando o Brasil no cenário da economia mundial. A continuação das grandes políticas se dá de 1975 a 1979, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND. Nesse sentido, a integração da região do cerrado, por meio da canalização de recursos em infraestruturas como estradas, energia, armazenamento, água, pesquisa e principalmente financiamentos, em pouco tempo a tornaria um espaço de fluidez do capital, visando, sobretudo, sua modernização agrícola e agroindustrial. Pode-se deduzir que, nesse conjunto, a necessidade de estruturar e equipar o território nacional e particularmente o de Mato Grosso impunha-se como condição principal, viabilizando o território para o sucesso da modernização agrária e agrícola, sobretudo no cerrado mato-grossense. Une-se ao leque de autores anteriormente referenciado Harvey (1993), que faz considerações com relação ao papel do Estado nacional no período da década de 1970, quando se convencionou afirmar a transição e passagem da produção econômica capitalista Keynesiana à de caráter de acumulação flexível.

Harvey (1993) nos oferece uma do contexto da economia capitalista, particularmente a brasileira, que chega à década de 1970 com a configuração do território nacional definitivamente sintonizada com o novo contexto mundial, que se (re) estruturava, passando dessa à condição de economia de acumulação flexível. Nesta, são privilegiados novos rearranjos de ordem político-econômica, no âmbito do mercado de trabalho e também dos novos nexos e disposições espaciais, buscando as vantagens comparativas dos lugares, a exemplo do cerrado mato-grossense, que assimilou rápida e amplamente as mudanças do recente contexto.

(...) Na medida em que a produção de massa (...) envolvia pesados investimentos em capital fixo, (...) o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias. (...). (HARVEY, 1993:129).

A natureza do Estado de bem estar social fordista levava os Estados a pesados investimentos também nos setores das demandas sociais, alimentando uma falsa ideia da consolidação deste modelo de estado capitalista no maior número possível de países em que os governos procuravam garantir:

(...) um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. (...) o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção. (HARVEY, 1993:129).

Na crítica efetuada por Harvey ao estado de bem estar social, fica clara a ideologia do discurso capitalista desse período quando afirma que: *“Nem todos eram atingidos pelos benefícios do fordismo, havendo na verdade sinais abundantes de insatisfação mesmo no apogeu do sistema. (...)”* (HARVEY, 1993:132). Aqui, o autor se refere aos países do chamado terceiro mundo em que, no processo de modernização e desenvolvimento, se verificou a destruição das culturas locais, a opressão e a dominação capitalista, tendo em troca ganhos pífios no que se refere a padrão de vida e serviços públicos. Apenas a menor parcela da sociedade, a elite econômica, se beneficiou nesse processo nos diversos países.

Ao falar da transição da economia fordista à pós-fordista – ou o que se chama acumulação flexível (HARVEY, 1993:135-162) –, Harvey lembra o contexto global de crescimento fordista da Europa e do Japão, que exigiu a abertura de mercados, fazendo cair por terra o acordo de Bretton Woods sobre a institucionalização do dólar como moeda internacional no período da segunda guerra mundial. Estavam presentes também os países recém-industrializados, em apoio ao mercado de câmbio com taxas flutuantes. Nesse sentido: *“(...) A partir de então, taxas de câmbio flutuantes e, muitas vezes, sobremodo voláteis substituíram as taxas fixas da expansão do pós-guerra (...)”* (HARVEY, 1993:135).

Segundo Harvey (1993), no contexto de mudança do capital de acumulação fordista para o de acumulação flexível, o sistema financeiro é reformulado graças ao princípio da futuramente chamada crise fiscal no mundo no período dos anos 1970, que demandou uma descentralização do sistema e taxas maiores de acumulação. Nesse sentido, a importância do Estado-Nação seria no afrouxamento de questões como a inovação na produção e mercado e a força de trabalho. O equilíbrio tradicional entre poder do Estado e Financeiro é abalado, cedendo espaço para o financeiro; em suma, um novo modo de acumular, desta vez flexível.

O alargamento desse contexto é visualizado na expansão da economia de acumulação flexível nos novos Estados industrializados, os chamados NICs, com a integração aos

mercados industrializados, reforçando as estratégias anteriormente iniciadas de substituição das importações. É o caso de Brasil, México e, também, dos países do sudeste asiático (Hong Kong, Singapura, Taiwan e Coréia do Sul), além de Hungria, Índia e Egito, no que o autor chama de reformulação vocacional da produção industrial do mundo.

Soma-se a esse contexto a crise do petróleo de 1973, que provoca o aumento dos custos de insumos básicos da produção, a exemplo da energia, impulsionando mudanças de ordem tecnológica e organizacional. Também há a questão da reciclagem dos petrodólares excedentes, aguçando ainda mais a crise dos mercados financeiros internacionais na qual os Estados Unidos estavam na base.

Nesse sentido, o autor postula que a *acumulação flexível*, inaugurada mais ou menos após a crise do petróleo, significou o confronto direto com o contexto de rigidez, ou seja, o sistema fordista de acumulação. Quanto ao novo momento de acumulação, as características básicas são expressas pela criação de novos “(...) *setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.*” (HARVEY, 1993:140).

No contexto global verificado por David Harvey (1993), no qual a inserção do território brasileiro, no percurso de (re) estruturação espacial afinado com os interesses capitalistas globais, Mato Grosso deve ser inserido.

As macropolíticas atingiram Mato Grosso sob vários aspectos, e sem dúvida o maior deles diz respeito à divisão territorial que internamente impôs a (re) estruturação e o redirecionamento de prioridade no âmbito da produção econômica campo/cidade. Mas antes de falarmos dessa (re) estruturação territorial, é oportuno demonstrarmos, mediante a figura 1, a seguir, as quatro áreas prioritárias de Mato Grosso para a soja, ainda antes da divisão do estado, quais sejam: Campo Grande e Três Lagoas (I); a região da Serra da Bodoquena, nas bordas do pantanal mato-grossense (II); a região de Xavantina (III) e Parecis (IV).

ESTADO DE MATO GROSSO

POLOCENTRO

Figura 1 - Áreas prioritárias do POLOCENTRO/MT no período de 1975/1979

Fonte: CEPA/MT. Cuiabá (1979) Elaboração de Elias da Silva

Particularmente, Mato Grosso, no contexto regional do Centro-Oeste, foi impactado no âmbito das grandes políticas nacionais. O Programa de Produção para o Cerrado - POLOCENTRO responde pelas grandes transformações ocorridas no cerrado. Porém, não de forma fixa, mas como uma grande política que em nível específico estaria sujeita às adaptações locais, ou seja, é preciso verificar os processos específicos dessa macropolítica brasileira no âmbito do cerrado mato-grossense.

A questão da situação de Mato Grosso na extensão sul, atualmente Mato Grosso do Sul, como a parte territorial que recebeu o projeto federal de Getúlio Vargas chamado *Marcha para o Oeste*, nos anos 1940, que colonizou grandes áreas, sobretudo na região de Dourados, teve sua contrarreação no norte do estado. Esta área, ao ficar esquecida ou pelo menos fora das prioridades do projeto, motivou o governo estadual do período, de Fernando Correia da Costa, a pôr em prática seu projeto de colonização estadual na área centro-leste (SIQUEIRA, LOURENÇA e CARVALHO, 1990), atualmente oficializada pelo IBGE como sudeste do estado, após a divisão.

Pode-se deduzir que politicamente foram aguçados os ânimos em torno da necessidade de divisão de Mato Grosso, considerados o desenvolvimento socioeconômico já presente na parte sul do estado e as forças políticas e econômicas em Campo Grande, Três Lagoas e Dourados. Além disso, foram levadas em conta as possibilidades de desenvolvimento econômico e social com os investimentos previstos no bojo dos projetos inerentes ao Polocentro no contexto da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste – SUDECO.

Nessa conjuntura, como coloca a reportagem do jornal O Estado de Mato Grosso de 27 de setembro de 1977, sob o título *Planos Regionais de Desenvolvimento sugeridos à SUDECO* para as regiões de Rondonópolis, Cáceres e sul do estado, como forma de acelerar o desenvolvimento econômico com investimentos em infraestrutura econômica, social e de crédito agropecuário, no período de 1976, ao serem readequados ou não aplicados na íntegra, refletiam o contexto de evidência das crises globais que já eram principiadas. Houve, na verdade, cautela em efetivar esses planos que seriam retomados com possibilidades de implantação após a divisão do estado em 1978.

Segundo a mesma reportagem nas pretensões da SUDECO, no âmbito desses planos, estava a implantação de usinas de beneficiamento de semente nas áreas pioneiras do POLOCENTRO, quais sejam, uma em Barra do Garças e outra em Diamantino, sob a execução da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Mato Grosso (CODEAGRI) e da Comissão Especial de Planejamento Agrícola (CEPA). Vale mencionar o volume de sementes já consumido nesse período, nessas duas regiões, que segundo o superintendente da SUDECO da época, Júlio Laender, era de 200 mil sacas de sementes ao ano.

Ainda, como coloca a reportagem, no âmbito dos Planos Regionais, oito (8) cidades de Mato Grosso seriam beneficiadas com a implantação de políticas urbanas no Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano para cidades médias, quais sejam: Cuiabá, Campo Grande, Rondonópolis, Dourados, Barra do Garças, Três Lagoas, Cáceres e Corumbá. Na elaboração

da proposta para estas oito cidades estava a Secretaria de Planejamento de Mato Grosso (SEPLAM/MT), com a ordem de um bilhão de cruzeiros.

Na análise desta reportagem devem ser destacados dois aspectos: o que muda na trajetória da cultura da soja em Mato Grosso, considerando as regiões de Barra do Garças e Diamantino, no universo das áreas prioritárias da soja em Mato Grosso, que a geografia econômica após a divisão do estado se encarregou de modificar em benefício da região de Rondonópolis; e o da política urbana em nível nacional que colocava em pé de igualdade Rondonópolis com as cidade médias do país, no que se refere aos recursos em infraestrutura urbana. Neste aspecto, ao compararmos em Mato Grosso o universo das cidades, por exemplo, Barra do Garças, Cáceres e Rondonópolis na atualidade, somos levados a assumir a prerrogativa da oportunidade localizacional atribuída a Rondonópolis naquele período da divisão, colocando esta cidade como a principal porta de entrada por terra ao estado. Essa condição acabou contribuindo para sua promoção à consolidação e diversificação da cultura sojifera no cerrado mato-grossense.

Falarmos em divisão do estado nos sugere pensar na singular situação de Mato Grosso em relação às divisões territoriais já efetuadas até aqui na história do Brasil. Se observarmos, este é um contexto que nos apresenta várias situações específicas, como: a questão histórico-cultural da formação de Mato Grosso, que ao longo do tempo reservou a Cuiabá a imagem de atraso e isolamento, sobretudo a partir dos projetos de colonização da *Marcha pra o Oeste*; a proximidade da parte sul do estado com São Paulo, Paraná, Goiás e Distrito Federal, facilitando as migrações internas nacionais e regionais; o maior progresso econômico gerando uma elite econômica local e regional capaz de pressionar o governo federal; e, como ponto agudo, as macropolíticas econômicas de modernização territorial e agrária adensadas, sobretudo a partir dos anos da década de 1970.

Para todas essas situações que elencamos, pode-se imaginar quase que totalmente uma inversão quando a referência é o norte do estado onde, conforme a figura apresentada das áreas prioritárias do POLOCENTRO, não há contemplação sobre as duas regiões mais populosas e consolidadas economicamente, ou seja, Cuiabá e Rondonópolis. Nossa conclusão, então, é que esse contexto de situações foi decisivo, conforme os indícios das informações, para que a questão da divisão de Mato Grosso ganhasse fôlego em sua reta final, cuja divisão foi sancionada pelo presidente Ernesto Geisel pela Lei Complementar N° 31 de 11 de outubro de 1977, conforme o *Diário Oficial* de 19 de outubro de 1977, página 2. Nesse particular, vale lembrar que o movimento separatista durou cerca de um século, pois desde finais do século XIX já se iniciavam os primeiros movimentos de reivindicação de mudança da capital Cuiabá

para Corumbá. Embora esta fosse outra questão, o fato é que a conclusão do processo só conseguiu se efetivar em 1977, numa atribuição sintonizada com o novo momento das macropolíticas econômicas e de integração territorial brasileiras.

Nisso, pode-se verificar pelos documentos - reportagens do jornal “O Estado de Mato Grosso”, coletadas junto ao Arquivo Público Estadual, nos dias 22 e 23 de julho de 2009 - que na maioria das notícias havia um descontentamento geral da elite mato-grossense cuiabana, lutando no sentido contrário à divisão sob pena de o estado *do norte* arcar com os prejuízos do atraso econômico frente ao novo *estado do sul*.

Tito Carlos Machado de Oliveira (1994) traz, em seu estudo, alguns aspectos importantes no que se refere à divisão de Mato Grosso. Primeiro, diz que a divisão já era considerada questão política desde a década de 1920, percorrendo o período de cerca de 30 anos para voltar à cena na década de 1960, momento em que a modernização agroindustrial chega com força suficiente para pressionar, a ponto da *elite média* do sul do estado, compreendida a classe empresarial urbana, sobretudo, de Campo Grande, reacender o pavier que fumegava sobre essa questão. Segundo, fica entendido que a modernização agroindustrial foi a força motora maior que impôs a aceleração do processo de divisão do Estado, com base no pressuposto da afirmação de que o sul do estado estava em posição de superioridade econômica, contraposta ao atraso econômico do norte do estado. Terceiro e, em nossa opinião, fundamental, foi a ação política que se inicia no governo de Pedro Pedrossian na segunda metade da década de 1960, sob forte *lobby* formado pelo segmento dos comerciantes, promovendo a integração territorial da parte sul do estado com a criação de infraestruturas de estradas. A integração promovida por este governo teve continuidade nos outros dois seguintes, de José F. Fragéli e José Garcia Neto, de forma que houve um processo, pode-se dizer inverso quando comparamos com Mato Grosso. Ou seja, na parte sul do estado, a modernização foi mais decisiva para a criação do estado, enquanto em Mato Grosso, o estado interveio primeiro para depois vir a modernização.

Esses três aspectos nos sugerem que a divisão de Mato Grosso deve ser colocada como um caso especial, em que o território remanescente foi colocado em situação de desvantagem, uma situação incomum ou excepcional. Em geral, os territórios que reivindicam sua emancipação o fazem com base na não aceitação do fraco grau de integração econômico/social existente. No caso de Mato Grosso, a parte sul do estado, ao reivindicar a divisão, o fez mediante o pretexto da necessidade de se desvincular da parte norte, menos dinâmica em termos econômicos.

Esse contexto é também confirmado pelas entrevistas contidas em documentário produzido pela Câmara Municipal de Primavera do Leste (2008), em que na fala do último ex-governador, último do período militar no estado de Mato Grosso, Frederico José de Campos, o Estado se empenhou no sentido da nova inclusão econômica da região de cerrado do entorno de Rondonópolis. Também, a inclusão econômica moderna dessa região está contida na entrevista do ex-assessor do extinto Ministério do Interior (MINTER), ex-Diretor do Banco da Amazônia e também ex-parlamentar do estado, Bento Porto. Nesse sentido, estes dois informantes nos relatam sobre eventos importantes no sentido da produção territorial, da urbanização e da população como situações que marcaram os anos 1970 diretamente sobre a região de Rondonópolis, situações que são registradas como eventos decisivos no processo de introdução e consolidação da soja.

Pode-se afirmar que do ponto de vista da produção territorial, urbanização, modernização agrária e econômica, a divisão do estado em 1977 foi providencial, como podemos verificar na entrevista a seguir.

Mato Grosso quando foi dividido já tinha um estigma porque, o sul que constituiu o Mato Grosso do Sul já era uma região desenvolvida, inclusive com infra-estruturas de comunicação fáceis, estradas de ferro, estradas boas, de maneira que a infraestrutura econômica no sul já havia montada, para o governo federal quando dividiu o Mato Grosso ele tinha um encargo apenas, era completar a estrutura política e administrativa, ou seja, o Tribunal de Justiça e a Assembleia Legislativa o resto já existia lá montado. Eu fui secretário do governador Garcia Neto antes da divisão e fazíamos visitas na região sul justamente acompanhados dos técnicos que já lá existiam nas suas próprias estruturas de trabalho, de maneira que a divisão foi um processo político, porém, com um regionalismo muito forte, a população do sul exigia essa divisão, eu fiz um trabalho sobre isso e esse trabalho chegou às mãos do presidente Geizler. Quando foi da divisão haviam sete candidatos entre eles estava o meu nome, eu acho que esse trabalho ajudou ele fazer a opção por meu nome, dizem que foi meu tio General Guilhermano que era muito ligado ao presidente que foi quem conseguiu eu ser o governador – eu falei: se foi, fico feliz, porque eu tenho orgulho de ter tido aquele tio, que era um homem corretíssimo e só praticou o bem dentro do exército. Então, naturalmente era um problema, era uma expectativa; Mato Grosso como um novo estado, estado independente da região sul era uma expectativa, era uma surpresa, o que fazer. Realmente eu fui escolhido antes das eleições, a Assembleia homologou o meu nome, me deu a oportunidade de selecionar nomes técnicos de valor para compor a estrutura administrativa do estado que ficou, eu recebia orientação da Sudeco, determinando que eu deveria simplificar ao mínimo a estrutura administrativa existente, eu não concordei porque, seria um processo de demissão em massa criando problemas sociais difíceis de solução, o que era preciso era remanejar pessoal, aproveitar pessoal, desenvolver toda estrutura capaz de produzir, e é o que nós fizemos. O governo do Mato Grosso dividido era um governo que tinha que se preocupar com tudo, a parte social, a parte de segurança, a parte de saúde, ensino, mas tinha que preocupar com alguma coisa que deveria ser a essência para o processo de desenvolvimento. O meu raciocínio era simples, Mato Grosso cresceu só com o crescimento vegetativo da sua população não dá, seria lento demais, era preciso trazer gente de fora. Naquela época já existiam alguns inícios de colonização e eu participei como engenheiro da extinta Spévia – Superintendência de desenvolvimento da Amazônia, depois SUDAN, por

20 anos eu participei desses estudos no norte, Alta Floresta, Sinop e outras cidades que surgiram com base nesses projetos. Pois bem, era preciso fazer com que esses projetos se consolidassem se desenvolvessem mais rápido, havia o problema crucial, o problema fundiário, Mato Grosso era um estado complicado, tinham muitos títulos de terras vendidos pelo estado porque o governo precisava arrecadar recursos, Garcia Neto suspendeu, fechou a repartição de terra, eu reabri, mas com uma estrutura técnica para regularizar, e esses títulos que voavam aí - a, eu comprei 10 mil hectares de terra em Mato Grosso - aonde que fica? Não sei - chamavam os títulos voadores, e nós conseguimos fazer a protagem desses títulos em regiões que eram vagas e consolidar a pose daquele que poderia vir de fora para investir ali, isso era necessário, Mato Grosso só poderia crescer trazendo investidor de fora, gaúcho, paranaense, paulista, de toda região do Brasil, como de fato foi. Então, depois de um certo tempo de trabalho os frutos foram colhendo, foram começando a aparecer, os núcleos começaram a crescer rapidamente.

Eu acredito que Mato Grosso de hoje deve o seu desenvolvimento não à política administrativa apenas, é claro, é essencial que exista a política administrativa do estado, porém, não adiantaria de nada se não tivesse o esforço, a dedicação, o idealismo daqueles que vêm investir pra produzir, daqueles que vêm com ambição no coração, mas ambição no bom sentido, uma ambição do sujeito querer ganhar a sua vida, a vida da sua família, ganhar o seu dinheiro, desenvolver, mas graças ao seu esforço, seu trabalho, isso que faz o desenvolvimento, Mato Grosso desenvolveu por isso, governador que chegar aí e falar - não porque eu fiz esse desenvolvimento, conversa - graças ao investidor, graças ao trabalhador é que se consegue fazer com que a comunidade vá pra frente.

Fonte: Entrevista com o ex-governador Frederico José de Campos, contida no documentário produzido pela Câmara Municipal de Primavera do Leste (2008) sobre a História da cidade, coletada por Elias da Silva em 7 de julho de 2008.

Na fala deste ex-governador de Mato Grosso, podemos destacar os entraves enfrentados sem os quais a modernização não se realizaria, como a questão da regularização da propriedade da terra para o acesso ao financiamento. A negação do papel do Estado e a exaltação ao pioneirismo do investidor nos parece compor o tão propagado discurso ideológico da modernização como carro chefe. Na verdade, as ações empreendidas pelo Estado no sentido da administração ficam negadas como o necessário discurso da modernização que começa pelo território. Essa tem sido a prática até o momento, a da negação da necessidade da presença do Estado, este muito mais como uma instituição que emperra o processo do desenvolvimento econômico.

O ex-administrador público e deputado federal por Mato Grosso, Bento Porto, reforça os vários pontos da fala do ex-governador sobre o contexto em que Mato Grosso ao ser dividido precisou se reinserir no processo de modernização infraestrutural e econômica para alavancar a economia do novo horizonte, o cerrado.

(...) Quando fui assessor do ministro Allyson Paulinelli da agricultura, assim que assumi por ato do presidente Geisel a assessoria do ministério da agricultura, propus ao ministro um projeto de ocupação dos cerrados no Brasil, nós poderíamos incorporar vinte milhões de hectares e o Brasil mudar inclusive o velho esquema de exportação de só café, poderia exportar grãos, e o cerrado era a grande perspectiva. (...) Então, esse programa Polocentro, assinado pelo presidente Geisel, por um estudo que nós fizemos inicialmente com o ministro Allyson Paulinelli, eu tomei posse no dia 21 de março de 74 na assessoria do ministério, e no dia 26 de abril nós

percorremos essa região, desde Barra do Garças, o cerrado daquela região, a região de Poxoréu, a região de Diamantino, voamos para Campo Grande, de lá fomos para a grande Dourados também uma região de campos limpos e retornamos para Brasília; foi feito um relatório, e a partir desse relatório, eu estava na ante-sala, quando o ministro, o presidente Geisel autorizou o ministro Allyson Paulinelli a levar adiante o programa de ocupação dos cerrados no Brasil, (...).

O governo militar teve dois planos, o PND I e o PND II, e o Plano Nacional de Desenvolvimento I, ele preconizava o desenvolvimento do Brasil a partir de todas as regiões brasileiras, então, aonde houvesse projetos e programas com viabilidade econômica aí ele se enquadraria dentro do PND, o governo considerando prioridades aquele programa seria levado adiante, nada era por acaso. Infelizmente hoje nós vivemos numa fase de ausência total de planejamento, nós não sabemos pra onde estamos indo hoje.

Como secretário de planejamento do governo Garcia Neto que foi um grande governo, apesar do tumulto que foi provocado no estado na divisão do Mato Grosso, ele conseguiu digamos segurar com firmeza alguns projetos importantes mesmo no apagar das luzes da divisão do estado.

Fonte: Entrevista com Bento Porto, contida no documentário produzido pela Câmara Municipal de Primavera do Leste (2008) sobre a História da cidade, coletada por Elias da Silva em 7 de julho de 2008.

O que se pode destacar na fala de Bento Porto é a confirmação do cerrado mato-grossense na inserção da modernização da economia agrícola brasileira, com vistas ao aumento da balança comercial, num momento de forte presença do Estado planejando o território e a economia, o Brasil procurando galgar o posto de grande produtor mundial de alimentos, sobretudo exportando produtos *in natura*, das grandes safras de grãos.

A fala do ex-administrador público e deputado federal por Mato Grosso Bento Porto suscita várias questões que reforçam nossa argumentação. A primeira busca as origens da modernização da região nos anos 1970 no aspecto da ocupação territorial local, no bojo das grandes metas do governo militar.

Em suas palavras, verifica-se esse processo em Mato Grosso para além dos limites regionais a região de Rondonópolis: “*E a evolução do POLOCENTRO levou Mato Grosso e Primavera hoje a este agronegócio fantástico que sustenta a balança comercial brasileira*”

Fonte: Entrevista com Bento Porto, contida no documentário produzido pela Câmara Municipal de Primavera do Leste (2008) sobre a História da cidade, coletada por Elias da Silva em 7 de julho de 2008.

Bento Porto coloca esses desdobramentos da ocupação territorial e modernização agrária do cerrado da região sob a égide do rigor do planejamento característico do Estado interventor no imperativo de atingir as metas da integração da economia capitalista frente ao mundo dos anos 1970:

(...) todo projeto tinha que estar dentro do plano nacional de desenvolvimento. O governo militar teve dois planos, o PND I e o PND II, e o Plano Nacional de

Desenvolvimento I, ele preconizava o desenvolvimento do Brasil a partir de todas as regiões brasileiras, (...).

Fonte: Entrevista com Bento Porto, contida no Documentário produzido pela Câmara Municipal de Primavera do Leste (2008), coletada por Elias da Silva em 7 de julho de 2008.

Nesse sentido, o desabafo do entrevistado quando afirma que “(...) *nada era por acaso. Infelizmente hoje nós vivemos numa fase de ausência total de planejamento, nós não sabemos pra onde estamos indo hoje.*” Sua fala vem no sentido contrário do discurso do descaso do estado, afirmado pelos produtores:

(...) especificamente para essa região aqui de Primavera (...) a abertura definitiva dessa estrada Poxoréu/Paranatinga passando por Primavera, (...) foi muito importante para que o projeto Primavera tivesse êxito (...) que ainda estava numa fase muito inicial por volta de 75, 76 até 77.

Fonte: Entrevista com Bento Porto, contida no Documentário produzido pela Câmara Municipal de Primavera do Leste (2008), coletada por Elias da Silva em 7 de julho de 2008.

Quando verificamos os números dos investimentos, no âmbito dos subprogramas especiais de que trata a Lei Complementar 31/77, do POLOCENTRO para Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, alguns aspectos são relevantes e interessantes. Em 1979, da cotação mínima de Cr\$ 2.000 milhões provenientes da União, Cr\$ 1.400 milhões eram para Mato Grosso, cuja proposição da Comissão Especial de Transição da divisão do estado – CEPA alterava para Cr\$ 2.800 milhões e oitocentos mil, sendo Cr\$ 2.000 milhões para Mato Grosso e Cr\$ 800 mil para Mato Grosso do Sul. E ainda: desse montante, Cr\$ 746 milhões com despesas correntes para Mato Grosso e 300 milhões para a implantação do novo estado de Mato Grosso do Sul. Nota-se uma diferença relevante de recursos em favor de Mato Grosso, como se este fosse o estado emergente, o que vem confirmar a situação atípica do processo de divisão política do estado.

Mas os números e os aspectos singulares continuam. Os investimentos em Mato Grosso foram feitos nos setores dos transportes, desenvolvimento urbano, saneamento, desenvolvimento industrial, desenvolvimento rural, educação, saúde, despesas de custeio, enquanto que em Mato Grosso do Sul abrangeram apenas os setores dos transportes, desenvolvimento rural, apoio à instalação do Estado. Nota-se a diferença tanto em quantidade numérica como em variedades de setores nos investimentos nos dois estados, particularmente o urbano. Vale complementar, em 1979 foi investido neste setor, em Mato Grosso, Cr\$ 246 milhões, contra zero de investimentos em Mato Grosso do Sul. Isso confirma a importância do setor urbano na modernização territorial e agrária para Mato Grosso nesse período.

No âmbito do POLOCENTRO, é importante observar a diferença numérica dos investimentos: enquanto Mato Grosso investiu Cr\$ 239 milhões no ano de 1979, em armazenamento, transportes, energia, pesquisa e assistência técnica, nesses mesmos segmentos Mato Grosso do Sul investiu Cr\$ 155 milhões. Em suma, o Programa Especial de Aplicação Financeira para Mato Grosso do Sul em 1979 destinou, nos setores de transportes, energia, saneamento, desenvolvimento rural e apoio à instalação do Estado, um total de Cr\$ 2.064,5 milhões, contrastando com o Programa Especial de aplicações financeiras para o mesmo período em Mato Grosso, de Cr\$ 3.675 milhões em transportes, energia, desenvolvimento urbano, saneamento, habitação, desenvolvimento industrial, desenvolvimento rural, educação, saúde e apoio às despesas de custeio (Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977).

Além desses montantes investidos no que se refere a Mato Grosso, no momento em que do território deste desmembra-se Mato Grosso do Sul, o Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso – PROMAT foi de suma importância para consolidar o novo momento.

A Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO atuou em Mato Grosso em sintonia com o governo do estado através do Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso - PROMAT, criado em outubro de 1977, dispondo de uma boa soma de recursos no período 1975-1983. O objetivo maior deste programa era promover o desenvolvimento de Mato Grosso com investimentos em transportes, desenvolvimento urbano e rural da ordem de Cr\$ 28,8 bilhões. No setor de transporte, foram abertos 484 km em estradas e recuperados mais 163 km de outras já construídas; foram construídos 60 km de linhas de transmissão de energia elétrica e 97 km de rede de distribuição, totalizando recursos no valor de Cr\$ 11,2 bilhões. Nas cidades foram aplicados recursos, destacando-se as obras de ampliação do abastecimento de água e construção de escolas.

Quanto ao setor agrícola, o montante chegou a cerca de Cr\$ 3 bilhões, aplicados na ampliação da capacidade de armazenamento com a construção de 8 armazéns com capacidade estática de 54.800 toneladas, além da assistência técnica e extensão rural que atendeu a 7.858 propriedades.

O setor industrial, foi incrementado com cerca de Cr\$ 4,5 bilhões na dinamização das principais cidades do estado, como Rondonópolis, Cuiabá, Cáceres e Barra do Garças, já considerando que o novo mapa do estado inauguraria o caminho para as primeiras instalações agroindustriais nessas cidades polos.

Dentro das medidas de intervenção na economia, o PROMAT foi o programa cujo objetivo maior era dotar o espaço do território mato-grossense das condições básicas de infraestrutura, para alavancar sua economia. Tais estratégias priorizavam o eixo Cuiabá-Rondonópolis, como áreas mais urbanizadas e principais e, em segundo plano, outros eixos, como as rodovias BR 163 (norte do estado) e BR 158 (vale do Araguaia leste do estado), portanto menos urbanizadas.

Além do transporte e energia, os recursos contemplaram o setor social na construção e ampliação de escolas, centros de saúde e saneamento básico, construção de prédios públicos como fóruns e unidades de segurança.

O setor das telecomunicações também recebeu investimentos. Destacava-se o programa especial de TV para a área de influência do eixo Rondonópolis-Cuiabá, num total de recursos da ordem de Cr\$ 63.840,85 milhões.

Nas ações desenvolvidas no âmbito do POLOCENTRO, dentro das metas do PROMAT, deve-se considerar a área do cerrado mato-grossense, que estava inserida nas metas básicas desse programa, ou seja, as regiões de Mato Grosso (Xavantina e Parecis, que já faziam parte do POLOCENTRO desde o início de 1970 como áreas prioritárias, e o eixo Rondonópolis-Cuiabá, como áreas secundárias). Ali se desenvolveram projetos dos subprogramas, contemplando investimentos em unidades de armazenamento, com capacidade para 24 mil toneladas; em 275 km de rede de eletrificação rural e linhas de transmissão de energia; em 319 km de estradas tronco e vicinais; em construção de usinas termelétricas; em aperfeiçoamento e difusão de técnicas agrícolas, num total de Cr\$ 14,4 bilhões.

O governo do estado investiu também no setor da pesquisa agropecuária sob o comando da Companhia de Desenvolvimento Agrícola – CODEAGRI. As primeiras iniciativas foram no sentido da implantação do projeto de produção e beneficiamento de sementes de arroz, algodão, soja, milho e feijão, chegando a Cr\$ 34 milhões. Com esse projeto, o estado atenderia cerca de 60% da demanda de sementes no período 1978-1983. Consequentemente, tendo maior êxito, a produção de sementes de arroz atingiu 96 toneladas nesse período. Entre as áreas privilegiadas do projeto estava a região de Rondonópolis.

Dentre as ações do governo direcionadas especificamente à modernização agrícola focada no cerrado, a região de Rondonópolis, incluída na quantidade de um milhão de hectares de cerrado em Mato Grosso, conforme mostra a reportagem do jornal *O Estado de Mato Grosso*, de 17 de abril de 1977, sob a operacionalização de 92 tratores de esteira, está a *quebra do cerrado* ou desmatamento, que começaria pela região de Rondonópolis como

forma de apoio aos produtores. A transcrição de uma parte da reportagem, nesse sentido, é oportuna:

A Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso – CODEAGRI iniciará nos próximos dias a operacionalização de seus 92 tratores esteiras, recentemente adquiridos pelo governo estadual como parte do projeto de Moto-mecanização que irá abrir um milhão de hectares de cerrado nos próximos anos em Mato Grosso. A informação é do Secretário Maçao Tadano de Agricultura do Estado que explica: ‘a região de Rondonópolis será a primeira a ser beneficiada pelo projeto e os produtores deverão procurar o escritório da Companhia ou da Emater para o preenchimento dos formulários de solicitação com pedidos mínimos de 100 horas de trabalho por propriedade e acima de 3 mil horas para grupos de produtores de uma mesma área’. O Projeto de Moto-mecanização em Mato Grosso faz parte do Programa Federal de Desenvolvimento do Cerrado – POLOCENTRO (...).

Fonte: Jornal *O Estado de Mato Grosso*, 17 de abril de 1977.

Em entrevista concedida no dia 09 de julho de 2008, o senhor Osvaldo Ferreira da Silva, ex-diretor da CODEAGRI, expressa com suas palavras a confirmação das ações do governo nesse sentido e nesse período.

A CODEAGRI é um trabalho, que prepara o solo, isso era a função da CODEAGRI na época, existem as áreas do cerrado, então a empresa adquiria todas as máquinas, e contratava todo o pessoal, então o produtor ele contratava as horas, e um dos objetivos do POLOCENTRO era além de trazer as tecnologias era também incorporar todo o mercado, por que daí pra frente o que veio para o estado de equipamentos, então foi muito importante, e nós na época, a CODEAGRI participou ativamente nesse processo. Uns 70% de todo esse processo no estado foi a CODEAGRI, e muitos produtores desse processo estão aqui com agente.

Fonte: Entrevista com o Sr. Osvaldo Ferreira da Silva, ex-diretor da CODEAGRI, a Elias da Silva em 9 de julho de 2008.

Pode-se afirmar que o Estado participou, com isso, de forma direta do (re) direcionamento tanto na introdução da soja como no seu desenvolvimento, voltando sua atenção para o sudeste mato-grossense, contribuindo, portanto, de forma decisiva, para mudar as metas iniciais traçadas pelo POLOCENTRO no estado. Ilustramos esse contexto com a figura 2, após a divisão, momento em que o destaque é dado ao eixo Rondonópolis/Cuiabá, no âmbito do PROMAT.

Figura 2 – Áreas prioritárias e secundárias do PROMAT no período 1979/ 1982
 Fonte: SUDECO/MT (1979) Elaboração do autor desta pesquisa

Como se pode observar, o direcionamento das políticas para Mato Grosso, sobretudo a partir da divisão, para promover o território e a economia, sofre um desvio. O que havia sido determinado, no âmbito do POLOCENTRO, como áreas prioritárias e secundárias, agora se inverte. Sobressai como prioridade para alavancar o estado o eixo Rondonópolis/Cuiabá e Cuiabá/Cáceres. Mas o que realmente nos interessa destacar é a importância que passa a ser dada à região do entorno de Rondonópolis, nesse contexto iniciando-se um novo caráter ao processo de introdução da soja.

Embora Dimas Moraes Peixinho (1998:89) reitere a inclusão da região de Rondonópolis na primeira fase de expansão das áreas dos cerrados, no âmbito do POLOCENTRO, abrangendo desde o sudoeste goiano (Itumbiara, Rio Verde e Jataí) até o Mato Grosso do Sul (Ponta Porá, Dourados e Campo Grande), o que se pode verificar, com base no exposto anteriormente, é que a região de Rondonópolis, mais especificamente, só foi

promovida com êxito na introdução da soja posteriormente à divisão de Mato Grosso, confirmando a hipótese de que a divisão acabou sendo bem oportuna, sobretudo para Rondonópolis e região. Pode-se afirmar ainda que esse impulso inicial da soja após a divisão, a partir da região de Rondonópolis, deve ser considerado como o marco efetivo da soja no cerrado mato-grossense.

No sentido da modernização territorial para a economia, Jovam Vilela da Silva (1996: 210) afirma que o POLOCENTRO na região de Rondonópolis foi introduzido no ano de 1979, nas áreas de Jaciara, Dom Aquino, Barão de Melgaço e Rondonópolis, propriamente dito, possibilitando o cultivo de maiores áreas, bem como a ampliação e melhoramento de rodovias, e desenvolvimento da pecuária. Silva (1996) lembra ainda que o desmembramento do estado veio num contexto sociopolítico fundado na noção de aos *espaços vazios*. Neste sentido, o governo preocupou-se com as infraestruturas físicas do território, como a viária, energética e sanitária, em função da extensão do território remanescente, o qual significava uma enorme fronteira agrícola e uma incipiente industrialização. Vale considerar que, embora Primavera do Leste estivesse a priori inserida na região da Nova Xavantina, foi somente com o impulso propiciado por Rondonópolis que a soja ali deslanchou.

Na verdade, pode-se afirmar que, com a divisão do estado, áreas como Primavera do Leste (naquele momento, ainda pertencente a Poxoréo) e Itiquira passaram a compor a nova região administrativa de Mato Grosso, a Sudeste, conhecida até então por Leste de Mato Grosso, da qual Rondonópolis foi instituída como cidade polo, após sofrer a (re) estruturação. A região de Barra do Garças passa a ser o leste do estado. Esse novo arranjo político-administrativo significou muito para o novo momento de produção territorial de Mato Grosso (SILVA, 1996), cujo objetivo maior era a integração econômica na configuração territorial e econômica do Brasil no período auge de sua consolidação agroindustrial, em que a racionalização territorial capitalista dava seus passos iniciais nas regiões fronteiras do cerrado, particularmente no sudeste mato-grossense.

É preciso considerar que o fenômeno celebrado, na escala do Brasil, como *milagre econômico*, na intenção de elevar o país ao posto de 8ª economia mundial até o ano 2000, sob a égide dos grandes programas geopolíticos e econômicos, em Mato Grosso era acrescido do projeto de divisão territorial visando a promoção da integração, a soma das partes no fortalecimento da produção econômica (SILVA, 1996), no contexto regional e nacional, rumo à concretização desse posto de 8ª potência mundial, como era a intenção do governo no período militar.

Independente dos anseios alcançados ou não, o fato é que a divisão trouxe ganhos, sobretudo ao estado remanescente em vista de sua inclusão na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Particularmente, isso nos sugere uma observação no que se refere à região polarizada por Rondonópolis, no bojo da divisão estadual, associada aos fatores de localização que consolidou a cidade a partir da década de 1970, da vocação de economia agropecuária relacionada à estabilização da sojicultura, de sua agroindustrialização e diversificação e concretização do complexo. Nesse processo, elementos significativos iam sendo (re) estruturados territorialmente, como é o caso do Banco da Amazônia (BASA), que no período da década de 1980 fecha agências nas cidades de Dom Aquino e Guiratinga e se concentra em Rondonópolis, inaugurando sua agência regional, juntando-se a outros vários bancos estatais como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Estado de Mato Grosso. Este último foi extinto após meados da década de 1990, no bojo da (re) estruturação do sistema público financeiro, executado no período do governo Fernando Henrique Cardoso (CONTEL, 2006), em comunhão à lógica da concentração espacial da economia capitalista.

Os registros do Governo de Mato Grosso, da Secretaria de Planejamento de Mato Grosso - SEPLAM (1976), em parceria com o governo federal, contemplam uma gama de projetos e ações no sentido da produção territorial urbana de Rondonópolis, em vista do momento de modernização agrária e agrícola. A cidade confirmava sua reputação de polo, recebendo, naquele período, consideráveis levas migratórias, com uma população urbana que chagava a mais de 40 mil habitantes na área urbana, atingindo o índice de 18% de crescimento ao ano, na respectiva década de 70. Possuía, portanto, o maior índice registrado no estado, no período, garantindo já naquele momento a posição de segundo núcleo urbano em importância no norte de Mato Grosso, antes da divisão. O referido documento coloca Rondonópolis em posição polarizadora no conjunto regional de 10 municípios, fazendo referência à produção agropecuária, colocando a região como detentora de terras de boa qualidade, no conjunto da bacia do vale do rio São Lourenço, a qual deveria ser incluída como área no processo produtivo do POLOCENTRO.

Quanto aos atributos de localização e infraestrutura, faz considerações sobre a posição estratégica da cidade, localizada num expressivo eixo rodoviário: o entroncamento da BR 364, que permite o acesso à parte leste e norte do Brasil por Brasília e Cuiabá, com a BR 163, que segue para Campo Grande, permitindo o acesso ao Centro Sul do Brasil. Assim, fomenta o discurso modernizador veiculado pelos meios de comunicação local e oficial do Estado,

levando à sensação de rompimento da distância e isolamento divulgados até então sobre a região de Rondonópolis em relação ao restante do Brasil.

Corroborando esse momento precursor da soja, Luci Lea Lopes Martins Tesoro (1993), no capítulo IV de seu livro *O contraste urbano de duas épocas: sons e paisagens que não se esquecem*, lembra dos sons dos motores dos carros nas ainda pouco estruturadas ruas urbanas, dos sons das máquinas patroladeiras na abertura e construção das rodovias e estradas vicinais, dos sons dos tratores desmatando o cerrado, numa espécie de presságio de um novo tempo repleto de oportunidades para alguns e restrições socioeconômicas para a grande maioria da população local. Numa figura de linguagem, podemos dizer que a cidade desse contraste urbano de duas épocas, como afirma Tesoro, torna-se lugar de *refúgio* de um contingente populacional que, pela sua origem de vida, identifica-se muito mais com o rural ou com o estilo de vida simples, festeiro, cotidiano e lendário relatado também por Suzuki como em sua pesquisa *Na busca dos momentos, a descoberta da transição: o estudo da urbanização de Rondonópolis-MT*.

Como marca do rápido crescimento populacional de Rondonópolis, eram concedidas em média quatro (4) licenças diárias para construção civil numa cidade cujo traçado ainda se baseava no *xadrez* com ruas largas e extensas quadras, relevo mais ou menos ondulado, fazendo menção aos detalhes. A forma como estamos tratando a importância da cidade de Rondonópolis no período da década dos anos 1970 é um reforço em nossa tese de evidenciar a relevância da cidade no centro da gestão local e regional da modernização do campo, colocando-a como a base imediata da ocupação e modernização do território na região sudeste de Mato Grosso (SEPLAM/MT, 1976).

No Plano urbano, em face do rápido crescimento que se registrava na cidade e a falta de controle deste, a prefeitura municipal já se antecipava para a produção de um Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI). Desse modo, a prefeitura teria em mãos um programa de obras prioritárias e um levantamento das reais necessidades da cidade, bastando, para o seu controle, a legislação pertinente. Portanto, um marco no urbanismo de Rondonópolis.

No setor da agroindústria, a referência à instalação de um frigorífico pelo Programa de Produção para o Oeste Brasileiro (PRODOESTE) evidenciava desde então a força da pecuária bovina, que oferecia produção em escala viável à instalação da indústria frigorífica. Também havia sido doada, pelo governo do estado, a área de localização do primeiro Distrito Industrial. Nesse aspecto, lembramos que atualmente já se inaugurou o terceiro Distrito Industrial da cidade.

Nesse sentido, de acordo com as palavras de Afonso Dalbert, não fossem os atributos de ordem social, econômica, política e urbana, possivelmente a realidade atual de Rondonópolis propriamente dita seria outra não relacionada à sua posição no setor do complexo. Ele afirma que Rondonópolis:

(...) foi mais secundária, pois era uma região mais antiga mais, o foco principal do Polocentro, quando se fala em região do sudeste, (...) foi o município de Primavera do Leste, que foi quando começou (...).

Rondonópolis foi uma porta de entrada. Na agropecuária Rondonópolis foi um município, a produção é em Itiquira, Campo Verde, Primavera do Leste, e Rondonópolis ela é história, Rondonópolis é o histórico, é um município forte, onde tem toda uma economia, e outros municípios se agregaram dentro de Rondonópolis (...). Rondonópolis, ela começou mais forte e ela recebeu e distribuiu esses colonizadores, então Rondonópolis (...) agregou grande parte de seus colonizadores na sua região, a única cidade onde tinha um ponto de comunicação com o Brasil inteiro e Rondonópolis cresceu, economicamente ela é uma cidade grande, e lá se concentrou as grandes indústrias, só que se for analisar o que eles plantam e produzem é muito pouco.

Fonte: Entrevista com Afonso Dalbert, Diretor do INTERMAT, a Elias da Silva em 9 de julho de 2008.

As palavras de Afonso Dalbert são fundamentais para confirmarmos Rondonópolis na base do processo de modernização agrária contemplada a partir das pré-condições da soja. Porém, é importante termos cautela com o discurso de exaltação das áreas modernizadas que contagiam as cidades de seu entorno, tendo-as como apêndices de sua ordem modernizadora, caracterizando um fenômeno que se manifesta de fora para dentro, do global para o local. Na realidade, esse processo deve ser visto em suas duas vias de circulação, ou seja, o processo de modernização agrária, à medida que chega a uma determinada área, precisa encontrar um grau mínimo possível de herança de organização tecnológica, política e cultural. O local não é uma esfera vazia; pelo contrário, reorganiza os processos gerais pela sociedade que o habita e oferece resistência seja em que grau for (SILVEIRA, 2006). Portanto, o lugar exerce força de inércia, sobretudo quando se trata da cidade. (SANTOS, 1996).

Como fecho, para uma rápida teorização sobre Rondonópolis, vale considerar também que, no âmbito das grandes políticas nacionais e estaduais da década de 1970, as cidades foram inseridas como bases de impulso para que o campo fosse integrado economicamente, como numa forma de atração da população e promoção do esvaziamento do campo, para os interesses dos agentes hegemônicos do setor da agroindústria. Ou seja, o campo ficaria livre das pressões demográficas para a fluidez do capital. Nesse sentido, o cerrado mato-grossense era colocado como ambiente excepcional pelo seu “vazio demográfico”. Preferimos afirmar que o cerrado oferecia pouca resistência por parte das populações nativas, como os Xavantes

na região de Primavera do Leste, mas também pelo contexto histórico do Brasil, que naquele momento era içado à condição que deveria chegar à posição de 8ª potência do mundo até o ano 2000.

Como a palavra de ordem era modernização, as cidades receberam incrementos de ordem tecnológica organizacional e infraestrutural. Esse aparato todo teve sua maior razão de criação no caso das novas áreas de modernização agrária. Nessas cidades, foi criada uma malha de duplo controle técnico e político, compreendendo os vários tipos de redes, ou seja, viária, urbana, comunicações, informação, institucional, bancária entre outras, no sentido de produzir o território enquanto um espaço de valorização articulada e descontínua.

Configurava-se assim a formação de uma rede nacional de urbanização visando a sustentação do crescimento industrial, atribuindo aos núcleos urbanos novo papel, qual seja, o de serem locais que assegurariam a intensificação da mobilidade do capital e da força de trabalho. E, ainda, como locais das instituições estatais e da difusão da informação controlada, ficando com isso evidente um conjunto de estratégias para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Sugerimos, no título deste capítulo, falar das pré-condições da soja no cerrado mato-grossense a partir do sudeste do estado. Dessa forma, no fecho desta abordagem, chegamos à conclusão lógica de que a soja, mesmo considerada marco inicial de um novo momento da produção econômica no âmbito das novas tecnologias, das novas formas de gestão e das novas formas de relações de trabalho, para ser introduzida, não prescindiu da herança de produção do espaço territorial prévio. Isso foi demonstrado no conjunto da (re) estruturação do território equipando os espaços das principais cidades. Desse ponto de partida, podemos aplicar a Rondonópolis o que Santos (1996) considera, quando diferencia lugar de localização, sendo este último termo a atribuição diferenciada dada pela sociedade em seus processos produtivos aos lugares, expressando a ideia de processo. A herança de que falamos até aqui, em aproximação com Santos (1996), no caso particular de Mato Grosso e especificamente de Rondonópolis, levou seu território à dotação das pré-condições para a introdução da soja, e se traduziu como a força do lugar, que naquele momento foi decisivo como “porta de entrada” e como polo irradiador da sojicultura no cerrado mato-grossense.

O período da década de 1970 marcou, assim, a (re) estruturação territorial, sobretudo a urbana, em Mato Grosso, no conjunto da qual a Cidade de Rondonópolis foi posicionada em lugar de destaque. Isso se deu a partir do incremento técnico infraestrutural e institucional criado pelo Estado, como estradas, Distrito Industrial, órgãos de pesquisa, instâncias político-administrativas e normativas, Bancos oficiais, melhoramento da malha viária urbana,

ampliação da rede de armazenagem, dotação de nova matriz energética, com a instalação da Empresa de Eletrificação do Norte do Brasil (ELETRONORTE), telefonia de Discagem Direta a Distância (DDD) e Discagem Direta Internacional (DDI). Enfim, pode-se afirmar que o Estado encampou um pesado investimento, (re) estruturando o território para torná-lo atrativo aos investimentos na produção propriamente dita.

2 – DA INTRODUÇÃO DA SOJA A ATUALIDADE EM SUA DIMENSÃO CIDADE/CAMPO

Neste capítulo procuramos, a partir da reconstituição, abordar o processo de desenvolvimento da soja. Este processo se inicia com a introdução da soja à sua expansão constituindo-se no atual complexo agroindustrial, e está relacionado à importância de sua dimensão cidade/campo que, a partir da cidade de Rondonópolis, posicionada como base maior de reunião dos atributos de ordem técnica, infraestruturais e institucionais, possibilitou o alargamento do contexto da expansão e urbanização, especificamente as cidades de Primavera do Leste e Campo Verde. Relacionamos às nossas categorias de território, cidade e rede, a ideia de complexos agroindustriais (GRAZIANO, 1998), que possibilitou-nos focar a dimensão política, deixando-nos uma brecha para pensarmos na correspondente concentração urbana da moderna produção cidade/campo, considerando que a dimensão política pressupõe e permeia a gestão dos complexos agroindustriais, a qual se efetiva mediante a existência de um conjunto de instituições e organizações sociais. Isso indica a necessidade da concentração, ou reunião, em determinados pontos do território que aqui concebemos como cidades. Na análise também nos embasaremos em autores específicos (BERNARDES, 1996), (GUIMARÃES, 1997), (SILVA, 1998), os quais nos oferecem informações relevantes no sentido da confirmação da importância da cidade, no interior deste complexo agroindustrial, numa atribuição ao território e à rede.

A expansão da soja em sua sintonia cidade/campo no cerrado mato-grossense, particularmente no sudeste do estado, resulta também no agravamento das contradições socioespaciais. Tais marcas são evidenciadas, sobretudo, na paisagem urbana, quer seja no adensamento técnico-infraestrutural e institucional, aumentando a demanda de produtos, serviços, consumo, pesquisa e logística de divulgação, esta entendida como os espaços estruturados para os eventos periódicos, como a *Exposul*, como também nos segmentos socioespaciais marginalizados oriunda do processo de acumulação capitalista com base na concentração e apropriação da renda da terra urbana. Neste sentido, a cidade, sobretudo Rondonópolis, materializa elementos contraditórios, no contexto da gestão do ambiente mais amplo do complexo.

José Graziano da Silva (1991:16-18) traz um elenco de questões pertinentes aos CAIs no Brasil que confronta a superficialidade conceitual e metodológica trazida pelos estudiosos economistas, no sentido do pouco esforço ou comodismo que compromete sua melhor definição.

Nesse sentido, mais que a generalização deste termo em sua concepção, a realidade empírica, as especificidades dos CAIs, a busca de uma certa regionalização, embora este autor não dixe isso claro, mas apenas nas entrelinhas, é o caminho para o próprio avanço do conceito. Embora não seja esse nosso foco maior, aqui, nos parece oportuno apropriarmos do pensamento deste autor para embasarmos nossa reconstituição do processo, em suas especificidades, no caso da expansão da soja no cerrado mato-grossense, particularmente no sudeste de Mato Grosso. Tentando dar coerência à nossa argumentação, entendemos que suas palavras vêm a calhar com as características que se verificam com o processo de expansão da soja na nossa realidade de estudo.

(...) a evolução de um determinado complexo pode ser determinada pelas suas relações externas, como por exemplo, as políticas governamentais que lhes são específicas. Além disso, a fixação de um único parâmetro analítico como variável classificatória pode fazer com que certos segmentos qualitativamente importantes fiquem fora das atividades arroladas como importantes do complexo. (SILVA, 1991:17).

Há uma aproximação oportuna quando analisamos Silva, pensando sobre a integração de capitais aplicados no interior do complexo:

(...) Ora, não é possível retratar as novas dinâmicas que envolvem as atividades agrárias sem os serviços e os bens de capital. Outra contribuição nova que traz à questão dos complexos como unidades análise, é que estes associam um espaço de análise intermediária entre o macro/individual e o macro/agregado, admitindo nisso um movimento orquestrado, a exemplo dos 'lobbies' de arranjos políticos, em torno do mercado, das inovações tecnológicas, da diversificação de produção e das organizações dos segmentos produtores. (SILVA, 1991:17).

É preciso visualizar novos horizontes para se conceituar os complexos agroindustriais, implicando, assim, fugir de posturas clássicas estruturalistas com base em matrizes técnico-produtivas, para novas posturas, que priorizem as particularidades históricas de constituição e arranjo produtivo atrelados às relações de poder que o modo de produção capitalista impõe aos diferentes lugares. Fica evidente a possibilidade de associarmos à ideia de complexos agroindustriais, a dimensão local, a localização como orquestração política dos segmentos sociais dominantes, articulando num nível de política setorial que favoreça seus interesses.

Nesse sentido, como resultado dos interesses dos segmentos sociais dominantes, os complexos agroindustriais se formam e se conformam como parte de um processo histórico/geográfico específico e como movimento de mão dupla, ou seja, de dentro pela ação dos agentes sociais, políticos e/ou econômicos, envolvidos; e de fora, pela ação do

Estado. Nesse sentido, como unidade de análise, uma verdadeira orquestração de interesses.

Para Graziano, é dentro da visão neocorporatista que o setor ou complexo deve ser entendido como resultado histórico de uma orquestração de interesses entre instituições públicas e privadas num determinado nível organizacional num quadro de conflitos entre segmentos da iniciativa privada e o Estado priorizando atores, estritamente no âmbito econômico, permitindo-nos ver as políticas públicas específicas, as quais são elementos centrais das dinâmicas particulares dos distintos complexos. Nisso, o autor tanto define como diagnostica os complexos afirmando que:

(...) ele é o resultado de uma análise histórica genética da constituição de uma (eventual) organização. Essa organização nasce nas condições particulares (um jogo de contrários) na busca convergente de um objetivo dado partilhado por um grupo de agentes cujos interesses não são necessariamente convergentes em todos os pontos. A construção do complexo necessita de um consenso entre os participantes. O complexo pode desaparecer ou se expandir se as condições mudam ou não são mais satisfatórias. (SILVA, 1991:21).

Embora não esteja explícito, Bertrand apud Graziano (1998) nos oferece a importância da dimensão urbana, com base na qual o complexo se consolida e se diversifica. Nisso, as afirmações nos levam a pensar sobre a necessária relação cidade/campo como espaços que devem ser vistos em complementaridade, ou como resultado um do outro, no interior dos complexos agroindustriais. Os diversos CAIs aliam-se assim, às diferentes forças, agentes diretamente ligados às forças intelectuais, à pesquisa, às agências de divulgação, de técnicas ou de publicidade, e ao crédito. Ousamos afirmar que o Estado, além de ser o lócus onde as diversas forças se aliam ou se confrontam, é o agente forte, configurador da polarização dos interesses que se organizam.

No seio do complexo não coexistem, portanto, apenas os agricultores, as firmas, os comerciantes, mas também forças intelectuais, a pesquisa, as agências de divulgação de técnicas ou a publicidade e o crédito. Nessa concepção, o Estado não é apenas o lócus onde essas diferentes forças se confrontam e se aliam, mas também um ator mais ou menos forte na configuração e na polarização dos interesses que se organizam. (BERTRAND, 1982 apud GRAZIANO, 1998).

Na citação anterior, termos como: *firmas, comerciantes, forças intelectuais, pesquisa, agências de divulgação de técnicas ou publicidade, crédito*, indicam bem a ideia de concentração espacial, traduzindo-se na necessidade da reunião desses elementos num ponto do território. Sugerem, também, a ideia de economias de escala, e isso se aplica à cidade, de forma que nos parece oportuno afirmar que no interior dos chamados CAIs estão

presentes também as cidades, independente do grau de importância, porém num dinâmico processo que as (re) estrutura, inclusive com possibilidade de aproveitamento da herança histórica urbana.

Enfim, consideramos que a ideia de complexos agroindustriais, CAIs sustentada por José Graziano da Silva, oferece-nos a possibilidade de pensarmos, na dimensão local, a localização como processo espacial atribuído pelos processos hegemônicos da sociedade, valorizando a dimensão política.

A complexidade da modernização do campo ocorrida de forma mais acentuada nas últimas décadas impõe-nos a necessidade de colocar a cidade como espaço que interage e complementa o campo, ou seja, não se concebe mais a separação entre o que é rural nem o que é urbano. Cidade e campo somam, em última instância, esforços para o adensamento da produção econômica, misturando atividades que não muito tempo atrás, estavam separadas. Ambos os espaços são resultado, um do outro. Isso quer dizer que tanto a cidade busca no campo quanto o campo busca na cidade, as suas necessidades inerentes, por exemplo: O campo busca na cidade a mão de obra, a qual é, pelo menos em parte, expulsa pela lógica da produção capitalista, indo se alojar nas periferias urbanas. A cidade, por sua vez, não é espaço de cultivo de gêneros alimentícios como arroz, feijão, carne, soja, etc. O crescimento da urbanização nesse sentido acaba sendo o crescimento da dependência do campo de forma acelerada, fazendo com que este perca parte de sua ruralidade para a cidade e esta perca parte de sua urbanidade para o campo, adensando, assim, suas relações.

Esta afirmação deve estar na base da discussão epistemológica da conceituação do termo cidade/campo, cuja contemporaneidade pede que se dê conta de seus novos conteúdos e novas formas, os quais ficam ainda mais difíceis de serem explicados no contexto de constituição dos chamados complexos agroindustriais. O entendimento entre o que se concebe como rural ou urbano fica mais complicado, sobretudo, nas mudanças espaciais cidade/campo a partir da década de 1990, com a expansão não só das atividades fabris mas também dos serviços para o campo, dada a intensificação do agronegócio e seus desdobramentos sobre as relações de produção e trabalho. (SUZUKI, 2009).

Neste sentido, pensamos haver uma aproximação ao estudo de Denise Elias (2007), que busca uma forma de relacionar cidade e campo na definição de *cidades do agronegócio* ao enumerar o leque de atividades que integram, interagem e complementam estas duas dimensões. Nesse sentido, deixa-nos uma brecha importante no âmbito de nossa afirmação de que a cidade é uma dimensão importante e básica no interior dos complexos agroindustriais. No aspecto da especificidade, em outro estudo desta autora (ELIAS, 2003),

onde analisa a *globalização e a agricultura* na região de Ribeirão Preto/SP, analisa bem a localização e centralização da cidade de Ribeirão Preto no processo de produção econômica, cujo peso maior está na economia agroindustrial.

O complexo agroindustrial em Rondonópolis tem em seu processo a dimensão cidade/campo como sua maior base de explicação, uma vez que a soja foi introduzida em sintonia crescente com (re) estruturação da cidade. Essa sintonia pode ser verificada nos autores conforme elencamos a seguir.

Bernardes (1996), considerada pioneira no estudo deste complexo, destaca algumas questões que entendemos serem pertinentes e oportunas. O aspecto forte e importante da abordagem é o econômico e tecnológico, que nos faz perceber o processo da produção de um ambiente produtivo no cerrado, seja na viabilização físico-química do solo, na produção de sementes exclusivas para o cerrado mato-grossense, ou na melhora de espécies animais, destacando a importância da técnica e da economia.

O aspecto mais importante da análise de Bernardes, em nossa forma de ver, é o subsídio metodológico oferecido, numa descrição dos segmentos produtivos e organizacionais e institucionais de produção ligados à pesquisa, ou seja, as cadeias de grãos e carnes. A autora apresenta abordagens inovadoras em relação à gestão da produção e do trabalho, evidenciando a diversificação do processo de produção no complexo. A natureza de seus processos de acumulação faz do estudo desse complexo uma difícil tarefa, que exige o aprofundamento de reflexões. (BERNARDES, 1996).

Em Bernardes, o Complexo é descrito como um ambiente produtivo, reunindo: a produção de sementes melhoradas, como o produto base a partir do qual todo o restante se torna viável; as agroindústrias, com destaque para grandes empresas como a Sadia e a Ceval, ambas aglutinando, a partir de Rondonópolis, a produção não só da região, mas até de outras partes do estado; a avicultura polarizada pelo projeto de produtores associados, oferecendo a matéria-prima para sua unidade; a suinocultura, com sua pedra fundamental lançada com a criação da Agroindustrial de Alimentos - AGRA, empresa formada por um grupo de produtores num projeto agroindustrial verticalizado, o que significa comandar o processo da produção da matéria-prima e industrializá-la. A esses segmentos soma-se a questão dos recursos técnicos na pesquisa, o mercado de trabalho nas várias ocupações profissionais, desde as de maiores remunerações às de inferiores salários, e as de infraestruturas, a exemplo das vias de transportes para escoamento da produção.

O estudo de Bernardes, como uma importante referência, leva-nos à necessidade de novos incrementos no âmbito dos novos desdobramentos na produção de suas cadeias

produtivas, as quais comportam novos adensamentos técnicos, de escalas de produção e de novas práticas de gestão da produção, a exemplos da produção de algodão, de novas agroindústrias, de novos arranjos ligados aos empreendimentos agroindustriais, principalmente em Rondonópolis.

Enfim, o estudo de Bernardes deve ser considerado como uma radiografia do complexo; daí sua importância metodológica para quem se proponha a estudá-lo. Porém, o processo de sua constituição não é contemplado, o que se reforça em nossa justificativa.

Antônio Alves da Silva (1998) oferece-nos sua análise sobre o complexo no cerrado de Mato Grosso, particularmente do sudeste do estado. Sua análise é rica em dados de campo e o enfoque teórico metodológico dado é o dos conceitos de espaço técnico. Em sua abordagem está contemplado o papel da cidade de Rondonópolis como a base espacial de articulação das principais atividades do complexo que engloba a produção agroindustrial, a pesquisa, a publicidade, a comercialização e o centro administrativo, numa indicação da necessidade de se verificar o papel desta cidade no interior do complexo agroindustrial. Lembra que esta articulação é contraditória na sua lógica de reprodução ampliada do capital, ou seja, desempenha importante papel no processo acumulativo produzindo, ao mesmo tempo, as contradições inerentes como o empobrecimento de grande parte da população. A pesquisa deste autor também se apresenta como uma importante contribuição ao tema.

Maria Marlene Moreira Guimarães (1997) analisa o segmento de esmagamento de soja, com o estudo de caso das empresas Sadia e Ceval, no qual analisa o nível técnico e organizacional do trabalho no âmbito destas empresas em sua capacidade de reestruturação do espaço da cidade, e, conseqüentemente da mudança comportamental do mercado de trabalho local, que adquire nova mentalidade a partir da agroindustrialização na área. Vale considerar que o estudo desta autora pode ser considerado como marco do período de industrialização da soja e como a base para a introdução e consolidação do complexo. Nesse sentido, deve ser visto como uma boa contribuição no segmento industrial do esmagamento da soja, célula básica para o complexo.

Esta autora menciona, no conjunto das transformações urbanas sofridas pelo processo da agroindustrialização local, impactos importantes como a mudança total da estrutura urbana impulsionada pelo incremento do novo mercado de trabalho a partir das novas demandas da produção e consumo, levando, ao mesmo tempo, à concentração da riqueza e da pobreza presentes nos novos espaços de segregação. E, por fim, agravando a

luta pelos espaços construídos, o que nos sugere pensar sobre o monopólio da propriedade da terra como questão pertinente.

O território do sudeste de Mato Grosso tem se transformado, a partir dos anos 1980, num espaço (re) criado no curso de alimentação da acumulação capitalista com a inclusão do cerrado. Nesse sentido, a soja, como o carro-chefe, cuja introdução no final da década de 1970 e início da década de 1980 devem ser vista no contexto de Mato Grosso e do Brasil.

2.1 - A introdução da soja em Mato Grosso no contexto brasileiro de sua expansão

Inicialmente, façamos uma referência a Gilberto J. Zancope e José Monir Nasser (2005), cuja obra *O Brasil que deu certo - A saga da soja brasileira* é um relato recheado de exaltação ao percurso de sucesso desta cultura no país, devido ao avanço tecnológico e ao talento e iniciativa individual dos chamados pioneiros desta cultura no Brasil.

(...) Escolhemos o título 'O Brasil que deu certo – A saga da soja brasileira', para deixar claro que o percurso da cultura no país, desde a introdução em 1882 na Bahia, representou mais do que um sucesso agrícola. Representou a manifestação do poder realizar a ação humana, se presentes as condições necessárias e suficientes. A história da soja é o sucesso da cooperação entre o talento tecnológico e a iniciativas dos indivíduos, um cabal exemplo do que o Brasil pode fazer. (ZANCOPE e NASSER, 2005:20).

Os autores, num panorama, traçam o trajeto da soja pontuando o território brasileiro de sul ao norte, de leste a oeste, como numa aventura bem sucedida da iniciativa privada.

A partir da etapa Paraná, o fluxo atingiu o Mato Grosso em 1970. Naquele momento apenas 2% da soja brasileira era produzida no Centro-Oeste, mas em breve a situação mudaria. Em 1975 já estava sendo multiplicada a variedade Cristalina, adaptada para as condições edafoclimáticas específicas de Goiás. Em 1973, o empresário Olacyr Francisco de Moraes (1931), cognominado "Rei da Soja", começou a plantar soja nos 50 mil hectares da Fazenda Itamaraty. Em 1977, a explosão da soja no Centro do Brasil era tão intensa que a Fundação Cargill publicou a obra "A Soja no Brasil Central". Coadjuvando as iniciativas locais, em 1980 o colono gaúcho começou a introduzir soja no sul da Bahia, Estado onde tudo havia começado em 1882. Naquele momento, a produção do Centro-Oeste já era 25% da brasileira. Em 1990 a soja foi implantada no Maranhão e no Piauí. A produção do Centro-Oeste era já 40%. No ano 2000, o Mato Grosso passou o Paraná e tornou-se o maior produtor de soja do Brasil. Obra de gaúchos como Otaviano Pivetta (1959) e do próprio governador do Mato Grosso, Blairo Maggi (1957, paranaense de São Miguel do Iguaçu. (ZANCOPE e NASSER, 2005:58-9).

É possível perceber nos autores contradições ao mencionarem a mudança de perfil dos produtores que de produtores apenas, no passado, agora ocupam cargos políticos. Em primeiro lugar, essa mudança explica a vaidade ou o prestígio de se exercer um cargo na

política. Mas expressa, também, uma situação mais profunda, qual seja, a necessidade do poder político para se ter sucesso nesse modelo econômico. Os autores, com base em obra de Carlos Alberto Franco da Silva, citam como exemplo o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi.

(...) Extrapolando o limite da agricultura, estes novos bandeirantes, agora ocupando cargos políticos na faixa desbravada, que vai do oeste de Santa Catarina à Roraima, têm inovado também a própria administração pública, como confirma a obra de Carlos Alberto Franco da Silva, "Grupo André Maggi - Corporação e Rede em áreas de Fronteira", explicando a gênese da hidrovía Hermasa, uma iniciativa que revela que os assuntos governamentais, às vezes, são verdadeiramente assuntos públicos. (ZANCOPE e NASSER, 2005:60)

A leitura que os autores fazem em sua obra se aproxima ao discurso que legitima as práticas de poder exercidas pelos agentes hegemônicos no interior dos complexos agroindustriais, cuja articulação política acontece com base uma “orquestração dos interesses” no interior dos CAIs., no sentido de uma *feudalização* ou *balcanização* do Estado (GRAZIANO DA SILVA, 1998). Podemos perceber melhor a contradição do discurso dos autores quando consideram a situação dos produtores de soja a um produtor que conta apenas consigo mesmo, ou que é fértil em iniciativa individual e tecnológica, como “sinergia viva”, uma nova forma de relacionamento com o Estado, diferente da simbiose de longa tradição desde o império, da elite agrário-exportadora. As palavras a seguir não negam a presença do Estado na criação da base, sob a qual a iniciativa privada investe. Zancoppe e Nasser (2005) afirmam que o Estado cria, no máximo, o ambiente ou cenário onde os sojicultores vão atuar. Essa também nos parece uma contradição, se formos a fundo, no sentido do que se quer afirmar com os termos *ambiente* ou *cenário*, levando-nos a entender o papel criador e empreendedor do Estado na produção das infraestruturas de apoio à produção, como estradas, hidrelétricas, políticas de fomento etc.

O novo agricultor brasileiro, que "inventou" a soja brasileira, inventou também nova maneira de relacionamento com o Estado. No lugar da simbiose estagnante entre a política econômica e a agricultura monocultural, prática comum no Império, temos agora sintonia e sinergia viva. O colono decidido a vencer na vida sabe que no fundo só conta consigo e, mesmo quando eventualmente ajudado por mecanismos ou dispositivos governamentais, mantém intacto o espírito de iniciativa individual, insumo básico de qualquer pretensão ao desenvolvimento. O governo no máximo cria o ambiente ou o cenário onde a ação humana se desenrola, potenciando a iniciativa dos produtores. O resultado deste arranjo social inovador na agricultura brasileira é a maior produção futura de soja do planeta pela qualidade de agricultores brasileiros a quem se permitiu atuar alto grau de liberdade relativa. (ZANCOPE e NASSER, 2005:60).

Na revisão que fazemos de Zancoppe e Nasser (2005), o que se pode deduzir é um discurso de exaltação à iniciativa privada no empreendimento da cultura da soja, parecendo esquecer aspectos mais fortes da tradição agrária brasileira em que o Estado tem sido o impulsionador, empreendedor e, mais recentemente, cooptado ou apropriado pelos interesses de poucos grandes agentes, quer sejam os que gravitam na esfera da produção propriamente dita e/ou os que gravitam no âmbito da industrialização e do setor financeiro. O setor da soja tem recorrido ao Estado periodicamente, ficando por conta do discurso ideológico o tributo à iniciativa privada, da bandeira do desenvolvimentismo econômico. Particularmente no cerrado mato-grossense, especificamente na região de Rondonópolis a trajetória da iniciativa privada está pautada pela parceria e empreendedorismo do estado no sentido de tornar da sustentação da soja como modelo econômico. A expansão da para o cerrado mato-grossense não está desvinculada da expansão da soja em nível brasileiro.

A soja no Brasil tem sua trajetória, mais evidenciada a partir da década de 1960, com base em Zancoppe e Nasser (2005), conforme demonstra a tabela a seguir, fruto das

Tabela 5 - Produção de soja no Brasil em intervalos quinquenais entre 1965/1995

Períodos em Quinquenais	Produção em toneladas	Área/há
1965 – 1970	905, 600	809, 600
1970 – 1975	5.016, 200	1.698, 200
1975 – 1980	11.726, 800	7.660, 200
1980 – 1985	15.250, 000	8.882, 400
1985 – 1990	18.479, 200	10.512, 000
1990 – 1995	21.369, 800	10.640, 000

Fonte: IBGE Censo Agropecuário (1980) Elaboração de Elias da Silva

Nos dados da tabela, chama a atenção a quantidade produzida em relação à área, sobretudo, a partir da metade da década de 1970, quando a quantidade atinge, em média, o dobro ou até mais, em relação à área de produção. Outro aspecto importante da produção deve ser observado quando à periodização, ou seja, a soja deslança em sua produção e produtividade somente a partir de 1975. Essa situação de aumento da produção sobre a área deve ser entendida como resultado de um conjunto de fatores como: avanços na pesquisa, adensamento das políticas de incentivos à produção nas novas áreas do centro-oeste e a

consolidação do modelo urbano-industrial e também a consolidação da industrialização da agricultura. É nesse contexto que o cerrado mato-grossense, particularmente o do sudeste do estado, é inserido na produção de soja, a qual teve, assim, suas reais chances de êxito.

Na trajetória da soja no Brasil, no período que vai de 1975 a 1980, começa a ocorrer a incorporação de novas áreas, especialmente no oeste paranaense e Mato Grosso do Sul, crescendo a produção em 108,4% e a área em torno de 107%. Na segunda metade da década de oitenta, ocorrem novas mudanças em termos espaciais, quando a soja avança no centro-oeste, atingindo a produção um aumento aproximado de 21,17% e a área 18,31%. No quinquênio 1990/1995 são alcançados os maiores níveis de produção, correspondendo a um incremento de 17,80% na produção e apenas a 1,21% no caso da área plantada.

Segundo Thompson (1988) apud Guimarães (1997), até 1980 a maior parte do aumento da produção brasileira de soja decorreu mais da expansão em área do que do rendimento físico, pois, enquanto a área plantada aumentou 51 vezes, a produção de soja cresceu 74 vezes e o rendimento físico se elevou apenas 1,4 vezes.

A evolução da soja a partir dos anos 70 pelo interior do Brasil também está contemplada em Maria Mônica Arroyo (2001), em cujo período marca sua presença no Centro-Oeste.

O alargamento do circuito, que para o Brasil central começa em fins dos anos 70 e para os cerrados nordestinos em meados da década de 80, produz-se a partir da criação de uma produtividade espacial para essa cultura. Ao estoque de recursos preexistente (topografia, temperatura, distribuição de chuvas e luminosidade) - traduzido em abundante disponibilidade de terras baratas -, vão se agregando condições técnicas e políticas. São introduzidas, por um lado, diferentes práticas como adubação, irrigação, utilização de máquinas e implementos modernos e, sobretudo, aplicação de sementes melhoradas e de outros insumos (herbicidas, fungicidas e inseticidas)¹⁹³; por outro, programas especiais, créditos, incentivos fiscais e subsídios proporcionados pelos governos: estaduais e federal (...), a política cambial nos anos 70 e 80 e a agressividade de alguns empresários sulistas. (ARROYO, 2001:181).

A partir da década de 1980 verifica-se a tendência ao aumento do rendimento nas áreas tradicionais, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, quando comparado com o das novas áreas, que englobam Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás. Essa tendência vai se acentuar na segunda metade dos anos 80, quando a cultura da soja toma um novo dinamismo, expandindo-se para o cerrado sob novo paradigma tecnológico da técnica associada com a informação, amenizando e até anulando as barreiras naturais, com exceção da de caráter topográfico, que inviabiliza a relação custo/benefício na mecanização das áreas em índices de declividade acima de 15%. No

início da década de 90, continua a melhoria do nível de rendimento nas áreas tradicionais e pouca variação dos níveis nas áreas novas, exceto em Mato Grosso, principalmente no sudeste do estado, alcançando os maiores índices do país, combinando sensível aumento das áreas em direção ao norte do estado.

Conforme mostram os números da tabela, Mato Grosso foi o único estado brasileiro que apresentou índice crescente de produtividade entre 1970 e 1995. Todos os demais, inclusive o Paraná, que há poucos anos era o primeiro produtor nacional, apresentou oscilações como, por exemplo, entre 1980 e 1985 com 2.199 kg/ha para 1.490 kg/ha.

Tabela 6 - Evolução da produção de soja em kg/ha no Brasil e por estado período 1970/1995.

BRASIL E EST. DA FEDERAÇÃO	PERÍODOS QÜINQUÊNAIS					
	1970	1975	1980	1985	1990	1995
RS	1.229	1.549	1.595	1.008	720	2.040
PR	1.291	2.160	2.199	1.490	1.840	2.610
SC	765	1209	1.339	1.304	833	2.180
SP	1.162	1.942	1.901	1.929	1.936	2.089
MT	1.231	1.518	1.875	2.104	2.370	2.530
GO	1.206	1485	1.321	1.814	2.100	1.899
MG	500	1.325	1.473	1.815	2.040	1.980
Brasil	1.210	1.750	1.766	1.452	1580	2.221

Fonte: IBGE Censo Agropecuário (1995) Elaboração de Elias da Silva

Aqui, recorreremos novamente a Maia Mônica Arroyo (2001), para quem a trajetória do êxito da soja no Brasil no final da década de 1990 traz os números da produção desta *commodity*, tendo Mato Grosso como destaque, passando a ser o primeiro colocado. Importante observar que o sul e sudeste do Brasil continuam absorvendo o valor agregado da produção pelo processo de industrialização, como áreas consolidadas, enquanto dá destaque a Mato Grosso no setor da produção da soja, numa projeção sempre crescente desde sua introdução, como Maria Mônica Arroyo (2001) afirma:

Na safra 1999-2000, a produção brasileira de soja alcançou 31.644,1 mil toneladas, tendo Mato Grosso como maior produtor, responsável por 25%,

seguido pelo Paraná (22,4%) e pelo Rio Grande do Sul (15,6%). A industrialização do grão, à diferença da fase primária do circuito, continua destacando-se nas áreas de produção mais antigas. A região Sul detém 58,6% da capacidade instalada de esmagamento, sendo que somente o Paraná responde por 30,4% desse potencial. A região Sudeste, por seu lado, detém 40,3% da capacidade instalada para refino, sendo que em São Paulo se localizam 33,5% das instalações com capacidade para refinar óleo. (ARROYO, 2001:200).

Em escala de Mato Grosso, parece-nos oportuna uma rápida menção a Rondonópolis quanto à questão do caráter das áreas consolidadas referida por Arroyo. Podemos afirmar que a cidade, mesmo não ostentando os maiores números da produção propriamente dita, detém a produção mais consolidada da soja em Mato Grosso. Por isso, assegura o posto de maior polo agroindustrial do estado, com a maior exportação no setor da soja, conforme o jornal *A Tribuna* de 13 de maio de 2008. Nesse sentido, a teoria se confirma, qual seja a agregação de valor pela transformação industrial, a densidade técnica, sobretudo pela pesquisa bem como a gestão da produção estão associados à herança, sobretudo, a partir do momento em que se implantam as bases de um novo modo de produção, momento a partir do qual, a classe dirigente beneficiada buscará sua perpétua reprodução ampliada e na esteira desta a reprodução da ordem socioespacial local.

Neste ponto ratificamos que a introdução e evolução da soja em Mato Grosso, conforme já foi elencado ao longo deste capítulo, foi possível mediante um conjunto de medidas políticas de intervenção estatal, tanto a nível federal como estadual, sobretudo no aspecto dos subsídios financeiros e da pesquisa. Por exemplo, houve a consolidação pelo PROMAT e pela CODEAGRI das condições para que a soja, no final dos anos 70, inaugurasse, por assim dizer, seu período de expansão no sudeste de Mato Grosso e, após meados da década de 1980, em outras áreas como Chapada dos Pareci e Sorriso, com a chegada da indústria de esmagamento iniciada com a Sadia. Nesse sentido, Antonio Alves da Silva (1998), ao pesquisar sobre o crescimento da sojicultura em Mato Grosso, afirma que:

A primeira safra de maior expressão só vai ocorrer em 79/80, quando o estado de Mato Grosso produziu 3.979 toneladas de sementes e 117.173 toneladas de soja, com uma área plantada de 70.431 hectares, alcançando um rendimento médio de 1.660 kg/ha muito próxima do rendimento médio nacional, que na safra 78/80, foi de 1.727 kg/ha. (SILVA, 1998:98).

Para este autor, nesse período lançam-se as novas bases de acumulação capitalista, firmando sua maior viabilidade na escala de produção pelas grandes áreas produtoras e na capacidade produtiva que a tecnologia oferecia. Dadas as condições excepcionais de localização em relação aos centros desenvolvidos do país, colocava-se o desafio de

conquista capitalista dessa região. Acrescentamos às suas palavras que essas bases foram viabilizadas também mediante o empreendedorismo estatal, ou seja, inicia-se um modelo econômico tendo como ponto de partida as políticas econômicas do Estado. Isso também explica o porquê de áreas tão distantes dos portos de exportação como Santos/SP, Paranaguá/PR, Vitória/ES obtiveram êxito. Por outro lado diminui a importância que é dada ao discurso do empreendedorismo da iniciativa privada, como se veicula, como se a soja no cerrado fosse obra e graça apenas do homem empreendedor.

Nesse processo de ocupação do cerrado, ao mesmo tempo em que algumas condições potencializavam as perspectivas de reprodução ampliada do capital com a expansão do espaço econômico, tanto em termos de produção em grande escala como de circulação de capital, o custo da produção, a existência de grandes extensões de terra com fins especulativos, a distância dos maiores centros consumidores e principais terminais portuários para exportação, tornaram sua conquista um grande desafio. Os obstáculos só poderiam ser vencidos pela articulação da política com os novos recursos financeiros e tecnológicos, potencializando a capacidade de produzir, seja pelo poder de trabalho das máquinas nas grandes extensões, seja pela produtividade, traduzindo em efeitos de encurtamento das distâncias e do tempo, tornando o cerrado suficientemente competitivo aos desígnios dos novos mercados, na busca de melhores condições que permitissem maximizar o processo de acumulação.

No processo de introdução e consolidação da soja no cerrado mato-grossense, outros produtos como o arroz e o milho foram necessários a convencionalmente chamada *colonização do solo*. Especialmente o arroz que consegue, através de seu sistema radicular, fixar maior teor de nitrogênio ao solo, necessário ao maior rendimento da soja. O arroz foi o principal desbravador do solo do cerrado.

A tabela 7 nos permite ver a evolução por área e produção das culturas de arroz, milho e soja no cerrado mato-grossense entre 1973/1978, em que fica clara a importância do arroz como precursor da soja.

Através dos números, observa-se que o arroz apresenta crescimento constante em área plantada e toneladas colhidas até 1977 e decai a partir de 1978; o milho também segue a mesma direção com algumas oscilações. Mas no caso da soja, mesmo apresentando pouca expressividade no período, verifica-se seu crescimento constante tanto em área como em toneladas colhidas, evidenciando sua trajetória de consolidação, sobretudo, a partir de 1978.

Tabela 7 - Evolução da produção de arroz, milho e soja em Mato Grosso no período 1973/1978 em toneladas/área

Cul- Turas	1973		1974		1975		1976		1977		1978	
	Área	Prod.	Área	Prod.	Área	Prod.	Área	Prod.	Área	Prod.	Área	Prod.
Arroz	22975	46158	30754	46468	80065	118160	186610	231126	274300	396480	376500	327670
Milho	11880	15452	24310	37560	27900	20682	32130	48211	34960	53834	13700	32616
Soja	255	330	2285	2178	2065	3003	2523	2560	3850	5637	13323	24464

Fonte: EMATER/ CEPA (1976). Elaboração de Elias da Silva

2.2 – Introdução e expansão da soja no sudeste de Mato Grosso

A rápida inserção da região de Rondonópolis ou o sudeste mato-grossense, exigiu pesquisa para descobrir novas variedades de soja que melhor se adequassem ao cerrado. O coroamento disso se deu no período de 1976/77, em que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Empresa Mato-grossense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), o Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CPAC), a Secretaria de Agricultura de Mato Grosso (SAGRI/MT) e a CODEAGRI, iniciam pesquisas em campo experimentais de soja com o apoio do POLOCENTRO, no sudeste mato-grossense. Nesse sentido, em Rondonópolis, realizaram-se os primeiros trabalhos com a montagem de unidades experimental, a exemplo da fazenda Ouro Verde.

Com base nos relatos de Rogério Salles, Otávio Eckert e Getúlio Barchet, a soja não foi implantada logo de início na terra do cerrado, uma vez que o arroz é considerado o produto que *amansou o solo* ácido. Somente depois disso possibilitou-se o sucesso da soja.

Após esse amansamento do solo do cerrado associado a sua introdução, a soja se consolida em seu desenvolvimento em escala suficiente de produção, sendo colocada como matéria-prima básica de sustentação da indústria de esmagamento. Conforme a tabela 8, em 1980 a área da soja no cerrado mato-grossense abrangia 120, 089 ha; 224.921 toneladas e uma produtividade de 1.873 kg/ha. O sudeste de Mato Grosso já ocupava 87.228 ha; 169, 581 mil toneladas; e uma produtividade de 1.944 kg/ha. Nesse sentido, o Sudeste já garantia mais de 70% do total da área da soja no estado. Quanto ao total da em toneladas, a proporção é também expressiva conforme mostra a tabela. Na produtividade a quantidade chega a quase 100 kg/ha sobre a média do restante do estado.

Tabela 8 - Produção de soja em Mato Grosso e sudeste do estado em 1980

1980			
Unidades	Área colhida	Quant. Produzida	Prod. Kg/há
Mato Grosso	120.089	224.901	1.873
Sudeste-MT	87.228	169.581	1.944

Fonte: IBGE: Censo Agropecuário (1980) Elaboração de Elias da Silva

A tabela 9 demonstra a expansão da soja no cerrado mato-grossense de forma vertiginosa em que o sudeste do estado se destaca novamente no item produtividade, o que faz sentido em termos do crescimento em pesquisa com base na organização dos produtores tendo a parceria do estado como fundamental.

Tabela 9 - Produção de soja em Mato Grosso e sudeste do estado em 1985

1985			
Unidades	Área colhida	Quant. Produzida	Prod. Kg/há
Mato Grosso	795.438	1.656.039	2.082
Sudeste-MT	395.236	860.622	2.177

Fonte: IBGE Censo Agropecuário (1985) Elaboração de Elias da Silva

No caso do sudeste de Mato Grosso o rendimento médio em 1985 foi ainda maior em relação ao restante do estado, superando em quase 100 kg/ha; em relação à área colhida, houve crescimento bastante significativo nos dois níveis, ou seja, quase 800. 000 ha para o conjunto do estado contra quase 400. 000 ha para o sudeste mato-grossense em área colhida; a quantidade em toneladas chegou a mais de 1.600,000 toneladas contra mais de 800,000 toneladas no caso do sudeste do estado.

Nesse período, observa-se uma acentuada capitalização do espaço, sobretudo, em Rondonópolis que começa a se (re) estruturar no âmbito da agroindústria, o segmento dos produtores de soja também se reorganizam em termos da infraestrutura de pesquisa com a *Coopacel* criando seu campo experimental; começam os primeiros eventos ligados à exposição das novas tecnologias em sementes melhoradas, enfim, os novos horizontes da soja sinalizavam seu *boom* na produção como garantia à indústria.

As evidências de que a soja se consolida, sobretudo no sudeste mato-grossense, a partir de meados da década de 1980, são apresentadas a seguir, na ilustração da figura 3. A partir de 1985 a soja se consolida como matéria-prima básica de sustentação da indústria de esmagamento em Rondonópolis.

Figura 3 - Evolução da soja no sudeste de Mato Grosso por município em área/ha - 1985. Elaboração de Elias da Silva

Conforme as cores da legenda da figura 3, identificamos os municípios por área colhida em 1985. Itiquira e Alto Araguaia se sobressaem nesse período no patamar entre 58.064 e 76.875 ha de áreas colhidas representadas pela cor marrom escuro; Rondonópolis, Pedra Preta e Poxoréo com áreas colhidas entre 24.656 a 58.064 ha, representadas pela cor marrom claro; Alto Garças, Jaciara e Dom Aquino com áreas entre 18.399 e 24.656 ha, representados pela cor amarelo escuro; e finalmente Guiratinga, General Carneiro e Juscimeira com áreas entre 7.531 a 18.399 ha, representadas pela cor amarelo claro. Vale observar que os municípios de Primavera do Leste e Campo Verde não aparecem ainda nesse período, mesmo tendo alguma produção, pois ainda estavam ligados a Poxoreo e Dom Aquino, respectivamente, estando em processo de constituição.

Em meados da década de 1980 a soja, não só na região de Rondonópolis, mas também no estado, era celebrada em seu *boom*, considerando que cresceu muito, tanto em área colhida e quantidade produzida, como em produtividade. O incremento verificado chegava a mais de 600% para o estado e 400% para o sudeste de Mato Grosso. Esse maior

crescimento no nível do estado não ofusca o brilho da região de Rondonópolis, uma vez que sustenta a maior produtividade, propiciada maior consolidação em pesquisa e aplicação técnica. Os municípios de Primavera do Leste, Campo Verde e Alto Taquari e Itiquira, em 1991, já aparecendo como municípios recém-criados, com exceção de Itiquira, já respondiam pelo grande expansão da soja no sudeste do estado, conforme se pode verificar nos números da tabela 10.

Tabela 10 - Produção de soja em Mato Grosso e sudeste do estado em 1991

1991			
Unidades	Área colhida	Quant. Produzida	Prod. Kg/há
Mato Grosso	1.164.585	2.738.410	2.351
Sudeste-MT	550.370	1.339.871	2.434

Fonte: IBGE Censo Agropecuário (1991) Elaboração de Elias da Silva

Em 1991, a área de cultivo da soja chega a quase 1.200.000 ha e a quase 3 milhões de toneladas produzidas; a produtividade continua também em crescimento chegando a 2.351 kg/ha. Particularmente, no sudeste mato-grossense tanto a área quanto a quantidade produzida chegaram à casa dos 50% em relação ao total do estado. No entanto, o rendimento médio continuou superando o restante do estado chegando à diferença de quase 100 kg/ha, o que significa afirmar a importância de Rondonópolis na pesquisa. Esses números são ilustrados na figura 4. Conforme as cores das áreas colhidas por municípios, em 1991, General Carneiro, Dom Aquino e Juscimeira, ilustrados na cor rosa claro, apresentam áreas colhidas entre 6.600 a 13.716 ha. Estes municípios diminuíram suas áreas colhidas em relação ao período anterior. Guiratinga, Poxoreo, Jaciara, na cor rosa escuro, apresentaram áreas entre 13.716 a 20.530 ha; Rondonópolis, Pedra Preta, Alto Garças, na cor vermelho claro, apresentarem áreas colhidas entre 20.630 a 52.400 ha; finalmente, somando-se a Itiquira que já apresentava grande produção desde 1985, o destaque deve ser dado a Primavera do Leste e Campo Verde cuja produção em área colhida que não aparecem no período anterior devido o vínculo a Poxoreo e Dom Aquino, respectivamente, aparecem com áreas colhidas entre 52.400 a 114.856 ha, identificados pela cor vermelho escuro.

Figura 4 - Evolução da soja no sudeste de Mato Grosso por município em área/ha – 1991. Elaboração de Elias da Silva

Tabela 11 - Produção de soja em Mato Grosso e sudeste do estado em 1995

1995			
Unidades	Área colhida	Quant. Produzida	Prod. Kg/ha
Mato Grosso	2.322.825	5.491.426	2.322
Sudeste-MT	773.400	1.796.591	2.364

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, (1995) Elaboração de Elias da Silva

Com o aumento contínuo do volume da produção, as indústrias de esmagamento decidem se instalar na região e processar a soja em grão com valor agregado, compensando com isso os custos de transportes. Com a indústria surge um novo estímulo à urbanização e novos arranjos espaciais. A competição se acentua, a rede de armazenagem cresce e a produção se consolida, sobretudo, no sudeste, dando início ao processo de sua expansão para o norte do estado. Criavam-se assim as condições à estruturação do complexo agroindustrial da soja na região.

Nesse sentido, os números da tabela 11 são significativos de um processo contínuo e relativamente crescente. No período de 1995 a expansão da soja pelo cerrado mato-grossense já se fazia sentir estampada nos números da área colhida e mais ainda, na quantidade produzida. Pode-se afirmar que o sudeste já se posicionava como área consolidada. Seu foco já não era unicamente o alargamento do contexto da soja mais

perseguia a verticalização através da agregação de valor à soja. Porém, se confirma, mais uma vez, a superação na produtividade em relação ao restante do estado em mais de 40 kg/ha. Vale lembrar que esse diferencial significa muito, considerando que a escala territorial da produção prima por grandes áreas mecanizadas.

Figura 5 - Evolução da soja no sudeste de Mato Grosso por município em área/ha – 1995. Elaboração de Elias da Silva

Pela legenda da figura 5, o sudeste mato-grossense já apresentava, a partir de 1995, a configuração territorial de consolidação da soja, ou seja, a estabilização em termos de sua expansão. Primavera do Leste, Campo Verde e Itiquira aparecem como as mais expressivas áreas colhidas, na cor azul, variando entre 48.251 e 167.445 ha. Rondonópolis, Pedra Preta, Alto Garças e General Carneiro se mantiveram estáveis em relação ao período anterior, produzindo entre 33.700 e 48.151ha ilustrados pela cor verde; Jaciara, Poxoréo e Guiratinga, na cor vermelho escuro, da mesma forma, variando entre 25.300 e 33.700 ha; Dom Aquino, Juscimeira, Torixoreo e Alto Araguaia apresentaram produção entre 5.005 até 25.300 ha colhidos, ilustrados pela cor amarelo.

Concomitantemente ao caráter tecnológico atribuído desde as pré-condições à consolidação da soja no cerrado mato-grossense, particularmente no sudeste do estado, há que se destacar o caráter sociopolítico fomentando toda essa base geradora de êxito da soja. Ficou indicado, conforme os números demonstrados nas tabelas, que Rondonópolis se

destacou, desde o início, na pesquisa, o que justifica em todos os períodos, a superioridade na produtividade da soja. É necessário verificar que a pesquisa não acontece como num toque de magia, mas associado a um processo de organização política do segmento dos produtores, conforme tratamos no item a seguir.

2.3 – O caráter sociopolítico da expansão da soja

A introdução da soja, pelos seus fracos resultados de produção inicial, forjou a organização inicial dos produtores em Rondonópolis, em suas primeiras formas para a busca da superação desse fracasso pela pesquisa, cuja estrutura, uma vez iniciada, fomentou a sequência de seu próprio desenvolvimento. E também da base da organização política dos produtores, quantitativa e qualitativamente, de forma a tornar a cidade de Rondonópolis a maior base física dos segmentos institucionais e organizacionais e infraestruturais dos segmentos dos produtores do agronegócio em Mato Grosso. Confirma a entrevista concedida por um dos pioneiros da produção de soja e ex-prefeito de Rondonópolis, José Rogério Salles, em 16 de julho de 2008, o qual, ao relembrar os primeiros passos dos produtores de soja na região afirma que: *“Primeiro surgiu APRUSMAT e depois veio a surgir a APROSMAT, e daí (...) mudaram a sede pra cá. Na época o produtor de sementes, (...) injetava um dinheiro para entrar na pesquisa, (...) para trazer inovações, novidades”*.

Na fala do produtor Rogério Salles percebe-se a negação do papel do Estado, soando também como uma espécie de discurso ideológico da necessidade de se negar o Estado como forma de mantê-lo sempre perto e atento aos seus interesses. *“(...) O estado ficou apenas como instituição, (...) nunca deixou de criar caso, ele não era muito decisivo, ele ficava mais distante, suportava ate quando dava. (...)”*. Há a negação do papel do estado, mas por outro lado contradiz quando diz que: *(...) a EMBRAPA “apoiou muito mais do que o estado”*.

A fala deste pioneiro da soja dá-nos uma interpretação que se estende ao universo dos produtores e dos empreendedores capitalista em geral de cunho neoliberal quando afirma que: *“O estado está numa fase que ele deveria deixar de ser o produtor, produzir a matéria e mandar para outros lugares (...), nós já somos exportadores de energia, e devemos ser também exportador de matérias primas”*. No sentido do processo sociopolítico de organização dos produtores assim se expressa:

No sentido de organização, a experiência da COOPACEL (...) e agente continuou também na época das sementes, agente distribuía para grande parte dos produtores, aí esse pessoal daqui, influenciou, e mudamos nossa sede para Rondonópolis, com o convênio da EMBRAPA, e formamos um grande convênio. Primeiro surgiu a PRUSMAT e depois veio a surgir a APROSMAT, e daí depois até mudaram a sede pra cá. Na época que surgiram alguns problemas na produção, graças a esses recursos que havia na época podemos contornar esses problemas.

Na época o produtor de sementes, ele entrava num programa, e injetava um dinheiro para entrar na pesquisa, na época que não havia esse programa eles distribuía entre si e tentavam continuar as pesquisa para trazer novas inovações, novidades. Isso tudo ocorreu quando estava havendo a criação da fundação de Mato Grosso, eles houveram a necessidade de criar programas aí voltados para o produtor.

O estado ficou apenas como instituição, e esse estado no desenvolvimento, enquanto na produção da soja, ele estava mais como política, nunca deixou de criar caso, ele não era muito decisivo, ele ficava mais distante, suportava até quando dava, o estado enquanto constituição foi muito vago, a EMBRAPA apoiou muito mais do que o estado, quando era ao algodão eles já apoiavam mais, procurava desenvolver pesquisas, inovar, e já na soja ele deixou isso muito vago.

Fonte: Entrevista concedida a Elias da Silva por Rogério Salles em 16 de julho de 2008.

Conforme suas palavras, a Associação de Produtores de Sementes do Sul de Mato Grosso – APRUSMAT é a primeira organização dos produtores no sentido de viabilizarem a soja, dada qualidade dos solos e das variedades de sementes com tecnologia não próprias ao cerrado. O segundo momento em que fala da Associação de Produtores de Sementes de Mato Grosso – APROSMAT é o que podemos chamar de o momento em que se verificou a viabilidade da soja, porém com a consciência da necessidade de organização e de investimentos em pesquisa para vencer os obstáculos. *“(...) a PROSMAT está aqui por que a maioria dos produtores de soja estava aqui, e aqui acabou sendo um centro ativo, então houve a transferência da sede pra cá”*.

Fonte: Entrevista concedida a Elias da Silva por Rogério Salles em 16 de julho de 2008.

Assim, a transferência da APROSMAT, de Cuiabá para Rondonópolis nos anos 80, significou força político-organizacional e econômica no processo de adensamento, reforçando o setor da pesquisa sojifeira, diante da crise da nematóide que ameaçou a consolidação e diversificação da economia sojifeira na década de 90, cujo coroamento seria a criação da Fundação MT junto à APROSMAT.

Os gargalos do início da soja segundo Salles, contemplaram a instabilidade desta com a ocorrência de outras culturas, sobretudo, o arroz, de forma que é no final dos anos 70, mais precisamente 1978, que segundo ele a soja emplaca:

(...) a partir daquele ano pra nós, o Banco do Brasil começou a financiar a soja, (...) aí apareceu a cristalina, então era a que tinha mais estabilidade, a que crescia

um pouco mais e a produtividade começou a ser melhor, então até criamos uma cooperativa a COOPACEL.

Fonte: Entrevista concedida a Elias da Silva por Rogério Salles em 16 de julho de 2008.

No rol dos primeiros sojicultores de Rondonópolis cita: “(...) *Elói Market, Airton Shinaider, a Gravataí, entre outros. Ai veio as Sementes Petrovina, Girassol*. Junto com os primeiros avanços da soja estava sua comercialização com alguns compradores desse grão, como relembra:

Aí então começaram a aparecer grandes compradores para cá, teve o Mariano, e outros. A Gravataí chegou como uma empresa, eles vendiam máquinas por aqui, vendia suplementos de agricultura e formaram uma fazenda por aqui, o pessoal deles já tinha experiência.

Fonte: Entrevista concedida a Elias da Silva por Rogério Salles em 09 de julho de 2008.

Matéria veiculada na Revista Rondon, 1989 de circulação regional, sob título: *Soja em Rondonópolis: Trajetória da Iniciativa Privada* trata do caráter histórico-político do segmento produtor do complexo ainda em suas pré-condições. Neste sentido, podemos confrontar o discurso cujo caráter é impregnado de um tom ideológico. Mas o que nos interessa, em última instância, é a confirmação da organização política desse segmento, razão maior da sustentação do complexo, de suas pré-condições à atualidade.

Dentre os maiores e mais bem organizados produtores de soja da região de Rondonópolis, estão os 70 filiados na Coopacel, Cooperativa Agropecuária Mista do Cerrado Ltda, uma entidade fundada no início desta década graças aos esforços de um pequenino produtor rural idealista, Adroaldo Gatto, o mesmo que anos antes havia também trabalhado para fundar por aqui a APRUSMAT - Associação dos Produtores Rurais do Sul de Mato Grosso, buscando com esses movimentos associativos e cooperativos, melhorias para o setor, mais amparo e muito mais reconhecimento por parte das autoridades federais e estaduais dos esforços daqueles que desmistificaram o cerrado e empurraram Mato Grosso para frente. Isto porque 60% do ICM cobrado em MT vem da soja. E os produtores rurais de soja não têm a recíproca: nada lhe é oferecido pelo Estado. E muitas vezes é o próprio produtor rural de soja que abre suas estradas, constrói seus armazéns, leva infra-estrutura social para suas fazendas (escolas, posto médico e odontológico, aprendizado tecnológico e lazer) tudo por sua própria iniciativa. E não existe nenhum produtor rural de soja em vermelho com os tributos estaduais ou federais. Todos pagam seus impostos. (...) (pg: 13).

Quis o destino que o mesmo pequenino produtor rural gaúcho Adroaldo Gatto, que bateu o pé para fundar a APRUSMAT, fazendo com que o produtor rural saísse do empirismo e partisse para atividades mais vanguardistas, estribadas na pesquisa e infra-estrutura de mercado, fosse o institucionalizador da arregimentação cooperativista, pela vez primeira na nossa região. (...) Adroaldo Gatto (...) fundou a Coopacel - Cooperativa Agropecuária Mista do Cerrado Ltda. (...).

A Coopacel foi uma trincheira de lutas. Pela primeira vez o produtor rural conseguiu ter armazéns próprios, sistema próprios de processamento expedição de grãos por secadores e beneficiadores, sem colocar os grãos produzidos; em armazéns oficiais, sempre muito mal administrados e sujeitos a muitos

dissabores, porque tais armazéns também eram, naqueles tempos, órgãos mais políticos do que técnicos. A Coopacel trouxe para o produtor rural a possibilidade de ter autopeças para seus veículos, peças para máquinas agrícolas, máquinas e ferramentas, insumos, defensivos e fertilizantes, calcário e sementes produzidas sob pesquisa e alta tecnologia, e total assistência técnica, enfim, a Coopacel veio ensinar o produtor rural a ter organização funcional igual às grandes empresas, e hoje, os 70 associados da Coopacel têm telefonia rural, radiocomunicação, telex, computadores, estando as atividades rurais totalmente informatizadas, tendo contatos imediatos com o mercado nacional e internacional. (...).

Rondonópolis e região contribuíram em 1989 2% da produção nacional de soja. Mas Claudino Martins e Adroaldo Gatto são unânimes em afirmar que se o Governo desenvolver uma política agrícola inteligente, infra-estruturando e incentivando o setor, Mato Grosso, dentro de um período de 3 a 5 anos, será o maior produtor nacional de soja. (Revista Rondon, 1989:13 a 15).

Embora o título da matéria indique o sucesso na soja à iniciativa privada, no final da citação há evidência de que o crescimento e consolidação da soja estariam atrelados a uma política agrícola inteligente na promoção dessa economia.

Há, no processo que compreende desde as pré-condições até a diversificação da soja ou complexo, um discurso do desenvolvimento econômico, encampado pelo Estado e a classe produtora, que é veiculado como um componente forte sustentador da mentalidade do desenvolvimentismo da soja em Rondonópolis, Primavera do Leste e Campo Verde. Esse comportamento faz-se necessário, dado os vários momentos de oscilações que a economia sojífica tem sofrido, e também por ser refém das bolsas de mercadorias e de futuro externas como a de Chicago nos Estados Unidos, além das oscilações de ordem tecnológica, que exigem o constante investimento em pesquisas para garantir níveis satisfatórios de produtividade. Este fator é importante, devido à grande distância dos portos litorâneos dos quais a soja é exportada.

É forte a divulgação do discurso de que a soja chegou e se consolidou no estado a partir da iniciativa privada, alimentando a ideologia de negação do passado, no que se refere à infraestrutura inicialmente implantada pelo Estado, ainda na década de 1970. Podemos confirmar isso com base na fala do senhor Osvaldo Ferreira da Silva, anteriormente citado. Por outro lado, também como contradição desse discurso, o passado só recebe reconhecimento quando se refere aos pioneiros sulistas desbravadores do cerrado, numa clara exaltação da valorização da cultura, para justificar a própria situação de poder, seja no âmbito econômico, político ou cultural. Nesse sentido, numa rápida menção ao que estuda Rogério Haesbaert (1996), a ocupação moderna do cerrado do oeste baiano pelos gaúchos formando uma rede *regional gaúcha*, conectada fortemente com o sul do Brasil, alimentando até mesmo um projeto de divisão política da Bahia. Esse imaginário de progresso associado à forte cultura sulista se confirma no imperativo das *linhas retas* de

que fala Haesbaert (1996), e está impregnado no conjunto da organização das formas de produção do território, tanto no campo como na cidade. Isso significa a fluidez que a economia globalizada acaba impondo ao local, exemplificada na livre passagem das máquinas sobre o solo, alimentando nos pioneiros o desejo de conquista do imenso horizonte do cerrado, no sonho do enriquecimento e da construção de uma identidade afinada com o distante sul de origem.

O desnudamento do discurso do desenvolvimentismo é necessário fazendo-nos perceber quão importante foi o período dos anos 70 para alimentar, no âmbito do território de Mato Grosso, a implantação do novo contexto da economia brasileira, em detrimento da visão até então reinante representada nas palavras do ex-governador José Garcia Neto: “(...) *Garcia Neto dizia que, Mato Grosso era o estado solução que, aliás, esse foi o lema do governo dele, mas pelo seguinte, nós estaríamos resolvendo um problema social (...).*”

Fonte: Entrevista contida no Documentário produzido pela Câmara Municipal de Primavera do Leste (2008), coletada por Elias da Silva em 8 de julho de 2008.

Bento Porto, anteriormente citado, em entrevista contida no documentário produzido pela Câmara Municipal de Primavera do Leste (2008), afirma que:

(...) com o processo de subdivisão de terras no sul essa população migrava pra cá já com um volume considerável de tecnologia, de capital, e isso aí induzia um progresso rápido (...) a partir dessa população trabalhadora que veio do sul e que enfrentou esses cerrados aqui nessa região.

Fonte: Entrevista contida no Documentário produzido pela Câmara Municipal de Primavera do Leste (2008), concedida por Bento Porto, coletada por Elias da Silva em 8 de julho de 2008.

Na fala de Bento Porto, fica claro o empenho do governo federal com o estadual na produção da infraestrutura territorial na base da modernização inicial: “*Aqui nessa região (...) o incremento da produção que já fazia sentir em decorrência do próprio programa POLOCENTRO, a necessidade vital de transporte, eram duas estradas que teriam que ser definitivamente abertas, seria essa ligação com Rondonópolis e a ligação com Cuiabá (...).*”. Especificamente o Departamento de Estradas e Rodagem de Mato Grosso - DERMAT foi fundamental na esfera do Estado em Mato Grosso: “*BR-070 de Barra do Garças até São Vicente, foi o banco da Amazônia, nós aprovamos esse financiamento para que o DERMAT na época fizesse os estudos de viabilidade técnica (...).*” Fonte: Entrevista contida no Documentário produzido pela Câmara Municipal de Primavera do Leste (2008), concedida por Bento Porto, coletada por Elias da Silva em 8 de julho de 2008.

A mídia local reforça o registro do processo de organização dos produtores demonstrando sua capacidade de articulação, o que se pode confirmar como a força política desse segmento desde o princípio da sojicultura no cerrado mato-grossense.

O Jornal *A Tribuna* do dia 27 de agosto de 1981 registra matéria sobre o que ficou conhecido como a *V reunião de pesquisa de soja das regiões Centro-Oeste e Sudeste*, de 18 a 20 do mês em curso em Cuiabá. A reunião de pesquisadores teve de forma geral revisar projetos de pesquisa em andamento; resultados obtidos e nova programação de pesquisa; elaboração de recomendações técnicas e assistência técnica e ao setor de crédito. Foi um evento com participação maciça de órgãos estatais, bem como Universidades públicas, a exemplo da Embrapa-Londrina, Embrapa-DF, Universidade Federal de Viçosa, Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER/DF) e Empresa Mato-grossense de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EMPAER).

O destaque da matéria está no foco dado a Rondonópolis e região representado pelo engenheiro João Carlos Baçan, da então equipe regional da Emater-MT que na ocasião destacou a importância da região de Rondonópolis para a produção de grãos. Ainda, na ocasião, tratou de assuntos ligados à industrialização da soja na região diretamente com o secretário estadual de indústria e comércio, o então Sr. Ubiratan Spineli.

O que se pode deduzir é o caráter da força organizacional dos produtores da região, na referência dada à região de Rondonópolis, num evento de abrangência estadual, demonstrando a organização social dos produtores desde o princípio, na trajetória da produção rumo ao complexo.

As oscilações no âmbito da produção como testemunho de um ambiente carente de investimentos, podem ser verificadas em outra matéria do jornal *A Tribuna* de 03 (três) de março de 1985, sob título: *Cooperados da COOPACEL trabalham para produzir a melhor semente de soja*. A reportagem reflete sobre a afirmação de que a pesquisa e a descoberta tecnológica são condições necessárias, a partir das quais a soja e o complexo têm conseguido se reproduzirem ao longo dos anos. Mas é necessário afirmar que se trata muito mais de um processo decisório que necessariamente se associa com a esfera da organização política, capaz de articular, pressionar, reivindicar e até estar à frente e assumir o poder das decisões nas diversas esferas estatais nos vários níveis. Nesse sentido, não se trata de produção de pesquisa e tecnologia propriamente como fenômenos abrangentes que fatalmente alcançam a sociedade em todos os seus meandros, mas de forma politicamente orquestrada, direcionada e aplicada numa desigualdade de abrangência socioespacial, o que viabiliza de forma mais rápida e eficaz a acumulação capitalista, sobretudo dos agentes

hegemônicos locais. Assim, tem-se uma aplicação política da pesquisa e da técnica no âmbito do retorno econômico.

Entre os vários aspectos contemplados na referida matéria, como a estrutura da COOPACEL nas instalações físicas, corpo técnico de pesquisadores, campo experimental, já se sinalizavam os primeiros passos, que o final da década de 1980 registrava no setor de sementes novo incremento com a transferência da APROSMAT, bem como, em seguida, no início dos anos da década de 1990, a criação da Fundação de Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso – Fundação MT. Como a reportagem mostra, em 1985 já se formalizava contrato de cooperação com 25 de seus cooperados, somando uma área total de 2.330 ha, reservando 790 ha com a produção de sementes básica Cristalina, a pioneira, como se expressa:

(...) Cristalina, a qual foi melhorada por seu criador Francisco Terasava, cujo material proporcionou, através destes campos de sementes, a comprovação de seu estupendo melhoramento, tendo em vista a diferença em sua formação, desenvolvimento, uniformidade na manutenção e conseqüentemente um índice de produtividade mais elevado. (*A Tribuna*, 03 de março de 1985).

Segundo o jornal “A Tribuna” de 04 de junho de 1985, em reportagem sob título “Sojicultores partem para a represália”, os agravos já eram evidenciados por parte dos produtores, cuja entidade representativa era a Associação de Produtores de Sementes do Sul de Mato Grosso – APRUSMAT, sob o comando de seu presidente Silvino Dal – Bó. Devido às condições inadequadas nas quais a soja era cultivada, preparavam um ato de protesto com o fechamento do ponto urbano chamado *Trevão*, ponto de junção entre as BRs 163 e 364 na entrada da cidade:

O ponto culminante da assembléia dos sojicultores (...) foi a aprovação por todos presentes, de medidas de represália, até que sejam atendidas as reivindicações. Essas medidas são: 1 – colocação de máquinas em meia pista das rodovias federais em diversos pontos, em especial no entroncamento das BRs 364 e 163 em Rondonópolis, em outros pontos em Itiquira, (...) Cidade Primavera. Depois de 10 dias, se as reivindicações não forem atendidas, as máquinas impedirão todo o trânsito nas várias estradas, em especial na BR 364 e Br 163. Dois dias após a colocação das máquinas na pista, serão impedidas de trafegar todos os caminhões com carregamento de soja. (*A Tribuna*, 04 de junho de 1985).

A organização dos produtores, assim, se mantém tanto na força expressa por suas organizações, exercendo poder de pressão e reivindicação junto ao poder público, quanto pela força do discurso que é veiculado em “via de mão dupla”, o que significa dizer que pode atacar ou anular os efeitos das crises que periodicamente vêm sendo registrados. Em

relação a atacar, cita-se o exemplo da crise da soja nos anos 2003 a 2005, levando reivindicação da renegociação das dívidas dos produtores junto ao Estado em que estes expressam seu descontentamento, por exemplo, na fala do Presidente do Sindicato Rural de Rondonópolis, Ricardo Tamcsyk. Segundo ele, a recente negociação das dívidas agrícolas ficou a desejar e, por isso, mantém-se o clima de insatisfação, com pontos para novos e insistentes embates entre produtores e governo. Em relação a anular os efeitos, isso se confirma na exaltação da produção e produtividade na abertura de novos mercados globais com a saída às crises, em detrimento da questão ambiental, por exemplo. Ou ainda, quando se parte para negociações coletivas de caráter emergencial, devido à crise em caráter excepcional nas reivindicações dos bancos das corporações ordenando o sequestro das máquinas dos produtores no campo, levando a uma sentinela de negociações entre empresas, produtores e governo, sob risco de inviabilidade da sustentabilidade no campo já para 2010, conforme palavras do governador Blairo Maggi.

O Sindicato Rural de Rondonópolis convocou uma reunião na tarde desta sexta-feira 21, para repassar as últimas decisões relativas à crise na produção rural do sul do estado, aberta com a decisão dos bancos em seqüestrar máquinas agrícolas nas fazendas, em meio à safra 2008/09. Cerca de 71% dos produtores mato-grossenses estão inadimplentes e, por consequência, correndo risco de terem suas máquinas seqüestradas pelos bancos, através de medidas judiciais. Na região de Rondonópolis, em torno de dez mandatos já foram expedidos e cumpridos. (...).

Os principais bancos que tiveram a iniciativa de acionar os produtores são o CNH (Case-New Holland); Banco John Deere; D.L.L. De Lage Landen (Massey Ferguson) e Rabo Bank (Agrale). (...).

A Federação da Agricultura de Mato Grosso está se preparando para protocolar ação, de caráter coletivo, reivindicando a permanência das máquinas nas fazendas, pelo menos até o final da colheita. (...).

O Sindicato Rural, segundo o presidente Ricardo Tomczyk, está de plantão permanente desde o início da crise. São realizadas reuniões diárias envolvendo a assessoria jurídica, parlamentares da bancada mato-grossense, imprensa e produtores rurais. (...). O Senador Gilberto Goellner (DEM) trouxe informações de Brasília, dando conta das negociações, em andamento, com os ministérios da Agricultura e Fazenda, no sentido de readequar a linha de financiamento anunciada pelo governo (...), para viabilizar o acesso ao crédito pelos produtores rurais. (...).

O Governador Blairo Maggi (PR) contatou os produtores presentes à reunião no Sindicato Rural, solidarizando-se com os agricultores e as entidades setoriais, garantindo que as démarches em Brasília, junto à equipe econômica, estão sendo realizadas com o peso político do governo estadual e da bancada federal. (...) 'Se não restabelecemos o fluxo de capitais para o estado e o aporte de crédito para o setor rural, de forma efetiva e planejada, com a ajuda do Governo Federal, teremos problemas de sustentabilidade do desenvolvimento estadual já em 2010', alertou o Governador. (...).

Fonte: Sindicato Rural de Rondonópolis, 2008.

O que se pode afirmar, para concluir, é que se mantém ao longo do processo da soja no cerrado mato-grossense, particularmente no sudeste do estado, um nível de organização

política associando um discurso em via de “mão dupla” que ora se afina com a necessidade da presença do Estado como parceiro indispensável, via de regra, em momentos de crise, ora, nega o Estado na base do processo, o que faz com que a presença deste seja garantida, vindo em socorro sempre que solicitado.

2.4 – O alargamento do contexto cidade/campo na expansão da soja

No processo de crescente modernização territorial e agrária, a íntima relação cidade/campo que se instalou, de forma progressiva a partir da soja no sudeste de Mato Grosso, é, aqui, contemplada com base nas cidades de Primavera do Leste e Campo Verde, cujo alargamento do contexto no âmbito da soja e do complexo foi impulsionado a partir da base urbana de Rondonópolis, como veremos ao longo do texto. Nossa ideia deve ser desenvolvida nesse sentido.

Alargando o contexto, a abordagem específica de Primavera do Leste e Campo Verde é representativa para verificarmos de forma mais ampla a relação cidade/campo no âmbito do território e das territorialidades urbanas da demanda de produção da soja, no sentido de sua diversificação. Ratificamos, conforme nossa proposta, que estes dois casos, pela sua importância urbana, influenciados por Rondonópolis como base urbana maior, a partir da qual se deu o alargamento, são representativos expressando com maior êxito a forma como cidade e campo, vêm se (re) estruturando em rede na consolidação da expansão e diversificação da soja no cerrado mato-grossense.

No caso de Primavera do Leste, a soja e a cidade obedecem ao mesmo tempo/espaço em sua constituição, o que significa afirmar que a cidade surge e evolui concomitantemente à soja no campo, dependendo um do outro e ambos, do centro maior, Rondonópolis, que oferecia, sobretudo, a logística do comércio e serviços especializados, como mostra a entrevista com o senhor Darnes Cerutti, produtor de Primavera do Leste.

(...) Nós, o começo foi difícil, a gente tinha muita dificuldade, por exemplo, qualquer coisa que tu precisasse aqui era Rondonópolis, Poxoréo não tinha apoio nenhum; aí você quebrava uma máquina tinha que ir a Rondonópolis. E em Rondonópolis tinha uma vendedora de tratores muito boa, eu não lembro o nome, o pessoal muito bom né, então a gente teve esse apoio. Aqui a gente teve muita história que a gente pode contar sobre o começo. Daqui a Rondonópolis era tudo chão, saía de madrugada e voltava de noite. Aqui no Coité tinha um atoleiro de areia, pra passar ali era um pesadelo. (...).

Fonte: Entrevista de Darnes Cerutti contida no Documentário produzido pela Câmara Municipal de Primavera do Leste (2008), coletada por Elias da Silva em

08 de julho de 2008.

Na fala deste produtor é possível verificar ainda, a falta de infraestrutura de transporte, cujo gargalo exigiu do Estado os grandes investimentos em rodovias, nesse caso específico entre Rondonópolis e Primavera do Leste, o asfaltamento da MT 130 na década de 1980, ou seja, a produção e integração do território no processo de expansão da soja. A cidade de Primavera do Leste surge, assim, em meio às áreas de destino da soja, da iniciativa de Edgar Consentino.

Na entrevista de senhor Edgar Consentino, tem-se o resgate da história dos pioneiros deste lugar e cidade, num relato que traduz, de certa forma, a alma e o sentimento de seu fundador, conforme suas próprias palavras.

Eu vou dizer com toda a sinceridade, eu guardo comigo no meu coração a satisfação de ter a consciência tranqüila de que aquilo que era preciso ser feito nós fizemos com todo amor, com toda honestidade, com todo dinamismo possível, está tudo isso esquecido, não fiz propaganda (Maria Luíza) mais o procedimento político tem sido outro, de maneira que na realidade, eu não faço questão disso, eu acho que seria vaidade minha eu estar exigindo dos outros – á você foi o criador de tal coisa. Não, nós tínhamos problemas difíceis, por exemplo, energia, energia era necessário, mas naquela época energia era privativo do governo federal, então a gente tinha que socorrer como motores diesel e obter por favor do governo federal uma concessão de preço especial pro óleo pra não ficar energia tão cara, ora, veja só, só muito tempo depois que foi liberada a iniciativa privada para investir na instalação de hidrelétricas em Mato Grosso, que tem potencial suficiente pra se abastecer de energia elétrica. Cuiabá está aí sofrendo porque, porque nós fizemos um projeto de energia elétrica com Rio Manso, Cuiabazinho que é afluente do Manso e outra usina aqui na Guia, bom, vinte anos depois saiu o Manso, eu não vou contar a história porque demorou vinte anos porque vou ter que falar coisas que vai desagradar algumas pessoas que ainda estão vivas, mas na realidade atrasaram intencionalmente e a obra é insuficiente, a energia faz parte do processo de desenvolvimento. Primavera do Leste com o seu processo de agroindústria que é necessário, eu acho muito bom, não é só produzir o arroz e vender arroz em casca pra Goiás pra voltar de lá beneficiado, tem que ter o seu beneficiamento próprio, não é produzir a soja e vender a soja para o outro lá fazer biodiesel, tem que ter o seu resultado pratico.

Fonte: Entrevista concedida por Edgar Consentino, contida no Documentário produzido pela Câmara Municipal de Primavera do Leste (2008), coletada por Elias da Silva em 08 de julho de 2008.

Na verdade, pode-se perceber que além do impulso modernizador e urbanizador que a chegada da soja representava localmente, o empreendedorismo do fundador desta cidade significa muito mais a decisão política e o idealismo de alguém que tinha grande capital político junto às esferas do poder em Cuiabá, situação esta responsável pelo êxito da transformação desta que era distrito de Poxoréo, em cidade em tão pouco espaço de tempo. No relato de Edgar Consentino, transparece bem a decisão política de gestão da localização no sentido de transformar o distrito em município e cidade e somado a isso está a força da expansão da soja, propiciando a consolidação de Primavera do Leste.

Bento Porto, por sua grande influência e cargos políticos que exerceu junto aos governos: federal e estadual, em outro trecho de sua entrevista nos oferece informações de grande peso em nossa análise.

Aqui nessa região eu advogava com o incremento da produção que já fazia sentir em decorrência do próprio programa Polocentro a necessidade vital de transporte, eram duas estradas que teriam que ser definitivamente abertas, seria essa ligação com Rondonópolis e a ligação com Cuiabá, então como diretor do banco da Amazônia o que eu pude fazer foi financiar o projeto de engenharia de asfalto da obra da BR-070 de Barra do Garças até São Vicente, foi o banco da Amazônia, nós aprovamos esse financiamento para que o DERMAT na época fizesse os estudos de viabilidade técnica da obra de pavimentação de Barra do Garças até São Vicente. Isso aí trouxe também via de consequência, com o projeto de engenharia pronto não se tinha mais desculpas para não pavimentar essa estrada que era vital para acelerar o desenvolvimento, e no caso Primavera, Campo Verde, mas se falando de Primavera que era já um polo realmente consolidando-se definitivo aqui.

(...) muita gente hoje critica a ocupação dos cerrados, criticam o agronegócio, critica que esses desmatamentos contra a natureza, mas a razão da existência dessas cidades e até mesmo dessas pessoas, foi esse progresso que veio porque, a Constituição Federal diz o seguinte: “o meio ambiente ele deve atender as atuais e as futuras gerações”, mas tem gente que só pensa nas futuras gerações e a atual geração muitas vezes está aí passando até fome.

Fonte: Entrevista concedida por Bento Porto, contida no Documentário produzido pela Câmara Municipal de Primavera do Leste (2008), coletada por Elias da Silva em 08 de julho de 2008.

A fala de Bento Porto soa como testemunho fiel do importante papel desempenhado pelo Estado na produção das infraestruturas de apoio à expansão da soja no cerrado mato-grossense, particularmente no sudeste do estado, no período 1970/1980.

As bases de fundação da cidade de Primavera do Leste, nesse contexto de rápidas mudanças no estado, especialmente na modernização agrária das áreas do cerrado, são também colocadas pelo ex-governador Frederico José de Campos num tom que por certo alimentou e até o momento alimenta o imaginário de progresso inaugurado no estado nesse período pelo discurso modernizador do *Brasil Potência* dos governos militares, em cujo contexto Mato Grosso era intimado a comparecer sob a bandeira de o *novo celeiro do mundo*.

Primavera, Primavera era um sonho, Edgar Consentino é meu amigo, Dr. Edgar Consentino, ele criou um ideal na cabeça, uma área de cerrado muito grande naquela região ali perto de Poxoréu e ele idealizou, desenvolveram ali uma cidade, sonhador. Eu fui lá logo no começo com ele, já tinha casa dele lá montado, tinha algumas coisinhas lá construído, uns desenhos, planta, e ele – aqui vai ser isso, ali vai ser tal coisa - eu ouvia tranquilamente aquilo e ficava quieto, não falava nada, porque precisava e eu sentia no coração que precisava de incentivo, mas não tinha como dá. E foi o Edgar constantemente me procurava pra isso, primeira vez que eu fui lá nós conversamos debaixo de uma árvore, mas foi gostoso, e ele é um grande amigo, ele tinha escritório aqui em Cuiabá da imobiliária dele. Passado o tempo aquilo cresceu com a produção que foi gerada pelas pessoas que ele conseguiu trazer para ali transformar uma zona de cerrado

em zona produtiva. Mato Grosso tinha uma área de cerrado imensa, essa área de cerrado hoje você vê ela é toda cultivada, uma beleza. Foram justamente essas pessoas que vieram de fora, gaúchos, paranaenses, todas as outras regiões do Brasil que conseguiram fazer com que o solo que parecia um solo inóspito, bruto, sem capacidade de produção que conseguiram fazer produzir, por quê? Era só questão de melhorar as suas qualidades de químicas, então, nutrientes, adubos, fertilizantes e plantar porque, aqui nós tínhamos uma coisa fundamental que eles logo perceberam, era o regime de chuvas mais ou menos previsto e anualmente esperado, então era preciso água, isso tinha, então foi daí que o cerrado mato-grossense levantou esse estado, trazendo de fora muita gente boa, veio alguns malandrozinhos aí, teve aí sanguessuga e outras coisas, mas isso não tem importância.

Bem, o fato é que, Primavera do Leste especificamente surgiu com idealismo do Dr. Edgar Consentino, ele me procurava varias vezes, eu via que ele era um sonhador, mas poderia ir para frente, só que eu não tinha como favorecer a ele de imediato uma estrutura maior, porque, interessante, todas as colonizadoras que surgiram em Mato Grosso eles tiveram que de início investir, investir em uma pequena escola, em casas, arruamento em alguma coisa básica para a população poder ficar lá. Passado um certo tempo aí vinha a política no meio, e criava-se o distrito e aí? Eu criei o distrito de Primavera no dia 26 de setembro de 1979, já o município foi criado no governo Júlio Campos em 13 de maio de 1986, então realmente deu certo.

Eu confesso que eu acreditava por uma razão, porque eu já conhecia outros tipos de projetos desse desenvolvido em Mato Grosso, que começaram assim também, até com mais dificuldades por causa das regiões mais distantes, mais difícil acesso e que conseguiram se desenvolver, Juína, Juara, Porto dos Gaúchos e tantas outras cidades que hoje existe no norte. Na realidade poderia ser, só que estava muito embrionário o projeto, não tínhamos como oferecer a ele elementos materiais e financeiros para que o projeto dele pudesse se desenvolver; de início era um sonho, era um ideal que se consolidou graças àquelas pessoas que ele conseguiu trazer pras li, que se implantaram ali e começaram a produzir e que passaram a ter uma população, a região passou a ter uma população que exigia inclusive do governo uma assistência obrigatória. O Edgar era um cobrador formidável, ele era meu amigo, eu gostava dele, ele sumiu, eu não vi mais Edgar, pois é, ele deveria estar aqui comigo do meu lado, eu gosto muito dele, ele foi um batalhador.

Fonte: Entrevista concedida por Frederico José de Campos, contida no Documentário produzido pela Câmara Municipal de Primavera do Leste (2008), coletada por Elias da Silva em 08 de julho de 2008.

A fala Frederico deste ex-governador depõe em prol do caráter e capital político atribuído a Edgar Consentino, colocando a importância política deste fundador, situação decisiva para a consolidação de Primavera do Leste como município e cidade.

Este nosso argumento é no sentido de desmistificarmos a celebração que se faz na região, ao discurso economicista que é colocado como base para a produção territorial como um todo, nisso incluindo a cidade a criação da cidade.

Demonstra a foto 1, a cidade no momento de sua fundação com o lançamento do primeiro loteamento empreendido por Edgard em meio ao cerrado coberto pela soja às margens da BR 070, a partir do qual, pouco tempo, depois o distrito seria elevado à categoria de município e cidade, desmembrando-se do município de Poxoréo. Nesse sentido, em todas as falas dos entrevistados de Primavera do Leste, mas, sobretudo, de

Edgar Consentino, fica evidente a ideia de progresso econômico sob uma nova ordem que se estabelecia em detrimento da ordem socioeconômica anterior. Dizeres na placa de lançamento do novo núcleo urbano evidenciam a ideia de sentimento de modernidade, como por exemplo: *Brevemente neste local loteamento dotado de moderna infraestrutura*, indicando o imperativo de modernização que se impunha sobre a região.

Foto 1 - Marco inicial de lançamento da cidade de Primavera do Leste
Fonte: Câmara Municipal de Primavera do Leste (2008), coletada em 08 de julho de 2008. Organização de Elias da Silva

Nada melhor que uma placa como esta na fundação da cidade numa região como era o cerrado do sudeste mato-grossense no início dos anos 1980, para expressar o idealismo dos primeiros “novos” habitantes, principalmente do fundador, Edgar Consentino, fixando a base urbana de consolidação do “Novo Cerrado”, uma vez que este não era nem desabitado, nem inutilizado. Tratava-se apenas da fase moderna da ocupação do cerrado na região. Assim, era preciso fincar o símbolo do em pouco tempo se tornaria uma consolidada cidade.

A foto 2 demonstra Primavera do Leste já nos seus primeiros passos sumo à sua emancipação, por volta de meados da década de 1980.

Foto 2 - Primavera do Leste e seu rápido crescimento urbano na década de 1980.

Fonte: Câmara Municipal de Primavera do Leste (2008), coletada em 08 de julho de 2008.

Organização de Elias da Silva

Pode-se verificar o distrito urbano em meio ao verde do cerrado, concomitantemente à ocupação pela introdução da soja, com várias áreas desmatadas. O plano urbano idealizado por Edgar Consentino, seu fundador, apresenta um traçado com base em grandes alamedas que compõem o plano central da cidade.

Vale considerar que as mudanças de paisagem visíveis na foto 2, preenchem um espaço de tempo menor que uma década, em relação à foto 1, possibilitando-nos a verificação do processo de expansão da soja e da urbanização no local.

A foto 3 já mostra Primavera do Leste consolidada em pouco mais de 20 anos de sua fundação. Percebe-se o processo de verticalização urbana que testemunha a acumulação da renda da terra. A cidade praticamente engolindo as áreas até então agrícolas da foto 2 demonstrando seu rápido crescimento urbano sobre as áreas da soja, no que também tem relação direta com a questão da renda da terra. Pois, além da produtividade do solo *amansado*, a proximidade com o urbano garante aos detentores da propriedade desse solo a renda acumulada que a qualquer momento, retornará na forma do parcelamento dos lotes urbanos no atendimento à demanda da expansão urbana da cidade.

Foto 3 - Primavera do Leste consolidada na atualidade em fase de sua agroindustrialização

Fonte: Câmara Municipal de Primavera do Leste (2008) Organizado pelo autor)

A cidade oferece um traçado cuja área central é cortada pela Rodovia BR 070, servindo como artéria principal do escoamento da produção, rumo a Rondonópolis, Campo Verde e Cuiabá, no sentido Distrito Industrial da cidade, parte superior direita da foto e rumo a Barra do Garças e Goiânia, no sentido oposto, ou margem esquerda da foto. Outro eixo é a grande alameda de ótima aparência paisagística que além de ser um eixo de expansão urbana, dá acesso à cidade de Paranatinga.

A fala de Darnes Cerutti expressa as pretensões de Primavera do Leste no momento atual de sua consolidação como uma das mais importantes *cidades a partir da soja* em sua expansão. Como expressa, a cidade acaba de ganhar o Distrito Industrial. Ainda, na fala, pode-se verificar o território em vias de produção e integração, com a promessa de novas estradas e novas rotas de escoamento da produção, no sentido de buscar uma nova rota de escoamento, desta vez, para o norte do Brasil. A nova rota prometida pelo governador para a cidade vai consolidar a industrialização na cidade. Como afirma o entrevistado, no sentido de que as indústrias procuram os locais com melhores vias de escoamento. Percebe-se o discurso modernizador como o forte elemento que coloca a necessidade de industrialização como saída para o desenvolvimento local, a exemplo do que também tem acontecido desde períodos anteriores com Rondonópolis

Primavera agora está entrando num rumo certo, essas indústrias aí estão chegando aí é o que faltava pra nós, porque nós temos, por exemplo, Lucas do Rio Verde, é uma cidade que começou com nós e hoje já tem um monte de indústrias lá, e nós estamos perdendo isso aí. Uma coisa que nós precisamos aqui ainda é que o Blairo faça essa ligação do norte aqui, o dia que sair essa ligação aí nós vamos ter muitas indústrias vindo pra cá porque as indústrias elas se instalam aonde elas tem condições de exportar né e essa estrada aqui pra nós faz muita falta ainda. O Blairo prometeu que vai fazer, vamos ver, ele tem essa promessa que vai fazer, mas eu acho que está meio devagar, mais se ele fizer vai ser muito bom. (Darnes Cerutti em entrevista contida no Documentário produzido pela Câmara Municipal de Primavera do Leste (2008)).

Fonte: Entrevista concedida por Darnes Cerutti, contida no Documentário produzido pela Câmara Municipal de Primavera do Leste (2008), coletada por Elias da Silva em 08 de julho de 2008.

No fecho desse rápido panorama sobre Primavera do Leste, as palavras do ex-governador Frederico José de Campos vêm a calhar. Ele expressa como a trajetória da soja tem transformado essa cidade e município de uma área ocupada pelo cerrado em sua pura natureza, ocupada por povos nativos, à ocorrência de uma cidade em franco desenvolvimento econômico no âmbito do complexo.

Eu quero dizer o seguinte, não conheço mais Primavera, faz tanto tempo que não vou lá, mas realmente foi uma Primavera para o estado de Mato Grosso. A cidade eu sei hoje, ela existe com toda a sua infra-estrutura social montada, a educação, cultura, trabalho, saúde, tudo atendido. Gente, Mato Grosso só pode se considerar um estado feliz reconhecendo o mérito, valor do povo de Primavera, que Deus continue a beneficiar essa região, com chuva na hora certa, com a colheita na época certa, com o retorno para que todos sejam felizes, eles lá, e o estado arrecadando a sua partezinha. Eu mando um abraço muito grande a todos, um abraço muito grande e especial ao meu velho amigo Edgar Consentino, a sua senhora que foi professora lá. Então, realmente é por aí, eu tenho saudade daquela época porque não foi só Primavera que me ocupava o tempo, foram muitas cidades do estado, eu andava esse estado de ponta a ponta, norte, sul, leste, oeste toda semana, não tinha dia de descanso, sem propaganda, e realmente os planos que nós fizemos, eu digo nós porque eu não trabalhava sozinho, eu tinha uma estrutura técnica muito boa, bem fundamentada, não era só política partidária, política partidária era um complemento a estrutura, mas realmente o que tinha que prevalecer eram aqueles estudos técnicos que deviam nortear o que deveria ser feito em cada região para que o fruto fosse colhido um dia e estamos colhendo, Primavera é um grande exemplo. Felicidades e que Deus abençoe a todo esse povo de Primavera.

Fonte: Entrevista concedida por Frederico José de Campos, contida no Documentário produzido pela Câmara Municipal de Primavera do Leste (2008), coletada por Elias da Silva em 08 de julho de 2008.

Concomitantemente a Primavera do Leste, Campo Verde vai sendo ocupada numa sintonia campo/cidade, num ritmo com as mesmas características, apenas um pouco depois de Primavera ser emancipada.

Num resgate da história da ocupação da região de Campo Verde, sabe-se que a frente pioneira da década de 1970 é responsável pela mecanização do cerrado. É apenas um

dos momentos da apropriação territorial e da fase mais aguda coroada pela urbanização com a fundação e consolidação destas duas cidades.

Esta é a fase que podemos chamar de ocupação econômica mais recente e adensada dessa área do cerrado, uma vez que há registro de ocupação de períodos anteriores, como o período do ciclo do ouro, do início do século XX, registrando, inclusive, a passagem da Coluna Prestes em 1927 (Jornal O Diário. Anuário de Campo Verde, 2007:5). Assim, registra-se a ocupação dessa região do cerrado muito antes dos anos 70, mais especificamente nos primórdios do século XX. E, se quisermos ser fiéis aos princípios antropológicos, temos de considerar a existência dos povos primitivos que habitaram essa região, e foram exterminados ou “amansados” pelos “civilizadores” bandeirantes do século XVIII e XIX, com a própria participação de figuras ilustres indígenas como o Marechal Cândido Rondon. Um exemplo são os Bororo (SUZUKI, 1996); (TESORO, 1993), dizimados ao longo da expansão da fronteira territorial do Brasil.

Neste sentido, João Carlos Vicente Ferreira, em artigo publicado na Enciclopédia Ilustrada de Mato Grosso - Anuário Estatístico de Mato Grosso – 2005/Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM, de 01 de janeiro de 2007, mostra um pouco dos primórdios da ocupação:

Antes de ser criada a cidade de Campo Verde, os pontos de maior referência do território do município eram as localidades de Capim Branco ou Cel. Ponce e Burity dos Borges, propriedade da família Borges Fernandes, cujo patriarca chegou à região, vindo com familiares, da cidade mineira de Uberaba, em fins do século XIX.

O sítio de Campo Verde tem história antiga, que se mistura com ações desenvolvidas pelo Marechal Rondon e pela Coluna Prestes. O primeiro a se instalar no local onde hoje é o sítio urbano de Campo Verde foi o sr. Duca, com um pequeno comércio, um "bolicho", berço da futura cidade. Com a chegada da família Côcco, em 1966, vinda do sul do país, o sr. Duca mudou-se do lugar. (...) O município foi criado em 04 de julho de 1988, pela Lei nº 5.314.

Fonte: <http://www.Google.com.br/Portal do Estado de Mato Grosso>. Acessado em 23 de abril de 2009).

A matéria exibida na revista *Toque Final*, de circulação local, de julho (2005:23), é um resgate histórico dessa ocupação territorial pelo pioneiro Otávio Eckert, também fundador da cidade, assim como Edgar Consentino em Primavera do Leste.

Há exatos trinta anos, aqui se acomodou, em pequena área de terras adquiridas por influência de amigos, a família de Otávio Eckert: um gaúcho cansado, que nasceu em Carazinho-RS, de lá, jovem ainda, migrou para Capanema-PR, onde foi oleiro e vereador. Lá casou-se com Maria Macarini Ekert, teve quatro filhos: Odair, Odênir, Nilson e Rose e, faminto por progresso pessoal, veio explorar as terras que, embora cerrado desconhecido, prometiam grande progresso.

Seu olho de águia vislumbrou progresso, seu espírito de desbravador, comum nos sulistas, imposto pelas inúmeras lutas em defesa da sobrevivência, lhe deu coragem e aqui, bem no entroncamento denominado Bela Vista, onde a precária estrada servia de carreiro para tropeadas e com muitas dificuldades o tráfego de alguns automóveis. Otávio Eckert acomodou esposa e filhos pequenos, vindo, depois de descoberta a importância da instalação de um posto de combustíveis que favorecesse os recém chegados agricultores do sul, a compra óleo diesel para alimentar os motores das máquinas que aqui chegavam uma após outra, a instalar este empreendimento que foi a célula primeira, de um loteamento que rapidamente virou vilarejo e em seguida se transformou nesta bela cidade que veio a se chamar Campo Verde. Ao lado do Posto Paraná, foi construído um hotel e um restaurante que passou a servir de referência a todos os que por aqui passavam.

(...) Com a vinda definitiva da família em 1975, a região ganhou um grande investidor, um empreendedor de grande visão e apaixonado pelo desafio do desenvolvimento. (...) Assim começaram a surgir as primeiras casas, os primeiros comércios, os primeiros armazéns de beneficiamento de cereais. (...)

Além dessas contribuições, a família Eckert, com a simplicidade, humildade e bom coração que lhe é peculiar, doou inúmeros lotes ao poder público para instalação de bens públicos. Fez doações à associações religiosas, à escolas, ao Clube da Soja. Investiu na área de transportes de combustíveis, na construção de um restaurante de maior porte, entrou na área da comunicação, onde adquiriu concessão para explorar um canal de televisão, a TV Real, pouco depois de uma rádio, a rádio cidade Bela FM, um provedor de internet (goatelecom) e, por último, na Construção da churrascaria Manotaço, a mais bem montada churrascaria da região. (...).

Fonte: Revista *Toque Final*, julho de 2005:23).

Conforme a matéria explica, algumas situações deixam claras a importância da família Eckert na história da cidade. É apresentada a figura de Otávio Eckert como o faminto pioneiro por progresso, o que nos faz lembrar a história da apropriação territorial do Brasil, em que os Bandeirantes são considerados verdadeiros heróis promotores do progresso e da modernidade. Otávio Eckert se lança no espírito empreendedor de produção urbana do lugar na criação da futura cidade de Campo Verde. Começa com o Posto de combustível Paraná e, posteriormente, num hotel, empreende o primeiro loteamento urbano, promovendo tanto o crescimento urbano como sua emancipação pela doação de lotes de interesses estratégicos como prefeitura, Igreja, clube da soja e outros poderes públicos. Além disso, vende, também, lotes a preços módicos a segmentos sociais promotores do que podemos chamar de *status urbano*, a exemplo dos profissionais liberais como advogados, agrônomos, médicos etc.

Na abordagem de Pierre Monbeig (1984) do início do século XX sobre frente de expansão do oeste paulista, encontramos elementos pelo menos para uma aproximação à frente modernizadora que atingiu o cerrado do sudeste mato-grossense no período 1970/1980. Na análise de Monbeig, na medida em que a frente de expansão se implantava, e os patrimônios (aglomerados urbanos) exerciam as funções mais elementares, como por exemplo as pousadas para os caminhoneiros, os postos de combustíveis, as pensões,

asseguravam a fixação do povoamento e da urbanização. Os patrimônios, na visão de seus idealizadores e empreendedores, chegariam ao status das cidades maiores do entorno regional, consolidadas como capitais regionais. Assim, a frente definida e analisada por Pierre Monbeig do início do século XX, empreendida pelos fazendeiros do café, não está muito distante da frente de modernização do cerrado com a expansão da soja no cerrado mato-grossense, particularmente no sudeste do estado, na década de 1970, podendo sofrer uma aproximação teórica.

Se em Monbeig se pode falar de uma colonização no campo e na cidade, para enfatizar a promoção da propriedade urbana da terra, procurando atrair, no mesmo nível de fixação populacional no campo, a fixação populacional na cidade, em Primavera do Leste e Campo Verde do período 1970/1980, embora o campo se manteve vazio de população, sua relação com a cidade foi adensada, a princípio como distrito e à medida que a soja cresce, cresce também as relações econômicas com esse campo. Na cidade oferecem-se doações de terrenos para profissionais liberais como dentistas, médicos, advogados etc, áreas para igrejas, prefeitura, fórum, clubes de serviços, conforme nos informou Otávio Eckert, quando o abordamos, no dia 9 de julho de 2008, no sentido de consolidar a cidade para também atender a demanda do campo.

Sendo verdade que se deve considerar a mudança de contexto espaço/tempo da análise de Monbeig no início do século XX em relação ao período 1970/1980 em Primavera do Leste e Campo Verde, o que não se pode desmerecer é a possibilidade de aproximação teórica, embora neste momento nos limitemos à esta exposição.

Outra leitura na qual vemos também a aproximação aos casos de Primavera do Leste e Campo Verde, quanto aos produtores de soja, pioneiros, como se intitulam, é a de Leo Waibel apud Letge (2000), que os define como aqueles que se aplica na agricultura, de forma que no interior da frente pioneira se tem uma intensificação em relação à ocupação anterior, quanto à produção de alimentos, à valorização da terra, e ao surgimento de casas, ruas, povoados e cidades. Essa definição recebe uma aproximação à realidade verificada em Primavera do Leste e Campo Verde, no período da fundação. Essa visão de Waibel para quem o termo pioneiro pode ser também aquele que chega e promove a mudança para uma vida de progresso e bem estar econômico, alguém que imprime a marca de *vencedor* em relação àquele que, sendo precedente, não fez progresso econômico. Para Leo Waibel apud Etges (2000), os pioneiros, ao empreenderem no planalto central brasileiro, o fizeram sobre uma frente que já havia sido ocupada anteriormente, cerca de 200 anos antes. Assim,

diferencia a frente pioneira do Brasil da do oeste americano. Nesse sentido, as frentes no Brasil seguem direções diversas, com a de Goiás, por exemplo.

Nesse sentido, achamos oportuno afirmar a existência da frente pioneira da década de 1970 no cerrado de Mato Grosso, particularmente no sudeste do estado, considerando que esta área se incluiu no conjunto daquelas próprias à prática da pecuária extensiva no Brasil (WAIBEL apud ETGES, 2000), tendo sido considerada uma frente de expansão no período anterior a 1970, com pouca intervenção humana. Por sua vez, na frente pioneira pós 1970, o empreendedorismo do Estado aparece como o elemento forte de sua promoção, o que, por sinal, parece ter sido assumido pelo Estado desde o período do *Estado Novo*. Logo, a região do cerrado de Primavera do Leste e Campo Verde se insere no conjunto das frentes pioneiras do Brasil, precedidas pelo período anterior como frentes de expansão.

Como temos verificado a lógica contraditória sob a qual a modernização agrária do cerrado no sudeste de mato-grossense se implantou, o discurso de louvor aos pioneiros nada mais é que o discurso ideológico que fomenta as práticas de produção na esfera da soja, como legitimação desse processo. José de Souza Martins (1997), afirma que a fronteira é o lugar dos diversos segmentos sociais, como os nativos, os posseiros, os grileiros. A aplicação dessa afirmativa, no momento da frente encampada pelos pioneiros da soja no período de 1970/1980 se faz sentir até o momento em que conflitos ainda são constantes, sobretudo com os indígenas Xavantes e as populações tradicionais engrossam as fileiras dos movimentos reivindicando o direito de posse da terra na região. Portanto, um jogo de forças contrárias no mesmo espaço com interesses divergentes. A figura do pioneiro apenas confirma o momento em que a produção econômica se torna mais adensada desencadeando, a partir de então, os mecanismos promotores de sua complexidade, que mostram a crescente racionalização dessa produção. Nesse sentido, o enfoque de Martins é oportuno, pois nos permite refletir sobre as contradições, as diferenças e até mesmo a intolerância que é *lugar comum* na fronteira, conforme o autor. Um bom exemplo disso é o estigma da *indolência* atribuída à população mais tradicional, que pode ser verificado até mesmo no discurso do ex-governador Frederico José de Campos, conforme visto anteriormente, para o qual a chegada do novo fluxo migratório sulista nas décadas de 1970/1980 era a garantia de progresso econômico para Mato Grosso.

Na força com que a soja foi introduzida, a urbanização se deu e sem sombra de dúvidas, a mudança brusca da paisagem, tanto a do cerrado em soja quanto a do cerrado em cidade. Isso nos sugere chamar Primavera do Leste e Campo Verde de *idades a partir da soja*. Primavera do Leste marca seu desenvolvimento ainda na década de 1980, quando já

apresentava uma estrutura de configuração urbana mais consolidada, enquanto Campo Verde, que apresentava algum resíduo urbano de tempos pretéritos, mesmo galgando algum progresso com a introdução da soja nos anos 80, só consegue se estruturar como cidade em sua fase mais consolidada com a chegada da Sadia, a partir da década de 1990, explicitando o maior tempo de vida pré-emancipação desta em relação a Primavera do Leste.

Foto 4 - Demonstração da paisagem cidade/campo em Campo verde na colheita de algodão.

Fonte: Foto produzida em 27 de julho de 2009. Organização de Elias da Silva

A foto 4 tem a intenção de demonstrar, na atualidade da consolidação da expansão da soja no sudeste mato-grossense polarizado por Rondonópolis, a interação cidade/campo que se reforça com base no exemplo de Campo Verde. Pensamos que, assim, também é possível reforçar nosso argumento, com uma imagem registrada nas proximidades desta cidade, em 27 de julho de 2009. A imagem é característica do momento da colheita de algodão, como se pode visualizar nas máquinas trabalhando. A cidade parece se misturar ao campo e vice-versa.

Na ideia de cidades a partir da soja, a intenção é deixar que a mente do leitor viaje mesclando as paisagens cidade e campo, compostas pela soja às margens da cidade e a cidade sendo misturada ao movimento da mecanização do campo, contendo elementos como máquinas, armazéns e silos, aviões agrícolas. Enfim, é afirmar sobre as cidades que

nasceram concomitantemente à mecanização do campo; cidades com características muito dependentes desse mercado global e que ao menor risco de oscilação, os efeitos locais negativos são nítidos, a exemplo do que nos mostra a foto XVI, mais adiante, em que a Sadia em Campo Verde acaba monopolizando a economia da cidade e, em caso de oscilações, a insegurança toma conta da população de forma mais evidente. Ainda, na ideia de *cidade a partir da soja*, os limites da cidade se misturam aos limites do campo, em que os lotes já considerados urbanos, via de regra, enquanto não construídos por residências ou empreendimentos comerciais, são ocupados pela soja, ou algodão, ou milho etc.

A título de ilustração, a imagem de satélite a seguir permite-nos a visão panorâmica da cidade de Campo Verde, na qual chamamos a atenção para o ponto urbano em que estão as instalações do complexo agroindustrial da Sadia na cidade, às margens da BR 070.

Na parte inferior da imagem verifica-se os grandes galpões da empresa Sadia, a principal agroindústria da cidade em localização estratégica às margens da BR 070, rodovia esta que, conforme demonstra a margem direita da imagem e superior, liga a cidade a Primavera do Leste, Barra do Garças e Goiânia e no sentido da margem esquerda e inferior, às cidades de Rondonópolis e Cuiabá.

Imagem 1 - Imagem de satélite da cidade de Campo Verde

Fonte: Maps Google.com.br Organização de Elias da Silva

No aspecto do mercado de trabalho, a Sadia é o símbolo maior da geração de emprego na cidade, sobretudo na atualidade, tendo em vista os novos investimentos previstos para a cidade em que estará ampliando suas instalações, com a promessa do frigorífico de aves, aquecendo as expectativas para os próximos anos na geração de emprego, conforme verificamos em campo na visita feita em julho de 2008. Esse entusiasmo típico das novas áreas de investimentos cidade/campo é reforçado pelo discurso da mídia.

A Revista *Atual*, Julho (2008:08), traz matéria sob título: *Frigorífico de aves e perus vai gerar mais de 12 mil empregos em Campo Verde*. Ainda segundo a matéria, é um investimento de R\$ 630 milhões na construção do frigorífico em uma área de 52 mil m², uma nova fábrica de ração com capacidade de 80 toneladas/mês. As obras que se iniciaram em 2008 têm previsão de término para 2010, quando o complexo estará em pleno vapor. O empreendimento promete gerar 3,5 mil empregos diretos e nove (9) mil indiretos. A esse novo empreendimento serão integradas cerca de 200 granjas em sistema de produtores cooperados.

No mesmo ritmo veloz em que se dão os investimentos, ou mesmo as perspectivas destes, acontecem também as decisões de freá-los ou remanejá-los, expressando a necessidade da rapidez com que se dá a gestão do capital neste ambiente marcado pelas oscilações do sistema capitalista. Nesse sentido, a matéria a seguir contrapõe a anterior da revista *Atual*, que anunciava maciços investimentos na cidade.

A matéria foi publicada na revista *Ótima*, em fevereiro de 2009, sob título *Diretoria do grupo resolve puxar o freio de mão, diminuir investimentos no país e inclui Campo Verde (MT) nessa lista*. A Sadia anuncia a decisão de adiar os investimentos, como resultado do chamado “efeito cascata”, ou seja, a crise atual do capitalismo cujo ápice é nos Estados Unidos acaba resultando localmente na diminuição das perspectivas dos empresários e, sobretudo, afetando os segmentos menos providos de poder aquisitivo, agravando ainda mais o desemprego.

A imagem 1 mostra a Campo Verde atual em pleno crescimento territorial urbano, apresentando um prolongamento a partir do plano inicial principiando sua periferia urbana. A área mais adensada é a que inclui o centro comercial. A imagem nos mostra também, que ao fundo das instalações da empresa Sadia já é possível identificar, pelo adensamento da paisagem, bairros de segmentos populacionais, com poder aquisitivo inferior ao do centro, o que figura como uma forma de segregação espacial urbana, visto que, na parte norte da cidade, no lado superior direito imagem, está a área com menos densidade residencial,

apresentando ruas largas e bem definidas, amplas quadras, detendo maior valorização imobiliária, pois aí se localizam os segmentos abastados da elite local, bem como os órgãos do poder público como prefeitura, Secretaria de Educação, Turismo, fórum e alguns edifícios residenciais de poucos pavimentos e de alto padrão social.

Pode-se afirmar que com a expansão da soja em Campo Verde, a Sadia se instala logo no início da década de 1990, tornando-se o maior agente hegemônico local com seu complexo agroindustrial na cidade monopolizando a produção e a geração de emprego, conforme analisa Júlia Adão Bernardes.

A Sadia em Campo Verde, (BERNARDES, 1996), (SILVA, 1998), surge concomitantemente à instalação do Complexo na região, influenciada pela grande produção e processamento de grãos no auge das investidas das grandes multinacionais no financiamento da produção, assumindo, no início dos anos 90, papel de financiadoras, em detrimento dos bancos, sobretudo os públicos. Considerando o porte da cidade que na atualidade tem uma população que não chega a 30 mil habitantes, este empreendimento é tido como o carro-chefe na geração de emprego na cidade.

Particularmente, ao se instalar nos limites da grande Rondonópolis, ou sudeste do estado, em 1991, a Sadia teve sua implantação motivada pela produção de matéria-prima do grão e derivado deste, a matéria-prima da ração, insumo básico para a criação; teve a motivação política com os atraentes e prolongados incentivos da SUDAM, por exemplo, a isenção do Imposto sobre Produtos Industriais (IPI) por 10 anos para a Sadia em Rondonópolis; e as amenidades de ordem físico-climática, com o clima mais seco em Campo Verde, comparado ao da baixada cuiabana. Esses ingredientes possibilitaram a produção de frango de forma competitiva no mercado, associada também aos fatores de relações de produção como considera Bernardes (1996). Conforme esta autora, a Sadia em Campo Verde possui uma produção de frango em sistema de produtores familiares associados, desde 1991, detalhando da seguinte forma:

Dos 270 aviários integrados, com aproximadamente 12 mil frangos cada, que consomem um total de 14 mil toneladas de rações por mês, 100 são de produção própria e os demais de produtores associados, que é a forma ideal neste tipo de atividade, porque o ritmo de rendimento é maior. As instalações dos produtores associados são financiadas pelo Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FCO), entrando esse tipo de produtor com as instalações e o trabalho, e a SADIA com o pinto de um dia, rações, transporte, insumos e assistência técnica. A renda se baseia nos índices de produtividade, que considera a mortalidade, o peso médio e a correção alimentar.

Essa constitui uma das poucas opções para o pequeno produtor, que se julga autônomo em tal situação, embora criando novos elos de subordinação ao capital

financeiro. Da perspectiva da empresa, trabalhar com o produtor associado ou terceirizar é a melhor solução, evitando toda uma estrutura de manutenção. Desse modo, a avicultura constitui mais uma expressão do significado do complexo, cuja lógica é a agregação de valor. As superposições, as articulações, são compensatórias, por isso existe o complexo. Esse conjunto de interesses e forças interagindo, criando técnicas, infra-estrutura, redes físicas e virtuais, deslocamentos, migrações, exige maior rapidez na circulação do capital. (BERNARDES, 1996: 346-347).

A foto a seguir demonstra as instalações do complexo da Sadia na cidade de Campo Verde, às margens da BR 070. A polarização da empresa sobre a economia da cidade é nítida, embora outras no segmento da cotonicultura projetam, também, grandes investimentos.

Foto 5 - Instalações do complexo agroindustrial da Sadia em Campo Verde

Fonte: Foto produzida em 27 de julho de 2009. Organização de Elias da Silva

Conforme as palavras do fundador da cidade de Campo Verde, Otávio Eckert, pudemos verificar que há uma expectativa geral à moda do discurso modernizador responsável pela recuperação econômica da cidade na atualidade, sobretudo no aspecto da geração de emprego. Na verdade é um discurso porque o modelo econômico sob o qual está fundado, o complexo, prima pelo constante enxugamento dos custos na produção, referindo-se basicamente na diminuição da mão de obra e no aumento da maquinaria. O desejo de que a cidade alcance um grande número de habitantes está presente, embora isso

signifique a deterioração do meio ambiente urbano, contribuindo ainda mais para o desemprego numa região marcada pelas novas tecnologias de produção no campo.

A avaliação que agente faz é que hoje a cidade ela está em um pódio bom, ela está em 7º lugar na posição das cidades do estado, agora com a Sadia vai melhorar, mais ainda. Até 2020 Campo Verde vai ter uma média de 100.000 habitantes. (...) Está indo bem, pois todos os prefeitos que entraram até agora tem trabalhado bem.

Fonte: Entrevista concedida por Otávio Eckert em 16 de julho de 2008 a Elias da Silva .

O lado apazível visualizado e veiculado no marketing urbano de Campo Verde, como cidade jardim, capital nacional do algodão, capital estadual do frango, o maior produtor de ovos comerciais do Centro-Oeste, ou ainda como cidade de clima ameno e como cidade de desenho urbanístico adequado, apenas reflete o discurso do progresso econômico que na verdade já começa a sofrer os primeiros impactos de sua expansão urbana, uma vez que tem recebido fluxos migratórios de segmentos sociais menos favorecidos em busca de sobrevivência, numa lógica contraditória, pois são segmentos sem qualificação profissional, colocando a cidade em pé de igualdade quanto aos mesmos problemas sociais, comuns em todas as grandes cidades

Fonte: Revista *Toque Final*, ano VIII – nº 8, julho de 2005:16-18.

Pode-se afirmar, nesse sentido, que o discurso do progresso e desenvolvimento já se torna um elemento forte e evidente, também em Primavera do Leste e Campo Verde, incluindo o chamado *marketing urbano*, capaz de chamar a atenção para estas cidades como novas frentes de investimentos, o que alimenta na população local uma forma de sintonia local/global e a imaginação de estar disputando em pé de igualdade em estilos de vida e urbanidade idênticos aos das grandes cidades e metrópoles. Por isso, também já são presentes nestas, as manifestações dos mesmos problemas das grandes cidades, a exemplo do desemprego, gerado pela corrida em busca do emprego prometido pelo próprio discurso da mídia que alimenta a ilusão da geração deste com base nos grandes investimentos no setor da soja. É assim que no caso de Campo Verde, que é uma pequena cidade, com pouco mais de 20 mil habitantes a grande empresa Sadia alimenta toda a expectativa da modernização como boa e necessária para o desenvolvimento local, contribuindo, como contrapartida, para os problemas já presentes, de desemprego, o que acaba recaindo sobre as costas do poder público que já começa a se preocupar, cuidando que o investimento em profissionalização seja a saída no momento.

2.5 – A dimensão urbana em Rondonópolis no âmbito da produção do complexo

Como afirmamos no início deste capítulo, não se pode conceber o processo de expansão da soja desde as pré-condições ao atual complexo sem a dimensão urbana, sobretudo com base em Rondonópolis. É nesta base urbana que o complexo está em maior sintonia com os vários segmentos direta e indiretamente ligados à produção, como demonstramos na sequência.

O segmento da agroindústria, inaugurado na segunda metade da década de 1980 com a Sadia, vendida em 1996 à ADM, e a Ceval, incorporada à Bunge Born, também no final dos anos 90 (GUIMARÃES, 1997), que encabeçam este segmento.

A reportagem a seguir demonstra um pouco dos novos desdobramentos que o complexo, em sua constante (re) estruturação produtiva exige, sintonizando a produção global/local no sentido da ampliação das economias de escalas e da diversificação do mercado de trabalho. A cidade, nesse sentido, acaba sendo impactada nos âmbitos da paisagem territorial e também das expectativas.

A Archer Daniels Midland Company, a ADM, vai duplicar a capacidade de produção da usina de biodiesel instalada em Rondonópolis. Com isso, a produção vai saltar dos atuais 500 mil litros (l) por dia para 1 milhão de l/dia. A previsão é que a ampliação comece a ser executada no próximo ano, possivelmente ainda no primeiro semestre. O projeto de aumentar a produção surge menos de um ano depois que a indústria iniciou oficialmente a fabricação do combustível vegetal na cidade. (...)

Atualmente, a ADM esmaga em Rondonópolis (210 quilômetro ao sul de Cuiabá) 6,5 mil toneladas (t) de soja por dia, volume que pode chegar a 8,5 mil t/dia no próximo ano com a ampliação do parque fabril. Segundo Rasia, com a soja beneficiada hoje na unidade são produzidas 1,250 mil t de óleo, que geram diariamente como produto final 500 mil litros de biodiesel. (...). Atualmente, só na usina que biocombustível, que funciona anexo à fábrica de esmagamento de soja, são empregados diretamente cerca de 100 funcionários. Em todas as unidades de produção, a multinacional gera cerca de 500 empregos diretos e outros 400 indiretos na cidade.
Fonte: www.biodieselbr.com/noticias/em-foco/adm

O processo da agroindustrialização nos ajuda a esclarecer a origem do complexo. A Sadia Mato Grosso em Rondonópolis se instala em meados da década de 1980, como resultado do sucesso da soja no cerrado mato-grossense de uma forma geral, obedecendo, de certa forma, a lógica da localização e da concentração da produção e do mercado de trabalho no setor da modernização agrícola do cerrado a partir do sudeste do estado.

Os resultados visíveis da interação econômico/territorial desse complexo têm na paisagem urbana uma das possibilidades de visualização e análise de suas formas espaciais. Nesse sentido as fotos 6 e 7 a seguir demonstram as instalações do parque industrial da

ADM, processadora de óleo vegetal e de biodiesel. A aparência do parque se confirma em conformidade ao volume e capacidade descritos na matéria anteriormente referenciada.

Foto 6 - Parque industrial da ADM, óleo vegetal e Biodiesel

Fonte: Foto produzida em 18 de julho de 2009. Organização de Elias da Silva

O ângulo da imagem da fotografia 6 foi intencional no sentido de aproveitar a carreta estacionada ao lado, para efeito de visualização das instalações, e nos ajuda a melhor dimensionar a estrutura do armazém principal de recebimento de grãos. Nesse sentido as dependências de armazenamento em Rondonópolis é a expressão maior da grande rede montada pelas áreas de produção de soja no cerrado mato-grossense, não apenas em Primavera do Leste, Campo Verde como também Sorriso, Diamantino, Lucas do Rio Verde, etc. (GUIMARÃES, 1997).

A Sadia, que após meados da década de 1990 foi incorporada pela ADM, de acordo com a reportagem coletada no jornal *A Tribuna* – junho de 1984 –, opta por se instalar em Rondonópolis com base no oferecimento das condições anteriormente mencionadas aqui, denominadas de pré-condições do complexo. O Cronograma que se estabeleceu do projeto do complexo agroindustrial da empresa - o grupo Sadia com seu projeto aprovado pela SUDAM, cuja matéria trazia a seguinte informação:

(...) O cronograma estima ainda para 1984 a preparação da área rural e a construção de silos graneleiros. Em 1985 acontecerá a implantação do setor industrial que entrará em franco funcionamento em 1986. O projeto integral a ser concluído após 1986 prevê a absorção inicial de 200 funcionários. Segundo, ainda o boletim da Sadia, o polo agroindustrial de Rondonópolis deverá processar anualmente 180 mil toneladas de soja em grãos com 141 mil de farelo e 25 mil de óleo degomado. Trinta e cinco por cento do farelo destina-se ao mercado interno e 65% ao mercado externo. O óleo, ao contrário do farelo, terá uma destinação de sessenta por cento ao mercado interno e 40% para exportação.

Fonte: *A Tribuna*, 15 de junho de 1984.

A reportagem fazia menção à decisão do projeto em Mato Grosso, dado o sucesso que a soja alcançava já no início da década, destacando os excelentes números da produção. Mas, não menos importante, a soma de atributos, como mercado de trabalho, mão de obra disponível, mercado urbano para a produção no campo e acessibilidade aos centros consumidores e de comercialização numa intenção de alusão ao sudeste e sul do Brasil.

(...) A localização do complexo em Mato Grosso deve-se à rápida expansão do Estado, principalmente no campo da soja cuja produção na safra do ano passado foi de 611 mil toneladas contra 165 mil em 1982, com uma previsão de mais de 1 milhão de toneladas para 1984. Somam-se fatores como disponibilidade de mão-de-obra, absorção da produção rural da região e acesso por rodovias aos centros de consumo e comercialização do produto.

Fonte: *A Tribuna*, 15 de junho de 1984.

A herança histórica é de suma importância para a o desvendamento da atualidade e a continuidade do processo de produção neste complexo. Neste sentido, as duas maiores empresas agroindustriais instaladas na cidade, responsáveis pelo início da agroindustrialização e a geração dos produtos fundadores das cadeias grãos/carnes, ADM e Bunge, continuam, na atualidade, a desempenhar papel importante como carro-chefe da agroindustrialização deste complexo, oferecendo as bases para a diversificação das cadeias industriais, a exemplo do segmento dos insumos químicos.

Rondonópolis industrializa cerca de 22% de toda a soja produzida em Mato Grosso por meio das unidades fabris da Bunge Alimentos e da Archer Daniels Midland Company (ADM), empresas que comercializam o óleo das marcas Soya e Sadia, respectivamente. Este ano, os dois empreendimentos vão beneficiar cerca de 3,5 milhões de toneladas (t) do grão. De acordo com o último levantamento de safra, divulgado em julho pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na safra 05/06 os sojicultores do Estado colheram 15,87 milhões/ de toneladas de soja.

O consultor econômico da Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt), Carlos Vitor Timo, avalia que Rondonópolis (...) possui a maior capacidade instalada de beneficiamento de soja do Estado. Anualmente a Bunge industrializa

cerca de 1,5 milhão/t da commodity, de onde são extraídos produtos como óleo vegetal e farelo.

Fonte: *A Tribuna*, 15 de junho de 2009.

Dentro do complexo da ADM em Rondonópolis, a fotografia 7 mostra as instalações da fábrica de biodiesel no interior do mesmo parque industrial desta, no lado oposto ao do armazém mostrado na fotografia

Foto 7 - Instalações da fábrica de biodiesel da ADM em seu parque industrial

Fonte: Foto produzida em 18 de julho de 2009. Organização de Elias da Silva

Da mesma forma, a Ceval, em meados da década de 1990 foi incorporada pela Bunge, que implantava seu parque industrial no entroncamento das BRs 364 e 163, ponto estratégico da cidade, diga-se passagem. A partir daí pode-se afirmar, estaria consolidada a fase da agroindustrialização da soja e o passo inicial para a integração da cadeia grãos/carnes. Vale considerar, a Bung, anteriormente Ceval, também montou uma grande logística de armazenagem por todas as áreas do cerrado mato-grossense em que se introduziu e consolidou a soja (GUIMARÃES, 1997). O peso destas duas grandes empresas ajudou a consolidar Rondonópolis, numa relação de reciprocidade no setor da Agroindustrial no estado. A foto a seguir demonstra as instalações da Bung às margens da BR 364, na saída para Goiânia e Brasília.

Foto 8 - Parque industrial da Bunge no entroncamento das BRs: 163 e 364.

Fonte: foto produzida Em 18 de julho de 2008. Organização de Elias da Silva

Pode-se verificar a importância destas empresas quanto aos números da produção, de forma emblemática na mais fiel lógica concentradora do capital agroindustrial na região.

A unidade da ADM, também localizada no município, processa 2 milhões/t da oleaginosa por ano. Para se ter dimensão do tamanho dos empreendimentos, se toda a soja colhida nos municípios da região Sul de Mato Grosso fosse destinada ao beneficiamento, o volume seria suficiente para abastecer somente uma das esmagadoras.

A porção Sul do Estado cultiva uma área de aproximadamente 500 mil hectares (ha) do grão, o que significa uma produção de cerca de 1,5 milhão/t da oleaginosa por safra. A produção do município de Rondonópolis é estimada em 200 mil/t, ou seja, 16,95% da demanda das duas indústrias.

De acordo com Timo, o beneficiamento de 100/t de soja em grão gera cerca de 80/t de farelo e 20/t de óleo vegetal.

De acordo com a assessoria de imprensa da empresa, a unidade de óleo de Rondonópolis, tem capacidade para produzir 28 mil caixas do produto por dia. (...).

Juntas, as unidades de beneficiamento da Bunge e ADM têm uma capacidade para processar 3,5 milhões/t de soja por ano.

Fonte: A Tribuna, 15 de junho de 2009.

Ainda, na continuidade da matéria, de acordo com o gerente de processos da Bunge, fica a ideia de se revisar o processo para avaliar a atualidade, que no caso das duas grandes

empresas locais o crescimento tem sido vertiginoso em quase 200% em relação ao início das atividades, no final da década de 1980.

O gerente de processos da Bunge em Rondonópolis, João Dal-Bó, destaca que quando a empresa iniciou o beneficiamento da oleaginosa na cidade a produção era de 1,5 mil/t de óleo por dia. Atualmente são fabricadas diariamente 5,5 mil/t. Naquela época o óleo de soja produzido na planta era refinado em outras unidades da empresa. Agora, a unidade tem capacidade de beneficiar 1,2 mil/t por dia, o que equivale a uma produção de 50 mil caixas de óleo de soja (cada uma com 20 unidades de 900 mililitros).

(...) Seis anos após a Bunge, foi a vez da ADM se fixar em Rondonópolis. A empresa chegou ao Brasil por meio da compra de todo o parque industrial de soja da Sadia, (...). Em função disso, o primeiro produto beneficiado na unidade da empresa foi o óleo que leva o nome da antiga proprietária da indústria. Depois disso, a multinacional passou a produzir também o farelo de soja e edificou uma fábrica de fertilizantes.

Fonte: *A Tribuna*, 15 de junho de 2009.

Quanto à diversificação da produção industrial da soja, derivando outros produtos, pode-se pensar nas possibilidades da verticalização industrial a partir dos vários produtos oriundos do esmagamento do grão da soja.

Segundo ele, o óleo vegetal produzido pela empresa é destinado principalmente ao mercado consumidor das regiões Centro-Oeste e Norte do país. Já o farelo de soja, outro produto industrializado na unidade de Rondonópolis, é comercializado tanto no mercado nacional como no exterior, principalmente nos países da Ásia e da Europa. Outros produtos como o ácido graxo destilado e o óleo refinado a granel, também processados na unidade, são destinados aos países da Europa, assim como para o Japão e a China.

(...). (A Tribuna, 15 de junho de 2009).

Sobre a integração total da cadeia produtiva agroindustrial, a matéria acessada em 29 de junho de 2009 no site: www.quimicaederivados.com.br/fertilizantes4.htm traz um panorama sobre as gigantes: Bunge, Cargil e ADM. Verifica-se, conforme a matéria, o processo de concentração de mercado em que estas gigantes têm engolido empresas menores e de caráter nacional. Quanto ao parque industrial da ADM em Rondonópolis, a matéria deixa a clara demonstração de sua dimensão num nítido processo de diversificação industrial no que se refere às atividades complementares ao complexo.

(...) A cadeia produtiva de grãos e derivados no Brasil apresenta elevado grau de integração. Os grupos Bunge, Cargill e a Archer Daniels Midland (ADM) exemplificam a aplicação do conceito, atuando em todas as etapas de produção e comercialização de produtos. Bunge e Cargill são sócias na Fertifos (controlando a Fosfertil Ultrafertil), e compraram ao longo do último decênio vários misturadores importantes, como IAP, Manah e Ouro Verde (Bunge/Serrana) ou Solorrico e Fertiza (Cargill). A ADM, sem contar com suprimento próprio de insumos fertilizantes, compra-os no mercado local ou os importa, valendo-se de sua experiência em comércio exterior e logística. Em 2002, a ADM inaugurou

sua misturadora própria de fertilizantes em Rondonópolis-MT, que pode processar 3 mil t/dia de insumos. Totalmente automatizada, a unidade formula adubos específicos para soja, milho, feijão e algodão, entre outras. Atualmente, a unidade está em fase de ampliação para 4 mil t/dia, a ser concluída até o final de junho deste ano. (...)

Na outra ponta da cadeia, a ADM opera a maior linha singular de envase de óleo de soja do mundo. Instalada no parque industrial de Rondonópolis, é capaz de encher 25 mil garrafas de óleo por hora. As operações do grupo de origem norte-americana no Brasil foram iniciadas em setembro de 1997, obtendo crescimento médio da ordem de 15% ao ano. (...).

Fonte: <http://www.quimicaederivados.com.br/fertilizantes4.htm>.

Nesse sentido, as palavras de José Eli da Veiga (1991) são oportunas a uma aproximação à influência da ADM e Bunge sobre o complexo em Rondonópolis e Mato Grosso, servindo de reforço ao nosso argumento de que os CAIs são muito mais uma estrutura sustentada na base político/econômica que tecnológica.

Sobre a questão do processo de agroindustrialização e a consolidação do CAI, o autor foge dos modelos teóricos economicistas, sugerindo a busca pela trajetória das grandes empresas industriais vinculadas às especificidades da produção agropecuária.

Os modelos analíticos em voga - como, por exemplo, o do "Complexo Agroindustrial" (CAI) e suas variantes - podem até ter um amplo alcance no estabelecimento de tipologias que venham a sintetizar as várias formas pelas quais se aprofunda o nexo entre a indústria e a agropecuária. Mas não se pode esperar que um aperfeiçoamento dessas tipologias resulte numa teoria sobre a dinâmica desta esfera econômica. Para explicá-la é necessário entender, antes de tudo, o processo de crescimento das empresas industriais vinculadas às especificidades da produção agropecuária. Ou seja, um dos caminhos mais frutíferos para o desenvolvimento da pesquisa sobre a reestruturação agroindustrial parece ser o estudo das trajetórias seguidas pelas grandes corporações que conseguiram solidificar seus laços com a agropecuária. (VEIGA, 1991:182).

Este autor contempla ainda, citando Dorel (1985), a questão das grandes firmas monopolizadoras dos complexos agroindustriais no mundo, com base na força de articulação e cooptação política, muito mais que na base crescente tecnológica. Sua afirmação a seguir é com base nos estudos de

Para isso, o trabalho de Dorel (1985) certamente trouxe uma grande contribuição. Seus minuciosos estudos monográficos sobre os principais casos de integração agroindustrial nos Estados Unidos (sociedades açucareiras em Everglades, Flórida; produção de carne bovina nas altas planícies meridionais; produção de cítricos na Flórida; produção de alface no sudoeste; a viticultura californiana etc.) contrariam a ideia, bastante difundida, de que o desenvolvimento agroindustrial seja comandado pela mudança técnica. Suas conclusões mostram que os fatores que mais influenciaram as trajetórias de integração agroindustrial foram:

- a) as mudanças dos padrões de demanda;
- b) o acesso privilegiado a fontes não-clássicas de financiamento;
- c) a criação de imensas e ágeis redes de distribuição;

d) as oportunidades de especulação fiscal e fundiária.

Isto não quer dizer, no entanto, que o papel da inovação tecnológica tenha sido desprezível. Quer dizer, simplesmente, que os aspectos mercadológicos e financeiros foram muito mais importantes do que a adoção de inovações tecnológicas. Ou seja, os estudos empíricos de Dorel sobre a agroindústria alimentar americana não parecem trazer evidências que possam comprovar um dos pressupostos mais frequentes no arcabouço teórico das teorias de crescimento da firma, segundo a qual "a firma se diversifica orientada primordialmente por sua base tecnológica". (VEIGA, 1991:182).

Vale mencionar, para exemplificar a teoria, que a Sadia e a Ceval receberam incentivos fiscais de Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, por 10 anos. Não por acaso, findo esse prazo, os grupos vendem suas unidades para a ADM e Bunge. Isso vem em reforço ao poder político/econômico que os grandes grupos exercem no interior dos complexos agroindustriais, colocando a esfera tecnológica apenas como ponta do processo e não como força motriz.

O crescimento da economia agroindustrial na região tem transformado a cidade de Rondonópolis no locus privilegiado do comércio e dos serviços especializados, a exemplos das empresas de insumos e implementos agropecuários, dos serviços técnicos em acessórias agrônomicas, mecânicas especializadas, serviços de telefonia rural, agricultura de precisão processada por *Global Position System* (GPS), serviços de pesquisa biotecnológica, enfim, um leque de atividades comerciais e de serviços cuja demanda do complexo já exige que a cidade os ofereça. Constata-se, no caso dos segmentos do comércio e serviços, empresas instaladas em Rondonópolis com filiais ou algum tipo de extensão de atendimento em Primavera do Leste e Campo Verde, a exemplo da Iguazu Máquinas, revendedora de máquinas e implementos agrícolas. Deve-se acrescentar que as empresas produtoras de sementes atuam de forma dupla, ou seja, tanto produzem suas sementes como as comercializam diretamente com os produtores, numa escala que já ultrapassa os limites do cerrado mato-grossense.

Assim, as várias instituições de caráter estatal e privado, que de forma direta e indireta cooperam para o êxito da produção. Em caráter público estão a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), no constante processo de parcerias que se estabelecem com a Fundação MT, englobando a produção de sementes de soja e algodão sobretudo a partir do Programa de Produção de Algodão de Mato Grosso (PROALMAT), no final dos anos 90.

No caráter privado associativo, além da APROSMAT, outras instituições também confirmam o fortalecimento do segmento dos produtores, local, regional e estadual. Cita-se o Sindicato dos Produtores Rurais de Rondonópolis, a Cooperativa Agropecuária de Primavera do Leste (COAPRIMA) e a Cooperativa de Produtores de Algodão de Primavera do Leste (COALESTE), entre outras. A Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso (APROSOJA), A Federação da Agricultura de Mato Grosso (FAMATO). Como já vimos anteriormente em nossa tese, o caráter corporativo que engloba o segmento dos produtores, de uma maneira geral, deve ser resgatado em suas origens a partir da introdução da soja.

Um segmento básico é o dos produtores de sementes pela dimensão de importância que lhes é atribuída. De acordo com a Fundação MT, de um universo de 52 instituições entre empresas produtoras de sementes e pesquisa, no estado, vinte e oito (28) estão instaladas em Rondonópolis com suas respectivas áreas de produção na região. Podemos afirmar que os produtores de sementes representam o segmento hegemônico localmente constituído e politicamente organizado representados pela APROSMAT e Fundação MT. A semente, como afirma Bernardes (1996), é o insumo básico do complexo.

O quadro 1 a seguir demonstra o universo dessas empresas na cidade, no estado e até mesmo fora de Mato Grosso. Chamamos a atenção, no quadro 1, para o considerável número de empresas instaladas em Rondonópolis, graças à constituição, ao longo do processo, de um ambiente favorável que inclui os aspectos não só da organização, mas muito mais da força político/econômica no aspecto da pesquisa em torno da soja e de mão de obra qualificada.

Quadro 1 - Empresas produtoras de sementes, associadas a Aprosmat em suas localidades sedes

Agronorte Pesq. E Sementes Ltda	Sinop – MT
Agro sol Sementes	Campo Verde – MT
Amaggi Exp. e Imp. Ltda	Rondonópolis – MT
Araguaya Sementes para Pastagem	Rondonópolis – MT
Celi Sementes	Rondonópolis – MT
Embrapa – SNT	Rondonópolis – MT
Fazenda Pôr do Sol	Alto Garças – MT
Fazenda São Carlos	Campo N. dos Parecis – MT
Fundação MT	Rondonópolis – MT
Nova Forma Sementes	Rondonópolis – MT

Continua na primeira folha

Quadro 1 - Empresas produtora de sementes, associadas à Aprosmat, em suas respectivas sedes/localidades

Polato Sementes	Rondonópolis – MT
Produsojá	Rondonópolis – MT
Salles Agropecuária S/A	Rondonópolis – MT
Sementes Campo	Tangará da Serra – MT
Sementes Adriana	Rondonópolis – MT
Sementes Araguaia	Alto Taquari – MT
Sementes Arco-Íris	Alto Garças – MT
Sementes Aurora	Alto Garças – MT
Sementes Batovi	Primavera do Leste – MT
Sementes Bom Futuro	Rondonópolis – MT
Sementes Bom Jesus	Rondonópolis – MT
Sementes Campeã	Rondonópolis – MT
Sementes Carolina	Rondonópolis – MT
Sementes Dmer	Alto Garças – MT
Sementes Damin	Pedra Preta – MT
Sementes Fabiano	Alto Taquari – MT
Sementes Fértil	Cuiabá – MT
Sementes Freitas	Rondonópolis – MT
Sementes Germinare	Tangará da Serra – MT
Sementes Girassol	Rondonópolis – MT
Sementes Gramato	Rondonópolis – MT
Sementes Granada	Mineiros – GO
Sementes Graúna	Rondonópolis – MT
Sementes Horizonte	Primavera do Leste – MT
Sementes Ipiranga	Alto Taquari – MT
Sementes Itaquê	Primavera do Leste – MT
Sementes Luciani	Rondonópolis – MT
Sementes Matsuda	Cuiabá – MT
Semente Mônica	Campo Novo dos Parecis – MT
Sementes N. Sra. Aparecida	Rondonópolis – MT
Sementes Nova	Primavera do Leste – MT
Sementes Petrovina	Rondonópolis – MT
Sementes Ponta Verde	Rondonópolis – MT
Sementes Rainha da Serra	Rondonópolis – MT
Sementes Ruaro	Alto Garças – MT

Continuação:

Quadro 1 - Empresas produtora de sementes, associadas à Aprosmat, em suas respectivas sedes/localidades

Sementes Santa Maria	Rondonópolis – MT
Sementes Santa Rita	Rondonópolis – MT
Sementes São Bento	Alto Taquari – MT
Sementes São Bernardo	Alto Garças – MT
Sementes São Jerônimo	Alto Garças – MT
Sementes Seriema	Rondonópolis – MT
Sementes Sublime	Campos de Júlio – MT
Sementes Tropical	Rondonópolis – MT

Fonte: ABRASEM (2008). Quadro organizado por Elias da Silva

A tabela 12 traz uma demonstração dos números da produção de sementes no Brasil, no conjunto dos quais, a produção de sementes de Mato Grosso está inserida.

Tabela 12-Produção de sementes de soja no Brasil por estados produtores 2006/2008

UNID. FEDERAÇÃO	ESPÉCIE	PROD. SEMENTES (05/06 (t) - 06/07 (t))	AREA PLANT. 06/07 (ha) 07/08 (ha)	DEMANDA SAFRA 07/08 EFET. (t)	TX. ÚTIL. SEM (%) SAF. 07/08
Santa Catarina	Soja	70.685 - 114.648	376.900 - 372.500	22.350 - 6.705	30
R. Grande do Sul	Soja	158.254 - 97.780	3.892.000 - 3.834.000	230.040 - 85.115	37
Goiás	Soja	136.516 - 141.568	2.191.400 - 2.179.000	130.740 - 71.907	55
Paraná	Soja	240.120 - 197.500	3.930.700 - 3.932.200	235.932 - 141.559	60
Bahia	Soja	24.000 - 86.174	850.800 - 901.400	48.456 - 24.228	50
Minas Gerais	Soja	96.752 - 74.886	930.400 - 874.400	52.464 - 26.232	50
São Paulo	Soja	41.348 - 37.000	538.400 - 526.000	31.560 - 22.092	70
Maranhão	Soja	5.076 - 4.490	384.400 - 417.800	27.157 - 12.221	45
M. Grosso do Sul	Soja	40.187 - 34.514	1.737.100 - 1.131.000	103.860 - 51.930	50
Mato Grosso	Soja	185.020 - 170.843	5.124.800 - 5.656.900	339.414 - 308.867	91

Fonte: ABRASEM (2008) Organização de Elias da Silva

O segmento das empresas produtoras de sementes, como demonstramos no quadro anterior, compõem o conjunto da produção de sementes, cujo universo de 10 estados brasileiros, tem em Mato Grosso o estado da federação com maior área plantada, maior demanda efetiva, maior taxa de utilização, perdendo para o Paraná, apenas no item de quantidade produzida em toneladas, nas safras de 2006/2008, conforme a tabela

O sucesso da organização do segmento dos produtores de sementes com base na capacidade de instituições como a APROSMAT acaba garantindo segurança ao segmento em relação à pesquisa e proteção na comercialização de sementes tanto no estado como

fora dele. É o que mostra a matéria a seguir em que a APROSMAT lança campanha de valorização de sementes no estado, alertando e preparando os produtores compradores de sementes contra as chamadas *sementes forasteiras*. Aspectos como o alto índice de utilização das sementes produzidas no estado, a proteção de divisas no que se refere aos *royalties*, o aspecto da fragilidade ambiental no âmbito da biodiversidade e o aspecto da celebração da força local como um forte discurso, com a menção à cidade de Rondonópolis, como sede da instituição, estão presentes em alguns trechos da matéria.

Com uma produção estimada em 5,5 milhões de sacas na safra 2008, Mato Grosso tem apresentado crescimento significativo no plantio de sementes. Hoje, com a boa produtividade, menos de 30% das sementes utilizadas por produtores de soja no Estado são importadas de outros estados ou países. Como forma de valorizar o mercado mato-grossense, além de coibir problemas como aparecimento de doenças em lavouras, oriundos desse tipo de semente, a Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso (Aprosmat) lançará no próximo dia 7 de março a campanha 'Sementes Forasteiras: Produtor, não plante no escuro'.

(...) A coordenadora técnica da Aprosmat, Maria de Fátima Zorato, afirma que (...) 'A semente é um veículo de tecnologia, porém, ela carrega o patógeno. Ela é o maior veículo de transmissão de doenças'(...). Os royalties, hoje pagos a empresas de fora, ficariam no Estado com a compra do produto local e aplicados em pesquisas. O Estado importa hoje apenas cerca de 30% de sementes, no entanto, há uns cinco anos foi grande exportador e há expectativa para que isso deva voltar a acontecer. "Temos cultivares competitivas produzidas aqui, por diversas empresas, e acredito que basta valorizarmos nosso produto que vamos conseguir atender o Estado e exportar", avalia o presidente da Aprosmat, Elton Hamer. A cerimônia de lançamento da campanha "Sementes Forasteiras: Produtor, não plante no escuro" será no dia 7 de março, às 19h, na sede da Aprosmat, em Rondonópolis, e terá a presença do governador Blairo Maggi e outras autoridades.(...)

Fonte: www.agrosoft.org.br/agropag/100108.htm

Carlos Alberto Franco da Silva (2003) afirma que a história da Fundação MT se dá no contexto da crise no sistema de produção de soja, em face da presença de pragas, doenças e das dificuldades, no período de 1980, da produção de sementes no estado de Mato Grosso, que dependia da produção do centro sul. Assim, na safra de 1988/89 ocorre a epidemia do Cancro da haste. Na safra de 1991/92 há o caso do nematóide de cisto ameaçando a soja em todo o país. O nematóide em Mato Grosso ocorre em primeiro lugar no noroeste do estado, em Campo Novo dos Parecis. O agravamento dessa situação chega em 1993 a tal ponto que a saída foi buscar a pesquisa tecnológica específica para o cerrado mato-grossense. Neste sentido, as palavras do autor são oportunas.

Em 1993, a lavoura da soja passava por uma grande crise. Os prejuízos causados pelo cancro da haste se somavam ao avanço do nematóide de cisto. Nos principais municípios produtores de soja em Mato Grosso, a produtividade média

caiu de 45 sacas para menos de 25 sacas por hectare (Boletim de Pesquisa da Soja, FMT, 2001). Sem muitas alternativas de sementes capazes de resistir às pragas e doenças, que causavam perdas de milhões de dólares, Blairo Maggi e os produtores do Estado pensaram em criar a Fundação de Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso. Assim sendo, em 03 de dezembro de 1993, foi criada a empresa, com sede em Rondonópolis. O objetivo básico era desenvolver cultivares de soja adaptadas às condições de cerrado e resistentes a doenças e pragas (SILVA, 2003:154).

Pelo caráter privado desta instituição de pesquisa que gravita na esfera do poder público, pode-se deduzir sua existência em benefício dos grandes agente hegemônicos do complexo, a exemplo do grupo Maggi.

Em 1994, a união dos grandes produtores de sementes do Estado foi fundamental para custear as atividades de pesquisa. Em sistema de quota, as empresas levantaram o aporte de recursos necessários para iniciar as pesquisas, cerca de 420 mil dólares. Em seguida, a Fundação MT assumiu um núcleo de pesquisa mantido pela Associação de Produtores de Sementes de Mato Grosso-APROSMAT, e firmou parceria com a EMBRAPA SOJA para o desenvolvimento de novas variedades de sementes de soja resistentes ao cancro da haste, ao nematóide de cisto e demais doenças e pragas. A parceria EMBRAPA-Fundação MT se dava no campo das experimentações. O corpo técnico da Fundação era formado por alguns profissionais oriundos da EMBRAPA e por técnicos agrícolas. No início dos trabalhos, a Fundação promovia testes do material genético da EMBRAPA. Os recursos da Fundação MT para as pesquisas provinham 80% da contribuição dos produtores, espécie de *royalties*, 10% da indústria de insumos e máquinas, 5% das Prefeituras e 5% de fontes diversas. (SILVA, 1991: 154).

O menor repasse de verbas do Estado para as pesquisas da EMBRAPA o cerrado, as dificuldades dos produtores diante de doenças e pragas na lavoura e o interesse de 35 empresas produtoras de sementes foram alguns dos fatores determinantes para a criação da Fundação Mato Grosso. De acordo com Blairo Maggi, a Fundação visa a atingir vários objetivos, **dentre** os quais: Aumentar a produtividade da lavoura de grãos e de algodão; Articular segmentos do complexo territorial da soja (fazendeiros, indústrias de máquinas e insumos, produtores de sementes, prefeituras e centros de pesquisa).

Desse modo, EMBRAPA, Fundação MT, instituições financeiras, corretoras, empresas agrícolas (MDM Maeda, por exemplo), instituições não-governamentais, empresas produtoras de sementes, universidades, prefeituras, empresas de fertilizantes e empresas multinacionais, tais como Monsanto, Du Pont, Aventis, Basf, Dow Agrosiences, Sumitomo, dentre outras, formam uma rede de parcerias envolvidas com o desenvolvimento de novas tecnologias, de modo a condicionar e acompanhar o avanço da fronteira agrícola do país (...) (SILVA, 2003:155).

Na trajetória da produção da pesquisa com vistas à sustentação do processo produtivo, no âmbito da Fundação MT registram-se acontecimentos como o Programa de Melhoramento Genético de Soja, criado em 1993, lançando variedades adaptadas às condições do cerrado, oferecendo mais de 80% das sementes no mercado da soja no estado. Em 1996, a Fundação lança o Programa de Melhoramento Genético do Algodão para o cerrado no Brasil, o que viabilizou o ressurgimento do algodão no estado em novo contexto

tecnológico, junto à parceria com a EMBRAPA. Mas era preciso novamente, como via de regra, buscar junto ao Estado parceria financeira. Assim, o governo de Mato Grosso, em 1997, criou o Programa de Incentivo à Cultura do Algodão - PROALMAT, concedendo também incentivos fiscais de até 75% do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMs). A Fundação receberia 15% desse total do montante de incentivos, mais especificamente para a Associação dos Produtores na manutenção do Fundo de Apoio à Cultura do Algodão (FACUAL). Todo esse conjunto de medidas viabilizou o sucesso do algodão, que também se insere no âmbito do complexo, considerando que Campo Verde é considerado a *capital nacional do algodão*.

Segundo Carlos Alberto Franco da Silva, a Fundação MT está mais a serviço dos grandes agentes hegemônicos, sobretudo do Grupo Maggi, como afirma em sua pesquisa feita sobre a trajetória do grupo.

A Fundação Mato Grosso, apesar de não ser uma empresa do Grupo André Maggi, tem um papel fundamental na logística de comercialização de grãos e de algodão em escalas nacional e internacional. As estratégias de estímulo à comercialização de soja implicam um constante rearranjo dos objetos (formas) que compõem o ordenamento territorial da corporação, do qual a Fundação MT é apenas um dos fixos que viabilizam interações espaciais estratégicas com o grupo.

(...) As parcerias e a rede política em torno da gênese e consolidação da Fundação é um dos exemplos ilustrativos da velocidade das ações do Grupo, de modo a eliminar as contradições socioespaciais que envolvem a expansão da lavoura da soja diante da presença de pragas e doenças (SILVA, 2003:167).

Segundo a entrevista de Blairo Maggi transcrita por Carlos Alberto Franco da Silva, a presença de instituições como a Fundação MT no âmbito do complexo consolida a existência deste como um ambiente instável submetido à lógica global da economia, cujas palavras de ordem estão expressas em termos como *mudanças, instabilidade, globalização, velocidade, competição*. Fica claro, assim, que esse ambiente produtivo não pode prescindir de elementos como pesquisa e informação, sob pena de seu aniquilamento.

Mudanças, instabilidade, globalização, velocidade, competição. Estas são algumas das palavras que resumem o momento atual para as mais diversas áreas da economia mundial. Diante desta realidade, somos submetidos a novos desafios e compelidos a novas realizações. Assim tem sido o desenvolvimento da agricultura da região dos Cerrados, no qual a Fundação MT tem se espelhado. O sucesso da agricultura nestas regiões foi sempre amparado por um grande número de informações que possibilitaram traçar as melhores estratégias de desenvolvimento. A velocidade das informações foi imprescindível para o progresso alcançado e brevemente teremos acesso às informações tecnológicas em tempo real. Estas mudanças são indicativos para que a classe produtora inicie seu processo de adaptação a este novo ambiente de negócios em escala global (SILVA, 2003: 152-153).

A trajetória da Fundação MT na criação e disseminação de novas tecnologias referentes às sementes melhoradas para o cerrado mato-grossense é marcada pela competitividade e, sobretudo, pela ganância das multinacionais. Como exemplo, temos a Monsanto, que exerceu pressão lobista no sentido do rompimento do acordo de seu convênio com a Embrapa, procurando deter o banco de dados genético ou germoplasma de algodão, a partir de julho de 2000. Nesse momento, a exigência para renovação de convênio com a Embrapa exigia a contrapartida de abrir mão da co-titularidade da propriedade científica do germoplasma, o que foi recusado por esta instituição, levando em conta todo o capital investido na infraestrutura e logística e mercado conquistado num período que cobre cerca de doze (12) anos (SILVA, 2003).

Blairo Maggi, julho de 2001 apud Silva, afirma nesse sentido que:

Nós tivemos um contrato com a Embrapa, anos de cooperação técnica e que por vários motivos acabou. Entre eles, a questão dos transgênicos, o envolvimento da Embrapa com a Monsanto, pois a Monsanto exigiu da Embrapa o rompimento do contrato com a Fundação MT. Quer dizer, a Monsanto, de certa forma, quer controlar a questão de sementes no Brasil, e nós dissemos não. Nós temos o nosso mercado e não vamos fazer isso (SILVA, 2003:164).

O que se pode verificar nesse sentido, conforme Blairo Maggi, é a conquista pelo segmento de empresas associadas à Fundação MT em pé de igualdade com as multinacionais do setor. A força consolidada desse segmento básico do complexo se expressa na capacidade de guardar grande fatia do mercado mato-grossense de sementes melhoradas.

Há três anos nós já vínhamos mais ou menos observando os caminhos dos acordos que a Embrapa vinha tentando fazer com as multinacionais. E nós tivemos há três anos a opção de criarmos um programa próprio de pesquisa, em que foram feitos alguns convênios com outras entidades de pesquisa de porte com material genético, e nós criamos hoje grandes programas de pesquisa, independente do que vinha sendo feito na área de soja e de algodão. Isso demonstra que o rompimento dessa parceria não afeta em nada o andamento da Fundação MT (...). Não concordamos com as políticas que a Embrapa junto com multinacionais, queriam colocar para a agricultura mato-grossense. Nós achamos que o país tem que ser totalmente independente, tem que ter sua independência tecnológica e não concordamos de maneira nenhuma com a forma como foram colocadas essas questões (SILVA, 2003:164).

Mas o que se pode concluir é que a natureza globalizada desse mercado leva fatalmente à pressão por avançar em pesquisas de organismos geneticamente modificados, considerando a constante pressão de sua maior rival, a Monsanto, cujo desejo é a tomada do mercado de sementes no cerrado mato-grossense, obrigando a novas parcerias como as da

Du Pont e Aventis CropScience para continuar o programa do melhoramento genético, o germoplasma. Numa forma de se antecipar às futuras pressões no âmbito do consumo maciço dos transgênicos, a fundação MT está ampliando sua capacidade de fogo no mercado, visando conquistar novos mercado fora do cerrado mato-grossense, montando sua nova base de pesquisa em Cambé/PR. As palavras a seguir são como um fecho de nossa pequena análise aqui sobre a Fundação MT.

A fim de ampliar sua escala de atuação, a fundação MT anunciou, em 2001, a construção do centro de pesquisa de Cambe, no Paraná. A escolha de Cambe para sediar o centro de pesquisa envolveu questões, visto que a região possibilita o desenvolvimento de novas cultivares, tanto para a região sul como para a Amazônia. Além disso, a criação do centro reafirma os esforços da fundação em consolidar posição de destaque no domínio da tecnologia e ampliar a participação no *agribusiness* global. (...) Assim sendo, a Fundação MT tem ampliado suas parcerias e o fluxo de informações e tecnologias, de modo a se inserir competitivamente no mercado brasileiro de sementes de soja e de algodão. Para o Grupo André Maggi, o papel da Fundação MT é extremamente estratégico, pois possibilita a expansão da soja para novas áreas de cerrado e de campos da Amazônia e cria uma justificativa econômica para os investimentos na logística de transporte, (...) (SILVA, 2003:165-166).

Com base em Silva (2003) podemos afirmar que Rondonópolis exerce papel de logística, a partir da qual se explica o porquê de esta cidade ser a sede do Grupo André Maggi. Assim, há um fundamento atual para que isso se confirme e um fundamento histórico que, conforme o próprio autor começa na década de 1980 com a transferência das Sementes Maggi de São Miguel do Iguazu/PR para Rondonópolis. Blairo Maggi e sua família, como um dos pioneiros da soja, ao participar decisivamente produzindo, criando entidades ligadas ao segmento da soja e do complexo, atuando posteriormente como governador nas esferas políticas municipal, federal e, atualmente, estadual, conquistando, assim, prestígio usufruindo ainda mais das conquistas do segmento produtor, a exemplo da estrutura em rede da Fundação MT.

Nesse âmbito de importância se organiza na configuração de uma ampla rede em parcerias com vários segmentos da sociedade, em várias partes do território brasileiro, conforme demonstra o quadro a seguir.

Quadro 2 – Instituições e empresas parceiras da Fundação MT em sua rede

ITEM DE ESPECIFICAÇÃO	LOCAL/CIDADE/ESTADO
Empresas Produtoras de Sementes	<ul style="list-style-type: none"> - S. Adriana – Rondonópolis/MT - S. Batovi – P. Do Leste/MT - S. Bom Jesus – Rondonópolis/MT - S. Campeã – Rondonópolis/MT - S. Carolina – Rondonópolis/MT - S. da Serra – Rondonópolis/MT - S. Arco-Iris – Alto Garças/MT - S. Girassol – Rondonópolis/MT - S. Granada – Alto Araguaia/MT - S. Graúna – Cuiabá/MT - G. A. Maggi – Rondonópolis/MT - S. Horizonte – P. do Leste/MT - S. Itamarati – T. da Serra/MT - S. Luciani – Rondonópolis/MT - S. Mônica – Rondonópolis/MT - S. Pinesso – S/L* - S. Polato – Rondonópolis/MT - S. P. Verde – Rondonópolis/MT - S. R. da Serra – Rondonópolis/MT - S. Ruaro – Alto Garças/MT - S. São Jerônimo – Alto Garças/MT - S. Tropical – Rondonópolis/MT - S. Pionner – Santa Cruz do Sul/RS
Prefeituras Parceiras por estado	<ul style="list-style-type: none"> - Sapezal/MT - Campo Novo do Parecis/MT - Canibé/MT - Rondonópolis/MT - Primavera do Leste/MT - Mutun/MT - Lucas do Rio Verde/MT - Sorriso/MT - Sinop/MT - Porto Alegre do Norte/MT - Cuiabá/MT - Nova Xavantina/MT - Tangará da Serra/MT - Tapurah/MT - Alto Garças/MT - Alto Araguaia/MT - Alto Taquari/MT - Campos de Júlio/MT - Campo Verde/MT - Diamantino/MT - Poxoréo/MT - Querência/MT - Itiquira/MT - Pedra Preta/MT - Água Boa/MT - Gaúcha do Norte/MT - Santa Carmem/MT
Instituição de Pesquisa: Universidades Federais	<ul style="list-style-type: none"> - Federal de Goiás – UFG - Federal de Mato Grosso = UFMT - Fed. de M. Grosso do Sul - UFMS - Brasília – UNB - Universidade de São Paulo – ESAIQ - UNESP – Botucatu/SP - Universidade Federal – S/L*

Continua na primeira pagina:

Quadro 2 – Instituições e empresas, parceiras da Fundação MT em sua rede

ITEM DE ESPECIFICAÇÃO	LOCAL/CIDADE/ESTADO
Escola Técnica Federal	- Escola Técnica Federal de São Vicente/MT
Institutos de Pesquisa Agronômica	- IAPAR – Londrina/PR - Fundacruz – L/L* - IAC – Campinas/SP - POTAROS – Piracicaba/SP
Instituições Financeiras	- Banco do Brasil/BB – S/L* - Bolsa de Mercadorias e Futuro- BMF – São Paulo/SP
Corretora	- Trumann – S/L* - Lucra – Cuiabá/MT
Empresas de Agroquímicos	- Aventis Phama Brasil – São Paulo/SP - Basf – S. Bernardo do Campo/SP - Bayer – S/L* - Dow Agrosiences S/L - Du Pont – Barueri/SP - PMC – Química do Brasil – Campinas/SP - Hokko do Brasil – São Paulo/SP - Milênia – Londrina/PR - Iara – Sorocaba/SP - Nortox – Araponga/PR - Syngenta – Cuiabá/MT - Sumitomo – S/L* - Pfizer – São Paulo/SP - Agripec – Maracanau – CE - Monsanto – Cuiabá/MT
Empresas de Fertilizantes	- Adubos Trevo – Rondonópolis/MT - Agroplanta – Batatais/SP - Galvani Fertilizantes da Bahia Ltda Barreiras/BA - Stoller do Brasil – Cosmópolis/SP - Fertilizantes Serrana – São Paulo/SP - Hidro Fertilizantes – São Paulo/SP - Nitral – Pinhais/PR - Nitral – S/L* - Biosoja – S. Joaquim da Barra/SP - SQM – Barueri/SP - Ubifol – S/L*
Empresas de Máquinas e Equipamentos	- Rondonáqui Máquinas e Veículos Ltda (AGOO) Rondonópolis/MT - Marchezan/Tatu – Matão/SP - Extra Case S/L* - SLC John Dear – Horizonte/RS - Jacto – Pompéia/SP - Berthoud/Montana – São Paulo/SP - Fockink – Panambi/RS - Pivot – S/L* - Busa Equipamentos – Guará/SP - New Holland – Curitiba/PR - Semeato – Passo Fundo/RS - Stara – Não-Me-Toque/RS - Baldan – Campinas/SP - Stoller – Cosmópolis/SP

Continuação:

Quadro 2 – Instituições e empresas, parceiros da Fundação MT em sua rede urbana

ITEM DE ESPECIFICAÇÃO	LOCAL/CIDADE/ESTADO
Instituições de Mídia	<ul style="list-style-type: none"> - Gazeta Mercantil – São Paulo/SP - Panorama Rural – São Paulo/SP - Produtor Rural – Cuiabá/MT - Revista A Granja – P. Alegre/RS - Revista Seed News – S/L - Revista Cultivar – São Paulo/SP - Revista Agrinova – P. Alegre/RS - Gazeta do Sul – Santa Cruz do Sul - Nossa Terra – Guararema/SP - A Notícia – Cáceres/MT
Indústrias	<ul style="list-style-type: none"> - Santana Têxtil – S/L
Empresas Agrícolas	<ul style="list-style-type: none"> - MDM – Maeda – Diamantino/MT
Instituições Não Governamentais	<ul style="list-style-type: none"> - Factual – Cuiabá/MT - Fetagri – S/L

Fonte: Fundação/MT Apud Silva (2003). Quadro organizado por Elias da Silva

*** Não Localizado pela pesquisa**

Para Silva (2003), a força do grupo André Maggi está representada pelas parcerias que se verificam em torno da Fundação MT, o que o faz forte politicamente num cenário em que é preciso *“eliminar as contradições socioespaciais que envolvem a expansão da lavoura da soja diante de pragas e doenças”* (SILVA, 2003:166).

Foto 9 – Sede do Grupo André Maggi em Rondonópolis.

Fonte: Foto produzida em 01 de agosto de 2009. Organização de Elias da Silva

Como um dos três elementos mais importantes de atribuições a Rondonópolis no âmbito do complexo, o Grupo André Maggi institui esta cidade como cabeça de sua rede urbana brasileira, a qual está distribuída em três níveis: o de gestão geral em primeiro nível das decisões dos negócios – Rondonópolis; as de apoio aos serviços de consultorias, transações portuárias e comercialização de bens agrícolas da Bolsa de Mercadorias e Futuros – São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Paranaguá; e as demais cidades em Mato Grosso, em que as empresas do grupo funcionam como filiais, possuindo atuação própria. Isso configura uma corporação multifuncional e multilocalizada descentralizada em sua gestão. Nosso argumento fica reforçado pelas palavras de Silva (2003).

Se observarmos os diversos ordenamentos territoriais do grupo André Maggi desde a abertura da empresa Sementes Maggi (1976), em São Miguel do Iguaçu, até os dias de hoje, verificaremos que houve uma difusão espacial do grupo em direção à periferia nacional (...) indicando a expansão da rede urbana do grupo. Nessa rede, algumas cidades possuem múltiplas funções, tais como armazenamento, filiais das sementes Maggi, Agropecuária Maggi Ltda, etc. Esse processo resultou numa corporação multifuncional e multilocalizada com uma gestão territorial descentralizada em níveis de autoridade. Rondonópolis é a sede nacional dos negócios da empresa. São Paulo e Rio de Janeiro, Santos e Paranaguá são cidades de apoio aos serviços de consultoria, transações portuárias e de acesso ao circuito nacional de comercialização de bens agrícolas, tal como a Bolsa de Mercadorias & Futuro de São Paul. As diversas outras cidades, sobretudo as de Mato Grosso, são filiais que possuem áreas de atuação próprias (SILVA, 2003:167).

Falar Da dimensão urbana de Rondonópolis no âmbito da produção do complexo, particularmente no que se refere ao grupo André Maggi é reconhecer no aspecto da gestão política dos negócios seu maior trunfo e sentido maior de sua polarização como maior agente, em torno do qual outros de menor expressão gravitam. Isso para falarmos do poder de financiamento e compra da produção, a exemplo do que fazem multinacionais como a ADM e Bunge na compra da chamada *soja verde*. Mas o aspecto importante a observar é que o Grupo André Maggi, diferentemente das multinacionais presentes no cerrado mato-grossense, cresceu e se consolidou construindo de forma direta as bases sociopolíticas que lhe garantem, na atualidade, agir e até falar em nome do segmento e suas instituições. Exemplo do que estamos falando é a sua presença forte na criação e gestão da Fundação MT, com a iniciativa, em 1997, da criação da Associação Mato-grossense de Produtores de Algodão (AMPA), como coloca a reportagem do jornal *A tribuna* de 20/21 de setembro de 1997, sob título: *Produtores de Algodão e Indústria se organizam*. Vale lembrar, esse é o momento em que surgia a cotonicultura no cerrado mato-grossense sob a égide do Programa de Produção do Algodão – PROALMAT e do Fundo de Apoio à Cultura do

Algodão – FACUAL, confirmando mais uma vez a importância do Estado na promoção do complexo.

Vale considerar que o algodão já havia sido cultivado com em Rondonópolis no período 1960/1970, nas chamadas *terras de cultura* ou de *matas*, cujo município continha grandes áreas agricultáveis. Estas áreas, que atualmente pertencem aos municípios de Pedra Preta e São José do Povo, desmembradas do município de Rondonópolis no final da década de 1970 e na década de 1990, respectivamente, contribuíram para titular Rondonópolis de *Rainha do Algodão* nesse período. Portanto, não parece coincidência que atualmente esta região seja considerada como a *maior região produtora de algodão do país*, conforme a reportagem do *A Tribuna* de 11 de março de 2008, sob título *Louis Dreyfus abre escritório em Rondonópolis*, uma vez que esta corporação detém grande parcela do mercado desta cultura.

Dos segmentos do complexo na região de Rondonópolis, pode-se dizer que a cotonicultura já dá sinais claros rumo à sua consolidação e diversificação, estando em franco processo de pesquisa tecnológica e qualificação de mão de obra, tendo em vista a geração de emprego no conjunto de sua cadeia produtiva. Neste ano de 2009, com o chamado *plantio adensado*, introduzido recentemente, chega-se a maiores índices de produtividade visando a redução de área, considerando os impactos ambientais que são maiores que a soja. Mato Grosso é responsável por mais de 50% do algodão brasileiro exportado para o exterior. Este ano (2009) deverão ser colhidos 1 milhão e cem mil toneladas, sendo o estado o primeiro produtor nacional e a Bahia o segundo na produção. Pela qualidade da pluma produzida no cerrado mato-grossense, particularmente na região de Rondonópolis, em que Campo Verde se destaca como maior município produtor de algodão do Brasil, esse segmento produtor do complexo passa a chamar a atenção de grandes indústrias, de regiões como o nordeste do Brasil.

Nesse ponto menciona-se a Tecelagem Bezerra de Menezes – TCM, cujas instalações já se iniciaram com previsão de funcionamento em 2010. O projeto de investimentos soma cerca de 20 milhões de reais, prevendo gerar 250 empregos diretos e mais de 1.250 empregos indiretos. A empresa atua no mercado de produção de fios há mais de 25 anos e conta hoje com quatro unidades fabris, onde são produzidos fios, fibras e filamentos. A matriz da empresa funciona em Fortaleza, capital do Ceará.

A contrapartida do poder público local refere-se à viabilização do terreno, terraplanagem, isenção por 10 anos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI),

Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre Transação de Bens e Imóveis (ITBI).

O que é característico é a confirmação da iniciativa do Estado em conceder incentivos fiscais de várias ordens, na verdade subsidiando o processo da produção. A maioria dos incentivos fiscais incide sobre a propriedade da terra, esta sendo embutida como renda capitalizada da terra urbana no processo de acumulação capitalista. Vale observar, essa é uma prática cujos registros se confirmavam desde meados da década de 1980, por exemplo, com a chegada da Sadia em Rondonópolis.

A força do grupo André Maggi, bem como da reunião das organizações do segmento produtor do complexo depositadas em Rondonópolis, acaba fazendo com que a cidade reúna em seu interior empreendimentos do segmento do algodão, cuja expressão maior está na presença da Santana Têxtil, conforme a imagem a seguir demonstra. Esta unidade da Santana Têxtil do Brasil foi inaugurada em 2006 com capacidade para produzir 3 milhões de metros de tecido denim por mês.

Foto 10 - Instalações da indústria da Santana Têxtil do Brasil em Rondonópolis.

Fonte: Produção e organização do autor desta pesquisa em 17 de julho de 2009

A força do grupo André Maggi, bem como da reunião das organizações do segmento produtor do complexo depositadas em Rondonópolis, acaba fazendo com que a

cidade reúna em seu interior empreendimentos do segmento do algodão, cuja expressão maior está na presença da Santana Têxtil, conforme a imagem a seguir demonstra. Esta unidade da Santana Têxtil do Brasil foi inaugurada em 2006 com capacidade para produzir 3 milhões de metros de tecido denim por mês.

A dinâmica e diversificação do complexo começam a exigir em seu interior a presença do chamado D1, as indústrias à montante de que nos fala José Graziano da Silva (1998). Nesse sentido citamos a “Yara do Brasil”, na produção de fertilizantes minerais para plantas, essencial à agricultura moderna, que inaugurou sua unidade em 2006 produzindo 200 mil toneladas de fertilizantes/ano, a Bunge Fertilizantes.

Foto 11 - Instalações da Nortox em Rondonópolis, às margens da BR 163, saída para Campo Grande/MS

Fonte: Foto produzida e organizada pelo autor desta pesquisa em 18 de julho de 2009

Destacamos a Nortox, com uma história de meio século de Brasil, que inaugurou sua unidade em Rondonópolis em 2006 numa área de 28 mil m² com capacidade de produção de 65 milhões de litros de agroquímicos por ano. A figura a seguir mostra as instalações desta unidade na cidade em local estratégico.

Pode-se afirmar que o complexo ou o desenvolvimento da soja, da introdução à diversificação ou enquanto processo mais amplo, sempre teve a presença do Estado, não

só como vanguarda política e econômica, mas também como uma espécie de territorialidade política apropriada pelo segmento dos produtores, em suas várias esferas: a federal, pelas instituições e representantes defensores dos interesses dos produtores; no poder legislativo por senadores e deputados federais; no âmbito estadual, sobretudo pela ascensão ao governo, como é o caso de Blairo Maggi; e na esfera municipal, em que se verificam os vários mandatos no cargo de prefeito, como acontece em Rondonópolis, Primavera do Leste e Campo Verde. Nesse ponto, observa-se que em Mato Grosso, nas áreas produtoras de soja, em geral, o segmento produtor tem pleiteado com êxito a esfera do poder municipal. Como será mostrado, mais adiante, a Fundação MT tem firmada muitas parcerias no segmento da pesquisa com as prefeituras, criando sobretudo uma rede política, o que sem sombra de dúvidas pode se transformar numa via de benefícios políticos e econômicos a partir das bases municipais da produção. Assim, o que se pode observar é o funcionamento do Estado de forma a caracterizar, ou pelo menos se aproximar da ideia de ‘Balcanização’ do Estado (GRAZIANO, 1998). Assim, os produtores têm no Estado, nas várias formas de sua apropriação, a garantia de retorno de seus investimentos e de dupla consolidação do poder: o econômico e o político.

Num fecho deste item contemplamos o *Parque de Exposições Wilmar Peres de Farias*, dada a sua importância como estrutura territorial urbana e pela capacidade de promoção da produção, e como uma importante territorialidade funcionando em rede periodicamente, por ocasião dos eventos dos produtores.

O *Parque de Exposições Wilmar Peres de Farias* tem se transformado numa vitrine a serviço do complexo, sendo estratégico, sobretudo quando o assunto é lançamento de novos produtos. Numa menção, cita-se o exemplo do *Novilho Precoce* exposto na edição da Exposul de 1994, sinalizando a integração da cadeia grãos/carnes, marcando também o novo momento da agropecuária altamente tecnificada. Aquele momento de euforia vivido pelo segmento dos produtores era confirmado por Blairo Maggi, conforme a reportagem do jornal *A Tribuna*. “A *Exposição de Rondonópolis*, gradativamente firma-se como uma das maiores feiras brasileiras de negócios e um importante irradiador de novas tecnologias para o setor agropecuário” *A Tribuna*, 14 de julho de 1994.

Mais recentemente, com o adensamento dos eventos pela demanda imposta pelo complexo, além da Exposul, a Agrishow Cerrado vem se confirmando como outro evento importante na exposição e divulgação de novas tecnologias, a exemplo da edição desta feira em 2005 em que era lançado o avião Ipanema a álcool destinado a operar na dedetização das lavouras de soja, algodão e milho. Segundo o gerente da Neiva, empresa que expôs o

avião, o lançamento desse equipamento era propício pelas várias vantagens que oferecia como a economia no combustível, maior tempo em relação à manutenção do motor no seu desgaste, e também a maior potência de 5% do motor.

Afirmar que o *Parque de Exposições Wilmar Peres de Faria* compõe um dos mais significativos elementos de atribuição à cidade de Rondonópolis é considerar a importância de sua estrutura para eventos como a Exposul e Agrishow Cerrado, conforme a matéria a seguir.

Uma área cercada, urbanizada e asfaltada de 500 mil m², com 18,5 mil m² de construções, fazem do Parque de Exposições Wilmar Peres de Farias, em Rondonópolis, (...).

O Parque conta com 5,5 mil m² de curralama calçada e piquetada em ferro galvanizado, capaz de receber mais de 3,5 mil animais. A isto se somam cinco pavilhões de baias cobertas para equinos e bovinos de elite e leite e, mais dois, com 100 baias, para equinos e pequenos animais. De sua estrutura fazem parte pistas de conformação e julgamentos raciais, Thattersal e pavilhões de leilões de elite, dez restaurantes e lanchonetes, auditório para 200 pessoas, palco central coberto de shows com 300 m², pistas de provas hípicas e automobilísticas, pista de pouso com 800 metros de extensão e, uma moderna Arena de Rodeios e Shows para 20 mil espectadores sentados e em pé, com 4014 m².

(...). A previsão dos organizadores é que um total de 70 expositores regionais e nacionais participará da edição 2009 da Exposul de Rondonópolis, expondo e comercializando tratores, colheitadeiras, implementos e equipamentos de irrigação, troncos e balanças pecuárias, ferramentas, caminhões, ônibus, veículos nacionais e importados, entre outros itens; além de transferência de embriões e outras inovações tecnológicas afetas à produção rural.

Fonte: <http://www.exposul.org.br/programação.asp>.

Como explicita a matéria, a feira tem como público alvo: produtores rurais, os empresários, as entidades de classe, os investidores, os técnicos, os veterinários, as empresas públicas e privadas e os estudantes e o público em geral, que na edição de 2009, de 1 a 9 de agosto, estimava um número de cerca de 150 mil pessoas no evento durante sua realização. No aspecto do mercado de trabalho regou-se 389 empregos temporários, 150 diretos e permanentes e 405 empregos indiretos.

O quadro III, apresentado a seguir, demonstra o número das empresas exppositoras da Exposul, em sua XXXVII edição.

Quadro 3 – Empresas expositoras na 37ª Exposul edição 2009

Empresa	Responsável	Fone
Agro Ferragens Luizão	Luiz F. H. de Carvalho	66 3439 2000
Agrofito Caminhões e Ônibus	Jones Antonio Pagno	66 3421 1122
Agrofito Case	Darci Luis Ciarini	66 3411 8888
Agroshopping Maquinas	Rosa Maria de Brito	66 3426 7315
Agroverdi Máquinas	Valdeci Pereira	66 2101 456/1450
Akesse Piscinas	Wilson A. Soriano	66 3423 1411/8404 7818
Amaggi Exportação e Importação	Ana Bustamante	66 3411 3000
Apmax Agricultura de Prescisão	Willian Roberto Ceciliano	66 3422 5167
Art Classe Móveis e Decorações	Vilma Bomfim	66 3423 4339
Associação dos C. de Ovinos do Sul de MT	José Roberto Gimenes Sona	66 3421 6019
Auto Mayra Caminhoes	Osório Serpa	66 3411 0600
Auto Mayra Veículos	Luiz Alberto Silveira	66 3426 7500
Berrante Prod. Agropecuários	Ricardo Lima Carvalho	66 3423 4747
Bio Extratus Cosméticos Naturais	Renner Borjas	66 3411 9696
Bunge Alimentos		66 3411 1600
Car Med Emergencias Medicas	Nelita Wolff	66 3421 0079
Cargil Agricola		66 2103 8300
Carolina Veículos Vitória	Jorge Mariano	66 2101 4900
Cervejaria Petropolis – Crystal	Jonas Machado	663427-0080
Claudia Paes Moda Intima	Claudia Paes	66 3423 5256
Climaoeste Ind. de Climatizadores Ltda	Elias Marques	66 9901 7887
Climatizze Climatizadores	Eduardo Geisel	65 9208 1743
Cocolândia Comércio de Frutas	Daniel Vilela	66 3422 4650
Construtora Hister	Marcio Hister	66 3423 4886
Country Forever Modas	Ghassan Mohamed Abdel	66 3401 1948
Doce Sabor	Ivanilda Araujo	66 8407 3496
Embrapa - SNT Esc. Neg. Roo	Walter Peters	66 3422 9009
Entringer Ind. E Com. De Maq. Agrícolas Ltda	Juliano Mendes	18 34212674
Estância Celeiro	Marco Túlio Soares Miranda	66 3423 7601
Facchini S/A	Daniel F. Braga	17 3426 2048
Fibra Nativa	Maria Cristina Freitas	66 3422 1089
Gelo Éden	Raul Carvalho	66 3423 5529
GF Equipamentos Rodoviários	Fábio Lepas	65 3661 0746
Guimaquinas Peças e Imp. Agrícolas Ltda	Dorivaldo Oliveira do Carmo	66 3439 1800
Hynday Golden Motors	João Manoel Neto	66 3425 1379
ICB Agrícola	Ivan Carlos Binsfeld	66 3431 1824
Iguaçu Maquinas	Juarez Gavino	66 3411 6600
J.R.F.F. Agro Boi	João Romulo Fagundes	66 3411 5900
Jornal A Tribuna	Margareth Marmo	66 3423 3500
Jornal Diário Regional	Alenil/ Caroline Garcia	66 34217600
Jornal Folha de Rondonopolis	-----	-----
Jornal Gazeta	Marcos Nesselro	-----

Continua na primeira folha:

Quadro 3 – Empresas expositoras na 37ª Exposul Edição 2009

Empresa	Responsável	Fone
Laborvet Laboratório Veterinário	Carlos Beber	66 3422 3898
Louis Dreyfeis Commodistas Brasil S/A	-----	66 3439 7900
Mango's Bar e Restaurante	Ronymarcos Campos	66 3423 1826
Mercadão Agrícola	Valdeci Ferreira	66 3421 1200
Mônaco Diesel	Túlio Luis Veronese	66 2101 3550
MT Distribuidora de Baterias Cargo	Silvio Jose Pacheco	66 3426 7091
Novoclima Climatizadores	Jhonathas Rodrigues	66 3421 3131
Paetto Motos – Dafra	Flávio Augusto Marquez	66 3439 7000
Paladar Lanches		66 3422-8883
Panif. Buriti- Kibom		
Petto Veículos Ltda – Fiat	Flávio Augusto Marquez	66 3301-7000 3301-7014
Pradeagro Com. Repr. Prod. Agrop.	Jairo Pradela	66 3423 1039
Prefeitura Municipal de Rondonópolis	José Carlos J. Araújo	66 3411 5252
Rádio Clube de Rondonópolis	Antonio Carlos	66 3423-1070 3423-3666
Rádio FM 105 ,7	Ricardo Kulevisk	66 3439-1000 3439-1001
Rede Flex TIM	Didinei Crescencio	65 8117 0003
Restaurante e Lanchonete do Luciano	Luciano	66 3423-2733
Restaurante Tia Zizi	Luiz Carlos Pereira	
Rizan Tratores	Cesar Augusto da Silva	66 2101 7800
Rondet Com. Produtos de Limpesa	Luciane Topassi	66 3426 6688
Rondomaq. Maq. Veículos Ltda.	Jesus Rogerio Albaceta	66 3411 7000
Secretária de Saúde		66 3411 5000
Selaria Jaciara	Gelson Farinha	66 3421 3959
Sennar Serv. Nac. Aprendizagem Rural	Normando Corral	65 3928 4400
Sereno Atividades Agropecuárias	Nelson Batista dos Santos Jr.	66 3421 3311
Sicredi - Cooperativa de Crédito	Marcos Tulio Duarte Soares	66 3423 2040
Solar Piscinas	Wemersson G. do Ó	66 3422 1810
Strink Jok Park	Cristina Azóia	67 9954 1112
Tapville Tapetes Decorados	Alexandre Serpa	66 3421 1420
Tv Cidade Record	Renato Muzetti	66 3422 5058
TV Rondon	Heidy Lyana	66 3422 5734
Venda Mais Distribuidora Zaeli	Rodrigo Lugli	66 3426 6130/ 9984 4181
Vitoria Auto Imports	André Caramori	66 2103 7300
Zoofértil Agropecuária e Ferragens	Aylon Gonçalo	66 3423 6688
Zoofort Produtos Agropecuários Ltda	Marco Antonio Miranda	66 3411 1234

Fonte: (<http://www.exposul.org.br/programação.asp>). Quadro Organizado por Elias da Silva

Como se pode verificar, o parque atrai diversos segmentos do comércio, serviço e indústria locais, mas também se verificam expositores de várias localidades do Brasil, dos estados de Mato Grosso do Sul, DDD 67, do interior do estado de São Paulo, DDD 17 e 18, e de outras cidades de Mato Grosso, DDD 65. Os números com DDD 66 abrangem a região de Rondonópolis. Nesse sentido, podemos afirmar que o Parque funciona como uma

territorialidade urbana conectando, ocasionalmente vários segmentos que estão direta e indiretamente ligados no setor da soja em sua expansão e diversificação.

A imagem a seguir mostra a pujança do segmento produtor local e regional naquilo que podemos chamar de sua maior capacidade de exposição de riqueza no âmbito do complexo. O *Parque de Exposições Wilmar Peres de Faria* deve ser visto como símbolo da expressão de poder econômico e político, exatamente porque tem o poder de congregar num só local grande contingente populacional, que se alimenta do imaginário de pertencimento a uma região próspera, rica e integrada à modernidade. Esse ambiente, ao mesmo tempo, comporta a ambiguidade por congregar a massa visitante, que vai ali tão somente para assistir aos espetáculos artísticos e sorteios de prêmios importantes como carros 0 km, e os expositores e compradores, que fecham altos negócios em leilões e compras de máquinas agrícolas e insumos para a produção no campo.

Na questão da herança histórica, é importante verificar que este parque de exposições, reinaugurado em 1994, no auge de implantação do complexo, guarda um passado mais distante, tendo sua fundação nos anos de década de 1970 (PRODUTOR RURAL, JULHO DE 1997). Isso nos sugere, no mínimo, a pensar sua importância na estreita relação com o processo de (re) estruturação da cidade ao longo dos períodos, a partir das pré-condições da soja.

A inauguração da Exposul, considerada desde em suas edições iniciais, a partir de 1972, conhecida no período como *Expoleste*, é um bom indicador de que o campo já era detentor de certo grau de modernização agropecuária. Uma matéria da revista *Produtor Rural* colocava esta feira como evento de exposição das inovações ligadas ao algodão, que dava à cidade o título de *Rainha do Algodão* pela grande produção e também pelas exposições das raças de gado bovino: *Gir e Nelore*.

Esse começo não foi sem sucesso, pois em meados dos anos 1980, após as primeiras edições, já se projetava a construção do novo parque numa área de 50 hectares, sob a direção do Zeca D'Ávila. Vale lembrar que a soja estava em pleno desenvolvimento e início de sua diversificação, ou seja, o novo parque é projetado e construído somando-se ao conjunto de incrementação do espaço territorial da cidade. Estamos nos referindo à chegada e conquista de novas organizações no âmbito das agroindústrias, a exemplo da Sadia, que ampliava a capacidade de produção na região e na cidade, das instituições de pesquisa e organização do segmento dos produtores, os casos da transferência da APROSMAT e a criação da Fundação MT. Selecionamos um trecho da matéria da revista *Produtor Rural*

sob título *Exposul é a vitrine da agropecuária*, páginas 7 a 11, que reforça a importância do passado da agropecuária em Rondonópolis.

Antes da construção do Parque de Exposições Governador Wilmar Peres de Farias, Rondonópolis promovia anualmente uma modesta exposição numa área sem infra-estrutura no bairro de Vila Operária.

O antigo parque de exposição não era pavimentado, e para impedir que a poeira inviabilizasse o evento, o Sindicato Rural em parceria com a prefeitura jogava melaço nas ruas internas do parque.

Caminhões pipa do Município buscavam o melaço na Usina Jaciara, em Jaciara (distante 65 km de Rondonópolis).

A mistura de terra com o melaço impedia que a poeira sufocasse os visitantes à Exposul, mas em compensação o forte cheiro do resíduo da refinação da cana causava dores de cabeça e enjôo em muitas pessoas.

Mesmo assim, Rondonópolis já dava sinais de que pretendia sediar uma exposição que representasse a agropecuária além de seus limites territoriais. Tanto assim, que alguns dos modestos barracões que funcionavam como pavilhões nos anos 60, 70 e 80 eram reservados para municípios vizinhos como Dom Aquino, Poxoréo, Jaciara e Guiratinga.

Nos anos 60 e no começo da década de 70, as lavouras de soja ainda não eram plantadas na região de Rondonópolis. O forte da agricultura era o algodão. Na pecuária a raça Gir era um dos destaques, mas outras raças zebuínas como o Nelore também tinham importância na economia regional.

Fonte: *Produtor Rural*, julho de 1997.

O oportuno verificar a relação deste Parque de Exposições com a cidade e como a vitrine de exposição do que a cidade sempre demonstrou vocação em seu campo. A herança forte do algodão que agora ressurgiu confirmando sua vocação do passado.

Por toda essa trajetória é que se pode considerar o *Parque de Exposições Wilmar Peres de Farias* como um dos elementos mais significativos e importantes que Rondonópolis contém no âmbito das territorialidades do complexo, propiciando, por ocasião dos eventos, a conexão com a cidade dos segmentos da produção, extrapolando até mesmo os limites do sudeste do estado.

Foto 12 - Portão principal do parque de exposições *Wilmar Peres de Faria*

Fonte: Foto produzida em 17 de julho de 2009. Organização de Elias da Silva

Figura 6 - Imagens do parque de exposições *Wilmar Peres de Farias*

Fonte: <http://www.mochileiro.tur.br/rondonopolis> (2001) Organização de Elias da Silva

Foto 13 - Imagem da visão noturna do parque de exposições *Wilmar Peres de Faria*, por ocasião da 36ª Exposul/2008

Fonte: <http://www.Exposul-centro-exposicoes-convencoes-tub.br> Organização de Elias da Silva

Na premissa de toda essa estrutura produtiva, deve-se conceber o território e a cidade como dimensões mediadoras e como bases de reunião das condições de reprodução das relações sociais de produção do/no complexo. Assim, o complexo, em sua concepção maior como a estrutura econômica organizacional e institucional, se concretiza de forma a poder ser apreendido e analisado em suas manifestações empíricas nesta região.

Pode-se afirmar que esse ambiente envolto em ciência e tecnologia se configura como o meio técnico-científico-informacional, numa referência a Milton Santos (1996) ao definir esse meio como a configuração territorial dos grandes agentes hegemônicos, no modelo das redes técnicas e produtivas. Se por um lado esse ambiente leva seus agentes hegemônicos a uma corrida frenética cuja finalidade é a acumulação capitalista, gera, por outro lado, suas contradições. Por isso permite tanto no campo como na cidade a existência dos diferentes segmentos sociais em sua contraditória, porém, coerente lógica. Em outras palavras, verificam-se na região tanto os grandes produtores de grãos, a exemplo do grupo *Bom Futuro*, que a partir de sua sede em Rondonópolis comanda áreas de produção em

vários municípios do estado; e, presentes também nesse ambiente, os pequenos produtores familiares, a exemplo dos criadores de frango associados à Sadia em Campo Verde.

Nesse ambiente marcado por contradições da acumulação capitalista, da técnica e da riqueza de um lado, de outro, a pobreza em sua dimensão urbana. A cidade expõe facilmente as mazelas da segregação socioespacial característica, com condomínios de luxo, a exemplo do *Village do Cerrado*, e ocupações irregulares, a exemplo da área da prefeitura próxima ao córrego do *Escondidinho*. Ratificamos que em nada esse conjunto social contraditório ofusca o caráter eminentemente capitalista e moderno de existência do complexo.

Nesse sentido, é pertinente uma reflexão sobre a (de) ordem socioespacial local travestida com a roupagem do “discurso único” do Estado e do mercado na frenética corrida em busca da superação das crises aumentando divisas com as exportações, como forma de promover o desenvolvimento local.

2.6 – A ordem local vista no âmbito das crises do capitalismo

É fato que o complexo agroindustrial em Rondonópolis e região tem se constituído num ambiente marcado por oscilações no âmbito das crises, que em última instância compõem a lógica inerente ao sistema capitalista da qual nos fala Harvey (2006). Deve-se considerar que é na esfera local que as crises gerais são evidenciadas, em última instância em crises ambientais, até porque o termo ambiente deve ser compreendido em sua totalidade e não em âmbito restrito, por exemplo, a preservação das florestas. Na verdade, ao se preconizar a expansão geográfica capitalista dos anos 70 a partir do cerrado, vendo este como um ambiente “improdutivo”, preconizaram-se os aspectos técnicos convencionais em detrimento de uma produção conciliada com a natureza do ambiente, e aí se tem o ponto de partida que privilegiará o domínio da natureza em detrimento da busca da harmonia socioambiental. A partir desse momento se preconizou a crescente necessidade de buscar a superação de algumas condições de ordem físico-naturais, como a baixa fertilidade do solo, pelo crescente incremento técnico-produtivo, de forma que isso se confirma como uma espécie de *agonia da modernização*. (BLACK, 1971).

Harvey (2006), numa referência a Marx, é aqui oportuno. Suas palavras expressam a natureza de um sistema econômico cujo termo para melhor compreendê-lo é o que chama de *agonia*. Às crises globais estão sintonizadas com as crises locais, gerando uma espécie de esquizofrenia cotidiana. Harvey questiona qual é ou será o limite de resistência desse

processo, considerando-se a avidez do lucro crescente pertinente ao sistema. As crises, segundo o autor, referem-se ao constante reajuste espacial, responsável pela constante acumulação do capital. Vale relembrar as constantes reestruturações locais: início dos anos 80, início dos anos 90, início de 2000 e, atualmente, todas relacionadas a problemas de produtividade, mercado externo e de gestão política, a exemplo da renegociação das dívidas dos produtores.

O capital excedente pode ser emprestado para um país estrangeiro, criando novos recursos produtivos em novas regiões. As altas taxas de lucro prometidas proporcionam um incentivo "natural" para tal fluxo e, se atingidas, aumentam a taxa média de lucro no sistema como um todo. Temporariamente, as crises ficam resolvidas. "Temporariamente", pois lucros maiores significam crescimento na massa de capital que busca aplicação rentável, e a tendência à superacumulação se exacerba, mas então numa escala geográfica expansível (Marx, 1967: 237, 256; Marx, 1969b: 436-7). O único escape reside na aceleração contínua da criação de novos recursos produtivos. Disso, podemos deduzir um impulso dentro do capitalismo para criar o mercado mundial, para intensificar o volume de troca, para produzir novas necessidades e novos tipos de produtos, para implantar novos recursos produtivos em novas regiões, e para colocar toda a mão-de-obra, em todos os lugares, sob a dominação do capital. Podemos interpretar a real geografia histórica do capitalismo como produto de tal imperativo. No entanto, a "dialética interna" do capitalismo assegura que tal processo "move-se em contradições, constantemente superadas, mas, no momento exato, constantemente situadas" (MARX, 1973: 410). As crises são fases de intensa racionalização na transformação e expansão geográfica. A dialética interna da sociedade civil é perpetuamente mitigada e reproduzida mediante o recurso constante ao ajuste espacial.

Presumivelmente, há limites para tal processo. Por quanto tempo a expansão contínua pode ser sustentada antes que crises geograficamente localizadas ou que "crises de mudança" (que revertem ou mudam radicalmente a direção dos fluxos de capital) se unam em crises globais? Que dilemas internos são inerentes em tal processo? (HARVEY, 2006:117).

O prenúncio dessa realidade de mudanças, segundo o autor, pode ser verificado a partir de eventos como a mudança do sistema monetário internacional de Bretton Wood, com a reconstrução do mundo do pós-guerra com o Plano Marshall, em busca, sobretudo da ampliação do comércio mundial. Nesse sentido, a guerra como um dos mecanismos mais eficientes utilizados pelo capitalismo.

O autor, numa reconstrução da geopolítica do capitalismo a partir do pós-guerra, chega ao momento atual indagando se haverá uma saída para o sistema, frente à sua trajetória histórica de crises, de "destruição criativa". Parece-nos sugerir que a desintegração do sistema está caminhando no sentido da desintegração espacial, considerando a mudança da ordem mundial efetuada a partir dos anos 90 do século XX.

As pressuposições aparentemente sólidas sobre as quais se criou o *boom* do pós-guerra quase se dissolveram no ar. Dissolveu-se o dólar forte e estável, enquanto sustentáculo do sistema monetário internacional (Bretton Woods). Também se dissolveram os espaços abertos para o capital excedente, por intermédio da reconstrução das economias devastadas pela guerra (o Plano Marshall) e do compromisso de ampliar o comércio mundial pela eliminação das barreiras à troca de mercadorias (GATT) e ao fluxo de capital. A competição internacional e inter-regional intensificada, além da acelerada mudança tecnológica, abalou a dinâmica da expansão e fez toda a economia global entrar em parafuso. A "desintegração do Ocidente", descrita tão vividamente por Mary Kaldor, prossegue aceleradamente (Kaldor, 1978). Será que a desintegração pode ser detida? Será que a depressão, a revolução, a guerra (ou alguma combinação das três) podem ser evitadas? (HARVEY, 2006:159).

Pensando sobre a natureza do processo, em suas especificidades locais, responsáveis pelo êxito da soja em sua introdução, crescimento e diversificação, esta concebida como o complexo as oscilações ou crises internas frutos das crises externas, como prenunciar um novo horizonte no âmbito do território e da cidade no desenvolvimento local? Em que medida se pode buscar saídas referentes às oscilações na produção local? Qual é o papel do Estado considerando o ambiente econômico, infraestrutural e tecnológico constituído ao longo dessas mais de três décadas? Seria possível outra via de escape das garras do mercado global e das políticas macroeconômicas ditando a ordem local? Essas questões, embora não sejam respondidas nesta pesquisa, podem ser colocadas para reflexão.

Vendo de modo retrospectivo, podemos afirmar que o complexo da soja em Rondonópolis tem uma marca característica que é sua estruturação no contexto de (re) estruturação da economia nas escalas global, nacional e estadual. Logo, não poderia deixar de sofrer suas (re) estruturações internas marcadas por momentos quer sejam no início da soja, quando cria as cadeias grãos/carnes, em que a pesquisa precisou ser adensada para a sobrevivência da produção e da produtividade, quer seja no momento atual em que a crise atual tem exigido novas saídas, sobretudo as de novos nichos de mercado associados à sustentabilidade ambiental.

Esse contexto local/global, considerado a base de afirmação da *Condição Pós-Moderna* (HARVEY, 1993), tem delimitação mais incisivamente a partir da década de 1970, momento em que o capitalismo mundial passa a travestir-se de uma modalidade “flexível” de acumulação em seu processo de reprodução enquanto sistema hegemônico, passando a fomentar um discurso da necessidade do “Estado mínimo” exatamente para poder utilizar isso a seu favor, uma vez que o sentido de Estado mínimo foi eficiente apenas no que tange à perda das conquistas sociais trabalhistas. A flexibilização da acumulação no

sistema significou, sobretudo, a forma *expansiva* de acumulação com o incremento de novas regiões do mundo viabilizadas pelo aumento do crédito financeiro dos chamados países de 1º mundo sobre os países do 3º mundo, impulsionando a chamada *creditização do território*”, como conceitua Milton Santos (1996). A *creditização do território*, cujo âmbito de entendimento recebe uma contribuição, no estudo efetuado por Fábio Contel (2005), quanto à modernização do sistema bancário brasileiro como uma das grandes políticas estatais necessárias à modernização capitalista no país, tem como resultado a exclusão social de grande parte da população brasileira, obrigando-a aos inúmeros protestos, quer na área do direito à propriedade da terra, quer em relação à moradia, ao mercado de trabalho e até mesmo em relação às expressões culturais.

No afã do desenvolvimento das descobertas tecnológicas atreladas ao crédito internacional e as comunicações se entendeu que áreas “improdutivas”, como eram conhecidas o cerrado, poderiam, a partir de então, tornarem-se o celeiro do mundo. Nesse sentido, a qualidade físico-química dos solos perderia importância enquanto entrave e ressaltar-se-ia a topografia. Afinal, diante das reais condições de correção da acidez do solo, das técnicas de contenção da erosão e das vantagens quanto à média pluviométrica e insolação que as áreas do cerrado, particularmente as áreas mato-grossenses, ofereciam, o que se tinha que superar era a questão da escala de produção, quesito que ficava por conta da moderna maquinaria sobre as grandes áreas em extenso *tapete vermelho e amarelo*, numa alusão às grandes áreas de Latossolo do sudeste mato-grossense.

Podemos afirmar que o modelo inaugurado com a soja é o modelo do consumo de mercadorias para a produção de novas mercadorias; de consumo de produtos na geração de novos produtos. Exemplos disso é a comercialização de máquinas, sementes, adubos, fungicidas, germicidas, oferta e consumo de serviços de consultorias técnicas, imunizações de lavouras e até mesmo a aquisição de conhecimento mediante o pagamento para participação em eventos ligados à transmissão e exposição de novas tecnologias, bem como à gestão da agricultura moderna que se instalava na região.

Em todo esse contexto mundial, nacional e local, explícita e implicitamente atrelado ao capitalismo de acumulação *flexível*, podemos pontuar aqui um ambiente de produção local marcado por oscilações e cada vez menos autônomo, implantado a partir da junção do capital industrial e financeiro. Portanto, de uma lógica externa evidenciada a partir da década de 1970 cuja consolidação acontece a partir da década de 1980 (NASCIMENTO, 1998) com suas contradições locais evidenciadas na paisagem. Mas o que se pode

desvendar deste como um *ambiente tenso* é o contexto sob o qual foi gestado, para fazermos menção ao período 1970/1980.

O período 1960/1980, que no Brasil é o auge da modernização agrária e consolidação do complexo agroindustrial é, contraditoriamente, sobretudo, segundo José Graziano da Silva (1998), o período da *década perversa*. Nesse sentido, o que significou um período de prosperidade para o setor agropecuário e agroindustrial, significou também, por outro lado, um período de agravamento da pobreza, sobretudo no campo. Fatores como o adensamento da concentração fundiária, a composição orgânica de capital no campo, a escassez de terra para a pequena produção camponesa e o ressurgimento de movimentos sociais tanto no campo como na cidade, são os resultados mais característicos desse período sob a seguinte conjuntura: a) maxidesvalorização cambial; b) garantia de preços mínimos *indexação*; c) crédito a custos reais negativos; d) queda de crédito nominal acentuada.

Sobre a crise da modernização da década de 80, quatro 4 situações são características do período: 1- A recessão que se abateu sobre a economia; 2 - A redução de créditos e incentivos nesse sentido; 3 - O processo excludente da modernização da grande maioria em benefício da minoria de produtores; 4 - O novo padrão tecnológico da modernização da agropecuária: microeletrônica, informática, biotecnologia, sobretudo nos países desenvolvidos. No Brasil isso se tornou ainda mais excludente. Silva afirma que nesse sentido a evolução da produção agrícola nos anos 80 é muito mais no sentido da produtividade que na extensão horizontal ou da expansão da área de produção.

Como já dissemos, os primeiros anos da década dos 80 marcam um período fortemente recessivo, registrando-se inclusive quedas expressivas no PIB em 1981 e 1983. Em relação ao setor agropecuário, a situação não foi muito diferente. Em 1978 e 1979 houvera frustrações de safras, por razões climáticas, obrigando o governo a realizar vultosas importações de alimentos básicos. A situação se repetiu nas safras 1980/81, 1982/83 com quedas sucessivas do PIB agropecuário, ainda que pequenas (...) (SILVA, 1998:108-109).

As incisivas críticas de José Graziano da Silva (1998) ao que chama de “*década perversa*” contemplam outros sentidos, como a importância das políticas de câmbio e de salários, por possibilitar o redirecionamento da produção agrícola com o fim de produzir excedentes exportáveis. No setor agrícola a garantia dos preços mínimos compensou a queda do volume de crédito rural. A queda do salário provocou a diminuição do consumo; a desvalorização cambial e a garantia dos preços mínimos aumentaram o excedente de exportação; e houve aumento das garantias para crédito mediante a seleção de investidores.

Sobre a conjuntura que levou ao fracasso do Plano Cruzado em 1986, destaca os seguintes fatores: 1- retomada da inflação devido à farta disponibilidade de crédito e à retomada de crédito pelos agricultores; 2 - aumento da produção e queda dos preços; 3 - endividamento dos produtores e perda de seus bens obrigando o governo a dar o perdão das dívidas das safras de 86-87.

O *Plano Collor* significou uma nova política para o setor agrícola, mudando o mecanismo da indexação dos preços mínimos com atribuição diferencial regional da produção pela incidência do desconto do valor do frete entre as regiões produtoras e consumidoras. O intuito era estimular a implantação da agroindústria nas áreas de produção, com destaque para o Centro-Oeste.

Também nessa política para o setor, a infraestrutura sofreu mudanças como a fusão do Conselho Federal de Produção (CFP), Companhia Brasileira de Armazenagem-CIBRAZÉM, Companhia Brasileira de Alimentação (COBAL) na Companhia Nacional de Alimentação (CNA); também, extinção do Instituto do Agrícola do Alcool (IAA), Instituto Brasileiro do Café (IBC), Embrater e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo. Afirma finalmente que a *era Collor* provocou o desmonte e o enxugamento na conjuntura econômica nacional, particularmente no setor agropecuário, muito mais por falta de recursos que por opção ideológica.

Como destaca Delgada (1985:79-80), a mudança nas condições de financiamento da dívida externa dos países latinoamericanos, ocorrida após a moratória no México em 1982, levou esses países a buscar políticas que lhes garantissem saldos comerciais crescentes para cobrir os custos da dívida, haja vista o refluxo observado no movimento das capitais internacionais. A política brasileira desse período buscou esses saldos comerciais crescentes basicamente através do setor agrícola e dos ramos agroindustriais processadores. A partir de 1983 o saldo do comércio agrícola elevou-se substancialmente, passando a representar, entre 1983 e 1985, algo em torno de 75% dos juros brutos da dívida externa brasileira.

A hipótese que isso nos sugere é que o contexto de crise do final da década de 1970 e início da década de 1980 ofereceu o impulso da necessidade de empreender em Mato Grosso neste setor. Neste sentido, a direta relação entre Estado criando infraestrutura, subsídios à produção e o segmento dos produtores investindo com base nesse apoio, foi profícua, embora o contexto mundial expusesse uma realidade de forte recessão agravada por crise fiscal. Isso nos confirma o sentido de um desenvolvimento econômico com base

no papel do Estado, ou seja, este como maior empreendedor inicial começando pela própria produção do território.

Esse contexto nacional teve seus desdobramentos no plano local, conforme demonstramos, em algumas reportagens que nos parecem oportunas e demonstram o que podemos chamar de oscilações ou altos e baixos por que tem passado o processo da soja em Rondonópolis.

Nesse sentido podemos afirmar que este complexo é um ambiente tenso e marcado por crise, ou pelo menos acessível a elas, obrigando à constante sintonização local com o global em termos de investimentos em pesquisa e tecnologia, aperfeiçoamento de práticas de gestão dos negócios e, sobretudo, de decisões seguras, rápidas e setorizadas com o global. Em fim, um ambiente cujo erro nas decisões é imperdoável e pode significar enormes prejuízos.

A matéria a seguir, da revista *Produtor Rural* (2007) sobre a sustentabilidade no setor da soja em Mato Grosso sob título: *Pacto Pro-Soja*, foca na união de forças entre o Estado e a Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso – APROSOJA, no chamado *Pacto Ambiental* e na prática de encaminhamento das embalagens de agrotóxicos. Aborda também o Programa de Educação Ambiental, a unificação de base cartográfica do Estado e a manutenção e atualização das imagens de mapeamento ambiental das propriedades, bem como a criação de um centro de excelência de interpretação de imagens de satélite e a busca por uma legislação ambiental com procedimentos unificados.

A matéria anteriormente apresentada nos parece receber uma adequação teórica, uma vez que deve ser analisada à luz das contradições da lógica capitalista de produção, que busca o lucro pelo lucro freneticamente, como considera Immanuel Wallerstein (1983). Essa busca frenética se manifesta na constante necessidade de expansão dos mercados, tanto os efetivos quanto os potencialmente criados.

Na atualidade do complexo, os olhos dos agentes econômicos, sobretudo os hegemônicos, estão sempre voltados para novos nichos de mercado, como mostra a matéria exibida pela Revista *Produtor Rural* de setembro de 2007 sob título: *A redescoberta da Ásia* produzida por André M. Nasser, cujo enfoque maior é a de apostar no crescimento asiático de consumo de alimentos importados, diante do surto de urbanização que a Ásia está vivendo e também das poucas áreas disponíveis para produção agropecuária de países como a Índia, a China e a Indonésia. Assim, as perspectivas são sobre o *novo consumidor urbano* como novo mercado consumidor asiático para os produtos produzidos pelo setor agroindustrial brasileiro, particularmente o de Mato Grosso.

De forma que podemos perceber um clima de constante sintonia local global procurando as vantagens comparativas dos mercados, devido a produção local estar ligada ao mercado global, sofrendo também as mesmas oscilações, cujo caminho às vezes é a organização manifestada em protestos que para alcançar bom nível de visibilidade utiliza pontos estratégicos do território, a exemplo do que colocamos na sequência da nossa argumentação.

Segundo o jornal *A Tribuna*, de 04 de junho de 1985, em reportagem sob título *Sojicultores partem para a represália*, os agravos já eram evidenciados por parte dos produtores, cuja entidade representativa era a Associação de Produtores de Sementes do Sul de Mato Grosso – APRUSMAT, sob o comando de seu presidente Silvino Dal-Bó. Devido às condições inadequadas sob as quais a soja era cultivada, preparavam um ato de protesto com o fechamento do ponto urbano chamado *Trevão*, ponto de junção entre as BRs 163 e 364 na entrada da cidade:

O ponto culminante da assembléia dos sojicultores (...) foi a aprovação por todos presentes, de medidas de represália, até que sejam atendidas as reivindicações. Essas medidas são: 1 – colocação de máquinas em meia pista das rodovias federais em diversos pontos, em especial no entroncamento das BRs 364 e 163 em Rondonópolis, em outros pontos em Itiquira, (...) Cidade Primavera. Depois de 10 dias, se as reivindicações não forem atendidas, as máquinas impedirão todo o trânsito nas várias estradas, em especial na BR 364 e Br 163. Dois dias após a colocação das máquinas na pista, serão impedidas de trafegar todos os caminhões com carregamento de soja.

Fonte: *A Tribuna*, 04 de junho de 1985.

Achamos oportuno demonstrar este ponto da cidade que, pela sua localização mereceria uma pesquisa própria, ou seja, o *trevão* é um ponto carregado de significado geoestratégico e econômico para Rondonópolis, numa referência que pode ser atribuída a Tesoro (1993), no seu termo *entroncamento de mão única*. Tanto os produtores como outros segmentos ligados à produção têm se apropriado esporadicamente como forma reivindicação

Figura 7 - Croqui demonstrativo do entroncamento das BRs 163 e 364 - *trevão*

Fonte: Produção e organização de Elias da Silva

Numa aproximação conceitual podemos afirmar que o entroncamento das BRs pode ser concebido no que é possível chamar de uma das territorialidades urbanas de Rondonópolis no âmbito do complexo, estrategicamente apropriada. É o ponto por excelência no qual se tem registrado as manifestações dos segmentos dos produtores, mas não somente destes. Mas além de ser um ponto estratégico da cidade, ele também representa as várias possibilidades de visualização e satisfação dessas manifestações e reivindicações; significa maior garantia de se fazer ouvir e ser ouvido, uma vez que é a porta tanto de acesso quanto de saída, permitindo ligação com o centro-sul do Brasil; é estratégico porque, uma vez apropriado, tem o poder de incomodar as autoridades a quem

se quer chamar a atenção; pode ser interditado causando incômodo a milhares de pessoas em viagens, rumo aos vários destinos do Brasil. Nisso, é um ponto territorial urbano com forte atributo geoestratégico e geoeconômico por reunir a maior representação de logística do transporte rodoviário de Mato Grosso. É, nesse sentido, uma forte territorialidade urbana, sobretudo, para os segmentos do complexo, de forma que qualquer manifestação de interdição é vista tanto como estratégica para os movimentos de reivindicação, quanto transtorno ao direito de ir e vir dos usuários das duas BRs, consideradas como principais artérias entre sul, sudeste, centro-oeste e norte do Brasil.

Confirmando a importância do *Trevão*, como é popularmente conhecido o entroncamento das BRs 163 e 364 na cidade, como ponto de reivindicação no âmbito do complexo, a reportagem do jornal *A Gazeta* de 08 de fevereiro de 2008, enfoca o confronto entre policiais e caminhoneiros do segmento das empresas transportadoras locais, em manifestação contra a questão da segurança nas estradas, o que motivou o Ministério Público a determinar carga horária de 8 (oito) horas diárias de trabalho para os motoristas. Tal manifestação de fechamento das rodovias BRs 364 e 163 chegou a 15 Km no sentido das duas rodovias, conforme a reportagem.

Balas de borracha, spray de pimenta e a prisão de cinco pessoas. Foi com muita confusão e a interferência de quase 80 policiais rodoviários federais e da PM que o entroncamento das BRs 163 e 364 em Rondonópolis (220 Km ao sul de Cuiabá) foi liberado ontem após as 19h:30. Entre os presos está o diretor executivo da Associação dos Transportadores de Carga de Mato Grosso (ATC), Miguel Mendes.

Fonte: *A Gazeta* de 08 de fevereiro de 2008.

O fato curioso desse episódio é a articulação da Associação das Transportadoras de Carga (ATC) conseguir aglutinar os motoristas em seu favor, mesmo se tratando da diminuição da carga horária diária, o que explica a percepção dos baixos salários por parte dos caminhoneiros, levando-os à necessidade de complementação dos salários com horas extras de trabalho. De forma que a decisão do Ministério Público (MP) foi recebida com revolta, o que expressa, por outro lado, o poder de coerção das empresas transportadoras de cargas sobre seus funcionários motoristas.

Foto 14 - Demonstração do confronto entre policiais e caminhoneiros no dia 08 de fevereiro de 2008 no entroncamento das BRs 163 e 364

Fonte: Arquivo do Jornal *A Tribuna* de 8 de fevereiro de 2008. Organização de Elias da Silva

É fato que o complexo agroindustrial em Rondonópolis e região tem se constituído num ambiente marcado por crises ou, pelo menos, como um ambiente marcado por constantes oscilações. Como se deve conceber é no âmbito da esfera local que as crises são evidenciadas como essencialmente ambientais, até porque o termo deve ser compreendido em sua totalidade e não estritamente como alguns especialistas afirmam. Na verdade, ao se preconizar a expansão geográfica capitalista dos anos 70 a partir do cerrado, vendo este como um ambiente *improdutivo* preconizou-se os aspectos técnicos convencionais em detrimento de uma produção conciliada com a natureza do ambiente. Aí se tem o ponto de partida para todos e quaisquer desdobramentos que sempre privilegiará o domínio da natureza em detrimento da busca de harmonia, embora, no setor da soja em Mato Grosso, a lógica tenha sido mais a busca do lucro pelo lucro. (WALLERSTEIN, 1983).

Matérias como as analisadas anteriormente, em que os agentes do complexo estão direta e indiretamente em constante sentinela, no sentido de inovar pela pesquisa buscando a produtividade ou reivindicando, no âmbito do mercado de trabalho, têm sido uma constante na história da economia da sojicultura local. O Jornal *A Tribuna* do dia 27 de agosto de 1981 registra matéria sobre o evento *V reunião de pesquisa de soja das regiões Centro-Oeste e Sudeste*, de 18 a 20 do mês em curso em Cuiabá. A reunião de pesquisadores teve que revisar de forma geral projetos de pesquisa em andamento;

resultados obtidos e nova programação de pesquisa; elaboração de recomendações técnicas, assistência técnica e setor de crédito. Foi um evento com participação maciça de órgãos estatais, bem como universidades públicas, a exemplo da Embrapa-Londrina, Embrapa-DF, Universidade Federal de Viçosa, Embrater-DF, Empaer-MT.

Fonte: *A Tribuna* do dia 27 de agosto de 1981.

O destaque da matéria está no foco dado a Rondonópolis e região, representado pelo engenheiro João Carlos Baçan da então equipe regional da Emater-MT, que na ocasião destacou a importância da região de Rondonópolis para a produção de grãos. Ainda, na ocasião, tratou de assuntos ligados à industrialização da soja na região diretamente com o secretário estadual de indústria e comércio na época, Sr. Ubiratan Spineli.

O que se pode deduzir é o caráter da força organizacional dos produtores da região, na referência dada à região de Rondonópolis, num evento de abrangência estadual, demonstrando a organização social dos produtores desde o princípio, na trajetória da produção rumo ao complexo.

As oscilações no âmbito da produção como testemunho de um ambiente carente de investimentos podem ser verificadas em outra matéria do jornal *A Tribuna* de 03 de março de 1985, em matéria sob título: *Cooperados da COOPACEL trabalham para produzir a melhor semente de soja*. A matéria mostra que a pesquisa e a descoberta tecnológica são condições necessárias, a partir das quais a soja e o complexo têm conseguido se reproduzirem ao longo dos anos.

Mas é necessário afirmar que se trata muito mais de um processo decisório necessariamente associado à esfera da organização política, capaz de articular, pressionar, reivindicar e até assumir o poder das decisões nas diversas esferas estatais, nos vários níveis. Nesse sentido, não se trata de produção de pesquisa e tecnologia propriamente como fenômenos abrangentes, que fatalmente alcança a sociedade em todos os seus aspectos ou sua totalidade, mas de forma politicamente orquestrada, direcionada e aplicada numa, até necessária, desigualdade de abrangência, o que viabiliza de forma mais rápida e eficaz a acumulação capitalista, sobretudo dos agentes hegemônicos locais. Assim, tem-se uma aplicação política da pesquisa e da técnica no âmbito do retorno econômico.

Entre os vários aspectos contemplados na referida matéria, como a estrutura da COOPACEL nas instalações físicas, corpo técnico de pesquisadores e campo experimental, já eram sinalizados e registrados os primeiros passos, no final da década de 1980, no setor de sementes, novo incremento com a transferência da APROSMAT bem como em seguida, no início dos anos da década de 1990, a criação da Fundação de Pesquisa Agropecuária de

Mato Grosso – Fundação MT. Como a reportagem mostra, em 1985 já se formalizava contrato de cooperação com 25 de seus cooperados, somando uma área total de 2.330 há, reservando 790 ha com a produção de sementes básica como a:

(...) Cristalina, a qual melhorada por seu criador Francisco Terasava, cujo material proporcionou, através destes campos de sementes, a comprovação de seu estupendo melhoramento, tendo em vista a diferença em sua formação, desenvolvimento, uniformidade na manutenção e conseqüentemente um, índice de produtividade mais elevada.

Fonte: A Tribuna, 03 de março de 1985.

Assim, deduz-se que o próprio processo de busca constante da produtividade da soja, desde o início aos dias atuais, numa progressiva (re) organizaçãodo do segmento produtor através de suas entidades, como uma aproximação à ideia de *agonia* de que nos coloca Harvey (2006) em relação às crises do capitalismo global.

O constante aprimoramento mas também novas descobertas de tecnologias, visam, em ultima instância, garantir a produtividade, esta como a síntese da competitividade dos lugares que celebram o *discurso único* do Estado e mercado, como coloca Maria Mônica Arroyo (2001).

Uma confirmação de nossas postulações é a matéria da Revista *Agronegócio*, de agosto de 2007, sob título: *Plano B de Rondonópolis Capital do agronegócio do Centro-Oeste, cidade atrai indústrias para fugir dos riscos de depender da cultura de grãos*.

Após três anos de forte crise do agronegócio, um dos maiores símbolos do setor no Brasil começa a retomar sua trajetória de crescimento. O município de Rondonópolis, no sul de Mato Grosso, aprendeu a lição do quanto é duro depender apenas dos produtos agrícolas. Com a chegada de várias novas empresas e a esperança nos biocombustíveis, a cidade busca agora diversificar suas atividades econômicas e vive momento de expectativa.

“O nó da crise ainda não foi desatado. O que existem são perspectivas por causa das novas demandas do mercado internacional, que ainda não se realizaram”, afirma Adão Hipólito Garay, secretário de Agricultura e Pecuária de Rondonópolis. (...).

Segundo Sereni Paludo, consultor da Agência Rural, de Cuiabá, (...) “O furacão não passou, apenas os ventos mudaram”, diz. Maior feira agrícola do Centro-Oeste, a Agrishow Cerrado, que já teve faturamento de mais de R\$ 1 bilhão, teve a edição deste ano cancelada em razão da crise do agronegócio.

A chegada da onda dos biocombustíveis à região é uma esperança. O esmagamento da soja para a produção de biodiesel está próximo de se tornar realidade com a inauguração da maior fábrica de biocombustíveis do mundo este ano. A gigante americana ADM investiu US\$ 35 milhões no projeto. (...) Rondonópolis espera a chegada da Ferronorte para baratear o frete.

Fonte: Revista: *Agronegócio*, agosto/2007.

Entre os aspectos importantes dessa matéria estão a diversificação da economia agropecuária e a diversificação da produção industrial do complexo, com a chegada dos

biocombustíveis pela ADM, também celebrada no âmbito do discurso que sempre foi uma constante e uma necessidade geradora do *clima de otimismo* tão característico, considerando a *atmosfera* de incerteza que paira no ar dos negócios em relação a essa economia globalizada.

A questão dos biocombustíveis pode ser inserida no âmbito das crises da economia capitalista, marcada pela crescente necessidade de consumo de energia, cujo resultado direto afeta o ambiente. Nesse sentido busca-se amenizar os impactos, procurando equacionar os resíduos em novas formas de aproveitamento, a exemplo das embalagens descartadas do processo de consumo produtivo da agricultura industrializada. Nesse sentido, a cidade tem recentemente recebido grandes investimentos com a chegada de uma das maiores fabricantes de embalagens da América Latina, a Dixie Toga – unidade de Rondonópolis – a expressão maior do processamento de embalagens encolhíveis multicamadas. A foto a seguir mostra as instalações desta empresa, às margens da Rodovia MT 270, que liga Rondonópolis a Guiratinga.

A viabilidade e presença da Dixie Toga em Rondonópolis pode ser explicada quando buscamos sua origem. Nessa época, a questão ambiental já exigia cuidados em relação aos resíduos das embalagens de agrotóxicos, no início da década de 1990, quando é inaugurada a Central de recebimento de embalagens de agrotóxicos, conforme matéria exibida na revista *Produtor Rural* de agosto de 1993.

A Dixie Toga, nesse segmento em que atua, compõe também, em nível local, o processo de diversificação da industrialização no âmbito de interesse do complexo, considerando o grande número em variedades de embalagens no segmento de gêneros alimentícios que produz.

Foto 15 - Instalações da Dixie Toga em Rondonópolis.

Fonte: Foto produzida em 17 de julho de 2009. Organização de Elias da Silva 2009

O que nos parece oportuno observar é que a questão ambiental, agravada pelo imperativo do consumo, exige um discurso bem formatado e afinado, especialmente quando o interesse é promover os eventos que, de alguma forma, contribuem para camuflar os reais impactos que a questão ambiental, agravada pela industrialização da agricultura, contempla. Nesse sentido, eventos como a Exposul, Agrishow Cerrado, pela riqueza e tecnologia que exibem nos produtos expostos voltados para os interesses dos grandes produtores do complexo, expressam também a exclusão da maioria da população local.

Nesse sentido, as grandes negociações e altas somas de faturamento são vistas como puros eventos de celebração econômica, conforme as palavras do empresário, jornalista e pós-graduado em administração de turismo, hotelaria e lazer, João Carlos Caldeira, no texto *Festa de rico é chata!* Referindo-se à edição da Agrishow Cerrado de 2005.

No último dia de 19, fui visitar a famosa Agrishow Cerrado 2005, em Rondonópolis e confesso que fiquei decepcionado com o que vi.

Desde sua organização no início do ano, já se falava que a *crise* do Agronegócio deste ano, tiraria o brilho e diminuiria drasticamente o volume dos negócios, tradicionalmente, realizados durante o evento. Neste ano, pela primeira vez, quatro instituições financeiras (Banco da Amazônia, Bando do Brasil, Bradesco e Unibanco) estavam presentes na feira.

Mas minha decepção não foi por conta dos minguados negócios realizados durante o evento e nem pela suposta crise no principal setor econômico de Mato

Grosso. Como não sou produtor rural, nem pecuarista, nem se quer tenho uma chácara, fui como um visitante curioso com o que acontece em meu estado e talvez, tenha criado uma expectativa muito alta sobre a Agrishow, comparando-a com outras feiras agropecuárias.

Os números impressionam: 55 hectares para os estandes e 115 hectares para o campo de demonstração de máquinas; 270 expositores e negócios da ordem de duzentos e cinquenta milhões de reais.

Acontece que, apesar do parque de exposições possuir uma excelente iluminação é aberto ao público somente das oito às dezoito horas (horário comercial). As ruas são asfaltadas e tem até táxi para levar o visitante em qualquer ponto do evento. São carrinhos que cabem até seis pessoas, como aqueles usados nos campos de golfe. Mas não tem cavalos e bois circulando pelas ruas, não tem cheiro de urina das baias, não tem pônei "vestido" de zebra para tirar fotos.

Tem restaurante famoso e sofisticado como o Buffet Leilla Maluf, mas não tem espetinho, carrinho de pipoca, maçã-do-amor, algodão doce, churrasquinho grego, cocada, pastel frito na hora e cachorro quente.

Tem também imensos balões de publicidades espalhados pelos estandes, mas não tem balões (papo-de-peru) nas mãos das crianças, aliás não tem nem crianças! Tem uma arena de eventos da Fundação Mato Grosso muito bem construída, que parece um moderno estádio de futebol, mas não tem rodeio, prova de laço, nem show de Zezé di Camargo & Luciano, Gangue do Samba, Amado Batista e Ouro Preto e Boiadeiro.

Também têm estandes por toda parte, com máquinas operadas por GPS, via satélite, aviões agrícolas a álcool, tratores, pulverizadores e plantadeiras que mais parecem naves espaciais. Mas falta um parque de diversão com Roda Gigante, com Trem Fantasma, com bingo, Mulher Gorila, Montanha Russa e Tiro ao alvo.

Quanto aos expositores, parece até que estava num outro país: Dow, Basf, Case, John Deere, Syngenta, Dupont, Trellerborg, Bunge, New Holland, Histen, Gehaka, entre outros. Mas senti falta da Açofer, Dismafe, Sadia, Trescincinco, Cerâmica Dom Bosco, Barraca do Zé, da Maria, do Negão, do pisquilha, etc...

Senti falta de gente, de pobre, de cultura popular, de civilização.

Cheguei à conclusão que apesar de toda tecnologia, apesar de tantas empresas de renome e prestígio, apesar de toda a infra-estrutura e de todo o dinheiro que envolve a Agrishow Cerrado, festa de rico é muito chata!

Fonte João Carlos Caldeira. Várzea Grande, 29/04/2005. e-mail: joacmc@terra.com.br.

Independente do caráter jornalístico das matérias e reportagens, vale mencionar algumas que mesmo explorando o momento atual da política em Rondonópolis em tom político/eleitoral, no envoltório de apreensão da atual crise global, pelo menos sinalizam possibilidades econômicas futuras para a ordem socioespacial local. Nesse sentido, a matéria exibida pela *agenciabrasil.gov.br*, acessada em 28 de março de 2009, sob título: *Celeiro do agronegócio, Rondonópolis agora aposta na agricultura familiar*, nos parece solidária à anterior.

Na região onde estão concentrados os negócios dos dois maiores produtores individuais de soja do mundo – Iraí Maggi e o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi – a agricultura familiar, alicerçada na pequena propriedade, pode ser a alternativa para superar rapidamente as crises que, a exemplo da atual, insistem em atacar o setor rural.

Fonte: *agenciabrasil.gov.br* acessada em 28 de março de 2009.

Os efeitos da crise refletem diretamente na cidade, como diz a matéria: “*Nos últimos meses, a cidade assistiu à fuga dos investimentos das tradings, responsáveis por 70% do financiamento de sua safra agrícola. (...)*” (agenciabrasil.gov.br acessada em 28 de março de 2009).

Nesse cenário, sinaliza-se uma saída baseada na agricultura familiar com a seguinte argumentação do secretário municipal de agricultura:

O investimento na agricultura familiar argumenta Correia, leva mais pessoas a produzir. Com isso, destaca o secretário, mais dinheiro circula na economia, irrigando não só o setor agrícola, mas também outros segmentos. (...).

Fonte: agenciabrasil.gov.br acessada em 28 de março de 2009.

Como prognóstico, a matéria parece indicar a busca de uma nova perspectiva econômica local, como num chamamento de apelo à herança histórica da pequena produção que sempre se registrou em Rondonópolis, mesmo depois da chegada da soja. A matéria contempla essa questão:

De acordo com pesquisa realizada em novembro de 2007, incluída no *Dossiê Rondonópolis 2008*, documento que serve de base para ações públicas da prefeitura, o desemprego no município era de quase 15,9%, enquanto a média nacional, à época, alcançava 9,3%. (...) De acordo com Correia, há cerca de 5 mil famílias ligadas à pequena agricultura em torno do município. Algumas delas são proprietárias, outras arrendaram as terras e algumas ainda são meeiras, ou seja, plantam e repartem a produção com o dono da terra. Para que essas famílias não dependam da cidade, a prefeitura sabe que é preciso investir em infra-estrutura no campo. “Nossa prioridade hoje é levar escolas e postos de saúde para a zona rural, melhorar as estradas, fazer um projeto para água encanada e para melhorar as moradias das comunidades rurais” (...).

Fonte: <http://agenciabrasil.gov.br> (acessada em 28 de março de 2009).

É dito, ainda, que as crises são inerentes ao modelo implantado com a soja na região, privilegiando o grande empreendimento agrário em detrimento do pequeno. A natureza do mercado de trabalho formado com a urbanização de Rondonópolis, predominante na periferia da cidade, uma periferia pobre e originária do campo de seu entorno. (AGUIAR, 1980).

Pode-se afirmar com base nas contradições socioespaciais verificadas tanto na cidade quanto no campo, sob a égide da modernização agrária cuja atualidade é marcada pelo coroamento do que se concebe como o complexo da soja, que uma das fortes questões fomentadoras dessas contradições refere-se à questão da posse da terra, cuja lógica maior

determina desdobramentos como, por exemplo, a renda capitalizada da terra urbana, que pode ser visualizada na forma da paisagem urbana comportando enormes áreas de reservas devidamente servidas de infraestruturas básicas como água, luz e asfalto, empreendidas pelo Estado.

No caso específico da cidade de Rondonópolis, é preciso entender que seu próprio processo de expansão urbana, acelerado a partir da década de 1970, nada mais é que o modo como essa cidade estabelece formas de acumulação capitalista sintonizada com o campo. Ou seja, se no campo a modernização engendrou processos como o de concentração fundiária, a cidade concentrou o contingente populacional de despossuídos em uma periferia desassistida e ampla de origem camponesa, sem acesso digno às áreas melhor localizadas e bem servidas por infraestruturas. (AGUIAR, 1980).

Foto 16 - Processo de verticalização da área central de Rondonópolis

Fonte: Portal da prefeitura municipal de Rondonópolis. (acessado em 22 de fevereiro de 2009) Organização de Elias da Silva

Em Rondonópolis, a expansão urbana não registrou história diferente, mas comprova a desordenada expansão urbana horizontal com os típicos *vazios urbanos* das práticas especulativas dos donos de terras urbanas. No ponto áureo dessa questão, já se consolida a expansão vertical, caminhando para seu adensamento, significando a potencialização da capacidade de extração de renda do solo urbano pela verticalização das

edificações, conforme a foto 16, resultando no processo de segregação socioespacial, questão contemplada na tese de Silvio Moisés Negri (2008).

Rondonópolis segue a trajetória de status de economia globalizada e modernizada, apresentando problemas idênticos aos das metrópoles, comportando, conflituosamente, situações de riqueza e pobreza, grandes proprietários fundiários urbanos com populações de *sem-terra e sem-teto*. Parece-nos, assim, que essas populações e suas práticas não desaparecerão simplesmente resolvendo-se o problema da moradia, pois a questão é mais complexa: trata-se da forma como se deu a posse da terra no Brasil.

O que se pode verificar, mediante a foto a seguir, é que está havendo um processo rápido de verticalização nas imediações do Rondon Plaza Shopping, uma área da cidade com pouco adensamento horizontal de construções – área que contém os maiores *vazios urbanos* da cidade, e que já vinha sofrendo processo de especulação urbana desde o final da década de 1980, por ocasião da criação do Campus da Universidade Federal de Mato Grosso.

Foto 17 - Processo de expansão verticalizada no bairro Vila Aurora próximo ao Centro.

Fonte: Portal da prefeitura de Rondonópolis. (acessado em 22 de fevereiro de 2009).
Organização de Elias da Silva

O empreendimento deste Shopping, valorizou muito a terra urbana nesta parte da cidade, fazendo com que a renda do monopólio da terra se multiplicasse pela procura das

construtoras e incorporadoras que passaram a empreender em grandes edifícios de apartamentos para atender a demanda da classe média local.

A terra nessa área da cidade tem valorização visualizada na paisagem, sobretudo, graças aos investimentos do Estado que, ao criar a Universidade, juntamente com conjuntos habitacionais como Jardim Atlântico e Jardim Europa, urbanizaram rapidamente a área.

Foto 18 – Área em rápido processo de verticalização no entorno do Rondon Plaza Shopping e imediações do condomínio horizontal *Village do Cerrado*

Fonte: Foto produzida em 18 de julho de 2009. Organização de Elias da Silva

Vimos assim, independente da área central, duas outras áreas de expansão urbana: uma que se caracteriza pela expansão vertical em frente ao Shopping Center Rondon Plaza Shopping, com a construção de edifício de apartamentos; a outra de expansão horizontal com grandes terrenos, construção de mansões em área nobre próxima ao campus da Universidade Federal de Mato Grosso e ao parque de exposições agropecuárias *Vilmar Peres de Faria*, local de realização dos eventos ligados à produção do complexo.

Nesse sentido, entendemos cidade e campo como faces da mesma moeda, como dimensões que interagem, pois ambos se formam e se organizam sob a mesma base: a posse da terra e a produção das diversas territorialidades produzidas na consciência de classe nos diferentes segmentos sociais.

Foto 19 - Condomínio Village do Cerrado, considerado de alto padrão (portão de entrada)

Fonte: Foto produzida em 06 de fevereiro de 2009. Organização de Elias da Silva

A imagem a seguir é uma das várias áreas ocupadas, só no início de 2009, período em que se inicia uma nova gestão municipal, cuja proposta, pelo menos no discurso, parece trazer uma visão um pouco mais afinada com os interesses das camadas mais populares da sociedade local e contrariar um pouco os interesses no âmbito dos grandes agentes econômicos locais. Segundo verificamos, os ocupantes das diferentes áreas expressaram interesse pela moradia e a maioria tem origem ainda ligada ao meio rural. De qualquer forma, o sentimento geral dos ocupantes fica estampado no que consideram como falta de oportunidade de condições dignas de vida, as quais a cidade lhes nega.

Foto 20 - Área de reserva da prefeitura, próxima ao córrego *Escondidinho*, ocupada em janeiro de 2009.

Fonte: Foto produzida em 06 de fevereiro de 2009. Organização de Elias da Silva

É neste contexto que a cidade como complemento do campo e vice-versa é também a saga dos que têm lutado pela posse territorial, sobretudo nas invasões urbanas em áreas públicas e até mesmo particulares. Não se resolve esse problema apenas construindo moradias e vendendo-as em condições acessíveis às populações menos abastadas; ainda: nem mesmo doando moradias às populações carentes se resolverá o problema das invasões urbanas, pois estas são a forma simbólica de manifestação dos excluídos da posse territorial básica de reprodução da vida.

Isso nos sugere que resolver o problema da posse da terra é resolver inúmeras questões urbanas, as quais são focadas pelas autoridades municipais, estaduais e federais sem o devido entendimento das suas reais causas.

Conforme mostra a foto a seguir, a questão da moradia está intimamente ligada à do trabalho e a carroça com o cavalo são meios de produção eminentemente camponeses, o que significa afirmar a aptidão do morador para a moradia e o trabalho no campo.

Foto 21 - Área sob a rede de alta tensão da Eletronorte ocupada em janeiro de 2009 por Sem Teto

Fonte: Foto produzida e organizada pelo autor desta pesquisa em 06 de fevereiro de 2009

No contexto político atual da cidade de Rondonópolis, a luta pela posse da terra continua sendo exercida como resultado da forma como o território foi apropriado, no âmbito de uma economia agrária cuja modernização concentrou a terra em poucas mãos, sobretudo no âmbito da soja. Nesse sentido, a reportagem do jornal *A Tribuna* de 04 de janeiro de 2009 sob título: *Invasões não serão toleradas, diz procurador* confirma nossa argumentação.

(...) Na primeira invasão ocorrida no Parque São Jorge, na noite de quinta-feira (1º), 50 famílias invadiram uma área pública reservada à construção de espaços de cultura e lazer para a comunidade e, uma segunda área pertencente a OAB, que já se pronunciou que vai ajuizar uma ação de despejo e reintegração de posse na Justiça Federal.

Ontem, pela manhã, um novo grupo também de 50 famílias, invadiu uma área pública de aproximadamente 2 hectares, localizada nos fundos do Loteamento Farias, ao lado do linhão da Eletronorte, que segundo os próprios moradores, estaria destinada à construção de escolas e áreas de cultura e lazer para a comunidade. No fechamento desta edição, mais duas ocupações estavam em curso, desta feita no Distrito Industrial e no Residencial Carlos Bezerra. (...).

Fonte: *A Tribuna* de 04 de janeiro de 2009.

Pelo menos dois aspectos importantes podem ser observados até aqui: primeiro, o número de áreas invadidas em curto espaço de tempo, o que significa haver uma organização social politicamente orquestrada nesse processo; segundo, o aspecto quanto ao tipo de áreas, a exemplo da área sob o *linhão* de alta tensão da Eletronorte na cidade, que não deve ser aproveitada para usos residenciais ou para áreas de lazer ou práticas culturais. Esses dois aspectos servem, pelo menos como indicadores, para pensarmos sobre a questão da apropriação do solo urbano em Rondonópolis, numa aproximação ao estudo de Julia Adão Bernardes (2003) sobre *Os espaços urbanos necessários na Dinâmica do Agronegócio no Cerrado Mato-grossense: Problemas e Desafios*, em cujas práticas de produção do urbano é frequente não privilegiar as áreas para espaços públicos, evitando os encontros, as festas e a maior sociabilidade.

Por vezes, nos mais recentes urbanos, evita-se a construção de praças e calçadas, significando evitar os encontros, a festa, o lazer, ocorrendo verdadeira privatização do espaço público, dificultando o direito de ir e vir. Assim, é fundamental capturar o fenômeno urbano de maneira crítica (BERNARDES, 2003: 39).

Diríamos, acrescentando, para evitar as futuras ocupações irregulares. Mas por outro lado isso também sugere ausência do poder público no planejamento urbano, ou convivência com os proprietários fundiários urbanos.

O procurador da prefeitura afirma sobre a indisposição do poder público local em aceitar as invasões sob o pretexto da regularização da situação com base na via legal, o que sugere a inclusão das pessoas que ocupam as áreas como deturpadores da ordem pública e invasores profissionais da propriedade alheia. Mas, o fato é que fica evidente na atualidade a existência de um movimento organizado em luta pela posse da terra, procurando dar visibilidade ao seu movimento junto à sociedade local e ao poder público.

O procurador do município disse à reportagem que o prefeito não irá tolerar as invasões e que em seu governo as ações e projetos de habitação vão ser realizados pelos meios legais e vão seguir trâmites normais. "O prefeito vai fazer um levantamento das famílias carentes e vai se utilizar do cadastro existente na Secretaria de Ação Social. Ele vai analisá-lo devidamente, e se houver necessidade de inclusão ou exclusão de nomes ele assim o fará (...).

(...) Informações obtidas pela reportagem junto aos sem-teto davam conta de que esse movimento já vinha sendo orquestrado há cerca de 60 dias e, num primeiro momento, seria deflagrado em seis frentes em diferentes bairros da cidade.

Fonte: A *Tribuna* de 04 de janeiro de 2009.

A reportagem do A *Tribuna* de 06 de janeiro de 2009 sob título: *Número de invasões aumenta na cidade* se soma à reação por parte dos ocupantes das áreas cujas

palavras de um representante expressam o anseio da conquista de uma vida digna com base na posse da terra.

Além das duas primeiras ocupações ocorridas nos bairros Parque São Jorge e Residencial Sítio Farias (sexta e sábado), que juntas reuniam cerca de 220 famílias, somadas a estas duas últimas com mais 600, eleva para 820 o total de famílias reivindicando moradia.

Ontem, a reportagem conversou com uma das líderes do movimento de ocupação de área no Jardim Carlos Bezerra, Elaine Alves de Melo, moradora da região invadida, que disse estar esperançosa de que o prefeito Zé Carlos vai realmente cumprir o que prometeu durante a campanha e vai proporcionar moradia a todas as comunidades carentes da cidade. Olha, o que nós queremos é um cantinho para morar. Aqui já estamos com mais de 350 famílias cadastradas e a maioria delas está cadastrada na Secretaria de Ação Social. Acontece que muitos estão esperando há mais de três anos sem conseguir uma moradia. Teve também alguns casos de pessoas que se cadastraram bem depois e já conseguiram uma casa.

Fonte: *A Tribuna* de 06 de janeiro de 2009.

A questão das ocupações em áreas ilegais ou inadequadas para moradia, fruto da própria exclusão do direito à propriedade da terra, parece ter seu combate no constante processo de produção de moradias populares, a exemplo do que demonstra a fotografia a seguir em que num terreno no próprio parque São Jorge, o governo além de estar concluindo um conjunto habitacional, já promete mais 500 casas para breve, conforme a faixa demonstrativa.

O que nos parece um círculo vicioso de expansão horizontal urbana sob mínimos critérios de qualidade ambiental urbana é a justificativa para afirmarmos que a vida não se reproduz apenas enquanto moradia, mas também enquanto trabalho, educação, saúde, alimentação no lazer e, nesse sentido, a cidade tem se tornado, no Brasil, um lugar hostil e excludente (DAMIANI, 2004), especialmente pelo desemprego estrutural, produzido pela adoção, cada vez maior, de componentes tecnológicos na produção. A forma como a terra está distribuída explica e está na base dessa situação de penúria à qual grande parte da população brasileira está submetida, tanto nas metrópoles como nas cidades médias e até mesmo nas pequenas cidades.

Como lugar hostil e excludente e pensando no que Damiani analisa sobre a urbanização brasileira, tendo como exemplo São Paulo, pode-se afirmar que as áreas urbanas de concentração de pobreza em Rondonópolis, são as que registram os maiores índices de violência, associada às péssimas condições de vida da população, conforme analisa Vieira Neto (2000)

Foto 22: Área de expansão de moradias populares próxima às ocupações no Parque São Jorge.

Fonte: foto produzida em 06 de fevereiro de 2009. Organização de Elias da Silva

Pelos fatos, a história revela que o problema das ocupações urbanas atuais em Rondonópolis tem sua explicação na forma como o processo de apropriação territorial se deu ao longo das últimas décadas. É preciso entendê-lo no bojo da questão agrária local, a exemplos da matéria exibida na Revista *Produtor Rural* de setembro de 1997. Observa-se o cunho ideológico contido na matéria utilizando-se de termos como *Sem-terra* armados *invadiram* Rondonópolis, deixando subentendido a presença desse segmento social na cidade como ameaçadora à ordem pública e ao direito à propriedade privada.

Grupo de Sem-terra armados invadiram Rondonópolis (sul) para exigir 5 mil cestas básicas do INCRA. Na véspera de entrar na cidade, o comando do MST concedeu entrevista à imprensa e ameaçou saquear o armazém da Conab e supermercados em busca de comida. Gritando palavras de ordem e armados, empunhavam bandeiras vermelhas do movimento a que pertencem. Percorreram ruas centrais, fizeram inflamados discursos nas imediações dos supermercados Shop Lar, Real e Moreira e tiveram de ser contidos pela tropa da Polícia Militar nas proximidades do armazém da Conab.

Rondonópolis é uma cidade que enfrenta muitos problemas provocados pelos sem-terra; ora invadem fazendas, ora bloqueiam rodovia, ora ocupam campo experimental da Empaer comprometendo o trabalho de pesquisa. (...) A coluna sem-terra cercou o armazém da Conab, no Jardim Guanabara, causando prejuízo ao comércio daquela região, que fechou as portas por dois dias temendo saques, comprometendo também o acesso à Santa Casa de Misericórdia - principal hospital e o referencial de atendimento médico da região sul de Mato Grosso. Sem-terra exaltados xingaram e jogaram pratos de comida nos policiais militares e tiveram de ser contidos com disparos de equipamentos antimotim, que usa

munição de festim. Apoiados pelo bispo d. Osório Stoffel, padre Lothar Bauchrovicz, ambos de Rondonópolis, outros religiosos, vereadores do PT e PMDB, pela CUT, por professores da Universidade Federal de Mato Grosso e figuras já conhecidas em invasões urbanas e rurais, os sem-terra bloquearam a rua Fernando Corrêa, onde permaneceram por dois dias. Abandonaram o local após o INCRA e o Programa Comunidade Solidária enviarem representantes à Rondonópolis e negociarem a liberação de mais de mil cestas básicas.

Os sem-terra retornaram para acampamentos em fazendas invadidas, em caminhões do Incra e da Prefeitura de Rondonópolis, deixando para trás um rastro de insegurança coletiva, e a certeza de que cada vez mais o Estado se omite quando tem de cumprir a Lei para garantir ao cidadão que vem se tornando refém de quadrilhas organizadas.

Fonte: *Produtor rural*, 1997: 13-14.

O adensamento da urbanização iniciado a partir dos anos 70 na região sudeste de Mato Grosso, além de ser resultado do próprio aprofundamento do sistema capitalista de produção, é sinônimo de exclusão urbana (AGUIAR, 1980), associando ainda o choque cultural entre as populações, tanto local do campo para a cidade, como as populações vindas do sul do Brasil, podendo aí juntar choques sociais, econômicos e culturais, num processo de privilégio bem nítido e amparado pelo Estado. A fala do ex-governador do estado Frederico José de Campos num discurso em tom de enaltecimento aos novos segmentos migratórios para alavancar o progresso econômico do estado se colocando em contraposição ao arcaico, atrasado e improdutivo no processo de ocupação que se verificou até aquele período numa menção à falta de iniciativa empreendedora da população. O teor de sua fala reforça a mentalidade que alimenta no mesmo tempo a exclusão social com um novo *tempo de progresso*.

Nesse sentido, enfocar os problemas das contradições socioespaciais urbanas em Rondonópolis é necessariamente aludir à questão de como o território tem sido apropriado, sobretudo, no âmbito da modernização agrária das últimas décadas, em que a concentração da propriedade da terra sofreu um adensamento, a terra na base da apropriação da renda capitalista.

Os sintomas do complexo como um ambiente tenso ou permeado por conflitos, sobretudo os ligados à posse da terra, estão presentes também em Primavera do Leste na evidência dos conflitos, a exemplo do que traz a matéria exibida pela Secretaria de Comunicação do Governo de Mato Grosso – SECOM de sexta feira, 29 de agosto de 2003 sob título: *Produtores celebram fim do conflito com Xavantes*. Nesse episódio os produtores e índios Xavantes se encontram para celebrar o fim de uma situação de conflitos relacionada à pressão exercida sobre sua reserva territorial denominada *Sangradouro Volta Grande*. Na ocasião, os índios recebiam como sinal maior do *acordo de paz* um trator oferecido pela empresa Rondomaq, Sindicato dos Produtores Rurais e governo do estado.

Em sinal de paz, por parte dos Xavantes, estes passavam às mãos dos produtores e fazendeiros uma *Borduna*, instrumento de madeira oferecido como símbolo do fim do conflito.

Esse episódio, na verdade, não marcou o fim definitivo dos conflitos que continuam sendo práticas cotidianas, a exemplo da insatisfação dos índios junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em relação às suas reivindicações, o que os tem levado a reter objetos de trabalho de fazendeiros e depredar até mesmo viaturas policiais quando estes saem em defesa dos fazendeiros. Isto exemplifica um pouco do quadro de conflito que sempre foi e que ainda é uma constante na história da apropriação territorial do Brasil.

Pode-se deduzir ao longo da exposição deste capítulo ser o complexo um ambiente marcado por um processo de oscilação, que induz e até condiciona seus agentes a constantes desafios de iniciativas, que na maioria das vezes exclui a grande maioria da população local em benefício de uma minoria capaz de aliar produção, mercado e pesquisa à esfera política, usando o discurso da modernização como arma ideológica de sustentação dessa base. Um complexo que se manifesta em suas contradições socioespaciais na luta pelo monopólio do poder econômico e, sobretudo, político.

Assim, verifica-se, ao longo do processo de introdução, desenvolvimento e diversificação da soja, coroado pelo complexo, o alargamento do contexto da interface cidade/campo (re) estruturando a dimensão urbana, sobretudo em Rondonópolis, no sentido de promover o aprofundamento da produção e da acumulação, de forma contraditória e combinada, a qual pode ser facilmente verificada a partir e, sobretudo, na paisagem urbana, permitindo-nos uma análise da íntima relação desta com as formas sociais de monopólio da propriedade da terra, característica marcante na interface cidade/campo deste complexo. As cidades de Primavera do Leste, Campo Verde e, sobretudo, Rondonópolis, no imperativo de (re) estruturação visando a crescente fluidez desse ambiente produtivo de lógica econômica externa global, recebem atribuição de um *ambiente tenso*, significando várias disputas, nos âmbitos da política, da produção, do mercado de trabalho, como da luta pelo direito à propriedade da terra.

3 – O PAPEL DE RONDONÓPOLIS NA EXPANSÃO SOJA NO CERRADO MATO-GROSSENSE

Como vimos, o final da década de 1970 marca a cidade de Rondonópolis de forma estrategicamente posicionada pelas infraestruturas territoriais, também, pelo novo momento político-territorial imposto pela divisão do estado, promovendo esta cidade à condição de polo regional do sudeste mato-grossense, portanto, como a base que no contexto do estado, melhor se colocava como ponto de apoio ao novo momento da modernização agrária, no contexto de adensamento da modernização agrária brasileira, esta, por sua vez, tendo como marco histórico, sobretudo, o período do *Estado Novo*. Nesse sentido, a intenção é valorizar a herança histórica dos processos, particularmente os da relação cidade/campo associada ao papel do Estado, que no Brasil é uma questão que nos parece, ainda está no começo das investigações.

Nesse sentido da herança histórica, vale relembrar as mudanças quanto às áreas prioritárias e secundárias para a soja antes da divisão do estado, situação que se inverte com a divisão, conforme o Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso – PROMAT (figura 2). Neste sentido, é preciso e oportuno resgatar que mesmo dentro das novas áreas de intervenção desse Programa, no período 1979 – 1983, (re) definindo as áreas da modernização agrária para a soja, houve a preponderância de Rondonópolis em relação às outras que também haviam sido incluídas na (re) definição contempladas, como a Grande Cuiabá e a Grande Cáceres, sendo essenciais fatores como o da localização que foi atribuída a esta cidade no momento da divisão do estado e o da herança histórico/econômica desempenhada por sua região imediata.

Isso leva-nos a uma aproximação a Milton Santos (1996) que considera a necessidade de diferenciarmos lugar de localização, sendo este último termo a atribuição diferenciada dada pela sociedade em seus processos produtivos aos lugares, expressando a ideia de processo. No contexto territorial de Mato Grosso o período a partir de 1970, com base no adensamento da modernização territorial do Brasil, permitiu inserir Rondonópolis na melhor localização de conexão física com a parte sudeste e sul do Brasil, confirmando sua importância à frente da economia agropecuária do estado. A qualificação infraestrutural atribuída à cidade, nesse sentido, veio como somatória ao conjunto das pré-condições da soja ao complexo.

Vimos, anteriormente no capítulo 2, a confirmação de atribuição a Rondonópolis no contexto de alargamento da expansão da soja, exercendo influência na relação cidade/campo,

sobretudo na região sudeste, mas também projetando a expansão da soja em rede pelo cerrado mato-grossense e com isso, contribuindo na consolidação da *urbanização a partir da soja*. Vimos também esta como uma base tanto materializa como reúne as bases sob as quais o processo de acumulação capitalista local vai tomando forma e assumindo suas contradições socioespaciais, tendo a paisagem como testemunho e leitura. Nesse conjunto o capital agroindustrial (re) qualifica a dimensão urbana, sobretudo em Rondonópolis obedecendo à lógica da concentração e das economias de escalas. A ordem que compreende o segmento dos produtores com suas organizações inerentes, se inicia e se consolida, numa tendência crescente, sinalizando a importância desta cidade como base de gestão do processo de expansão da soja até mesmo em seus limites extra-regionais, ou em nível do cerrado mato-grossense, de forma que pensar o papel de Rondonópolis nesse processo leva-nos a uma afirmação desta como *cabeça de rede*.

Nossa última questão derivada da questão central que indaga qual tem sido o papel de Rondonópolis na expansão da soja, ao longo desse processo, no cerrado mato-grossense? Nos permite, aqui, abrir um leque de atribuições aos quais buscamos sintonizar a teorização.

Esclarecemos, de início, que nossa intenção no elencarmos as atribuições em sintonia com a teorização, a intenção é ver a confirmação da herança histórico/econômica, político/territorial e localizacional no papel de Rondonópolis, na expansão da soja em sua relação cidade/campo, ressaltando as especificidades e singularidades locais. Desse prisma, as atribuições já consolidadas, bem como as que se verificam em perspectivas, estão amparadas e fundamentadas pela lógica destas heranças.

3.1 – Rondonópolis numa aproximação teórica.

Com base em Moraes (2000) podemos assegurar que a construção de universais abstratos, é dada por termos como território, cidade, rede que se impõem como mediações tendo a realidade vivida e percebida, que no nosso estudo refere-se ao cerrado mato-grossense, particularmente o sudeste do estado e especificamente, as cidades de Rondonópolis, Primavera do Leste e Campo Verde, propiciando-nos a realização da abstração à concreção. Para este autor, o ato de concreção, como afirma, permite a passagem ou o trânsito da universalidade à particularidade e singularidade concreta. Esta concreção é produzida agregando dimensões da realidade a partir da particularização de um processo ou uma situação singular. Os eventos da produção tanto no espaço como no tempo, só são

entendidos e se explicam no contexto da sociedade, de forma que nosso recorte tem sua circunscrição no universo da vida social manifestando-se de forma empírica cujo recorte é o recorte ontológico de forma a expressar a dimensão espacial da totalidade social.

Compartilhamos do pensamento que afirma sobre as formas herdadas ou as heranças cristalizadas no território, com base nas práticas sociais com a natureza, obedecendo às dinâmicas próprias de cada divisão do trabalho, a partir da formação socioespacial brasileira que respondem pela valorização e as especificidades de cada lugar, princípio com base no qual, reproduzir-se-ão as etapas posteriores, tanto da produção como da circulação e também da ordem socioespacial local como um todo (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

A herança histórica de urbanização e de constituição de Rondonópolis como lugar urbano cuja natureza é sintonizada à modernização cidade/campo, se quisermos ser mais original, pode ser buscada desde os anos do período do *Estado Novo* no bojo da ocupação territorial brasileira rumo ao oeste. As primeiras colônias fundadas como vimos no capítulo 1, podem aqui ser concebidas na lógica dos primeiros indícios da natureza cidade/campo que se processaria na região, qual seja, uma urbanização para as demandas do campo, conseqüentemente, um campo fortemente sintonizado ao seu urbano, de forma que ambos se integram compondo uma relação crescentemente complexa, característica das áreas de predominância dos complexos agroindustriais.

Esse pressuposto pode ser por nós, aqui, assumido com base em Moraes (2008), Diniz Filho (1994), para quem, o período do *Estado Novo* é também marco da economia urbano-industrial. Logo, nos abre outra brecha de afirmação no sentido de que a economia agroindustrial atual do sudeste de Mato Grosso teria uma conotação, em seus primórdios, desse início em que em nível brasileiro a cidade tomava frente ao desenvolvimento do campo, porém, não o sobrepondo, mas promovendo-o, em sua fase moderna mais adensada, ao mesmo tempo em que era promovida, ou seja, de forma geral, esse período marca o adensamento da relação de dependência entre ambos. Embora esse contexto deva ser percebido em tempo/espaço diferenciado em Rondonópolis, o que nos interessa é assimilar a base ideológica dessa formação socioespacial local qual seja a do desenvolvimentismo impregnado pela *Marcha para o Oeste* numa herança de base norteamericana.

Aproximamos a esta ideia, Moraes (2008) que ao falar de valorização do espaço e produção territorial afirma sobre dois processos que estão internamente ligados, sendo o primeiro de caráter geral e o segundo, de caráter específico sendo que ambos acontecem no âmbito do território. Nesse sentido, espacializar é verificar a diferenciação dos processos sociais que respondem pela localização. Essa nos parece uma oportuna abordagem ao que

tem acontecido em Rondonópolis na base do processo de desenvolvimento da economia sojifera no cerrado mato-grossense, particularmente no sudeste do estado, remetendo-nos à natureza da evolução da soja no estado, considerando seu início a partir desta base territorial e seu avanço para outras áreas do cerrado do norte do estado, numa forma de rede que inclui áreas de produção, cidades e instituições e vias de circulação. Nesse sentido, estes autores podem ser apropriados, aqui, para a definição do papel de Rondonópolis no âmbito do desenvolvimento da economia sojifera no cerrado mato-grossense, tanto em termos da valorização da herança histórico/econômica/e territorial, como da atualidade dos processos, mas também como perspectivas. Com base nesta afirmação, começamos pela herança histórico/econômica e político/territorial.

A formação inicial do sudeste de Mato Grosso tem importância quando vista em sua formação pretérita do lugar (NEGRI, 2003) abrindo-nos uma brecha de menção ao período 1940 – 1970 lembrando a direta participação na chamada colonização dirigida. Neste sentido, a *Marcha para o Oeste* foi o combustível de origem governamental que embora não tenha obtido todo o sucesso oriundo das iniciativas do governo federal, impulsionou, em nível estadual, o processo de apropriação e modernização territorial, particularmente a modernização agrária. Nesse processo o gargalo das comunicações por vias terrestres é também impulsionado pela ampliação das redes de estradas. Isso também nos abre a brecha para pensarmos que a modernização territorial e agrária em Mato Grosso, particularmente no sudeste do estado acontece mais ou menos concomitante ao tempo espaço da parte sul e sudeste do Brasil, associando a isso a proximidade com São Paulo.

Ratificando, pensamos que a ideia de economia urbano-industrial, nos moldes da ideologia sob a qual foi gestada no período do século XX, especialmente no *Estado Novo*, abre uma brecha de reflexão que permite a (re) estruturação econômica do campo. Da forma como está dada no seio da discussão oficial, sobretudo a acadêmica, parece haver um corte ontológico o que nos sugere a existência de uma limitação do horizonte da reflexão e análise cidade/campo na atualidade. Por isso nos parece pertinente, aqui, pelo menos ter sinalizado, a reflexão sobre a realidade atual de Rondonópolis, a partir desse período, pelo caráter geral que nos sugere. Por sua vez, a realidade que estamos estudando, não pode ser explicada apenas em seu presente, mas em suas pré-condições.

O estudo de Bernardo Palhares Campolina Diniz (2006), sobre a geopolítica e economia do grande cerrado brasileiro, faz considerações sobre o contexto regional de Rondonópolis, no aspecto do desenvolvimento das infra-estruturas numa relação que podemos chamar de dialética, o que significa afirmar da existência de uma base urbana a

priori que foi reforçada e a partir desse reforço, se permitiu a consolidação da modernização econômica, como podemos compreender nas suas palavras.

(...) Mato Grosso (MT), à margem da era ferroviária e de seus impactos, foi contemplado com a principal via de integração Sudeste/Centro-Oeste/Norte, a BR-364. Fundamental para a consolidação, a partir dos anos 1960, dos três principais núcleos de Mato Grosso, Rondonópolis, Cuiabá e Cáceres, essa rodovia integrou-os, a noroeste, com Rondônia e Acre (incluindo a utilização do trecho da ferrovia Madeira-Mamoré) e, a sudeste, com o Triângulo Mineiro. (...) Por isso, Rondonópolis, a 837 km de Uberlândia, é o primeiro núcleo, ao longo da rodovia, a apresentar alguma expressão urbana, embora a estrada percorra uma área de elevada produção agropecuária e reconhecida produtividade. (...) (Diniz, 2006:123).

As palavras deste autor resgatam na origem do processo, a importância de Rondonópolis. Outro aspecto importante contemplado nas palavras do autor refere-se à concentração geográfica da urbanização que, uma vez implantado naquele período, vem se confirmando ao longo desse processo em Rondonópolis, referente aos investimentos em infra-estruturas de transportes que podem potencializar as oportunidades de outros investimentos, numa oportuna aplicação.

Apesar do estímulo produtivo que a BR-364 (Brasília-Cuiabá) provocou na fronteira do Centro-Oeste, ela foi insuficiente para assegurar a retenção de renda na mesma proporção do produto gerado nos territórios goiano e mato-grossense, o que vem reafirmar que a simples abertura das vias de escoamento e o conseqüente estímulo produtivo não representam garantia de desenvolvimento regional, notadamente quando polarizados por um núcleo urbano externo à área. Ou seja, investimentos em infra-estrutura de transportes podem potencializar as oportunidades de outros investimentos produtivos, aumentando a produção *in loco*, mas não necessariamente significam garantia de materialização espacial de renda. Por isso, apenas Cuiabá, Rondonópolis e Cáceres, distantes da influência direta de Uberlândia, e com suas próprias vantagens locais, puderam beneficiar-se diretamente da grande via de integração da fronteira, a BR-364 (Diniz, 2006:123).

Ressaltamos que os investimentos em infra-estrutura não foram potencializados igualmente conforme coloca o autor para as três, como é o caso de Cáceres, mas suas afirmações são bastante oportunas. No aspecto das infra-estruturas de transportes, para ratificarmos o aspecto localizacional de Rondonópolis, as palavras de Diniz vêm de encontro, ao referir sobre a posição desta cidade como nó rodoviário no interior do cerrado brasileiro.

Outra rodovia importante construída no Centro-Oeste foi a BR-163 (Campo Grande-Cuiabá-Santarém), cujo traçado longitudinal vai do sul do Estado de Mato Grosso do Sul até o entroncamento com a BR-230 (Transamazônica). Ao norte, a BR-163 possibilitou a formação de uma frente de exploração de madeira no extremo norte do Mato Grosso, (...) Ao sul, a BR-163 interliga Rondonópolis a Campo Grande e esta à BR-267 (...) Como via longitudinal entre o Mato Grosso e o Mato

Grosso do Sul, a BR-163 possibilitou considerável integração daqueles municípios, reforçando sua área de influência na fronteira agropecuária, absolutamente livre de concorrência. Essa rodovia foi, portanto, fundamental para situar Rondonópolis como entroncamento e núcleo de referência do centro-sul do Mato Grosso e para ratificar Campo Grande como grande eixo rodo-ferroviário do Mato Grosso do Sul, estrategicamente distante da influência direta dos núcleos urbanos paulistas. (...) (DINIZ, 2006:124)

Este enfoque é básico para a proposição no sentido da importância da dimensão urbana no âmbito da modernização agrária do cerrado a partir de 1970. É fato de que a soja ao ter sido introduzida num ambiente natural hostil, pelo menos do ponto de vista pedológico, num razoável isolamento físico geográfico do Centro Sul não pode prescindir da importância desta cidade no contexto da modernização agrária do cerrado de Mato Grosso, particularmente do sudeste do estado, embora a história registre a presença de outras cidades mais antigas como Guiratinga e Poxoreo, porém o processo social não atribuiu a estas cidades a mesma localização ou importância socioeconômica, política a estas cidades, exatamente no momento em que o cerrado seria literalmente revirado, em seu solo pelas máquinas como imperativo do processo de integração econômico/capitalista brasileiro.

Na abordagem deste autor podemos também ratificar nossa proposta ao considerarmos a cidade de Rondonópolis como uma base a priori que foi confirmada e impulsionou seu contexto regional, sendo também garantida a confirmação de sua posição de destaque até os dias atuais do que se poderia chamar de rede urbana do complexo, neste caso, pensando a integração desta com as cidades do cerrado de Mato Grosso na rede formada pela Aprosmat e Fundação MT, contempladas no capítulo 2. Nesse sentido ratifica-se Tesoro (1993), na menção a Rondonópolis como *entroncamento de mão única* e também sobre os *novos sons da paisagem* em Rondonópolis Na década de 1970.

Segundo os registros da história econômica, podemos verificar que há um papel predominante composto por um conjunto de situações relativas às dimensões cidade/campo, atribuído a Rondonópolis, para além da definição de *cidade-região* de seu entorno (SANTOS, 2003), considerando o incipiente grau de desenvolvimento urbano no sudeste mato-grossense, em que na soma de mais de 20 cidades, apenas Rondonópolis, Primavera do Leste e Campo Verde apresentam maior grau de urbanização e integração marcadas pelos laços da diversificação da economia sojifera. Outras funções atribuídas a Rondonópolis no contexto da rede urbana regional como a dos fluxos de transportes de passageiros, saúde, educação (ROSSO, 1999), afirmamos parecerem secundárias ou tributárias do seu papel

maior relacionado à sua forte sintonia com o desenvolvimento da economia sojifera coroada pelo complexo.

Este papel é sem dúvida comprovado por pelo menos quatro pressupostos levantados nesta tese, quais sejam: o da herança histórico/econômica, o da político/territorial, a da localização e a do volume da produção que ostenta, associada aos recursos técnico-infraestruturais e institucionais, possibilitando-nos um elenco de especificidades nos aspectos do mercado de trabalho; no aspecto da pesquisa, produção e divulgação de novas tecnologias para o campo; na indústria, comércio e serviços especializados; e na esfera da gestão política da localização e do marketing.

Na atualidade o papel de Rondonópolis no processo de estruturação do complexo do cerrado mato-grossense converge para sua qualificação em status de cidade média, embora não seja nosso foco aqui o estudo neste tema. O elenco de autores a seguir é uma rápida revisão que fazemos numa boa aproximação ao tema das cidades médias, uma vez que estão relacionadas ao alargamento dos contextos espaciais cidade/campo do interior do Brasil.

Esse enfoque se dá com base na obra organizada por SPÓSITO (2007), na qual alguns autores (CORRÊA, 2007); (SPÓSITO, 2007); (ELIAS, 2007); (TRINDADE E MATOS, 2007). oferecem-nos um aporte necessário ao embasamento teórico no processo de desenvolvimento da soja em Mato Grosso, particularmente no sudeste do estado. Pensamos que no âmbito da temática central, *cidades médias* de que trata a obra, a importância desses urbanos locais é, sobretudo, a da gestão da produção e do trabalho local.

Como ponto de partida, Corrêa (2007) afirma que o termo *cidade média*, na sua constituição obedece a três questões básicas, quais sejam: a questão do poder empreendedor da elite local no âmbito econômico criando demandas de interesses locais e regionais. A origem dessa elite também é fator básico de definição do quadro teórico definidor da cidade média. Fica claro no autor o papel da elite local para que se possa definir uma cidade média da não cidade média. Neste caso, o tamanho demográfico é elemento secundário

a) A elite empreendedora

Será que uma cidade com 200.000, 300.000 habitantes, por exemplo, é essencialmente um centro portuário ou um centro industrial, em ambos os casos com suas atividades controladas externamente, deve ser qualificado como cidade média? Admite-se que não, pois ela é local de operações como armazenagem, transformação físico-química, embarque e desembarque, assim como de atividades associadas. Não é um local de concepção, de decisões e nem de acumulação de capital e, nesse sentido, não dispõe de uma elite empreendedora e ativa.

Admite-se que é essa elite empreendedora que marca a diferença com outras cidades com a mesma dimensão demográfica, porque é ela que estabelece uma relativa autonomia econômica e política numa cidade, criando locais e regionais,

competindo em alguns setores de atividades das grandes cidades e centros metropolitanos. (...) (CORRÊA, 2007:29).

Nesta primeira questão fica claro que o que define uma cidade média é o poder de decisão empreendedora da elite, logo menos importante é o tamanho demográfico.

Outra questão refere-se à localização relativa que está associada à história social e até natural dos lugares. O aspecto da localização é de caráter geográfico e contingencial exigindo, por parte da elite local, o comando das decisões de forma que haja a (re) estruturação da estrutura técnico-infraestrutural e institucional que propicie a reprodução da ordem local à sua imagem e semelhança.

b) A localização relativa

Uma cidade média, que é também um lugar central na hierarquia regional, dispõe de expressiva localização relativa, constituindo-se em foco de vias de circulação e efetivo nó de tráfego, envolvendo pessoas, capitais, informações e expressiva variedade e quantidade de mercadorias e serviços.

É esta localização uma herança do passado, resultado de um modo mais atrasado de circulação, submetido à conformação do relevo e das vias fluviais, ou ainda do movimento de avanços e paradas de linhas ferroviárias, criando "ponta de trilhos" (gateway cities), ou é parte dos empreendimentos realizados por um grupo social que, simultaneamente tornava-se elite ou reforçava essa posição? (CORRÊA, 2007:29).

Nesta segunda questão Rondonópolis encaixa-se bem sendo um dos fortes pressupostos, a localização, a qual tem permitido a transformação desta cidade na principal logística do complexo, a exemplo da Associação das Transportadoras de Carga – ATC, aí sediada, comportando um enorme fluxo de carretas que chaga a 3 mil bi-trens ou caminhões de 7 eixos considerada como a maior frota do Brasil, conforme nos afirma Peixinho (2005), o que também respondem pelos transtornos de lentidão do tráfego nas BRs 163 e 364. O chamado *trevão* no entroncamento das BRs 163 e 364, conforme colocamos anteriormente é também um componente da logística atribuída a Rondonópolis.

Além de Rondonópolis ser considerada a maior densidade técnico-produtivo da sojaicultura em Mato Grosso (PEIXINHO, 2005), acrescentamos que se confirma também como a maior base técnico-infraestrutural no que refere às vias físicas de transportes, ou seja, significa o local onde acontece o adensamento dos segmentos de apoio ao processo de expansão da soja em estado de Mato Grosso, cujo ponto de representação nesta tese, é dado pelo entroncamento das BRs 163 e 364, o chamado *trevão*.

A terceira questão refere-se às interações espaciais, como coloca. Neste ponto o que fica como reforço é que a natureza de uma cidade média diz respeito às interações que partem de cidade média para cidade média, ou seja, uma cidade média tanto produz fluxos

para outras, como recebe fluxos de interações espaciais, ou seja, uma via de mão dupla. A ideia é a das trocas, não necessariamente iguais, mas complementares. Uma cidade que distribui fluxos espaciais de informação ligados ao setor de sementes especializadas, por exemplo, vai se tornar um centro por excelência, de eventos que aglutinarão público interessado em adquirir conhecimento bem como o próprio insumo semente e nesse aspecto também é oportuna a relação com Rondonópolis dado os eventos relativos ao agronegócio como a *Tecnocampo*, cujo roteiro percorre o estado nas “cidades a partir da soja”, terminando em Rondonópolis por ocasião da realização da Exposul.

c) As interações espaciais

Admite-se que a cidade média apresente interações espaciais intensas, complexas, multidirecionais e marcadas pela multiescalaridade. Mais do que isso, essas interações espaciais são, em grande parte, controladas pela elite da cidade. Por meio dela, a cidade média conecta-se à rede global de cidades e interações, ainda que outras interações sejam controladas por grupos externos.

As interações espaciais *de e para* a cidade média se realizam em duas escalas espaciais gerais, a escala regional e a escala extra-regional, seja ela nacional ou internacional. Estas interações extra-regionais são decisivas para a identificação de uma cidade média, distinguindo-a de uma usual capital regional. Nesse sentido, admitem-se ser necessário estabelecer as diferenças entre as interações regionais e extra-regionais, assim como as conexões entre ambas, diferenças associadas à natureza dos bens e serviços, agentes sociais e mercados envolvidos. (...) (CORRÊA, 2006:30).

A partir disso o autor afirma que podem existir três tipos de cidade média: o de lugar central; a de centro de drenagem e consumo da renda fundiária; e a de centro de atividades especializadas de alto poder de interações espaciais nacionais e internacionais.

Afirmamos ser óbvio, pelo elenco de atribuições ao longo de nossa exposição, a necessidade de assumir com Corrêa, para Rondonópolis, o terceiro tipo de cidade média que considera. No setor das especializações exigidas pelo complexo é visível a influência e até mesmo determinações de formas de produção, circulação e consumo a partir desta cidade para outras regiões e cidades do Brasil. Basta apenas ratificar o rede atualmente organizada pela Fundação MT, como um bom exemplo.

Sposito (et al) (2007) numa proposta metodológica, ao elencar os principais processos que redefinem os papéis de cidades médias menciona a questão da concentração e centralização econômica definindo o conceito; a melhoria e diversificação no sistema de transporte e telecomunicações que recaem sobre diminuição dos custos da produção e circulação. Considera que é no campo dos bens e serviços especializados ligados ao moderno setor agropecuário, onde tem havido um grande avanço e um significativo papel comercial e

de serviços de médio porte. Nesse contexto espacial dá destaque às regiões Centro-Oeste e Norte como expansão da fronteira agrícola.

Nesse particular, vale aqui ratificar a influência exercida por Rondonópolis a partir da década de 1970, fomentando o processo de urbanização, sobretudo, em Primavera do Leste, com seu comércio especializado de máquinas e insumos bem como de serviços agrônômicos e mecânicos, como nos informou o produtor Darnes Cerutti, para o qual, um trator, uma peça de manutenção, tudo tinha que ser adquirido em Rondonópolis em suas lojas especializadas, cerca de 130 quilômetros de distância.

Denise Elias (2007) analisa, no âmbito da agricultura e globalização, as *cidades do agronegócio*. Na análise da autora, menciona as cidades de Sinop, Sorriso, Primavera do Leste e Rondonópolis – MT; Rio Verde – GO; Balsas – MA; Uruçuí e Bom Jesus – PI; Luiz Eduardo Magalhães – BA. Sertãozinho, Matão e Bebedouro (SP); Petrolina (PE) e Limoeiro do Norte (CE), Como se pode ver agrupa cidades com características bem diversas no tempo e no espaço, no tamanho demográfico, na força política e mesmo no grau de consolidação da agroindustrialização, pelo menos para os caso de Primavera do Leste, Campo Verde e Rondonópolis, porém todas trazem uma natureza única, qual seja a forte relação cidade/campo em que estes espaços urbanos estão em constante (re) estruturação nessas dimensões. A autora, neste sentido, deixa-nos uma brecha para as especificidades e singularidades em relação a Rondonópolis, quando observa quanto aos diferentes graus de complexidade das relações cidade/campo, que significam também complexidade nas redes da produção agropecuária. Assim, suas palavras fazem mansão citando cidades do agronegócio, no âmbito de importância das novas tendências de cidades médias do interior do Brasil que a obra de Sposito (2007) contempla.

Ressaltamos, ainda, que quanto mais dinâmica a reestruturação produtiva da agropecuária, quanto mais complexa a formação das redes de produção agropecuária e quanto mais globalizados os seus circuitos espaciais produtivos e os seus círculos de cooperação, mais complexas se tornam as relações campo-cidade. Hoje, várias cidades podem ser assim classificadas como cidades do Agronegócio: Rio Verde (GO), Sinop, Sorriso, Primavera do Leste e Rondonópolis (MT), Sertãozinho, Matão e Bebedouro (SP), etc. Tal realidade já é também presente nos novos arranjos territoriais produtivos agrícolas nordestinos, seja associada à expansão da fruticultura nos vales úmidos, como Petrolina (PE) e Limoeiro do Norte (CE), ou à da soja nos cerrados, como acontece em Balsas (MA), Uruçuí e Bom Jesus (PI), Barreiras (BA) e Luís Eduardo Magalhães (BA), desestruturando a formação socioespacial anterior e trazendo novas dinâmicas territoriais, políticas, sociais e culturais.

Se algumas cidades se adaptam ao agronegócio, outras já nascem a partir da sua difusão. (ELIAS, 2007:121-2)

Dentro da generalização que o termo agronegócio sugere, entendemos como importante as especificidades locais das várias cidades listadas, se em nossa proposta priorizarmos a diferenciação dos processos localmente constituídos, ressaltando o papel da elite local.

Outro estudo de Denise Elias (2003), analisa da agricultura e globalização na região de Ribeirão Preto, destaca o papel do Estado na modernização agrícola e como esta cidade incorporou e sintetizou os fixos e fluxos dessa modernização. Mesmo podendo aproximar Rondonópolis à realidade de Ribeirão Preto, duas áreas com características idênticas, no que se refere à produção e divulgação de novas tecnologias para o campo, a exemplo da Agrishow e Agrishow Cerrado, há que se verificar as especificidades locais, por exemplo, a diferença com que o papel do Estado de deu, envolvendo diferentes formas de produtos, fluxos migratórios, herança anterior, a própria questão da divisão político/territorial, a organização dos produtores. Assim, há que se buscarem as especificidades locais para diferenciarmos para diferenciarmos os vários enfoques.

Para fecharmos o leque de autores contemplados em Sposito (2007), Sant-Clair Cordeiro de Trindade Jr. e José Carlos Matos Pereira (2007), ao abordarem a Reestruturação da rede urbana na importância das cidades médias na Amazônia Oriental, Rondonópolis é incluída no conjunto com outras como Marabá-PA, Ananidêua-PA, Várzea Grande-MT, Boa Vista-RR, Macapá-AP, etc. Neste estudo os autores privilegiam o critério demográfico tendo o ano 2000 como referência. Nesse sentido o crescimento populacional de Rondonópolis que em 1980 registrava pouco mais de 84 mil habitantes, chega ao ano de 2000 com uma população de 172.783, ou seja, um crescimento maior que 100%.

Pensamos que outros aspectos asseguram melhor a importância de Rondonópolis como já destacamos anteriormente. No âmbito de desenvolvimento da chamada *agricultura científica* e do *agronegócio*, retomando o que trata Denise Elias (2007), contam mais as interações no setor das especializações exigidas pela modernização e produção no campo. O aspecto populacional parece estar descartado, sobretudo num ambiente em que a produção é globalizada e a geração de emprego não cresce na mesma proporção que o volume da produção, o que significa afirmar sobre a constante substituição da mão de obra pela máquina.

Sem sombra de dúvidas, no que se referem aos processos, no âmbito dos quais se podem elencar as especificidades, o papel de Rondonópolis, como base de nossa proposta, deve contemplar as situações do mercado de trabalho, da pesquisa, divulgação e promoção de novas tecnologias, do comércio e viços especializados, da gestão política da localização,

bem como a mídia e o marketing e das atribuições em perspectivas. Estas situações nos parecem a síntese do seu papel no processo de expansão da soja no cerrado mato-grossense, particularmente no sudeste do estado. Quanto ao mercado de trabalho o crescimento de certa forma acelerada da cidade, nos últimos anos, como vimos anteriormente aconteceu sob a expectativa de geração de emprego nos segmentos ligados direta e indiretamente à soja. O mercado de trabalho como todas as demais situações, deve ser contemplado com base em sua herança ou início do processo procurando ser fiel ao caminho trilhado em nossa proposta.

3.1.1 – O mercado de trabalho

O mercado de trabalho tem se constituído numa qualificação urbana de Rondonópolis para o complexo, se não pela quantidade do número de empregos nos diversos segmentos, uma vez que a constante inovação tecnológica é responsável pelo chamado desemprego estrutural, pelo menos pela diversificação desse mercado de trabalho. A soja, pela relação direta que estabeleceu com a cidade demanda um caráter urbano na geração de emprego, a partir da década de 1970. Esse é o contexto da industrialização da agricultura criando demandas em segmentos como operadores de máquinas, mecânicos de máquinas, técnicos agrícolas, trabalhadores da agroindústria, gerentes agrícolas, etc.

Marlene M. M. Guimarães (1997) contempla em seu estudo sobre a agroindústria em Rondonópolis, como este segmento da produção influencia o mercado de trabalho local, atrelando outros, direta e indiretamente a ele ligados, como por exemplo, os serviços.

Nesse sentido a concentração do mercado de trabalho também se confirma como uma atribuição de Rondonópolis, considerando que este mercado de trabalho deve ser concebido em suas origens, ou seja, o momento da criação das pré-condições da soja, conforme matéria da Revista *Rondon* de 1989.

Não só Adroaldo Gatto, mas também outros produtores rurais como Claudino Marin e Rogério Salles, (este, filho do pioneiro Adão Salles) são unânimes em afirmar que a soja é a lavoura mais socializante dos últimos tempos, pois é quase impossível de se medir onde a soja promove a elevação do desenvolvimento econômico da comunidade em torno dos campos onde é cultivada. Não somente no sentido de arrecadação tributária, mas no universo de tecnologia, com novos mercados e trabalho para engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas operarem no campo das pesquisas e de métodos de tratos culturais, onde também se aprende a operar gigantescas máquinas colheitadeiras, gigantescos complexos de processamento de grãos, pessoal que se coloca no trabalho administrativo, desde programadores e digitadores de computadores, (...) telefonistas e rádio-operadores, "office-boys", motoristas, encarregados de equipamentos, braçais, aviadores que pulverizam lavouras, administradores de campos cultivadores, mecânicos, pintores, eletricitas, empresas

transportadoras, caminhoneiros, montadores, enfim, um mundo de trabalho que se abriu para a comunidade com o advento da cultura da soja por aqui, emprega cerca de 14 mil pessoas.

Caminhoneiros que adaptam as carrocerias para o transporte de grãos de soja do campo aos silos, dos silos ao porto de Paranaguá e outros pontos de embarque para o comércio nacional e internacional. Empregadas domésticas, que trabalham para os produtores de soja e que tem bom salário e atendimento de saúde e de assistência social. Escritórios satélites do mundo comercial da soja representantes comerciais para venda de safra, venda de produtos e máquinas, defensivos, fertilizantes, e tantos outros mercados de trabalho e interesses que a soja gera em torno de si, impossível de enumerá-los, e que eleva social e economicamente, a cidade de Rondonópolis e região, através da movimentação de lojas, escritórios oficinas transportes, etc.

Segundo os cálculos do produtor rural Claudino Marin, a lavoura de soja emprega na época da entre-safra 1 homem por 50 hectares, e esse número dobra, na época da safra. Isso só nos trabalhos de campo, fora os trabalhos nos galpões, nos secadores, nos armazéns, e enfim, nesse imenso complexo de trabalho que a cultura de soja proporciona por aqui.

Na comunidade, além da possibilidade de emprego que absorvem a mão de obra local, a soja se faz presente no comércio em geral, desde parafusos para máquinas agrícolas até nos tecidos para uniformes, no material de escritório, material elétrico de construção, e um mundo impossível de enumerar até onde a soja alcança.

Fonte: Revista *Rondon*, 1989.

Na matéria anteriormente transcrita o que é característico é o leque de ocupações que este mercado de trabalho abrange numa forte relação cidade/campo. Outro aspecto característico que é evidenciado é o do alargamento do contexto de produção cidade/campo. Observa-se também a evidenciada da *celebração* do discurso do progresso econômico e do desenvolvimento social, na idéia da farta geração de emprego com a chegada da soja, o que é contraditório, uma vez que a forma de produção desta prioriza a constante inovação técnica, o que fomenta o desemprego estrutural. Outra característica que pode ser elencada na matéria, no que se refere à *absorção da mão de obra local*, isso se verifica mais nos casos das ocupações que exigem menor grau de qualificação, conseqüentemente, oferecendo salários menores.

Num demonstrativo das ocupações profissionais no segmento das empresas produtoras de sementes em Rondonópolis Elias da Silva (1999) identificou 29 profissões como piloto de avião, agrônomo, comprador, vendedor, contador, administrador de fazenda, departamento de pessoal, técnico agrícola, almoxarifado, operador de máquinas, auxiliar de escritório, recepcionista, motorista, pedreiro, lubrificador, mecânico, operador de secador, carpinteiro, auxiliar de secador, classificador de sementes, tratorista, cozinheira, servente de pedreiro, vaqueiro, auxiliar de cozinha, vigilante, braçal na lavoura e faxineira.

Outro aspecto verificado é quanto ao salário médio que varia entre mais de 10 salários para piloto de avião até um salário mínimo para faxineira. O nível inferior salarial ao de piloto de avião contempla os agrônomos, comprador, vendedor, contador, administrador de fazenda e departamento de pessoal, percebendo entre 5 e 10 salários mínimos; técnico

agrícola, almoxarifado, operador de máquinas, auxiliar de escritório, recepcionista, motorista, pedreiro, lubrificador, mecânico, operador de secador e carpinteiro, entre 3 e 5 salários mínimos; auxiliar de secador, classificador de sementes, tratorista, cozinheira, servente de pedreiro, vaqueiro, auxiliar de cozinha, vigilante, braçal na lavoura e faxineira, entre 1 e 3 salários mínimos.

Verificou-se ainda o perfil do grau de instrução que na esmagadora maioria das ocupações prevalece o 1º grau incompleto ou fundamental; poucos profissionais com 3º grau completo e poucos com 2º grau completo, nesse nível o maior salário como é o caso de piloto de avião. Quanto às faixas-etárias, não se verificou idade inferior a 21 anos, nem superior a 45 anos o que indica que esse segmento privilegia os trabalhadores em sua fase adulta.

Podemos acrescentar ao conjunto das atividades fomentadoras do mercado de trabalho local os eventos de ordem esporádica geradores de empregos temporários: Os *Dia de Campo*, *Tecnocampo*, *Exposul e Agrishow Cerrado*, oferecendo um calendário anual que preenche a agenda de eventos cidade/campo das áreas produtoras de grãos do cerrado mato-grossense. Mas esse caráter específico do mercado de trabalho tem uma lógica que se explica teoricamente. Esse comportamento do mercado de trabalho local compõe as estratégias de acumulação capitalista flexível, considerada por Harvey (1993) tendo, assim, sua aplicação teórica local. As relações de trabalho são flexibilizadas, visando, em última instância, diminuir custos com a produção, cujo ônus recai sobre o trabalhador. Essa situação que recebe a cara de pós-modernidade funciona muito mais como uma estratégia de (re) engenharia do trabalho, incluindo os postos de trabalho temporários, em que as empresas terceirizam os setores menos estratégicos como limpeza, alimentação, setor de transportes, etc privilegiando o da administração direta. O resultado é a drástica diminuição do número de postos de trabalho diretos nas empresas. A proporção que se tem em geral é de 1 posto trabalho direto contra dois indiretos, ou terceirizados. Como coloca Harvey (1993), a acumulação de cunho flexível inaugurada a partir da década de 1970, teve seus efeitos desastrosos, porém, eficazes do ponto de vista da acumulação, sobre o mercado de trabalho, sob a conivência do Estado permitindo novos mecanismos de regulação das relações de trabalho.

O mercado de trabalho local em Rondonópolis é, ao mesmo tempo resultado dos investimentos, mas também, atrativo para os investidores nos segmentos da produção no campo, na indústria, no comércio e nos serviços conformando um ambiente produtivo, conforme procurado demonstrar.

3.1.2 – A pesquisa e divulgação de novas tecnologias

No processo de expansão da soja no cerrado mato-grossense, a pesquisa tem se tornado carro-chefe ou a base, sobretudo no segmento da produção de sementes melhoradas (BERNARDES, 1996), situação esta que precisou da correspondente base técnico/infraestrutural e institucional na cidade, de forma sequencial, ou seja: Aprusmat, Coopacel, Aprosmat e Fundação MT, incluindo o segmento institucional estatal das instituições: Embrapa, Codeagri Emaper, etc. Essa base urbana foi sendo (re) criada concomitantemente aos investimentos na produção no campo.

O segmento das empresas produtoras de sementes é bem característico, para pensarmos a relação cidade/campo, cujo alcance extrapola os limites da região sudeste, como são os casos da Sementes Maggi e Bom Futuro com áreas produtoras na chamada região do *médio norte* do estado no *chapadão dos Parecis*. Assim, mesmo algumas empresas tendo suas áreas de produção fora da região de Rondonópolis, esta cidade aglutina as sedes destas. Rondonópolis, pela concentração dos segmentos produtores ligados à soja, funciona como uma economia de escala o que significa aproveitar as chamadas *sinergias*, expressas na organização política, na organização da pesquisa e na logística do comércio, indústria, serviços e mercado de trabalho, portanto, numa relação direta de concentração espacial e difusão de tecnologias disponíveis aos departamentos técnicos dessas empresas, ou pelos fluxos de ideias e produtos como as próprias sementes produzidas e comercializadas, além do volume de circulação de máquinas, equipamentos e veículos, no apoio ao processo de produção propriamente dito.

Nesse ponto as palavras de Gilberto Silva de Rosso (1999) corroboram à nossa argumentação quando afirma que:

Quanto a esta questão, podemos afirmar que a influência da cidade de Rondonópolis atinge todo o Estado de Mato Grosso e cidades circunvizinhas de outros Estados. Alguns produtores já comercializam seus produtos no estado da Bahia. Embora, a todos fique claro, que a produção de sementes de soja esteja ligada à Serra da Petrovina, município de Pedra Preta, é em Rondonópolis que se concretizam as relações de compra e venda deste insumo, assim como toda e qualquer atividade ou evento vinculados a este segmento terá como centro dinamizador esta cidade (ROSSO, 1999:88).

A presença das empresas produtoras de sementes confirma a base da rede fundada e consolidada na pesquisa e produção e comercialização que, associado à presença da Fundação MT como a base da produção e transmissora dessas tecnologias, cuja presença na

cidade, conforme a foto a seguir, além de ser testemunho da trajetória da soja, marcada pela constante descoberta técnica como uma das formas de garantia da expansão, se impõe como herança técnico/institucional da década de 1980.

Foto 23 - Instalações da Fundação MT em Rondonópolis

Fonte: Foto produzida em 18 de julho de 2009. Organização de Elias da Silva

A soja em Rondonópolis teve percurso próprio em sua expansão, sob um sistema de ações e políticas específicas de organização e adaptação técnica conformando um ambiente produtivo adaptado às condições singulares do cerrado mato-grossense, o qual é marcado por diferenciações entre o sudeste, o norte e o leste do estado, para as quais, a Fundação MT tem desenvolvido variedades diferenciadas de sementes, que respondem de acordo com as datações específicas do calendário agrícola abrangendo desde o plantio à colheita. Essas variações recebem atributo de especificidades e de valorização diferencial da produção. Desta forma no próprio aspecto técnico é preciso diferenciar as especificidades, as quais acabam recebendo, aqui, conotação conceitual, pela gama de situações que sugere.

Quanto à busca do papel de Rondonópolis, com base na verificação das especificidades, vale mencionar a especificidade da natureza de constituição do segmento produtor de sementes melhoradas. Como coloca Peixinho (2005), mas também, como verificamos nesta pesquisa, quando verificamos que esta cidade concentra o maior número de empresas produtoras de sementes do mesmo grão, ou seja, a soja. Sem sombra de dúvidas, essa se confirma como uma situação sugestiva em termos de Brasil. Mas o que é realmente significativo e se impõe como importante especificidade ao papel de Rondonópolis é a natureza do processo, a qual contempla desde a formação do grupo de produtores inicialmente organizado na Aprusmat, depois Coopacel e Aprosmat, criando, finalmente a partir desta a Fundação MT. Assim, na importância de se buscar o papel de Rondonópolis enquanto base de concepção, produção e difusão de tecnologias para o setor da soja, o mais importante é o processo que resultou nessa concentração espacial urbana detentora do que Bernardes (1996) considera como produto básico para a agregação de valor no conjunto da produção do complexo. Assim, mesmo que haja alguma situação similar em termos do Brasil, no segmento de produção de sementes, o que deve ser destacado é a natureza do processo.

3.1.3 – Os segmentos da indústria, comércio e serviços

Os segmentos da indústria, comércio e serviços especializados como outra das situações de atribuição ao papel de Rondonópolis também devem ser considerados em sua herança no processo local de expansão da soja. Na Indústria, ela ostenta o posto de primeira cidade em Mato Grosso a atrair a agroindústria no esmagamento de, fase inaugurada com a Sadia e a Ceval. Rondonópolis como centro de comercialização e prestação de serviços à modernização do campo, desde o período de 197, conforme expressou o produtor de Primavera do Leste Darnes Cerutti, se sobressaia em relação às demais cidades tanto da região, como Poxoreo, Guiratinga, Jaciara, Dom Aquino.

A evolução deste processo pode ser verificada com o considerável número de empresas, somando atualmente mais de 3 dezenas que aqui é contemplado com alguns exemplos como: Agroverdi, revendedora da linha Newholland/Ford, cuja presença na cidade controla o mercado regional; a Iguaçu Máquinas Agrícolas, revendedora da linha SLC e SLC/John Dear, com filiais em Primavera do Leste e Campo Mourão (PR); a Agrofito, revendedora da linha Agrale e assistência técnica dessa linha. Ainda nesse segmento, as empresas revendedoras de insumos agrícolas como sementes, adubos, fungicidas,

germicidas, inseticidas e ferramentas, a exemplos da Geral Máquinas, Guimasa, Guimarães Agrícola, Mercado Agrícola, Trevo Máquinas, Rondofértil, Agroboi, Agroamazônia, Rondoagro, Mercado Agropecuário, Agrossuíno. Vale observar, a maioria dessas empresas está situada ao longo das margens da BR 364, no perímetro urbano.

Em relação ao passado é necessário lembrar que no início da década de 1980, a empresa Gravataí foi a primeira empresa em caráter de cooperativa agrícola e comercial a qual era a maior comercializadora de insumos agrícolas no início da expansão da soja. Suas dependências serviram também para a realização dos trabalhos da COOPACEL na cidade. Também nesse início do processo as empresas Rondonmaq - Rondonópolis Máquinas Agrícolas, revendendo a linha Massey ferguson e a Sociedade de Máquinas Agrícolas e Industriais (SOMAI) revendendo a linha dos tratores da Companhia Brasileira de Tratores (CBT), marcam o início desse segmento a comercializarem as novas tecnologias de *desbravamento* do cerrado na cidade.

Como a modernização cidade/campo acaba sintonizando ambos com mais ênfase, ela exige concomitantemente ao comércio especializado, os serviços, especializados combinando ao que Santos (1993) define como urbanização terciária. Nesse sentido, o universo das empresas prestadoras de serviços agropecuários somando mais de três (3) dezenas, alguns exemplos representam a importância do segmento como: Mecânica Centrão, Mecânica Trevão, Reforma, Rondo-eixo. Na prestação de serviços em projetos agropecuários e acessórias agronômicas, empresas como: Coagro-Consultoria Agronômica, Projeagro-Projetos Agropecuários, Planat-Projetos Agropecuários. Na dedetização agrícola, empresas como Mônica-Aviação Agrícola, Aero-Agrícola, Agroer-Aviação Agrícola, são as mais expressivas. Em análise de solos e sementes, as empresas: Pró-Sementes, Solos Análises Agronômica, Trago-Tecnologia Agronômica, Laborvet-Laboratório de Análises e Inseminação Artificial, etc.

A foto a seguir demonstra a espacialização urbana no trecho da BR 364. Local que concentra grande número das empresas anteriormente listadas, portanto um exemplo de local urbano de especialização de segmentos para o atendimento da demanda do campo na cidade.

Assim, verifica-se o crescimento dos investimentos, confirmando as atribuições à cidade de Rondonópolis em sua importância no contexto de desenvolvimento da economia agroindustrial atraindo grandes investimentos de capitais. De acordo com o *Atlas do Mercado Brasileiro da Gazeta Mercantil* de março de 2006 Rondonópolis, no conjunto dos 300 municípios mais dinâmicos do Brasil, ostenta a 16ª posição entre os 109 municípios acima da média nacional em investimentos, sendo o primeiro de Mato Grosso.

Foto 24 – Trecho urbano da BR 364, localização das principais empresas do comércio e serviços especializados ao campo.

Fonte: Foto produzida em 18 de julho de 2009. Organização de Elias da Silva

Na fala do ex-prefeito José Adilton Domingos Sachetti verifica-se um panorama de atribuições à cidade contemplando informações do seu sítio, quanto ao seu planejamento, o que deve ser visto com ressalvas, quanto à gestão empresarial, quanto à produção industrial, quanto à prestação dos serviços de forma que suas palavras confirmam o papel desta cidade, ousando até mesmo compará-la com outras grandes cidades como Campinas. Fecha sua fala levando-nos a perceber, que o forte da cidade e do município não é o agronegócio, embora detenha o recorde das exportações no setor no estado.

Hoje Rondonópolis, ela foi bem planejada, ela é bem desenhada, plana, e ela cresceu num entroncamento, quase tudo que passava para o norte do Mato Grosso passava por aqui então aqui se formou um bom entroncamento, o município de Rondonópolis ela é a maior cidade de uma grande região que se concentrou grandes escritórios para a produção, mais isso é óbvio influenciou muito por aqui, ela presta serviços, e é lógico ela se beneficiou com isso, essa indústria. Então vai acabar sendo um grande polo na questão industrial. Ela tá se diversificando: indústria de cerveja, não tem nada a ver com o agronegócio, se você for dividir por setores, aqui o agronegócio, ele não influencia no PIB

Fonte: Entrevista concedida por José Adilton Domingos Sachetti a Elias da Silva em 19 de julho de 2008.

A matéria do jornal *A Tribuna* do dia 13 de maio de 2008, vem no sentido da confirmação da cidade que embora não ostente a posição de primeiro lugar na produção de grãos no estado, sustenta a posição de uma das maiores no ranking das exportações brasileiras, superando, segundo o levantamento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior, cidades como Campinas (SP), Manaus (AM), Porto Alegre (RS).

Rondonópolis continua prevalecendo como a maior exportadora do estado de Mato Grosso e da região Centro-Oeste, com posição de destaque no Brasil. Nos quatro primeiros meses de 2008, o município totalizou US\$ 411, 647 milhões em exportações, à frente até de cidades como Campinas (SP), Manaus (AM) e Porto Alegre (RS). Os dados fazem parte de levantamento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, onde a cidade mato-grossense aparece no 32º lugar no ranking nacional. A posição de Rondonópolis é devida principalmente, (...) por sediar grandes tradings e grandes produtores do agronegócio mato-grossense e brasileiro. Os principais itens da pauta de exportação figuram como grãos, derivados da soja e pluma. Em relação a 2007, os dados mostram que as exportações do município nos quatro primeiros meses do ano aumentaram 17,22%, comparando-se o mesmo período, saltando de US\$ 351, 171 milhões para os US\$ 411, 647 milhões.

Dentro das exportações, se destacam este ano alguns produtos, a exemplo do milho, com crescimento de 481,85%; algodão, com crescimento de 261,99%; e óleo refinado de soja, com alta de 756,74%. Por outro lado, a exportação de grãos de soja no quadriestrito teve uma queda de 23%, saindo de US\$ 191, 460 milhões para US\$ 145, 746 milhões entre 2007 e 2008. Os principais destinos dos produtos exportados são os Países Baixos, a Espanha e a China. (...)

Fonte: *A Tribuna*, 13 de maio de 2008.

O papel de Rondonópolis, assim, se torna preponderante como espaço territorial, cidade e como rede de forma que podemos compreendê-la como uma estrutura produtiva que funciona sob uma base física concentrada num ponto territorial cuja organização e constante adequação técnico-econômica infraestrutural e política visam potencializar o processo de acumulação capitalista na dimensão local.

Vele considerar que os investimentos para a produção só são atrativos quando o local oferece insumos que estão na base do processo, e um dos mais significativos é a energia, esta também assumindo o caráter de infra-estrutura territorial em rede. Neste sentido, o Estado também foi o maior provedor desde o início quando construiu a estação de redistribuição de energia da Eletronorte no período de criação das pré-condições à soja. A matéria a seguir sob título: *22% da soja do MT são esmagados em Rondonópolis* acessada em 29/06/2009 no site: www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php enriquece nvem a calhar quando mensura nosso argumento quanto à capacidade de oferecimento de energia atendendo a grande demanda local e até regional, além, ainda, de mencionar o aspecto da estruturação da cidade

em água o esgoto, além de lembrar o aspecto do transporte rodoviário como fatores importantes aos investimentos.

(...) Rondonópolis é uma cidade bem localizada geograficamente, fator que atraiu a Bunge para o município. Rondonópolis fica próximo à região produtora [de grãos] e no entroncamento para São Paulo, Goiás, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul, facilitando o escoamento da produção (...). Disponibilidade de energia atrai empreendimentos. A unificação das redes de alta tensão no município de Rondonópolis (210 quilômetros ao Sul de Cuiabá), que garante abundância em energia elétrica, é apontada pelo secretário de Desenvolvimento Econômico da cidade, Élio Rasia, como um dos principais atrativos às indústrias de transformação da soja. De acordo com informações contidas no Dossiê Rondonópolis 2005, a cidade possui uma demanda de 78 megawatts (MW) nas categorias residencial, comercial e industrial. Somente as unidades da Bunge Alimentos e da ADM consomem quase 30% do total, ou seja, 22 MW. Outras cidades como Guiratinga e Poxoréo também são abastecidas com a energia gerada em Rondonópolis. A infra-estrutura do município também é um atrativo aos grandes empreendimentos. De acordo com Rasia, entre as cidades da Região Sul Rondonópolis é a que possui as melhores condições básicas, como água, esgoto e telefone, entre outros. Outro aspecto favorável é a localização: o município está situado no entroncamento entre a BR-163 e BR-364, o que facilita o escoamento da produção local para diversas regiões do país. A logística contribui ainda para a entrada de matéria-prima. A maior parte da produção de soja do Norte do Estado é escoada pela BR-364, passando por Rondonópolis, ressalta. (...).

Fonte: www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php acessado em 29/06/2009.

Como se pode observar na matéria, a cidade se coloca atualmente como ponto de atrativo para os investimentos ligados direta e indiretamente à expansão da soja no cerrado mato-grossense.

A necessidade de caminharmos a partir de um ponto de vista que diferencie a realidade, do aspecto ideológico que é veiculado no discurso, nos faz observar que o destaque dado a Rondonópolis, não significa prosperidade e inclusão ao conjunto da população local, como apregoa a elite local. Assim, quando observarmos as contradições socioespaciais locais, especialmente as que podem ser visualizadas na paisagem, não estamos não estamos sendo contraditórios à essência da ordem capitalista, pois como observa Harvey (2006), o capitalismo se caracteriza por oscilações e desigualdades, uma vez que sua lógica é a da crescente acumulação nas mãos de poucos, o que vai demandar na organização espacial desigual.

É importante se verificar que todo esse processo de investimentos nos vários segmentos em Rondonópolis, tem no discurso da mídia um elemento promotor, característico desta modernização, cuja base material maior é a dimensão urbana. Vale considerar que o marketing, no contexto de expansão da soja, está presente desde o momento inicial de preparação do território e na introdução desta, quer no discurso oficial do governo ou nas

mensagens de publicidade do rádio e jornal (PEIXINHO, 1998), ocupando a tarefa de divulgação das inovações e da nova mentalidade. Nesse sentido, um rápido enfoque do marketing local é dado no próximo item para incluir este segmento também como uma das especificidades no papel de Rondonópolis.

3.1.4 – A cidade como marketing da expansão da soja

O discurso do desenvolvimento econômico entre o Estado e a classe produtora é um elemento forte que fomenta a mentalidade do desenvolvimento econômico em Mato Grosso, particularmente em Rondonópolis tem sido necessário, dado os vários momentos de crise que a economia do agronegócio, com base na soja, sofre. É nesse sentido que se enquadra a ideia de que a soja chegou e se consolidou no estado a partir da iniciativa privada; mas também a ideia de negação do passado, no que se refere à infra-estrutura iniciada pelo estado, até mesmo antes dos anos 70. O passado só recebe reconhecimento quando se refere aos pioneiros sulistas desbravadores do cerrado, indicando a necessidade da valorização cultural para justificar a própria situação de poder; o discurso se faz necessário também em relação ao que chamamos de ‘guerra dos lugares’ quando se verifica cidades como Campo Verde e Primavera do Leste cujos representantes, sejam produtores pioneiros ou autoridades políticas, ou ainda, material impresso a que tivemos acesso, dão destaque à cidade e o município diretamente contextualizando-os ao contexto nacional, sem a clássica referência às cidades maiores próximas como é caso de Rondonópolis e Cuiabá, o que em se tratando de Brasil, ainda merece crítica ênfase, dado o nível de consolidação da rede urbana ainda em formação.

Assim, o discurso é sempre colocado oportunamente, e tem como alvo maior, nos momentos de crise, como foi o caso da crise do agronegócio entre os anos de 2003 a 2005, o Estado, como é patente nas reportagens e entrevistas sobre a recente negociação das dívidas agrícolas, cujos montantes, itens de negociação e prazos, ficaram a desejar, sendo pontos para as articulações e embates de renegociações constantes. Nesse sentido do discurso, necessário ao processo de produção e reprodução do agronegócio em Mato Grosso, se organiza uma espécie de *lobyes* do agronegócio no estado.

Parece-nos também sugestivo, cabendo ver com maior profundidade, a questão periódica da produção no contexto da economia sojífica na região de Rondonópolis, qual seja: em meados dos anos 70 começa o adensamento da modernização agrária incluindo definitivamente o cerrado bem como o conjunto da produção territorial urbana no estado e

particularmente na região; com o crescimento e expansão da soja na região e no estado, a partir de meados dos anos 80, chega a agroindustrialização da soja com a chegada da Sadia em Rondonópolis; após a instalação do complexo no início dos anos 90 (BERNARDES, 1996), a partir de meados desta década novas mudanças são verificadas na agroindustrialização como a venda da Sadia para a ADM, mais que dobrando a capacidade de esmagamento desse parque industrial, a Ceval vende sua unidade à Bunge Alimentos, a criação do grupo agroindustrial Agra/Alimentos; atualmente vendido ao grupo chinês Alibem

Rondonópolis, embora esteja no início de seu adensamento no que se refere à produção industrial, no contexto regional do sudeste mato-grossense, verifica seu estágio mais avançado em relação as cidade de Primavera do Leste e Campo Verde, pelo nível de industrialização, no que se refere à diversificação, mas principalmente pelo incremento no setor de serviços voltados para o atendimento à produção no agronegócio, especialmente no setor da educação e formação profissional. São os casos do Departamento de Fomento às Micro, Pequenas e Médias empresas criado pela prefeitura recentemente onde se qualifica mão de obra para a classe trabalhadora; a chegada do grupo Anhanguera implantando um novo centro universitário com cursos voltados para as áreas técnicas que atenderá uma demanda de 10 mil alunos na região, o Centro de Formação de Rondonópolis, com vários cursos técnicos, e a possibilidade de até o final de 2008 a criação da Universidade Federal de Rondonópolis, cujo projeto já está nas mãos do ministro Fernando Haddad para as devidas tramitações. Pela força do ano eleitoral tal projeto tem boas condições de aprovação. Esse leque de situações coloca Rondonópolis num novo patamar que sai da condição de cidade ligada apenas ao agronegócio para a de polo prestador de serviços que na verdade chega a extrapolar sua região imediata influenciando o norte do estado de Mato Grosso, especialmente onde o complexo da soja tem avançado.

Quantificando os agentes produtores do discurso do marketing urbano que contribuem para a promoção do complexo têm-se os órgãos de imprensa escrita como o jornal *A tribuna o Regional, Jornal do Dia*, entre outros; a imprensa falada nas emissoras de rádio: *Amorim Juventude* Amplitude Modulada (AM) e Freqüência Modulada (FM); rádio *Clube* Amplitude Modulada (AM) e Freqüência Modulada (FM), as emissoras de Televisão (TV): *Centro América*, e Televisão *Rede TV*, Televisão *Rede Record*, além de outras de menor importância. Vale incluir aqui, ainda, as diversas acessórias de imprensa como a da prefeitura e as das grandes empresas ou grupos econômicos como o Grupo Maggi, Bung, ADM, etc.

Milton Santos (1996), nesse sentido, serve-nos de fundamento quando sustenta que o mercado global tem a natureza do *meio técnico-científico-informacional*, numa clara afirmação da importância da divulgação das inovações tecnológicas, dos novos produtos e formas de consumo, bem como à vulnerabilidade a que estão sujeitos os produtos e mercados, na forma de existência de uma *crise ambiental*. Nesse ponto, é importante observar que o autor diferencia informação de comunicação para afirmar sobre a primeira mais no âmbito da mídia, a exemplo do estamos afirmando neste item.

A mídia local em Rondonópolis tem acompanhado a trajetória do desenvolvimento agropecuário e da modernização agrária, sobretudo a partir da modernização do cerrado na década de 1970, divulgando os eventos ligados aos avanços da pesquisa, das ações políticas do Estado junto aos produtores como a celebração do Polocentro, de programas como o PROALMAT em 1997; dos eventos de divulgação do sucesso do segmento produtor do complexo como a Exposul, Agrishow Cerrado, os *Ork Shops*, as *Tecnocampo* cuja origem está nos chamados *Dia de Campo*. A mídia, nesse sentido tem o papel da informação com base na demonstração da paisagem que em sua ocorrência nos informa por sentidos como visão, audição, e percepção. Essa é uma dimensão cuja possibilidade de efetivação está diretamente ligada ao local, ao lugar em sua materialidade.

Vale aqui, considerar o importante papel da mídia recheada de informações cujo caráter, muitas vezes veiculado em tom fantasioso, serve-nos como complemento de pesquisa de campo, desde que, fugindo do aspecto sensacionalista, possamos proceder a análise imparcial.

Como coloca Santos (1996), a mídia pode ser dada pelo mundo das fábulas, significa mais informação e menos comunicação. O que interessa no mercado globalizado é o consumo, em primeira instância, enquanto as causas geradoras do consumo ficam em segundo plano. O lucro se torna uma emergência cujo discurso da mídia é a fabricação da necessidade do consumo daquilo que às vezes consumimos por impulso. Assim, fomenta-se a produtividade ao mesmo tempo em que se fomenta o consumo e a sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, a mídia e o marketing locais estampados na paisagem e no discurso urbano são fortes componentes na promoção do complexo em sua dimensão cidade/campo.

Na globalização econômica atual o discurso da modernização é uma constante, funcionando na base da ideologia da produção capitalista, uma vez que está impregnado nos processos contribuindo de forma a camuflar as mazelas produzidas pelo modelo econômico.

3.1.5 – A gestão política da localização

No foco do território, o aspecto político/administrativo não pode ser deixado, pelo contrário, coloca-se também como uma das condições que o Estado, em suas atribuições de delegar poderes às instâncias administrativas como forma de garantir a concentração e centralização do poder sobre o território, conferiu a Rondonópolis, *status* de cidade polo do sudeste mato-grossense com a criação de instituições reguladoras da produção sob a perspectiva da qualidade ambiental, exigência mínima da economia globalizada que foi introduzida a partir de então da década de 1970. Assim, foram criadas agências regionais do Instituto de Defesa e Inspeção Animal - INDEIA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA, Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEMA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Empresa Mato-grossense de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural - EMPAER, estas diretamente ligadas à esfera da produção agropecuária significaram, em última instância a melhor equalização da gestão no âmbito da produção e do território. Estas instituições se fizeram necessárias exatamente a partir do momento em que se dava o contexto de alargamento da economia associado ao político/territorial exatamente no momento em que passou do estágio de economia de caráter interno e de autonomia própria, ao de economia globalizada, portanto mais dependente do mercado global, portanto mais sujeita às próprias oscilações dessa ordem global (NASCIMENTO, 1998).

Vale considerar que a cidade de Rondonópolis, como que por uma destinação natural associada às decisões políticas e econômicas, já apresentava, na década de 1960, incrementos institucionais urbanos no âmbito da dotação de crédito agrícola com a chegada dos bancos: Banco Agropecuário de Campo Grande, Banco da Lavoura de Minas Gerais e Banco Financeiro de Mato Grosso, somando-se a esses incrementos a chegada de um segmento comercial importante no ramo de confecções e serviços. (NARDES, 1997). Logo, pode-se afirmar que a localização conferida a Rondonópolis na década de 1970 foi também influenciada por uma base mínima que havia sido criada no período anterior.

Com base em Harvey (2006) sobre a teoria da acumulação de capital de Marx, numa escala geográfica expansível, como um todo, podemos afirmar que esse contexto de alargamento da produção existe sob duas dimensões ou bases de realização: a espacial e a territorial.

Desse nível de abstração ao nível da concreção deve-se considerar em Rondonópolis, Primavera do Leste e Campo Verde, as dimensões físicas da produção, expressas nas áreas de produção, propriamente ditas; deve-se considerar pontos ou locais urbanos de grandes

fluxos entre estas cidades e internamente em cada uma, por exemplo: os segmentos industriais, o comércio e serviços especializados, mas, também as organizações sociais dos produtores e profissionais ligados à produção.

As grandes áreas mecanizadas se desenham como verdadeiras estruturas tecnificadas pela uniformidade das plantações, pela presença das máquinas de última geração, pelas estruturas de armazenagem em meio às plantações e até pelos depósitos a céu aberto dos produtos empilhados, porém, sob orientações técnicas necessárias, considerando também o favorecimento ambiental climático a ausência de chuvas no período da colheita, geralmente de abril a junho. Todo esse leque de situações não pode prescindir da base físico-territorial, do solo no sentido amplo da palavra. Nisso, o lugar e a localização, assumem papel importante.

A outra dimensão deste contexto é dada pelo movimento das coisas, ou melhor, pela capacidade de resposta que a estrutura implantada dá à qual chamamos de dimensão espacial. Isso nos sugere pensar a paisagem não como a imagem parada, mas como a primeira manifestação da natureza da dimensão espacial que recortamos para estudo. Na verdade a exposição da paisagem como fenômeno, o qual nos salta aos olhos a priori, torna-se de grande valia, pois a partir dela é possível a explicação do grau de relações que dão significado à dimensão territorial local.

Sem sombra de dúvidas quanto ao fato de o capitalismo estar a pleno vapor em seu processo de acumulação em Rondonópolis, aproximamos a Harvey (2006) que nos autoriza a afirmar sobre o resgate histórico desse processo de acumulação o qual não se efetivou sem a produção físico-geográfica, fundando primeiro as bases político/ territoriais de modernização, depois, pela reestruturação destas bases político/ territoriais na produção dos transportes, da infra-estrutura de armazenagem, das redes de energia, das telecomunicações, da estrutura físico-educacional, da criação dos distritos industriais, do melhoramento da estrutura urbana em geral. De forma que a produção no processo de expansão da soja só se viabilizou mediante a produção da estrutura criada no momento das pré-condições da soja. Nisso foi preciso a produzir e (re) produzir a localização sempre viável.

Conforme todos os entrevistados, Rondonópolis é apresentada como o portal de entrada da soja em Mato Grosso, não por atributos físico-naturais, mas por atributos de localização geográfica, de força sócio-organizacional, de empreendedorismo empresarial e mais ainda, pela mão empreendedora do Estado. Mas não se deve esquecer que os atributos físico-naturais, por exemplo, do solo, foram menos importantes somente após a década de 1970, porque no período imediatamente anterior foi o contrário: a importância das *terras de*

cultura ou *de matas, dos vales da bacia do São Lourenço*, foi requisito básico da ocupação dada pela colonização do período 1940/1960, quando foi implantada e consolidada a cidade de Rondonópolis.

A herança histórico/econômica e territorial foi fundamental para que a localização de Rondonópolis tivesse data de nascimento no momento político/territorial da divisão de Mato Grosso no contexto de expansão econômica do Brasil. No âmbito do resgate histórico o aspecto da localização recebe um argumento forte, sobretudo, com a divisão de Mato Grosso, momento que fez com que localmente se fortalecesse a política de reivindicação, até porque com a divisão a antiga *rivalidade* entre Cuiabá e Campo Grande automaticamente se transferiu para Cuiabá e Rondonópolis, em que a população desta cidade, na aferição ao termo *cuiabania* atribuía à população cuiabana, um tom pejorativo ao caráter indolente e não empreendedor. Esses fatores reforçados pela herança econômica da agropecuária local compuseram a ideia de progresso atribuído à região do entorno de Rondonópolis, associada até mesmo à herança físico-geográfica da *baixada cuiabana*, como se convencionou chamar a área de inclusão da grande Cuiabá. Isso associado ainda à cultura sulista da mecanização agrícola no imperativo do contexto da modernização do cerrado contribuiu para as decisões em favor de Rondonópolis quanto às iniciativas de investimentos no setor da agricultura moderna.

A importância de Rondonópolis, enquanto dimensão territorial refere-se ao marco inicial regional, ou seja, é o lugar que reuniu, desde o início, as condições mínimas necessária, tornando-se assim, localização oportuna ao empreendimento da soja no cerrado mato-grossense, no sudeste e para outras regiões do estado, por exemplo, Sapezal no chapadão dos pareci no norte do estado. Rondonópolis ofereceu, assim, as bases iniciadoras da soja no cerrado mato-grossense. Quando afirmamos iniciadora, estamos, na verdade, falando do início de um processo que mesmo marcado por altos e baixos nas oscilações de ordem de mercado de perda de produtividade, de reivindicações nas negociações das dívidas, de forma que o resultado sempre sinalizou pelo êxito, até mesmo porque o Estado, ao longo desse processo, além de ter sido parceiro, foi sendo cooptado, numa aproximação a José Graziano da Silva (1998), na sua abordagem sobre os CAIs. Nisso, ratificamos a situação de Rondonópolis, de área secundária do Polocentro, ter se transformado em área prioritária à soja em Mato Grosso. Nesse sentido, mudou-se o paradigma pela via política na lógica da herança dos processos anteriores de localização.

Nesse sentido, não se pode esquecer que a localização, estrategicamente atribuída, com base na esfera político/territorial, exerceu e tem exercido influência de reprodução

ampliada do modo de produção introduzido a partir de 1970, cuja elite presente naquele momento se mantém e implanta constantemente suas bases de reprodução ampliada como segmento dominante, bem como das bases de reprodução da ordem socioespacial local.

Na verdade, esse marco fez com que em Rondonópolis se inaugurasse uma espécie de *pacto político* entre a elite, até então dominante, e a emergente, ou a partir da soja. Tudo indica que os revezamentos de poder no âmbito tanto local como estadual, bem como as alianças político/partidárias entre ambas, revelam-se como boas estratégias de divisão do poder e de perpetuação como segmentos dominantes, o que seria outra tese.

Pensamos, de acordo com o que foi levantado ao longo da pesquisa, que as estratégias de dividir forças políticas locais provocaram processos de parcerias em sintonia com o Estado com os interesses agrários, colidindo com a cooptação e ascensão ao poder na administração político/estatal nos níveis do município, estado e federal, de forma que nos autoriza à afirmação de uma modernização territorial cidade/campo na base da qual o Estado é o grande agente privilegiador de interesses que uma vez constituídos, têm se reproduzido em escala ampliada.

Nesse sentido vale, aqui, mencionar a trajetória política dos sojicultores locais, exemplificado por Rogério Salles, ex-prefeito de Rondonópolis, Blairo Maggi, exercendo atualmente o cargo máximo do executivo estadual em Mato Grosso, José Adilton Domingos Sachetti, prefeito no período de 2005/2008, Gilberto Goelner, atualmente senador no lugar de Jonas Pinheiro, falecido em 2008, lembrando que este representava a bancada ruralista mato-grossense em Brasília, cuja sucessão é agora com Gilberto Goelner visa a continuidade da defesa da mesma bandeira, como Senador. Esse leque de agentes e processos anteriormente elencados contribuiu para a produção de uma base local específica produzindo uma base organizacional, infra-estrutural e institucional própria e que faz com que a soja em sua expansão seja marcada por uma trajetória própria.

Entendemos este contexto de articulações, favorecimentos, decisões e criação de instituições político/administrativas como especificidades da importância de Rondonópolis no processo da gestão política de sua localização no contexto de expansão da soja no cerrado mato-grossense.

3.1.6 – Perspectivas no âmbito das atribuições a Rondonópolis

Retomando sua fala, o ex-prefeito de Rondonópolis José Adilton Domingos Sachetti faz considerações sobre a cidade no que considera os *três ciclos* de sua economia: o primário

com a preparação e chegada da soja, o seguinte em que a indústria se instala e o terceiro, a atualidade, em que a cidade se diversifica não só na agroindustrialização da produção, mas na oferta de serviços para a região e para o estado de Mato Grosso.

Analisando as palavras do prefeito ex-prefeito José Adilton Domingos Sachetti, a cidade tem pretensões, de agora em diante, se constituir no polo industrial de Mato Grosso, conseqüentemente em polo de desenvolvimento no estado nos próximos dez anos, destacando grandes investimentos noutros segmentos industriais.

Rondonópolis em sua escalada, rumo à sua confirmação de um dos polos mais importantes da economia mato-grossense, recentemente inaugurou seu terceiro Distrito Industrial o qual, teve como lançamento a inauguração a *Cervejaria Petrópolis* fabricante da *cerveja Crystal*, *Refrigerantes IT* e *Água Mineral*. A fábrica tem capacidade de produção de cem milhões de litros de cerveja por ano gerando 243 empregos diretos, cujo valor do projeto foi de R\$ 120 milhões.

Foto 25 – Distrito Industrial Augusto Bortoli Razia, à margem da BR 163.

Fonte: Foto produzida em 18 de julho de 2009. Organização de Elias da Silva

O quadro 4 a seguir, demonstra a relação das empresas aprovadas por número, área em metros², número de empregos a oferecer, diretos e indiretos e volume de investimentos por empresa em reais em montante em uma área de mais de 110 ha e mais de 320 milhões de reais, no total.

Quadro 4 – Empresas aprovadas no distrito industrial Augusto Bortoli Razia em 2008

Ord.	Empresa	Área m²	Emp. Direto	Emp. Indireto.	Investimento em R\$
01	Amoroso Agrícola Construções	5.000	38	20	199.814,88
02	Ana Paula Lopes Lima – ME – Posto de Molas Paraíba	2.000	43	70	451.000,00
03	Andrade e Vidotti Ltda. (Auto Elétrica Sana Fé)	2.000	19	11	690.000,00
04	ASR Pneus – Sena Pneus	10.000	70	25	4.680.000,00
05	ATC – Associação. dos Transportadores de Cargas do MT	2.000	12	10	800.000,00
06	Auto Mayra Ltda.	10.000	25	05	1.500.000,00
07	Auto Sueco – Volvo	15.000	20	10	2.700.000,00
08	Auto Técnica Diesel Ltda. – ATDL Peças e Serviços	10.000	234	700	908.758,24
09	Cardoso Soldas Ltda. – ME	2.000	9	50	400.000,00
10	Carrocerias Bom Retiro Ltda.	5.000	40	60	2.686.000,00
11	Cervejaria Petrópolis Ltda.	411.544,3	243	730	120.000.000,00
12	Cléo Edivino Rodrigues – Recup. De Cereais Nova Rotas	5.000	30	60	3.948.000,00
13	Concremax Concreto Engenharia e Saneamento	15.000	300	1000	2.500.000,00
14	Construtora Kolling Ltda.	3.000	33	25	380.000,00
15	Contini e Cia. Ltda. (Açometal)	20.000	61	350	3.600.000,00
16	D-3 Blocos e Pré-Moldados Ltda.	3.800	22	10	524.352,00
	Evandro C. Conrad – Tornearia Conrad	1.000	06	04	286.049,89
18	Ferreira de Souza e Barcelos Ltda. – Central Diesel	7.000	180	80	14.454.800,00
19	Florestal Norte Brasil Paisagismo Ltda.	2.000	13	120	300.000,00
20	Florestal Sulbrasil Ltda.	50.000	15	600	1.500.000,00
21	Futura Agrícola Ltda.	2.000	20	50	400.000,00
22	Hidráulica JC – ME	1.000	13	6	120.000,00
23	Hidroni Equipamentos Hidráulicos Ltda.	5.000	40	65	1.600.000,00
24	IMAR – Ind. e Com. de Maquinas Agrícolas de Rondonópolis Ltda.	44.000	112	20	49.500.000,00
25	IMRC- Ind. Metal. Rodov. Centro-este S/A- Facchini	247.000	300	500	24.891.680,00

Continua na primeira folha:

Quadro 4 – Relação de empresas Aprovadas no Distrito Industrial Augusto Bortoli Rázia em 2008

Ord.	Empresa	Área m²	Emp. Direto	Emp. Indireto.	Investimento em R\$
26	Industria e Com. Gêneros Alimentícios Goiano Ltda	20.000	24	60	6.818.709,56
27	Lucilene Viana da Silva Gonçalves Providência Ind. e Comércio	2.000	23	12	922.000,00
28	Lufon's Indústria, Comércio e Serviços Ltda.	3.000	35	20	1.855.600,00
29	M. Dieiseis Caminhões e Ônibus Ltda. – Grupo Mônaco	10.000	50	20	2.000.000,00
30	M.C. de Souza ME – Facas e Marcas IECO	1000	10	20	207.000,00
31	Maria do Carmo Soares e Cia. Ltda. (Baratão Ferromar)	10.000	33	165	8.685.097,60
32	Maronesi e Maronesi Ltda. ME – Casa das Baterias	1.200	18	35	1.594.000,00
33	Meca Caldeiraria Usinagem e Manutenção Ltda. – ME	5.000	40	25	3.108.329,50
34	Mudanças Vilches Ltda.	4.000	25	20	1.347.980,00
35	Paraná Fundações Ltda.	5.000	22	40	1.300.000,00
36	Poland Química Ltda.	80.000	30	200	10.200.000,00
37	R Color Ind. de Tintas Ltda.	10.000	15	25	995.340,00
38	Recicloeste – Ind. e Com. De Reciclados Ltda.	76.000	70	210	8.022.109,42
39	Reformadora de Veículos Rondonópolis Ltda.	4.000	10	50	559.000,00
40	Rondoplast Ind. E Com. de Plásticos Ltda.	10.000	39	1.500	7.500.000,00
41	Sabim Serviço autorizado de Bombas Injetoras Ltda.	6.000	25	40	500.000,00
42	Seta Instituição Técnica de Inspeção Veicular Ltda.	2.000	15	200	279.686,74
43	Transfabris transp. Rodov. De cargas Ltda. – ME	2.000	20	40	50.000,00
44	Trator Parts Peças e Implementos Agrícolas Ltda. – Valtra	6.000	31	40	3.481.257,84
45	Vassouras Maranhão Ltda.	2.000	16	22	498.916,00
46	Agrológica Agromercantil Ltda	10.000	24	60	3.264.440,00
47	Francisco Mariano Fernandes & Cia Ltda – Trípolo Engenharia	10.000	91	39	2.520.000,00
48	Industria e Comércio de Estofados Brasil Ltda ME	1.000	20	30	759.000,00
49	Industria e Comércio de Gêneros Alimentícios Goiano Ltda	20.000	24	60	6.818.709,56
50	Retífica Souza Ltda – EPP	3.000	60	90	4.671.494,50
51	Soja Mil Armazéns Gerias Ltda	20.000	10	22	3.004.157,50
	TOTAL	1.158.544,74	2.678	7.626	320.183.283,23

Fonte: CODIPI, JULHO DE 2008. Organização de Elias da Silva

A implantação do Distrito Augusto Bertoli Rázia reforça o argumento da importância da localização intra-urbana na cidade, situando-se próximo ao entroncamento

das BR 163 e 364, o que oferecerá, portanto, maior acessibilidade em relação aos dois outros distritos onde estão instaladas a ADM e a Bunge. No entanto, o Distrito Industrial confirma o papel de importância de Rondonópolis enquanto perspectiva, uma vez que se encontra em fase de lançamento apresentando um grande leque de projetos empresariais aprovados com um considerável volume de investimentos, bem como a perspectiva de ampliação do mercado de trabalho pelo volume de empregos que promete para os próximos anos, pelo menos na expectativa.

A foto a seguir demonstra a área do novo Distrito às margens da BR 163, ao lado do entroncamento com a BR 364, saída para Campo Grande/MS.

Foto 26 - Cervejaria Petrópolis às margens da BR 163, saída para Campo Grande/MS.

Fonte: Foto produzida em 18 de julho de 2009 Organização de Elias da Silva

Em plena fase de implantação, o Distrito Industrial *Augusto Bortoli Razia* já recebeu recentemente, como símbolo de sua pujança, a indústria de bebidas *Cervejaria Petrópolis*,

conforme demonstra a foto 26. Esta grande indústria mesmo sendo do segmento de alimentos, simboliza a diversificação do processo de industrialização que a cidade começa viver, somando-se à própria diversificação do setor da soja, no que se refere ao segmento da industrialização da agricultura, na chamada indústria à montante, cuja expressão maior local é dada também pela recente inauguração da unidade industrial da *Nortox*.

Podemos considerar as atribuições em termos das perspectivas, ao papel de Rondonópolis com base nos processos que se traduzem em reivindicações da elite local, sob as quais se prevê para 2010 uma nova atribuição a esta cidade como referência à logística de transporte multimodal rodoviário/ferroviário. A cidade receberá o prolongamento da ferrovia *Ferronorte* com a construção de um terminal de cargas, aumentando sua capacidade de logística de cargas e de apoio à produção e exportação de grãos no estado. Isso, a priori, oferece-nos a confirmação de que a estruturação territorial, em outras palavras, a modernização territorial é, ainda, um processo que precisa de investimentos arrojados em Mato Grosso, no qual, o Estado continua sendo o agente provedor quer seja diretamente executando os projetos, quer executando-os através das chamadas Parcerias Público-Privadas (PPP), com é o caso desta ferrovia, concedendo à América Latina Logística (ALL) o direito de explorar economicamente, sendo este um negócio atrativo, dado o volume da produção de grãos.

Segundo a reportagem da revista *Otima S/A*, suplemento especial integrante da edição 23 desta revista, de abril de 2008, sob título: *Denit estuda projeto da ferrovia Centro-Oeste*, o diretor geral Luiz Antonio Pagot afirma que

(...) 'Já foi assinado o termo de compromisso aditivo ao contrato de conclusão da Ferronorte prevendo a implantação dos 260 km entre Alto Araguaia e Rondonópolis até dezembro de 2010. As obras têm previsão de começarem em junho deste ano', informa o diretor do Denit.

A obra será possível, explica, porque foi admitido um novo modelo de investimento capaz de superar o alto índice de endividamento da empresa responsável pela concessão, a América Latina Logística (ALL). Empreiteiras contratadas para as obras poderão obter o financiamento necessário para o empreendimento junto ao BNDES. O novo modelo de investimento foi acordado em dezembro do ano passado e as obras vão demandar a aplicação de R\$ 700 milhões

Fonte: *Otima S/A*, abril de 2008:42.

Como se pode observar, o Estado, embora não seja o executor direto da obra, abre generosamente os cofres do BNDES para a iniciativa privada. Vale considerar que à iniciativa privada, só há interesse em investir nos setores de infra-estrutura quando pode transformar o resultado dos investimentos em serviços vendido à sociedade.

Vale lembrar, o projeto ferroviário, no passado, por volta do período da divisão do estado, já era aclamado como gargalo ao desenvolvimento, sendo a principal bandeira política do então senador *Vicente Vuolo*. Como um imperativo de fluidez da ordem produtiva territorial, a chegada da *Ferronorte* a Rondonópolis, segundo o discurso modernizador local, dará novo fôlego aos investimentos, sobretudo, no âmbito complexo e o Estado, mais uma vez comparece como principal viabilizador da dotação dessa grande obra de infra-estrutura territorial.

Vale lembrar que esse processo é ainda mais emergente no norte do estado, marcado ainda pela expansão da soja em grande parte. A infra-estrutura rodoviária especialmente no norte do estado vai sendo produzida através dos chamados consórcios *público – privados* onde o governo do estado já tem realizado cerca de 2000 mil quilômetros de asfalto. As parcerias envolvem o Estado, os produtores de soja e as prefeituras oferecendo ao setor privado a participação na futura cobrança de pedágios nas rodovias. Nesse sentido o setor privado tem pressionado o governo para estender essa participação de investimento e aferição de lucro às instalações logísticas viárias das BRs 163, prolongamento no sentido de Santarém/PA, e a 158 que também liga ao Pará pela parte leste do estado (PEIXINHO, 2005).

Como se pode observar, o Estado ainda é o forte provedor da produção territorial e que na ausência ou na mudança dos rumos políticos/administrativos, sobretudo a partir da década de 1990 (BRANDÃO FILHO, 2005), oferece à iniciativa privada o direito de exploração daquilo que significa pontos estratégicos do território, dos quais não se pode prescindir.

Embora não tenha sido essa a intenção da nossa pesquisa, concordamos que se possa assumir com Peixinho (2005:172), para o qual: “*Pode-se sintetizar que o complexo sojífero em Mato Grosso compõe a rede internacional de produção de soja, tendo como ponto nodal, no Estado, o município de Rondonópolis, polo que agrega múltiplas ações. (...)*.” Suas palavras podem ser aproximadas à ideia de gestão territorial, cujo momento no processo de expansão da soja traz a tendência do aprofundamento do papel de Rondonópolis e sua possível extrapolação dos limites de Mato Grosso.

A conclusão é que os rumos ou perspectivas que estão sendo vislumbrados é a da via político/ambiental que acaba reforçando a via político/territorial. Agora se busca as brechas de auferir lucros buscando na sustentabilidade ambiental, novos nichos de mercados seja intervindo contra o desmatamento e na expansão da fronteira agrícola, seja criando áreas de preservação ambiental para o turismo ecológico. Os fartos incentivos, como no momento de

implantação das primeiras indústrias esmagadoras de soja, continuam sendo praticados no âmbito da produção, sejam dando generosos incentivos à instalação das empresas industriais, comerciais e de serviços, oferecendo infra-estruturas como água, esgoto, luz, acesso, terraplanagem, isenção de impostos como Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Transação de Bens e Imóveis (ITBI), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para fechar nossa investigação, revisamos quatro situações que compuseram nosso percurso, contempladas nas questões básicas, tanto no sentido da confirmação, como no sentido das brechas que porventura tenham sido abertas, considerando como ponto final, a possibilidade de retomada num outro momento as categorias aqui abordadas. Com isso, cuidamos que a revisão com base nessas quatro situações contempla: começo, meio e fim de forma sintética, deixando claro que o tema da pesquisa nunca está totalmente fechado, mas passivo de futuros desdobramentos.

A pesquisa pautou pela abordagem do território, cidade e rede para afirmar sobre o papel de Rondonópolis no desenvolvimento da economia agroindustrial do cerrado mato-grossense, a partir do sudeste do estado.

Assim, percorremos um caminho com base na abordagem da ocupação e modernização territorial, no âmbito deste a cidade como dimensão básica do processo de modernização, particularmente a agrária, que ao valorizar a herança histórica possibilitou-nos o enfoque de forma bem clássica na história da modernização agrária do Brasil, possibilitando-nos inclusive, delimitar o período do *Estado Novo* como marco de adensamento desse processo. Particularmente, em Mato Grosso, o sudeste do estado registra seu início de modernização agrária na confluência com esse contexto brasileiro, e seu adensamento se dá na década de 1970, marcado pelo processo de divisão política do estado, processo que, associado à sua herança histórico/econômica de ocupação territorial, atribuiu à cidade de Rondonópolis localização privilegiada, capaz de se colocar como a base infra-estrutural urbana a partir da qual o cerrado de seu entorno regional, até então considerado área secundária à soja no Polocentro, torna-se área prioritária, significando ao mesmo tempo, a (re) estruturação urbana e do cerrado em estrita sintonia cidade/campo.

Vimos que a localização conferida a Rondonópolis no bojo do processo de divisão e modernização territorial de Mato Grosso, no contexto de consolidação da urbanização do Brasil associado à agroindustrialização da agricultura, no chamado complexo agroindustrial, promoveu o alargamento da urbanização no sudeste do estado, com base na importância de Rondonópolis que por sua vez fomentou o processo de introdução, consolidação e diversificação da soja. A soja em seu desenvolvimento propiciou o alargamento da interface cidade/campo de forma mais aprofundada em três importantes cidades: Rondonópolis, Primavera do Leste e Campo Verde, culminando com o complexo agroindustrial e o correspondente crescimento do atendimento de suas demandas de produção e consumo nos

segmentos do comércio, serviços, indústria, num crescente mercado de trabalho variado, complexo e excludente e específico sintonizado à lógica capitalista de produção, cuja ordem socioespacial tem sido marcada por contradições que se evidenciam no conjunto da paisagem, sobretudo a urbana, cuja manifestação mais contundente é expressa pelos movimentos de luta ao direito da propriedade da terra. Assim, a dimensão urbana do complexo é também a dimensão das contradições da modernização cidade/campo que na atualidade marcada pelos complexos agroindustriais se torna mais complexa sugerindo reflexão mais aprofundada.

Vimos que ao longo desse processo o papel de Rondonópolis foi sendo (re) construído não podendo prescindir de sua base inicial, a qual nos levou a pensar em seis situações na atribuição do seu papel, as quais foram localmente (re) construídas e/fortalecidas, quais sejam: a formação do mercado de trabalho como resultado dos investimentos e ao mesmo tempo influenciador destes; do desenvolvimento da pesquisa e tecnologia representando a sintonização do Estado com força articuladora dos produtores locais (elite local) num processo que culmina com instituições fortes organizadas em redes cujo alcance transpõem os limites do cerrado mato-grossense; o atendimento ao crescimento da demanda da produção e consumo nos segmentos do comércio, serviços e indústria, expresso no adensamento dos investimentos na produção; a gestão política da localização, expressa nas estratégias de (re) estruturação, sobretudo urbana no aparato técnico-infraestrutural e institucional na viabilização do ambiente produtivo e na promoção política do segmento dos produtores ascendendo ao poder político alguns representantes; as perspectivas como atribuições que resultam do processo de crescimento econômico promovendo esta cidade ao *status* de cidade média na referência econômica agroindustrial sinalizando a continuidade do processo nas constantes crescentes reivindicações na promoção da uma melhor logística confirmando a importância da localização; e a mídia local urbana (re)produzindo, veiculando e promovendo o marketing do e para o complexo, cuja missão maior sintoniza e divulga contraditoriamente a situação entre produção, consumo e sustentabilidade.

Acreditamos que as atribuições aqui verificadas interagem, integram e complementam-se, ou seja, promover a gestão política da localização em Rondonópolis tem exigido da elite local os reinvestimentos na pesquisa, sobretudo em sementes melhoradas, na produção que exige que, por sua vez, exige (re) qualificação da mão de obra e do mercado, o qual contribui como resultado e causa dos investimentos na produção propriamente dita, na indústria, comércio e serviços, o discurso, por sua vez, na necessidade de manutenção da

localização estratégica, esta tem sido pauta principal nas reivindicações, as quais se traduzem em perspectivas que ao longo do processo têm tanto confirmando quanto incrementado o papel de Rondonópolis.

Cremos que a escolha metodológica de trilhar a pesquisa com base nas categorias de território, cidade e rede, associando o complexo, permitiu-nos, fazer, com certo grau de segurança, a passagem do concreto empírico ao abstrato universal, em que estas categorias serviram-nos como mediação. Assim o território é dado pela apropriação do espaço e pela intenção modernizadora do Estado, dentro desta fomentando a modernização agrária; a cidade é a expressão de consolidação da ocupação, concentração e centralização da gestão posicionando-se como base necessária, a partir da qual a dimensão cidade campo se alarga; e a rede expressa a forma de organização dos segmentos da produção do complexo que traduz no aparato técnico infraestrutural e institucional ligando cidades, áreas produtivas, empresas, estradas, eventos urbanos periódicos aglutinadores da produção, comercialização e divulgação das tecnologias e de formas de gestão.

Revistas as quatro situações de indagações quanto às nossas questões básicas, cuidando terem sido contempladas, estas podem ser resumidas ratificando a resposta à questão central, qual sejam: Por que Rondonópolis é colocada como base urbana maior da modernização agrária no âmbito da soja em Mato Grosso, particularmente no sudeste do estado, a partir da década de 1970? Acreditamos que esta questão foi respondida a contento, ao buscarmos a reconstituição dos processos desse desenvolvimento, fazendo a necessária ligação do presente com seu passado. Porém não se tratou apenas da reconstituição dos processos, mas exigiu-se buscar as especificidades, ou seja, como, nos processos em nível geral, as decisões, articulações e adaptações se processaram de forma única, permitindo a individualização sustentadora da localização no lugar Rondonópolis ao longo da constituição de seu papel.

Na busca da reconstituição dos processos, abriu-se uma brecha no tempo e no espaço que remontou ao período imediatamente anterior ao da década de 1970, pensando na lógica da herança da modernização cidade/campo subsidiada com base na herança da modernização territorial brasileira, cujo adensamento pode ser assumido a partir do período do *Estado Novo*, contexto que permitiu-nos afirmar sobre o adensamento da modernização territorial e agrária local a partir da década de 1970, marcada pela consolidação da urbanização e industrialização da agricultura, no que se concebe como complexo agroindustrial.

Acreditamos que a iniciativa de nossa abordagem serviu, também, para sinalizar uma possibilidade de contribuir no âmbito das reflexões sobre os estudos do desenvolvimento agrário brasileiro cujo contexto atual nos parece carente de inclusão de análise da esfera política tendo o Estado como promotor básico. Esses estudos, ao que parece, estão focados necessariamente da

dimensão na dimensão espacial cidade/campo. Nesse sentido, nos parece que é necessário inserir a dimensão político/estatal em que o papel do Estado pode ser explorado com maior propriedade e assim a possibilidade de se verificar as especificidades dentro do território brasileiro, a exemplo de Mato Grosso, particularmente Rondonópolis, pode oferecer maior clareza das causas conflitantes, no âmbito da questão agrária cidade/campo.

Nesse sentido, é possível oferecer uma contribuição à crítica ao capitalismo brasileiro cujas características atuais se explicam na herança do papel do Estado, com base em dois períodos: o clássico, a partir de meados do século XIX e, sobretudo, a partir do período do *Estado Novo*, no século XX, como vimos na bibliografia consultada, em que a relação cidade/campo se adensa, com base no papel empreendedor do Estado, sobretudo na execução da chamada Marcha para o Oeste evidenciando o tripé: modernização territorial e mudanças cidade/campo, assumindo novo perfil no contexto de (re) estruturação do capitalismo no Brasil e no mundo.

Foram, também com base nesse contexto, que buscamos, em nossa pesquisa, justificar o novo momento da modernização territorial e agrária de Mato Grosso, sobretudo em Rondonópolis, procurando argumentar a importância deste com base nos desdobramentos pretéritos ou do espaço prévio, estes como um dos componentes que não devem ser desprezados, sobretudo pela escolha teórico/metodológica por nós assumida.

Acreditamos que este *norte*, ou rumo, nesse sentido, abriu-nos a possibilidade de novos enfoques do tripé: cidade/campo e Estado no enfoque da questão agrária, pelo menos para pensarmos as questões menores da propriedade da terra, da moradia e do emprego, verificando, particularmente, as contradições socioespaciais cidade/campo nas áreas dos chamados complexos agroindustriais, não só em Mato Grosso, mas no Brasil como um todo.

Assim, em perspectiva, o cerrado mato-grossense estrutura um modelo agroindustrial em consolidação que não pode prescindir da importância atribuída à cidade de Rondonópolis cuja elite procura perpetuar sua reprodução ampliada com base na esfera política estatal, obedecendo à herança datada, sobretudo, a partir das pré-condições, ou do espaço territorial à soja. Assim, não só no decorrer do processo e na atualidade, mas também em projeção, pode-se afirmar a importância de Rondonópolis na expansão da soja para além dos limites do cerrado mato-grossense, particularmente do sudeste do estado.

Conclui-se confirmando que a existência deste modelo econômico agroindustrial, desde as pré-condições à atualidade, está diretamente ligada às iniciativas empreendedoras, direta e indireta do Estado em seus diferentes níveis de atuação, cujo marco foi decisivo para uma seqüência de desdobramentos associados entre iniciativas públicas/e privadas, numa *orquestração de interesses* que vem se perpetuando ao longo de mais de 3 décadas. O que deverá confirmar ainda mais o papel de Rondonópolis no contexto de consolidação da

economia sojÍfera do cerrado mato-grossense, a partir do sudeste do estado, inclusive confirmando a reprodução em escala ampliada das desigualdades socioespaciais cidade/campo inauguradas e adensadas com as pré-condições da soja.

5 - REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Apropriação do território no Brasil Colonial**: In. Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo César Costa; Corrêa, Roberto Lobato (orgs) Explorações geográfica. Percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 197- 245.

ADM: Produção duplicada em Rondonópolis. Disponível em: <http://www.biodieselbr.com/noticias/em-foco/adm – produção – duplicada – Rondonópolis – 14 - 08 – 08.htm> (*acessado em 25 de abril de 2009*).

AGUIAR, Tereza Coni. **Urbanização em Mato Grosso: Estudo de caso de Rondonópolis**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980.

APROSMAT, lança campanha de valorização de sementes. Pauta Pronta Assessoria de Imprensa. Cairo Lustoza – Jornalista. Disponível em: <http://www.agrosoft.org.br/agropag/100108.htm> (*acessado em 30/06/2009*)

ARROYO, Maria Mônica. **Território Nacional e Mercado Externo: Uma leitura do Brasil na virada do século XX**. São Paulo. Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, 2001.

A SUDECO e o Desenvolvimento de Mato Grosso. Secretaria de Agricultura de Mato Grosso. René Pompêo de Pina. Minter Exposição na ADESG/MT, 1983.

AVALIAÇÃO, dos Programas Especiais em Mato Grosso. Comissão Especial de Planejamento Agrícola – CEPA. Cuiabá, 1979.

AZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e cidade do Brasil Colonial (Ensaio de geografia urbana retrospectiva)**. Terra Livre, São Paulo, nº 10, p. 23-78, janeiro-julho, 1992.

BLACK, C. E. **Dinâmica da Modernização: Estudo de história comparativa**. Tradução de: Célia Maria G. de Stewart. Revisão de: Moacir P. de Oliveira. Rio de Janeiro - BB. Apec Editora S/A, 1971.

BRANDÃO FILHO, José Bertoldo. **Breves considerações sobre as mudanças do papel do Estado na agricultura brasileira**. In: BERNARDES, J. A.; FREIRE FILHO, O. L. Geografias da Soja: BR 163: Fronteiras em Mutação/ Organização Julia Adão Bernardes, Osni de Luna Freire Filho. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

BECKER, B. K. EGLER, Cláudio A.G. **Brasil: Uma nova potência Regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil, 1993.

BERNARDES, Júlia Adão. **Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR 163 mato-grossense**. In: BERNARDES, J. A. FREIRE FILHO, Osni de Luna (org). Geografia da Soja. BR – 163 Fronteiras em mutação. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006. p. 13-37.

BERNARDES, Júlia Adão. **As estratégias do capital no complexo da soja.** In: CASTRO, E. I. de. GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. Brasil: Questões Atuais de Reorganização do Território. Ed. Bertrand do Brasil. Rio de Janeiro, 1996.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dinâmica do Agronegócio no Cerrado Mato-grossense: Problemas e Desafios.** In: INTERGEO Interações no espaço geográfico. Departamento de Geografia {do} Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS Campus Universitário de Rondonópolis CUR {da} Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT Rondonópolis MT, Ano III, Vol. III nº 3, 2003.

CÂMARA, Municipal de Primavera do Leste. Instituto Memória Professora Nívia Demandi. Av. Primavera nº 300 Bairro Primavera II, Primavera do Leste, 2008.

CELEIRO, do agronegócio, Rondonópolis agora aposta na agricultura familiar. Brasília-DF. Agência Brasil-EBC, agosto de 2007. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/03/27/matéria.2009-03-27.2506287970/vicw> (acessado em 28/03/2009).

CENTRAIS, de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos ainda não funcionam em MT. Produtor Rural. Ano VII, nº 73 – Cuiabá – MT, agosto de 1993.

SODRÉ, Marcio. **Cidade se destaca nacionalmente nas exportações.** Jornal A Tribuna. Rondonópolis, 13 de maio de 2008. Geral, p.8.

CODEAGRI, Inicia Mecanização Nas Áreas de Cerrados. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá/MT, 17 de abril (domingo). Ano XXXVIII – nº 7.643, 1997

CONTEL, Fábio Betioli. **Território e Finanças: Técnicas, Normas e Topologia Bancária no Brasil.** Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo-USP/Departamento de Geografia, 2006.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil.** 4 ed. – São Paulo: Contexto, 1995. (Repensando a geografia)

CRISE, no campo setor aposta em ação coletiva junto ao TJ. Sindicato Rural de Rondonópolis. Disponível em: <http://www.AtribunaMT.com.br/2008/11/crise-no-campo-setor-aposta-em-ação-coletiva-junto-ao-tj/> (acessado em 30/06/2009)

DAMIANI, Amélia Luisa. **Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo.** In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs) Geografia de São Paulo: Representações e crise da Metrópole. São Paulo: Contexto, 2004. p.19-58;

DINIZ, Bernardo Palhares Campolina. **O grande Cerrado do Brasil Central: Geopolítica e economia.** Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – FFLCH. Departamento de Geografia. Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2006.

EFEITO, cascata: Diretoria do grupo resolve puxar o freio de mão, diminuir os investimentos no país e inclui Campo Verde (MT) nessa lista. Revista Ótima s/a. Ano III, Edição 32 – Fevereiro de 2009.

ELIAS, Denise. **Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teóricas metodológicas.** In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (organizadora). Cidades médias: espaços em transição. 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura: A região de Ribeirão Preto.** São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

ESTATÍSTICA, da Produção. **ABRASEM Associação Brasileira de Sementes e Mudanças.** Anuário, 2008

EXPOSUL, é a vitrine da agropecuária. Produtor Rural. Cuiabá, julho de 1997. Ano V, nº 60.

FAMÍLIA, Eckert: Trinta anos de História. In: Revista Toque Final, julho de 2005: 23.

FONTES, Andréia. PRF usa força na rodovia. A Gazeta. Cuiabá, 8 de fevereiro de 2008., p. 2 B.

GABINETE, do Prefeito Municipal. **Lei nº 2.213 – de 09 de setembro de 1994 que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Industrial do Município de Rondonópolis, amplia as isenções previstas na Lei 1800 de 28 de dezembro de 1990 e dá outras providências.** Conselho de Desenvolvimento Industrial de Rondonópolis – CODIPI. Rondonópolis, 09 de setembro de 1994.

GUIMARÃES, Marlene M. M. **Nível técnico, organização do trabalho e reorganização do espaço: o caso da indústria de esmagamento da soja em Rondonópolis Mato Grosso.** Tese de Mestrado. Orientadora Dr^a Júlia Adão Bernardes. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** São Paulo. Edições Loyola, 1993

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2006.

HAESBAERTE, Rogério **“Gaúchos” e Baianos no “Novo Nordeste”: Entre a Globalização Econômica e a Reinvenção das Identidades Territoriais.** In: CASTRO, E. I. de. GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. Brasil: Questões Atuais de Reorganização do Território. Ed. Bertrand do Brasil. Rio de Janeiro, 1996.

INTERMAT, Instituto de Terras de Mato Grosso. Cuiabá, 2001.

KAIZER, Vilmar. Investimentos de R\$ 800 milhões em MT. Jornal O Diário. Campo Verde, 03 de julho de 2008. Geral, p. 4.

BRASIL, Lei Complementar nº 31 de outubro de 1977, cria o Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Diário Oficial. Brasília/DF, 11 de outubro de 1977, p. 2-5.

LETÍCIA, M. **Coluna Prestes**. Anuário: O Diário. Campo Verde, 2007. (História) : 4 e 5.

LIMA, Ailton. Invasões não serão toleradas, diz procurador. Jornal A Tribuna. Rondonópolis, 4 de janeiro de 2009. Geral, p. A6

LIMA, Ailton. Número de invasões aumenta na cidade. Jornal A Tribuna. Rondonópolis, 06 de janeiro de 2009. Geral, p. 6.

LOUIS, Dreyfus abre escritório em Rondonópolis. Diário Regional. Rondonópolis, 11 de março de 2008, p.7.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 4 ed. São Paulo, Hucitec, 1990. 157p.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Capitalismo Geografia e Meio Ambiente**. Tese inédita para concurso de obtenção de título de Livre Docente. Departamento de Geografia Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, Março de 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Annablume, 2008.

MORENO, Gislaene. **Terra e Poder em Mato grosso: Políticas e Mecanismos de Burla – 1892 – 1992**. Cuiabá-MT. Entrelinhas: Ed/UFMT, 2007.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

NARDES, Antonia Marília Medeiros. **Rondonópolis/MT: Sua Espacialidade Reconstruída**. UnB – FAU – Departamento de Urbanismo. Mestrado em Planejamento Urbano, Brasília – Distrito Federal – janeiro, 1997.

NASCIMENTO, Flávio. **Aceleração temporal na Fronteira em Rondonópolis-MT**. Tese de Doutorado pela USP, 1998.

NEGRI, Sergio Sebastião. **Ocupação Inicial e formação do espaço prévio da mesorregião sudeste mato-grossense**. INTERGEO Interações no Espaço Geográfico/Departamento de Geografia (do) Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS. Campus Universitário de Rondonópolis – CUR (da) Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Rondonópolis/MT. Ano III, Vol. III nº 3 (2003).

NEGRI, Silvio Moisés. **O processo de Segregação Sócio-espacial no contexto do desenvolvimento econômico da cidade de Rondonópolis/MT**. Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista, Instituto de Ciências e Ciências Exatas. Rio Claro (SP), 2008.

NEIVA, mostra Ipanema a álcool em Rondonópolis na Agrishow Cerrado de 2005. Disponível em: [http://www.embraer.com.br/institucional/download/1- 029 – com – vop – Rondon % cb % brpolis – p – 05.pdf](http://www.embraer.com.br/institucional/download/1-029-com-vop-Rondon%cb%brpolis-p-05.pdf) (acessado em 25 de abril de 2009).

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Agroindústria e reprodução do espaço: O caso soja no Mato Grosso do Sul. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

PLANO B de Rondonópolis: capital do agronegócio do Centro-Oeste, cidade atrai indústrias para fugir dos riscos de depender da cultura de grãos. Revista **Agronegócio**. Brasília-DF. Agência Brasil-EBC, agosto de 2007. Disponível em: [http://www.terra.com.br/revistadinheirorural/edições/34/artigo58820 – 1.htm](http://www.terra.com.br/revistadinheirorural/edições/34/artigo58820-1.htm) (acessado em 28/03/09).

PLANOS, Regionais de Desenvolvimento Sugeridos à SUDECO. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 22 de setembro (quinta-feira) Ano XXXIX - nº 7.760, 1977.

PEIXINHO, Dimas Moraes. Onças vermelhas e amarelas a ocupação dos cerrados e a dinâmica sócio-espacial em Rondonópolis-MT. Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia. São Paulo, abril de 1998.

PEIXINHO, Dimas Moraes. A espacialização da soja em Mato Grosso. In: BERNARDES, J. A.; FREIRE FILHO, O. L. Geografias da Soja: BR 163: Fronteiras em Mutação/ Organização Julia Adão Bernardes, Osni de Luna Freire Filho. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

PRODUTORES, de algodão e indústria se organizam. A Tribuna. Rondonópolis, 20/-21 de setembro de 1997. Sessão agropecuária, p. 8.

PRODUTORES, celebram fim do conflito com Xavantes. Disponível em: [http://www.SECOM.MT.gov.br/imprime.php? cid = 4542 & Sid =13](http://www.SECOM.MT.gov.br/imprime.php?cid=4542&Sid=13) (acessado em 26 de junho de 2009).

PROGRAMAS, Especiais de Desenvolvimento dos Estados de Mato Grosso, Mato grosso do Sul, Vol.12 Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. (Fundação João Pinheiro – Belo Horizonte, 1979).

RATZEL, F. Geografia. Organizador: Antonio Carlos Robert Moraes. Coordenador: Florestan Fernandes. São Paulo. Editora Ática S. A, 1990.

ROSSO, Gilberto Silva de. Influência da cidade de Rondonópolis na rede urbana da mesorregião sudeste. Mestrado, UNESP. Presidente Prudente-SP 1999.

SANTOS, Milton. A urbanização Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção São Paulo. Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI. 12 ed. – Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Roberto de Souza. **Sobre a formação territorial da mesorregião sudeste de Mato Grosso.** In: INTERGEO Interações no espaço geográfico. Departamento de Geografia {do} Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS Campus Universitário de

SEJAM, bem vindos ao centro do agronegócio mato-grossense. Disponível em: <http://www.exposul.org.br/programação.asp> (acessado 03 de agosto de 2009).

SEM-TERRA invadem Rondonópolis para saquear Conab e comércio. Produtor Rural. Cuiabá, Ano VI – nº 62, setembro, 1997, p. 13-4.

SILVA, A. A. da. **O complexo agroindustrial da soja no cerrado mato-grossense: um modelo de construção de um novo espaço capitalizado no sudeste do estado de Mato Grosso.** Tese de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1998.

SILVA, Carlos Alberto da. **Grupo André Maggi, Corporação e Rede em Áreas de Fronteira.** Cuiabá, Entrelinhas, 2003.

SILVA, Elias da. **O papel da cidade de Rondonópolis no contexto de estruturação do complexo agroindustrial do sudeste de Mato Grosso.** Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

SILVA, José Graziano da. **Complexo Agroindustrial e Outros Complexos.** Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA – Nº 03, Volume 2, setembro/dezembro de 1991.

SILVA, José Graziano da. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.** 2ed. Revista. Universidade Estadual de Campinas – Unicamp Instituto de Economia – IE, 1998.

SILVA, Jovam Vilela da. **A Divisão do Estado de Mato Grosso (Uma visão histórica – 1892 – 1977).** EdUFMT. Cuiabá, 1996.

SILVEIRA, Maria Laura. **O espaço Geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, nº. 19, pp. 81 - 91, 2006.

SOJA, em Rondonópolis: Trajetória da iniciativa privada. Revista Rondon. Rondonópolis, 1989, 13 a 15.

SIQUEIRA, Elizabeht Madureira; COSTA, Lourença Alves da; e CARVALHO, Cathia Maria Coelho. **O Processo Histórico de Mato Grosso.** Cuiabá, UFMT, 1990.

SUZUKI, Júlio César. **De povoado a cidade: O estudo da urbanização de Rondonópolis** (Dissertação de Mestrado) São Paulo: USP/FFLECH/Departamento de Geografia, 1996.

SUZUKI, Júlio César. **Na busca dos momentos, a descoberta da transição: o estudo da urbanização de Rondonópolis-MT.** Geousp (Revista da pós-graduação em Geografia), (1): 65-71, 1997.

SUZUKI, Júlio César. **Urbanização em área de frente pioneira: um estudo da expansão urbana em Rondonópolis (MT)**. Revista Unicastelo, III(3): 154 -165, maio 2000.

SUZUKI, Júlio César. **Metamorfoses da expansão urbana na gênese da moderna cidade de São Paulo**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org). Geografia de São Paulo: Representações e crise da Metrópole. São Paulo, Contexto, 2004. p. 131-56.

SUZUKI, Júlio César. **Modernização, território e relação campo-cidade: uma outra leitura da modernização da agricultura**. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FACALDE, Ivanira. Tradição X tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. 1ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 2 – 23.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: Transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação**. Revista NERA (UNESP), (10): 134-150, janeiro-junho, 2007. (www4.fct.unesp.br/nera/telas/revistanera.htm)

SWEEZY, Paul M. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1962. 429 p.

TESORO, Luci Lea Lopes Martins. **Rondonópolis-MT um entroncamento de mão única, o processo do povoamento e de crescimento de Rondonópolis na visão dos pioneiros 1902-1980**. Tese de Doutorado, USP São Paulo, 1993.

TRINDADE JR., Sant-Clair Cordeiro de; PEREIRA, José Carlos Matos. **Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia Oriental**. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (organizadora). Cidades médias: espaços em transição. 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. HUCITEC, 1991. (Estudos rurais 11)

VIEIRA NETO, José. **A Urbanização e a problemática ambiental no Centro-Oeste do Brasil: O caso de Rondonópolis – MT**. São Paulo: USP/FFLCH/Departamento de Geografia, 2000.

22% da soja do MT são esmagados em Rondonópolis. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=6341> 01/08/2006 (acessado em 29/06/2009).

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Capitalismo Histórico**. Lisboa. Ed. Estratégias, 1983.